



2671-AL  
SANTO-ANDRÉ

# HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
AMÉRICO FREIRE  
COORDENAÇÃO





# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA





## **Direcção da Colecção História Contemporânea**

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por *referees*

### **Coordenação Editorial**

Maria João Padez Ferreira de Castro

### **Edição**

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

### **Design**

António Barros

### **Infografia da Capa**

Carlos Costa

### **Infografia**

Isaac Caetano

### **Revisão**

Marlene Taveira

### **Imagem da Capa**

"Navio-Museu Santo André - Museu Marítimo de Ílhavo", 2013, IUC.

### **Impressão e Acabamento**

[www.artipol.net](http://www.artipol.net)

### **ISBN**

978-989-26-0645-3

### **ISBN Digital**

978-989-26-0646-0

### **DOI**

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0646-0>

### **Depósito Legal**

367445/13

### **Obra publicada com a colaboração de:**

2



C E S S 2 0  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XXI  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### **Obra publicada com o apoio de:**

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-C/HIS/UI0460/2011

Projeto n.º FCOMP-01-0124-FEDER-022660

## **FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional



Governo da República  
Portuguesa

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
AMÉRICO FREIRE  
(coord.)

HISTORIOGRAFIAS  
PORTUGUESA  
E BRASILEIRA  
NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS



(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>1. LUÍS REIS TORRAL</b>	
A HISTORIOGRAFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX. OLHANDO O BRASIL... ..	15
<b>2. LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES</b>	
OS CONGRESSOS DE HISTÓRIA E OS PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX .....	31
<b>3. JOÃO PAULO AVELÃS NUNES</b>	
O ESTADO, A HISTORIOGRAFIA E OUTRAS CIÊNCIAS/TECNOLOGIAS SOCIAIS.....	53
<b>4. HELENA BOMENY</b>	
CIÊNCIAS SOCIAIS E HISTÓRIA: ENCONTRO INSTITUCIONAL.....	81
<b>5. FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO</b>	
O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA: SOBRE A QUESTÃO DO FASCISMO .....	111
<b>6. JORGE FERREIRA</b>	
A EXPERIÊNCIA LIBERAL-DEMOCRÁTICA NO BRASIL (1946-1964): REVISITANDO TEMAS HISTORIOGRÁFICOS .....	147
<b>7. FERNANDO TAVARES PIMENTA</b>	
A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO, A GUERRA COLONIAL E A DESCOLONIZAÇÃO EM ÁFRICA .....	183
<b>8. AMÉRICO FREIRE E FRANCISCO MARTINHO</b>	
AS HISTORIOGRAFIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA E O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA.....	203

<b>9. LUÍS MOTA E ANTÓNIO GOMES FERREIRA</b>	
MODELOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA.	
DA FORMAÇÃO ENCICLOPÉDICA À ESPECIALIZAÇÃO (1901-1957) .....	239
<b>10. LIBANIA XAVIER E ANA WALESKA MENDONÇA</b>	
HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA PROFISSÃO DOCENTE: ESTUDOS EM CIRCULAÇÃO	
NO BRASIL E EM PORTUGAL (1990-2010) .....	291
<b>11. ISABEL BARCA</b>	
EDUCAÇÃO HISTÓRICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....	315
<b>12. MARLY MOTTA</b>	
"SÃO PAULO É A CABEÇA DA NAÇÃO". HISTORIOGRAFIA REGIONAL	
E HISTÓRIA NACIONAL NO BRASIL REPUBLICANO .....	335
<b>13. ÁLVARO GARRIDO</b>	
MUSEUS MARÍTIMOS E CONSERVAÇÃO MEMORIAL.	
A EXPERIÊNCIA DE PROJECTO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO .....	349
<b>14. LUCIA LIPPI OLIVEIRA</b>	
PATRIMÓNIO ONTEM E HOJE: O CASO BRASILEIRO .....	363
<b>15. MANUEL FERREIRA RODRIGUES</b>	
A PRIMEIRA HISTORIOGRAFIA DA INDÚSTRIA PORTUGUESA (1881-1930) .....	375



(Página deixada propositadamente em branco)



## INTRODUÇÃO

João Paulo Avelãs Nunes  
e Américo Freire

Depois de Portugal e o Brasil terem adoptado regimes democráticos, verificou-se um reforço dos níveis de aproximação dos respectivos sistemas de ensino superior e das correspondentes comunidades científicas. Inicialmente fruto de iniciativas individuais, o processo em causa acabou por envolver também instituições de ensino superior e unidades de investigação, o poder político e empresas. Apesar de ser ainda possível aprofundar e aperfeiçoar significativamente este espaço de cooperação, muito foi já concretizado aproveitando, quer a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia/União Europeia, quer a afirmação do Brasil como uma “potência emergente”.

O presente livro, dedicado à análise da evolução das historiografias portuguesa e brasileira no século XX, resulta precisamente da colaboração entre uma instituição portuguesa, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC) e uma organização brasileira, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). De um lado temos uma entidade que mistura a longa duração da Universidade de Coimbra com a relativa novidade de uma unidade de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia; do outro um centro de documentação e investigação de excelência que se transformou, também, numa

escola de ciências sociais no âmbito de uma Fundação que é, igualmente, uma instituição de ensino superior.

Sem a pretensão de se apresentar como “a história” das historiografias portuguesa e brasileira no século XX, esta obra integra textos de vários historiadores e outros cientistas sociais de ambos os países que propõem leituras diversas e cruzadas sobre a relação entre poderes (político-institucionais, religiosos, académicos) e produção de discurso historiográfico, acerca da influência exercida por ambientes intelectuais estrangeiros — nomeadamente francês e alemão, britânico e norte-americano —, sobre a relevância social de tecnologias derivadas da historiografia (didáctica da História, património cultural, museologia), acerca de temáticas particularmente actuais e/ou polémicas da história de Portugal e da história do Brasil (salazarismo e getulismo, colonialismo e pós-colonialismo, ditadura e transições da e para a democracia, empresas e empresários).

Em termos mais específicos, salienta-se a importância da história da historiografia e da história das tecnologias associadas como instrumento de auto-regulação deontológico-epistemológica e teórico-metodológica, na qualidade de vector de avaliação do grau de autonomia dos historiadores e de outros profissionais (da ciência e da tecnologia) face ao Estado e a entidades da “sociedade civil”. Dada a grande variedade de soluções político-ideológicas adoptadas, em Portugal e no Brasil, durante o século XX — regimes liberais conservadores, demoliberais, autoritários, totalitários e democráticos —, estar-se-ia perante um campo de observação particularmente desafiante.

Numa conjuntura em que se assiste em ambos os países — à escala global — a uma sistemática desvalorização da “utilidade prática” da historiografia, de outras ciências sociais e das tecnologias a elas associadas (o “presente contínuo” de que falava Eric Hobsbawm) visou-se, também, combater essa tendência. Procurou-se demonstrar a centralidade das interpretações acerca da realidade social passada, quer na definição de estratégias — operatórias ou ineficazes, sustentáveis ou auto-destrutivas, tendencialmente justas ou injustas — de governação das sociedades actuais, quer na estruturação de mundividências e de ideologias muito ou pouco alienantes e sectárias.

## INTRODUÇÃO

Diante desses e outros desafios que se apresentam à manutenção e ao incremento da produção historiográfica nos (e entre os) dois países, é mister que não deixemos de registrar o nome das pessoas e instituições que tornaram possível a publicação deste livro nos dois lados do Atlântico. Em Portugal, o apoio de Maria Manuela Tavares Ribeiro e de António Pedro Pita, Coordenadores Científicos do CEIS20/UC; de Delfim Leão e Maria João Padez, Diretor e Subdirectora da Imprensa da UC. No Brasil, o apoio de Celso Castro, Diretor do CPDOC/FGV e de Marieta de Moraes Ferreira, Diretora da Editora FGV. Por fim, nossos agradecimentos especiais a todos os colegas que aceitaram o convite para colaborar no presente volume.

Agosto de 2013, Coimbra e Rio de Janeiro





## A HISTORIOGRAFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX OLHANDO O BRASIL...<sup>1</sup>

LUÍS REIS TORGAL<sup>2</sup>

### O Brasil no horizonte do curso de História dos anos sessenta

Quando frequentei a cadeira de História do Brasil no ano de 1963 tive uma sensação de alargamento do meu ainda estreito horizonte historiográfico, que jamais pude esquecer. Era docente dessa disciplina, criada pela reforma de 1957, em que me integrei, um professor de História da Literatura, que pude anos mais tarde ainda visitar em Porto Alegre, Guilhermino César<sup>3</sup>. No pouco tempo que tinha para nos ensinar, dado que essa cadeira era apenas semestral, numa altura em que as disciplinas eram geralmente anuais, deu-nos uma visão sintética (no sentido nobre e preciso do termo) da História do Brasil, ficando nós a compreender a sua unidade e diversidade, que vai desde a terra gaúcha do Rio

---

<sup>1</sup> Esta comunicação tem um sentido de síntese introspectiva, ou de ego-história, devendo ser consultados, para que melhor se entenda o seu sentido, os últimos textos apresentados pelo autor no âmbito desta área, ou seja, “History. What History? The struggle for history as a «science»”, publicado no *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 11, n.1, 2012, pp. 41-54, e “O Estado Novo na historiografia. Uma perspectiva crítica”, in *“Historiografia e Memória”*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 213-247.

<sup>2</sup> Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador de Investigação no grupo “História e Memória” do CEIS20.

<sup>3</sup> Entre alguns livros que nos deixou, refiro aquele que diz respeito a Portugal: *Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição europeia: Crítica e História Literária*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.

Grande do Sul até às florestas do Amazonas, bem como a variedade da sua interpretação historiográfica e sociológica.

Assim, conheci Euclides da Cunha e Gilberto Freire, neste caso não apenas dos livros, mas pessoalmente, pois assisti a uma conferência por ele proferida numa tarde quente de um Verão dos anos sessenta, a tradicional história concisa do integralista Hélio Viana, espécie de “manual” que se publicou até ao presente<sup>4</sup>, como a extensa e pouco interpretativa história de Pedro Calmon<sup>5</sup> (que ainda vim a convidar para escrever um artigo na *Revista de História das Ideias* dedicada ao Pombalismo), como a estruturalista *História Geral da Civilização Brasileira*, em onze volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (1960)<sup>6</sup>, elaborada tendo como modelo a *Histoire Générale des Civilisations*, de Maurice Crouzet, que foi redactor-chefe da *Revue Historique*, bem como os livros de inspiração marxista de Caio Prado Júnior<sup>7</sup>.

Para nós, a quem a generalidade das cadeiras de História era pouco sensível a uma interpretação poliédrica, a cadeira de História do Brasil era, com efeito, uma janela aberta. Não quero dizer que algumas disciplinas não seguissem uma bibliografia actualizada, como, por estranho que pareça, a disciplina de História da Idade Média, ministrada (quando vinha às aulas, o que sucedia poucas vezes) por Torquato de Sousa Soares, um professor de ideologia ultra-conservadora, mas sobretudo as disciplinas de História da Cultura (em especial a de Cultura Clássica, de Maria Helena Rocha Pereira, e a de Cultura Moderna, leccionada por J. S. da Silva Dias). O ensino de Guilhermino César, como o de Sílvio de Lima em Teoria da História e o didactismo filosófico de Miranda Barbosa (apesar da sua assumida postura de direita, era um notável pedagogo) na cadeira de Introdução à Filosofia, as mencionadas unidades escolares de

---

<sup>4</sup> Hélio Viana, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos. A 1.ª edição é de 1945, sucedendo-se várias edições actualizadas, mesmo depois da sua morte, em 1972.

<sup>5</sup> *História do Brasil*, 7 vols., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1963.

<sup>6</sup> Ver sobre esta obra a entrevista de Boris Fausto, “Organizando a História Geral da Civilização Brasileira”, in *Estudos Históricos*. n.º 1. *Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1988, pp. 162-166.

<sup>7</sup> Nomeadamente a *História Económica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editôra Brasiliense, 1962.

História da Cultura (Ferreira Gomes foi o meu professor de emergência e de improviso de História da Cultura Medieval, mas devo-lhe as suas reflexões questionadoras fora do currículo académico), as disciplinas de opção que escolhi de História da Filosofia (sobretudo a leccionada por Miguel Baptista Pereira, a quem intelectualmente tanto devo) e o seminário de Silva Dias traziam uma baforada de ar fresco. Só essas unidades de ensino fizeram que não me tivesse arrependido de ter escolhido o curso de História, para que me levara o ensino notável de Alberto Martins de Carvalho, professor do então Liceu D. João III de Coimbra (agora Escola Secundária José Falcão).

É verdade que ouvíamos falar dos *Annales* e do marxismo (o americano de origem cubana Juan Clemente Zamora, com o seu livro *O Processo Histórico*, era citado por Sílvio Lima) e que os ensaios de António Sérgio nos davam uma outra visão da História de Portugal, por exemplo, com a sua polémica sobre o Seiscentismo, e que Vitorino Magalhães Godinho nos apresentava uma outra perspectiva da história dos Descobrimentos<sup>8</sup> (Jaime Cortesão também). Todavia,... quase era proibido falar deles nas cadeiras que íamos tendo.

O mesmo se passara com o que costume chamar a “nova historiografia da oposição” virada para a História Contemporânea – José Tengarrinha, Augusto da Costa Dias, Victor de Sá, Joel Serrão. Talvez Serrão fosse o único “permitido”, pois o seu *Dicionário de História de Portugal*, publicado a partir de 1963, tinha o cuidado de se ter aberto a historiadores de todas as correntes ideológicas e das várias escolas. Só Silva Dias e o seu seminário do fim de curso nos apontou para uma visão problematizadora da História Contemporânea. Daí surgiu a minha tese de doutoramento, sobre José da Gama e Castro, que, apesar de tradicionalista e contra-revolucionário, me acabou por dar, por oposição, uma visão aprofundada do liberalismo<sup>9</sup>. Só por isso vim para a Universidade,

---

<sup>8</sup> *Os Descobrimentos e a economia mundial*, 2 vols., Lisboa, Arcádia, 1963.

<sup>9</sup> A tese de licenciatura foi apresentada e defendida em 1966. Com base nela vim a publicar mais tarde o livro *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973.

como assistente de Silva Dias (depois de ter estado dois anos na Guiné), em Março de 1970, embora tivesse ainda projectado uma estadia em Angola, nunca concretizada, no departamento de Humanidades que funcionava em Sá da Bandeira (actual Lubango), onde publiquei o meu primeiro artigo<sup>10</sup>.

Mas a historiografia brasileira atraiu-me sempre como uma marca indelével dos meus tempos de estudante.

### **As relações da historiografia e da política portuguesas com o Brasil em tempo de “nacionalismos”**

São velhas, no século XX, e no século XIX, as relações entre a historiografia brasileira e a historiografia portuguesa. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que procurava realizar um projecto de “história nacional”, cuja definição foi primeiro esboçada por Francisco Adolfo Varnhagen<sup>11</sup>, tinha relações com Portugal, e Capistrano de Abreu carteava-se com os nossos historiadores, nomeadamente com João Lúcio de Azevedo<sup>12</sup>.

Recordemos que existia, também em Portugal, um fundo nacionalista na nossa historiografia do tempo da Monarquia constitucional e da República. Através, por vezes, de intelectuais defensores de ideologias tradicionalistas ou de concepções de nacionalismo (geralmente de direita), estabeleciam-se constantes ligações com o Brasil. Lembre-se, a este propósito, as relações da revista *Nação Portuguesa*, dos integristas lusitanos, da *Revista de História* (1912-1927), ligada à Sociedade

---

<sup>10</sup> «José da Gama e Castro. Incidência económica do seu pensamento político», in *Estudos de Humanidades*, vol. I, Sá da Bandeira, 1970, pp. 193-251.

<sup>11</sup> Ver Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projecto de uma história nacional”, in *Estudos Históricos*. n.º 1, pp. 5-27.

<sup>12</sup> *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2.ª edição, vol. II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Ver “A João Lúcio de Azevedo — 1916-1927”, pp. 9-385.



Portuguesa de Estudos Históricos (primeiro sintomaticamente chamada Sociedade Nacional de História), promovida por Fidelino Figueiredo, e até, noutro contexto, de *Lusitânia*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Também é certo que Luís de Montalvor, que esteve secretário de Bernardino Machado no Rio de Janeiro (1912-1915), quando era ali ministro plenipotenciário, e que tinha criado contactos editoriais com o Brasil (foi, com Ronald de Carvalho, director da revista modernista *Orpheu*), haveria de ser o editor, nos anos trinta, da *História do Regimen Republicano em Portugal*<sup>13</sup>, obra essencialmente ideológica (mas com a colaboração de significativos historiadores republicanos, como Jaime Cortesão e Joaquim de Carvalho), defensora dos ideais liberais e nacionais da República, que estavam então a ser postos em causa, sobretudo com a Ditadura, saída da “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926, que abriu as portas ao Estado Novo.

António José de Almeida, por sua vez, foi, em Setembro de 1922, o primeiro estadista português a visitar o Brasil, mas, embora se fizesse acompanhar de alguns intelectuais (como o pedagogo João de Barros), a sua viagem teve mais um sentido de republicanismo nacionalista de tipo político do que propriamente de cariz cultural. No entanto, para celebrar a independência, Carlos Malheiro Dias, um monárquico exilado no Brasil, coordenou a partir dali a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*<sup>14</sup>. Mais uma vez estamos perante uma realização em que convergiram historiadores e intelectuais de diversas tendências e formações — para além do director Carlos Malheiro Dias, Luciano Pereira da Silva, Jaime Cortesão, Duarte Leite, Júlio Dantas, Henrique Lopes de Mendonça, António Baião, F. M. Esteves Pereira, Jordão de Freitas, Paulo Merêa, Pedro de Azevedo, Oliveira Lima. Todos eles, para além de outros, se juntaram numa empresa de cariz nacionalista.

---

<sup>13</sup> *História do Regimen Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1930. Curiosamente, a capa dos fascículos da obra (foi assim vendida, antes de ter uma existência completa) era da autoria do arquitecto germanófilo Cottinelli Telmo.

<sup>14</sup> Carlos Malheiro Dias (director e coordenador) e Roque Gameiro ( direcção artística), *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 3 vols., 1921-1923.

A Faculdade de Letras do Porto, fundada em 1919 por Leonardo Coimbra, procurou dar uma nova dimensão aos estudos de humanidades, incluindo de História. Mas foi extinta cerca de dez anos depois, ficando a marcar sua memória Damião Peres, que passou para Coimbra e que foi o director da *História de Portugal* dita “de Barcelos” (1928-1937, com mais um volume, dedicado à República, em 1954, e outro, dedicado ao Estado Novo, em 1981, de Franco Nogueira), marco incontornável da historiografia portuguesa, que teve a colaboração de outros historiadores ligados ao Porto, como Newton de Macedo ou Ângelo Ribeiro, mas também a Lisboa, como David Lopes, ou a Coimbra, como Paulo Merêa ou Joaquim de Carvalho, grande investigador de História da Filosofia e da Cultura, como o foi, no Porto e depois em Lisboa, mais na sua ligação à literatura, Hernâni Cidade. Personalidade importante de “erudita” foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos, docente em Coimbra, mas também ligada ao Porto, a primeira mulher que foi professora numa universidade portuguesa<sup>15</sup>.

A *Revista da Universidade de Coimbra* dedicou-lhe o volume XI (1933). Nele colaboraram com artigos, essencialmente no campo das humanidades, vários professores ligados à Faculdade de Letras de Coimbra ainda de diversas tendências, hispanistas e alguns brasileiros, como Afrânio Peixoto, Capistrano de Abreu e Rocha Pombo.

Nessa altura, porém, iniciava-se o Estado Novo de Salazar e as relações de Portugal com o Brasil, no domínio da historiografia, como noutras áreas culturais, estruturava-se essencialmente na base de relações integralistas ou neo-integralistas e do nacionalismo de direita do regime. Acima de tudo, isso é evidente por altura do Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas, altura em que o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro (que, como intelectual modernista, sempre percorrera o Brasil em digressões culturais, assim como publicara as suas obras em edições duplas, para Portugal e para o Brasil), celebrou, em 4 de Setembro de 1941, no palácio do Catete,

---

<sup>15</sup> Maria Manuela Gouveia Delille, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Uma Alemã, Mulher e Erudita, em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985.

com Lourival Fontes, dirigente do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), perante o próprio presidente, um acordo cultural luso-brasileiro<sup>16</sup>.

O ponto fundamental desse acordo confirmou-se na publicação da revista *Atlântico*, que iniciou a sua publicação em 23 de Maio de 1942, onde colaboraram intelectuais das mais variadas ideologias, como, por exemplo, Aquilino Ribeiro e Graciliano Ramos, Afrânio Peixoto e o cineasta do regime salazarista António Lopes Ribeiro. Um pouco antes, mesmo antes de se extinguir o *Boletim do Instituto Alemão* (1943), da Faculdade de Letras de Coimbra, que no seu final teve uma orientação pró-nazi, surgia ali, em 1942, o primeiro número da revista *Brasília* (que resultava da fundação da Sala Brasil). Por sua vez, se o prémio “Camões”, concedido a obras estrangeiras sobre Portugal, não foi atribuído a nenhum brasileiro, o prémio de história “Alexandre Herculano” premiou por vezes obras sobre temática brasileira, como a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do jesuíta Padre Serafim Leite (1938), ou *Sertões e fronteiras do Brasil*, de Amadeu Cunha (1945). Por outro lado, algumas teses e obras de pesquisa versavam questões relacionadas com o Brasil, como as obras de Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os limites meridionais do Brasil* (1957) e *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha* (1973)<sup>17</sup>. Entretanto, alguns historiadores brasileiros dedicavam-se também à história de Portugal, já em perspectivas abertas por novos historiadores portugueses, como é o caso de Oliveira França e o seu estudo sobre a Restauração<sup>18</sup> e, em Coimbra, publicava-se nos anos sessenta um es-

---

<sup>16</sup> Cfr. António Ferro, *Estados Unidos da Saudade*, Lisboa, Edições SNI, 1949. Ver a obra de Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, e, da mesma autora, “*Aqui também é Portugal*”. *A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

<sup>17</sup> *A Diplomacia Portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1957, e *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1973.

<sup>18</sup> Eduardo d'Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, 1951.

tudo de história económica, por parte de um historiador que tanto se dedicou à história de Portugal como do Brasil, Manuel Nunes Dias<sup>19</sup>.

A relação institucional entre historiadores de Portugal e do Brasil era de tal ordem que, para além da Universidade de Coimbra ter doutorado *honoris causa* Afrânio Peixoto (1937), que era médico mas também historiador, e Pedro Calmon (1952), então reitor da Universidade do Rio de Janeiro, a recém-criada, em 1936 (decreto-lei n.º. 26.611, de 19 de Maio de 1936), Academia Portuguesa da História, com o seu projecto nacionalista e religioso, concedia, pelos próprios Estatutos (artigo 7.º), dez cadeiras a historiadores brasileiros. Com efeito, por portaria de 30 de Dezembro de 1937, foram nomeados alguns académicos do Brasil, como Afonso Celso, o conhecido autor da obra *Porque me ufano do meu País*, Afonso d'Escragnole Taunay, que, para além de uma obra extensa sobre o Brasil colonial, nomeadamente paulista, com um sentido de «História heróica», foi o autor de um dos manuais escolares mais usados durante várias décadas, Oliveira Viana, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, já várias vezes referidos, conhecidos pela sua historiografia tradicional e pelas manifestações de apoio a Portugal e ao regime de Salazar.

---

<sup>19</sup> *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549. Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo Moderno*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1963. Daqui se conclui que, apesar de tudo e ao contrário do que se possa pensar, a temática da história económica não estava de todo afastada do ensino e da investigação nas Faculdades de Letras, como, de resto, se pode ver pela obra de Virgínia Rau e de Jorge Borges de Macedo, na Faculdade de Letras de Lisboa, bem como pelo curso de história económica organizado por Torquato de Sousa Soares na Faculdade de Letras de Coimbra, na segunda metade da década de quarenta, que teve a colaboração de Charles Verlinden, professor da Universidade de Gand, e Yves Renouard, ambos na lógica da história económica “clássica” (ver João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995, pp. 58-61). A obra de Manuel Nunes Dias já tem outra dimensão epistemológica. De resto, participou com outros historiadores brasileiros, alguns com uma formação marxista (como Fernando Novais e Boris Fausto), numa obra publicada em São Paulo no final dos anos sessenta, intitulada *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

## **O 25 de Abril de 1974, a interrupção e o reatamento de relações com o Brasil**

Pertenço a uma geração que despertou intelectual e politicamente nos anos sessenta e que se dedicou à história contemporânea pela mão de José Sebastião da Silva Dias. Foi o começo de um processo que se foi paulatinamente integrando na Universidade, em especial já depois dos anos setenta, altura em que se iniciou a publicação de obras que constituíram teses de licenciatura, dedicadas ao liberalismo e à contra-revolução antiliberal. Só fora da Universidade havia até então estudos nessa área, na chamada “historiografia de oposição” (já citada), por vezes de emigrados e exilados, que tiveram sobretudo a França como ponto de apoio. Daí o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, em 1991, de Albert Silbert, que se dedicou ao liberalismo português e orientou e influenciou muitos dos nossos investigadores. A historiografia sobre o Estado Novo virá depois, nas vésperas do 25 de Abril, mas sobretudo após este momento revolucionário da história portuguesa.

O marxismo e a “história nova” apareciam, por outro lado, como os modelos, por vezes modelos estereotipados, onde se afirmava o império da história económica e o quantitativismo, se bem que Vitorino Magalhães Godinho, que foi o mentor inicial deste movimento, se mantivesse avesso a qualquer integração em “escolas”. Entretanto, o Brasil passava pela noite da ditadura militar, que se estendeu desde 1964 a 1985, embora a abertura se verificasse já desde 1974. Fernando Novais e Francisco Falcon serão dos primeiros historiadores de história económica e de história político-cultural a interessar-se por Portugal e pelo reatamento das relações da historiografia brasileira e da historiografia portuguesa, ao passo que a portuguesa-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva se dedicava no Brasil a difundir a história portuguesa, sobretudo na área do liberalismo, como depois veio em Portugal a difundir a história do Brasil.

Em Junho 1984, participei no colóquio «O século XVIII e o Brasil», realizado em Brasília (Brasil), como representante do então chamado Instituto de Cultura e Língua Portuguesas (ICALP). Por essa altura ainda me dedicava como investigador à história moderna, nomeadamente aos

séculos XVII e XVIII, no contexto das celebrações do centenário da morte do Marquês de Pombal, que desde 1982 gerou um movimento alargado de relações internacionais, em que participei, o qual promoveu números temáticos de revistas e colóquios. Seguiram-se em 1987 os colóquios sobre a Inquisição, realizados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Lisboa. E, em 1989, anos anteriores e anos seguintes, houve vários colóquios sobre a Revolução Francesa, realizados em vários países, onde participaram historiadores portugueses e brasileiros. Por essa mesma altura fiz várias conferências no Brasil em que falava da historiografia portuguesa e do ensino da História. Daí que me tivesse sido solicitado que, em Setembro de 1991, apresentasse, no Institut Georg-Eckert em Braunschweig (Alemanha), a comunicação: «*La Révolution enseignée au Portugal et au Brésil — une étude comparative*», no contexto de um colóquio internacional dedicado ao tema «*La Révolution Française enseignée dans le Monde*»<sup>20</sup>.

Finalmente, no contexto da história moderna e depois da história contemporânea, estabeleciam-se relações entre Portugal e o Brasil. Nomeadamente investigadores brasileiros faziam os seus doutoramentos em Portugal e não, como até aí, apenas em França ou noutro país da Europa, ou nos Estados Unidos. Foi o caso de Geraldo Mártires Coelho, da Universidade Federal do Pará (Brasil), na Universidade Nova de Lisboa, em 1986, sobre *O Vintismo no Grão-Pará: relações entre imprensa e poder (1820-1823)*, orientada por Joel Serrão. Se era possível criar cátedras ou salas na Universidade de São Paulo que tinham como patronos investigadores portugueses, como sucedeu com Joaquim Barradas de Carvalho<sup>21</sup> — que estabeleceu contactos com historiadores brasileiros e teve grande

---

<sup>20</sup> «*La Révolution Française enseignée au Portugal et au Brésil — une étude comparative*», in *Bilder einer Revolution Images d'une Révolution Images of a Revolution*, Frankfurt/Main-Paris, 1994, pp. 579-588. Versão espanhola: «*La enseñanza de la Revolución Francesa en Portugal y en Brasil: Un estudio comparado*», in *Studia Historica, Historia Contemporânea*, vol. X-XI, 1992-1993, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 91-99.

<sup>21</sup> Ver Carlos Guilherme Mota, “Joaquim Barradas de Carvalho” (Perfis de Mestres), in *Estudos Avançados*, USP, vol. 8, n.º 22, Setembro – Dezembro 1984, e José Jobson Arruda, “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos”, in *A missão portuguesa. Rotas entrecruzadas*, Edição EDUSC – UNESP, 2003.

influência na USP — e Jaime Cortesão, exilado durante largos anos no Brasil, infelizmente, porém, era mais difícil levar a efeito projectos de investigação continuados e com resultados palpáveis. Assim sucedeu com a História da História, para não falar já da tentativa falhada de criar um programa de pesquisa em História da Universidade, no contexto do sétimo centenário da Universidade portuguesa (1990), que fez vir a Portugal alguns colegas brasileiros interessados sobretudo em estudos do século XVIII e nas “Luzes”<sup>22</sup>. Na verdade, se a teoria da História interessou mais à historiografia brasileira do que à portuguesa, o certo é que um projecto de História da História em Portugal e no Brasil não se concretizou senão apenas no caso português<sup>23</sup>, embora já houvesse alguns estudos histórico-interpretativos de síntese sobre a visão no Brasil acerca da historiografia portuguesa contemporânea<sup>24</sup>. Por outro lado, só agora parece vir ao de cima, de novo, um projecto de História da Universidade, de Portugal e do Brasil, num programa de pós-doutoramento que está a ser desenvolvido no CEIS20 por Ângelo Brigatto Éster, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Se o trabalho de arquivo do chamado “Projecto Resgate” tendente a reunir a documentação existente em Portugal do Brasil Colónia foi um dos projectos mais interessantes levados a cabo, já o bem intencionado congresso “Projecto Resgate e Agenda do Milénio”, realizado em São Paulo (Brasil) em Setembro de 2000, que pretendia criar um plano de investigação dos dois países no domínio da História para o século XXI, não trouxe até agora resultados positivos, para além da publicação das suas actas<sup>25</sup> ou pouco mais. O mesmo se pode dizer, num contexto

---

<sup>22</sup> *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*. Actas do congresso «História da Universidade» (no 7.º Centenário da Fundação da Universidade de Coimbra), 5 vols., Coimbra, 1991.

<sup>23</sup> Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Séculos XIX e XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 (2.ª edição académica em 2 volumes: Lisboa, Temas e Debates, 1998).

<sup>24</sup> Francisco Falcon, “Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo”, in *Estudos Históricos*, n.º 1, *Caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1888, pp. 79-99.

<sup>25</sup> José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca, *Brasil - Portugal: História, agenda para o milénio*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

cultural e científico mais amplo, com a criação de uma “Universidade dos Sete”, que constituiu uma das lutas perdidas levada a efeito pela embaixada do Brasil em Portugal e pelo historiador Caio Boschi<sup>26</sup>, como de resto tem sido pouco frutuosa a formação de uma comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), que agora assume o nome de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O que verdadeiramente tem sido rico é o contacto disperso, mas ainda assim contínuo, de centros de investigação e universidades de Portugal e do Brasil, com a realização de colóquios, cujas actas têm sido publicadas, nalguns casos em livros ou *on line*. É o caso das relações, na Universidade de Coimbra, entre o Instituto de História e Teoria das Ideias com várias instituições brasileiras no domínio da teoria da História e através de Fernando Catroga, do Instituto de História Económica e Social, do Centro de História da Sociedade e da Cultura e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), com as universidades do Rio Grande do Sul e do Paraná<sup>27</sup>, mas sobretudo com a Fundação Getúlio Vargas (no Rio de Janeiro), com as Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, com a Universidade de São Paulo ou a Universidade Federal do Ceará. Temas como “A experiência da I República em Portugal e no Brasil”, como “Tradição e Modernidade”, assim como a problemática referente aos Estados Autoritários e Totalitários, às lutas contra eles e aos problemas da República e da Democracia, têm sido objecto de colóquios conjuntos<sup>28</sup>, tendo a

---

<sup>26</sup> Caio Boschi, *Universidade dos Sete, Universidade Emergente*, 1994.

<sup>27</sup> Dois colóquios se realizaram entre o CEIS20 e a Universidade Federal do Paraná, subitamente interrompidos. No entanto ainda se publicaram as actas do segundo congresso realizado em Coimbra: Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal/Brasil - Uma Visão Interdisciplinar do século XX* (Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003), CEIS20 / Quarteto, 2003. Deve destacar-se ainda as relações continuadas de Rui Cunha Martins, do IHTI e do CEIS20, com a PUC/RS (de Porto Alegre), no âmbito de um projecto de pesquisa sobre o problema das fronteiras.

<sup>28</sup> O CEIS20, através do grupo de pesquisa “Arquivo da Memória e História do Século XX” (agora “História e Memória”), estabeleceu um acordo de investigação com os departamentos de História da USP e da Universidade de Bolonha, que originou já sete colóquios, de que se publicaram as actas de cinco: Matteo Passeti (Coord.) - *Progetti Corporativi tra le Due Guerre Mondiali*. Roma, Carocci, 2006 (I Encontro, Bolonha, 2005), Maria Luiza Tucci Carneiro e Federico Croci (orgs.), *Tempos de Fascismo. Ideologia, intolerância e imaginário*,



Universidade do Estado do Ceará promovido cursos sobre temas de História Contemporânea e estando a tentar abrir-se à história dos países africanos de expressão portuguesa.

A história da Educação tem sido também uma área que tem promovido um intercâmbio persistente, desde o primeiro congresso luso-brasileiro no final dos anos noventa<sup>29</sup> e desde a publicação da *Revista Lusófona de Educação*.

No entanto, os estudos luso-brasileiros – apesar de lusitanistas estrangeiros terem promovido publicações luso-brasileiras, como a que se edita na Universidade de Wisconsin (Madison), *Luso-Brazilian Review* – têm sido mais encarados em termos de “história paralela” do que em termos de história interterritorial. Assim, se José Tengarrinha e José Jobson Arruda lançaram no Brasil uma obra de historiografia portuguesa e de historiografia brasileira paralelas e uma *História de Portugal*<sup>30</sup>, se Heloísa Paulo, Maria Bernardete Ramos e Élio Serpa fizeram algo de idêntico em relação às duas histórias<sup>31</sup>, se a citada Maria Beatriz Nizza da Silva, conjuntamente com Márcia Graf e Cecília M. Westphalen, não deixaram de divulgar uma súmula sobre a história brasileira<sup>32</sup>, se Armando Malheiro da Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro

---

São Paulo, EDUSP – Arquivo Público do Estado de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 (II Encontro, 2006), Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (Coord.) - *Estados Autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008 (III Encontro, Coimbra, 2007), Carlos Cordeiro (Coord.) - *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*, Coimbra – Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2011 (IV Encontro, Ribeira Grande, 2008), Matteo Pasetti (Coord.) - *Tra due crisi. Urbanizzazione mutamenti social e cultura di massa tra gli anni Secenta e gli anni Settanta*. Bolonha, Quderni di Storicamente -Archetipolibri, 2013 (V Encontro, Bolonha, 2010)

<sup>29</sup> 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. 1500-1970*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1998.

<sup>30</sup> *Historiografia Luso-Brasileira*, Bauru, Editora da Universidade Sagrado Coração, 1999, e *História de Portugal*, organizada e apresentada por José Tengarrinha e prefaciada por José Jobson Arruda, São Paulo, Instituto Camões – UNESP – EDUSP, 2001.

<sup>31</sup> *O Beijo Através do Atlântico. O lugar do Brasil no Panlusitanismo*, Chapecó, Argos, 2001.

<sup>32</sup> Márcia Graf, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cecília M. Westphalen, *História do Brasil. Colônia - Império - República*, Porto, Universidade Portucalense, 1991.

e Stefano Salmi, coordenaram um livro com duas edições uma em português e outra em italiano, sobre história comparada da República no Brasil, em Portugal e na Itália<sup>33</sup>, se António Costa Pinto, Francisco Martinho e Carlos Palomanes escreveram um estudo de síntese comparado do Estado Novo português e do Estado Novo brasileiro, nomeadamente no que diz respeito ao Corporativismo<sup>34</sup>, o certo é que poucos foram os historiadores que em Portugal e no Brasil entraram directamente em equação com o Brasil independente na sua historiografia e com o velho Estado colonizador em época posterior à sua independência. Apenas como exemplos de excepção (se assim se podem chamar), recordem-se os casos de Heloísa Paulo<sup>35</sup>, Carmem G. Burgert Schiavon<sup>36</sup>, Valentim Alexandre<sup>37</sup> ou Cláudia Castelo<sup>38</sup>.

Isso deve-se, por um lado, ao facto de em Portugal não haver tendência para investigar sobre história de outros países (nem mesmo se tem enfrentado com decisão o problema histórico da colonização e da descolonização recentes) e, por outro, pelo lado brasileiro, entre outros motivos, talvez porque haja ainda dificuldade em estudar a história do ex-colonizador, mesmo que essa descolonização se tivesse feito há quase dois séculos.

---

<sup>33</sup> Armando Malheiro da Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro e Stefano Salmi (Coordenadores), *República, republicanismo e republicanos. Brasil, Portugal, Itália*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011. A edição italiana foi já publicada.

<sup>34</sup> Francisco Martinho, Carlos Palomanes e António Costa Pinto, *O Corporativismo em Portugal: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>35</sup> *Propaganda e Estado Novo em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994. Ver também “*Aqui também é Portugal*”. *A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

<sup>36</sup> *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*, PUC/Rio Grande do Sul, 2007.

<sup>37</sup> *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.

<sup>38</sup> Cláudia Castelo, «*O Modo Português de estar no Mundo*». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998.

## A concluir

Se se pode dizer que o século XX marcou a abertura da historiografia portuguesa, o século XXI tenta continuar esta longa e difícil caminhada, apesar da crise que assola a Europa e o mundo, em que a cultura e a ciência foram subalternizadas por visões economicistas e pela afirmação de ciências sociais ilusoriamente rentáveis que têm justificado, nos últimos anos, um circuito mais constante e contínuo entre investigadores brasileiros e portugueses.

Como saber que procura constantemente abandonar a sua pretérita concepção de “história de heróis” ou de “história tribunal”, como ciência mais “dura” que é, no âmbito das ciências sociais e humanas, como conhecimento mais ligado à “realidade” e problematizador da “realidade”, a História não se tem afirmado internacionalmente, nos derradeiros tempos, com a mesma força do que a Economia, a Gestão, a Sociologia, a Politologia, a Ciência da Informação, as Ciências da Comunicação e as Ciências da Educação (não me refiro aqui à história da Educação), ciências que se têm mais colocado ao serviço da globalização, através de ideologias e práticas diversas. Mas, felizmente, começa a perceber-se que sem um conhecimento “documentado” da realidade passada, que também é realidade “presente”, não é possível entender-se o processo histórico que todos reclamam ser importante conhecer, sem de facto o quererem conhecer.

De resto, é evidente que todas as análises do presente e do futuro foram por vezes mistificadas não pelas ciências mas pelas “artes” ditas “produtivas”, porque se puseram ao serviço de interesses inconfessáveis, quando qualquer historiador, nomeadamente um historiador de história económica, percebia o que se estava a passar, pelo que interpretou antecipada e facilmente a crise presente. A questão principal da Europa e do Mundo é não dar maior importância às questões culturais que parecem inúteis, perturbadoras do negócio (*nec-otium*), quando o ócio (*otium*) é um dos bens mais significativos da humanidade.

No caso que estivemos a analisar, numa certa perspectiva de ego-história, pode dizer-se que foi um certo idealismo político e cultural o

causador do complexo de relações entre Portugal e o Brasil, no domínio da História, como no domínio das Artes e das Humanidades em geral, assim como têm sido os interesses “produtivos” um dos motivos do afastamento que se vai verificando. O pragmatismo, dito de “esquerda” ou de “direita”, mas geralmente sem “alma”, não é nunca um elemento ao serviço das relações entre os povos, que passam, sobretudo, por razões culturais, para as quais a História e as Humanidades têm necessariamente de dar um contributo fundamental, conjuntamente com outras ciências, desde que se afastem do oportunismo dos nossos tempos, próprio da sociedade neoliberal, por vezes ligada a uma noção de progresso científico e tecnológico “posicionado”. Há mesmo de ter em conta que uma lógica neo-moderna, apartada de análises de rigor, pode estar afastada de uma ciência que revolucionariamente, através da análise da “realidade”, avança pela linha do idealismo e mesmo da utopia.

Ao terminarmos com esta reflexão, aparentemente despropositada, só desejamos chamar a atenção para a importância das relações historiográficas entre os dois povos, de Portugal e do Brasil, sem as quais outro tipo de relações, de natureza política ou económica, se colocam ao serviço de um sistema capitalista que cada vez mais se impõe no espaço global. Por isso agradeço o convite do João Paulo Avelãs Nunes e congratulo-me de ter aberto com a colega Lúcia Guimarães este colóquio sobre “Historiografia portuguesa e brasileira no século XX”. É sinal de que as Universidades e os centros de investigação dos dois países continuam a desenvolver um trabalho conjunto de verdadeira ligação científica e cultural.

## OS CONGRESSOS DE HISTÓRIA E OS PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

Agradeço aos organizadores, em especial, o Prof. Américo Freire, o convite para participar desse Colóquio Internacional, que busca refletir sobre o percurso cumprido pelas historiografias portuguesa e brasileira, no século XX. Devo dizer que estou muito honrada com a lembrança do meu nome, mas, ao mesmo tempo apreensiva, diante da responsabilidade de substituir minha amiga e colega Angela de Castro Gomes na abertura dessa jornada acadêmica,

Congressos, seminários e eventos do gênero, como se sabe, são bons termômetros para se avaliar a atualização do conhecimento histórico. Além de incrementar a circulação de idéias e a troca de experiências, propiciam a reflexão conjunta sobre bibliografias, fontes disponíveis, temas de estudo e métodos de trabalho. A memória desses encontros, geralmente publicada sob a forma de *Anais*, constitui obra de referência, integrada pelo somatório das contribuições apresentadas. Representa, portanto, um extenso inventário, uma espécie de (...) *pedra angular* da disciplina e ao mesmo tempo material de trabalho, uma vez que serve de ponto de partida para novas investigações<sup>1</sup>, como é o caso do exercício, que passo a expor.

---

<sup>1</sup> Sobre a importância acadêmica dos congressos, ver, RASMUSSEN, Anne. "Congrès Internationaux". In: JULLIARD, Jacques, & WINOCK, Michel. *Dictionnaire des intellectuels français: les personnes, les lieux, les moments*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p.306.

Em 15 de junho de 1951, nas páginas do jornal *Correio da Manhã*<sup>2</sup>, Sérgio Buarque de Holanda oferece um balanço dos estudos históricos no Brasil, na primeira metade do século XX, em que aponta o papel desempenhado por João Capistrano de Abreu (1853-1927), a quem atribui a abertura de novos horizontes na pesquisa e na construção do saber histórico. Assinala que à exceção da copiosa busca documental empreendida por Francisco Adolfo de Varnhagen nos anos oitocentos, Capistrano, melhor do que ninguém, revelou, valorizou e bem aproveitou os testemunhos escritos da nossa formação nacional. Seus *Capítulos de História Colonial*, cuja primeira edição data de 1907, constituem um programa de trabalho. Entretanto, lamenta Sérgio, a consecução desse programa não fora levada avante no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por historiadores contemporâneos, da estatura de João Pandiá Calógeras, de Guilherme Studart e de Rodolfo Garcia, entre outros.

De fato. Os encaminhamentos sugeridos pelo autor dos *Capítulos* só começariam a influenciar as investigações e a escrita da história do Brasil algumas décadas após a sua morte, apesar do reconhecimento que desfrutara em vida, junto aos seus pares. A decalagem entre a recepção e a apropriação das idéias desenvolvidas nos *Capítulos* pode ser percebida através da análise comparativa de dois eventos-chave da historiografia brasileira da primeira metade do século passado: o primeiro e o quarto congressos de história nacional, promovidos pelo Instituto Histórico, respectivamente, em 1914 e 1949.

Entre os anos 1910 e 1920, a intelectualidade brasileira experimentava uma fase de efervescentes manifestações de nacionalismo. Reflexo da crise internacional que iria desaguar na primeira Grande Guerra, à medida que esse apostolado se intensificava, crescia a onda de interesse pelas questões nacionais. Tratava-se, por assim dizer, da versão nativa de um fenômeno mundial, denominado de *patriotismo modelo 1914*, por Maurice Agulhon<sup>3</sup>. Ora, os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, entre as

---

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. *CM - Suplemento Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951, p. 1-3.

<sup>3</sup> Cf. AGULHON, Maurice. *Histoire vagabonde III*. (La politique en France, d’hier à aujourd’hui). Paris: Gallimard, 1996, p. 12.

lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria. Em 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, de grande repercussão nos meios políticos e intelectuais, intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”, em que salientava a necessidade de (...) *reforçar o sentimento nacional*, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Para tanto, entre outras medidas, recomendava ao Instituto organizar um congresso de história pátria, aberto à participação de estudiosos de todo o país<sup>4</sup>.

A sugestão de Oliveira Lima redundaria na convocação do I Congresso de História Nacional, daqui por diante denominado apenas de I Congresso, que teve lugar no IHGB, entre 7 e 14 de setembro de 1914. O evento contemplou o espaço de tempo compreendido entre 1500-1871. A fixação desta última data-limite buscava incorporar à história nacional boa parte do Segundo Reinado, período que nos anos subseqüentes à proclamação da República fora relegado ao *deserto do esquecimento*, segundo a expressão de Joaquim Nabuco, com a mudança do regime político no Brasil, operada em 1889<sup>5</sup>. A par disso, a escolha também é tributária da noção de distanciamento, defendida no Instituto desde a sua fundação, como necessária para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção. Em outras palavras, significava deixar de lado o exame de uma das fases mais conturbadas da nossa história política, a que se estende entre a queda da monarquia e a consolidação do regime republicano<sup>6</sup>.

A programação era constituída por 93 proposições, que se distribuíam por nove seções de trabalho, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos, de acordo com a tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*<sup>7</sup>, obra naquela altura estimada como a *bíblia* do método histórico<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. “O atual papel do Instituto Histórico”. In: \_\_\_\_\_, *Obra Seleta*. Org. de Barbosa Lima Sobrinho. RJ: Inst. Nac. do Livro, 1971, p.718-724 (Coleção Centenário, v. 3).

<sup>5</sup> NABUCO, Joaquim. “Discurso de posse”. R. IHGB, Rio de Janeiro, 59 (94): 310, 1896.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006, p. 82.

<sup>7</sup> A 1.ª edição do manual data de 1898. Utilizamos a re-edição de 1992. Cf. LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Éditions Kimé, 1992, p.201-202.

<sup>8</sup> Cf. RÉBÉRIOUX, Madeleine. “Préface”. Idem, p.7.

**Quadro nº 1****IHGB, I Congresso de História Nacional:****Distribuição do temário por seção**

SEÇÕES/CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	TEMAS PROPOSTOS	
	N.ºs Absolutos	%
1 - História Geral do Brasil	11	12,0
2 - História das Explorações Geográficas	11	12,0
3 - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	07	7,5
4 - História Constitucional e Administrativa	18	19,3
5- História Parlamentar	09	9,5
6 - História Econômica	09	9,5
7 - História Militar	07	7,5
8 - História Diplomática	06	6,5
9 - História Literária e das Artes	15	16,2
<b>Total:</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. IHGB, Rio de Janeiro: IHGB: Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

Os campos de investigação escolhidos e a distribuição respectiva do temário demonstram sintonia com as principais tendências da historiografia europeia dos primeiros anos do século XX<sup>9</sup>. Privilegiava-se o campo da história política e territórios correlatos (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar). Mas, a incidência de matérias na seção de *História das Explorações Geográficas* também sinaliza familiaridade com orientações emanadas dos grandes centros universitários do Velho Mundo, nos quais a geografia histórica se consolidava como uma

<sup>9</sup> Para efeito de comparação, ver os levantamentos de BOER, Pim den. *History as profession. The study of history in France, 1818-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998, p. 333-335.



nova área de estudos<sup>10</sup>. O mesmo se aplica às proposições alocadas em certas especialidades consideradas na época como “emergentes”, como é o caso da *história econômica* e da chamada *história das explorações arqueológicas e etnográficas*<sup>11</sup>.

Por outro lado, o expressivo percentual de assuntos agrupados nos domínios da *história literária e das artes* constitui uma pista das preocupações nacionalistas do Instituto. A escolha desses tópicos evidencia a intenção de salientar e jogar luz sobre certos conhecimentos, que poderiam ajudar na modelagem da consciência nacional, como as letras, a música, os costumes e as manifestações religiosas.

O temário da seção de *história geral do Brasil* demarcava as grandes linhas de força, que serviam de fio condutor para os demais segmentos do Primeiro Congresso. A opção metodológica de partir da história geral para as histórias especializadas, mais uma vez, apoiava-se nas premissas formuladas por Langlois & Seignobos. Identificavam-se os fatos gerais, delimitadores das sucessivas etapas da *evolução* da sociedade, formando dois grandes eixos temáticos, construídos a partir da divisão cronológica da história do Brasil segundo os regimes políticos, ou seja, a Colônia e o Império. As balizas temporais utilizadas para pontuar os respectivos fracionamentos foram fixadas, consoante a categoria dos chamados *grandes acontecimentos de natureza política*<sup>12</sup>.

Compareceram ao I Congresso duzentos estudiosos, provenientes de diferentes localidades brasileiras, o que para a época representa uma afluência

---

<sup>10</sup> Sobre a colaboração entre historiadores e geógrafos no início do século XX, ver, HIGOUNET, Charles. “La Géohistoire”. In: SAMARAN, Charles (dir.). *L’histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1973, p. 78-82. (Encyclopédie de La Pléiade, v.11). Ver, também, BOER, Pim den. Op. cit., p.335.

<sup>11</sup> Cf. BURKE, Peter. “Quanto é nova a nova história”. In: \_\_\_\_\_ (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 16-25.

<sup>12</sup> O programa da seção de *história geral do Brasil* era formado pelos seguintes tópicos: 1 O descobrimento do Brasil. 2 A colonização, capitânias. 3. Estabelecimento de um governo Geral, os primeiros jesuítas. 4. O domínio espanhol. 5. Os holandeses no Brasil: o governo de Maurício de Nassau. 6. O padre Antonio Vieira. 7. Política do Marquês de Pombal. 8. Tentativas de Independência. 9. A Corte Portuguesa no Brasil. 10. Primeiro Império, os governos da regência. 11. O Segundo Império até 1871.

de público bastante expressiva. Os *Anais* reportam a exposição de cento e dois trabalhos, dos quais noventa e cinco foram integralmente editados.

## Quadro nº 2

### IHGB: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional: Distribuição das comunicações publicadas por seção

SEÇÕES/COMUNICAÇÕES	N.ºs Absolutos	%
1 - História Geral do Brasil	25	26,4
2 - História das Explorações Geográficas	11	11,5
3 - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	05	5,2
4 - História Constitucional e Administrativa	20	21,1
5 - História Parlamentar	08	8,4
6 - História Econômica	05	5,2
7 - História Militar	11	11,5
8 - História Diplomática	03	3,2
9 - História Literária e das Artes	07	7,5
<b>TOTAL:</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

Fonte: IHGB, Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

A distribuição por seções das comunicações publicadas nos *Anais* acompanha as mesmas tendências já apontadas no exame do quadro nº 1. Observa-se, nitidamente, o predomínio da história política e territórios conexos, respondendo por 71% dos textos. Mas, em que pese o esforço de erudição dos autores, afinados com os cânones da *escola metódica*<sup>13</sup>, prevalecem as mesmas perspectivas de interpretação da historiografia brasileira oitocentista. A maioria dos estudos relativos à América portuguesa permanece ancorada na

<sup>13</sup> Sobre a escola metódica, ver BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. “O discurso do método”. In: \_\_\_\_\_, *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., p. 101-104.

*História geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, o que confirma a bem humorada apreciação de Oliveira Lima, de que a obra de Varnhagen (...) *foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento* (o grifo é nosso)<sup>14</sup>. Por sua vez, as narrativas que se ocuparam do período reinol e do processo da independência reproduzem as premissas da *História da fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva (1864-1868). Já nos trabalhos sobre o jogo político do Segundo Reinado, a citação obrigatória recaía na obra *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco (1897-1899).

Na composição dos *Anais*, de acordo com o quadro nº 2, verifica-se que os 29% dos textos restantes repartiam-se entre as demais seções, com os seguintes percentuais: 11,5% tratam de temas pertinentes ao campo da geografia histórica; 7,5% de *história literária e das artes*; 5,1% de *história econômica*; e 5,1% *história das explorações arqueológicas e etnográficas*. Note-se que os dois últimos segmentos correspondem às especialidades que então despontavam no panorama historiográfico, ditas “emergentes”. A leitura dessas contribuições traz algumas surpresas. Sobretudo no que diz respeito aos enfoques utilizados por certos trabalhos. No âmbito da *história econômica*, merecem registro duas monografias: “Dívida do Brasil, pública e privada” e “A circulação. Crise do *xem-xem*, evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864”<sup>15</sup>. Os autores de ambas utilizam métodos que mais tarde seriam próprios da história serial e chegam a conclusões instigantes, considerando a cultura histórica do início do século XX. Na primeira, por meio do exame da dívida passiva do Tesouro Nacional, demonstra-se que a contratação de empréstimos externos e internos foi uma prática regular dos gabinetes imperiais, objetivando cobrir os

<sup>14</sup> LIMA, Manuel de Oliveira “Elogio a Varnhagen”. In: \_\_\_\_\_, *Obra Seleta...* Op. cit. p.551.

<sup>15</sup> Os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, lamentavelmente, não oferecem maiores informações sobre F. T. de Sousa Reis. O *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* de Rubem Borba de Moraes também não apresenta nenhuma entrada com esse nome, nem o *Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Sobre A. B. Ramalho Ortigão, aliás, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, sabe-se apenas que participou do projeto da Academia de Altos Estudos do Instituto Histórico, tendo ministrado cursos da disciplina História das Doutrinas Econômicas no Brasil. Cf. FLEIÚSS, Max *Recordando .... (Casos e perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, v.1, p. 235-238.

déficits das contas públicas, no período entre 1824 e 1871. A segunda, através de sofisticados tratamentos estatísticos, revela o modo como governo de d. Pedro II servira-se do recurso da emissão de papel moeda, para *mascarar* os danos das crises financeiras, que em diferentes momentos afetaram a economia, contribuindo assim para o aumento da inflação no país.

Nos segmentos dedicados à *história das explorações arqueológicas e etnográficas* e à *história literária e das artes*, ao lado de narrativas dirigidas para a valorização da nacionalidade, despontam análises originais que exploram os relatos de naturalistas e viajantes do século XIX<sup>16</sup>. Nos domínios da *história literária e das artes*, vale destacar a dissertação intitulada “Do teatro no Brasil”<sup>17</sup>, bem como monografias que jogam luz sobre a pintura, os costumes do cotidiano e o cancionero dos bandeirantes<sup>18</sup>. Trata-se de um conjunto de textos sobre aspectos da cultura brasileira que só mais tarde, na década de 1930, haveriam de ser incorporados às análises historiográficas, com os trabalhos de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. O mesmo se pode afirmar a respeito dos estudos de geografia histórica, que sob o rótulo de *história das explorações geográficas* devassam os itinerários dos bandeirantes, a conquista e o povoamento do território<sup>19</sup>.

De um modo geral, os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional* evidenciam que a historiografia brasileira, no alvorecer no século XX, mostrava-se bastante familiarizada com as principais tendências europeias que orientavam o estudo da disciplina. Combinavam-se as noções da *escola metódica*, em especial na sua vertente francesa, representada por Langlois & Seignobos, com o ideário do *patriotismo à moda 1914*, o que conferia à escrita da história um caráter científico, mas ao mesmo tempo pragmático, voltado para enaltecer os fastos nacionais e oferecer bons exemplos de civismo às gerações mais novas.

---

<sup>16</sup> Ver, entre outros, SAMPAIO, Teodoro. “Os naturalistas viajantes dos séculos XVII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Op. cit., v. 2, p.543-594.

<sup>17</sup> Cf. PAIXÃO, Múcio da. “Do teatro no Brasil”. Idem, v.5, p. 675-722.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, ROSA, Francisco Luiz da Gama. “Costumes dos povos nos nascimentos, batizados, casamentos e enterros”. Idem, *ibidem*, p. 735-746.

<sup>19</sup> Ver, a esse respeito, DERBY, Orville. “Estudos cartográficos na primeira fase dos descobrimentos da América”. Idem, v. 2, p. 325-344.

O panorama da cultura historiográfica nacional pouco se alterou nos anos subseqüentes à realização do I Congresso, apesar da emergência, nos anos 1930, das obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, os chamados intérpretes do Brasil, hoje em dia percebidos como clássicos da nossa historiografia. Convém salientar que a recepção tardia desses autores, em boa parte, deveu-se à política cultural desenvolvida durante a chamada “era Vargas”, mormente no período do Estado Novo, quando se procurou através da história legitimar o regime implantado em 1937, além de reforçar o culto à nacionalidade, como já o demonstrou Angela de Castro Gomes, no livro *História e Historiadores*<sup>20</sup>.

Quanto à influência das idéias de Capistrano de Abreu, após o seu desaparecimento, em 1927, iniciou-se um movimento de valorização da obra por ele deixada. O culto a Capistrano, por assim dizer, ganhou vida com o aparecimento da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969), criada por iniciativa de amigos, discípulos e admiradores<sup>21</sup>. De quebra, as concepções de história e os vieses interpretativos por ele defendidos disseminaram-se por diversos espaços acadêmicos e ganharam corpo nos trabalhos do Instituto Histórico.

Em 1948, a propósito do quarto centenário da fundação da cidade de Salvador e da instituição do Governo Geral no Brasil, o Instituto decidiu promover o IV Congresso de História Nacional, daqui por diante denominado somente de IV Congresso. A reunião científica realizou-se entre abril de 1949. Dedicada à história da colônia, além de estudiosos brasileiros, os organizadores esperavam atrair a presença de especialistas estrangeiros, sobretudo oriundos da velha metrópole, já que em última análise privilegiava-se a história da América portuguesa<sup>22</sup>.

O evento dividiu-se em oito seções acadêmicas, que correspondiam aos seguintes campos de investigação: história geral; geografia histórica e cartografia; etnografia; história econômica e social; história militar e diplomática;

---

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>21</sup> Ver, GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006, p. 59, mimeo.

<sup>22</sup> IHGB, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, v. 1, p. 5-6.

religião, ciências, letras e artes; instituições políticas e jurídicas, e bio-bibliografia. O recorte temporal, obviamente, contemplou o período compreendido entre 1500 e 1763, ano da transferência da sede do governo geral de Salvador para o Rio de Janeiro. A periodização estabelecida e a diversidade de campos de investigação propostos denotam a intenção do Instituto de promover uma grande revisão do conhecimento disponível sobre o período colonial, com ênfase no chamado *ciclo baiano*.

### Quadro nº 3

#### IHGB, IV Congresso: Distribuição de temas por seção

SEÇÕES/CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	Temas propostos	
	N.ºs Absolutos	%
1. História geral do Brasil	41	34,5
2. Geografia Histórica e Cartografia	11	9,2
3. Etnografia	11	9,2
4. História Econômica e Social	16	12,5
5. História Militar e Diplomática	10	7,7
6. Religião, ciências, letras e artes	12	10,1
7. Instituições Políticas e Jurídicas – Evolução das cidades	09	7,5
8. Bio-bibliografia	09	7,5
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadro elaborado com informações registradas nos Anais do IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, 1950-52, 13v.

O arcabouço do IV Congresso, como se pode perceber, ainda obedece os cânones da historiografia europeia do início do século XX<sup>23</sup>. Tal qual ocorrera na jornada científica de 1914, partia-se da história geral para as chamadas

<sup>23</sup> Para efeito de comparação, ver os levantamentos de BOER, Pim den. *History as profession. The study of history in France, 1818-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998, p. 333-335.

histórias especializadas. Porém, tanto a divisão das seções, quanto a escolha dos respectivos temários demonstram algumas reorientações de natureza teórico-metodológica, sobretudo o recuo da hegemonia da história política e das disciplinas correlatas (história militar, história diplomática, história constitucional e história administrativa). Se esses domínios na pauta do I Congresso respondiam por cerca de 70% dos assuntos indicados para exame, o percentual cai para 49%, no programa proposto em 1949, permitindo a expansão de outros campos, como a “Geografia histórica e cartográfica” e a “História econômica e social”. Na programação, o rol de assuntos dessas duas especialidades somado com os de “Etnografia” e da seção denominada “Religião, ciências, letras e artes” alcança, aproximadamente, 41% do total do temário escolhido para discussão<sup>24</sup>.

Outras novidades se evidenciam. No segmento dedicado à “História geral do Brasil”, as matérias já não se limitavam apenas à categoria dos *faits geradores* de natureza política. Ao lado de tópicos pontuais, como “Vice-Reis na Bahia” e “Governadores do Rio de Janeiro”, despontam proposições cujos enunciados sugerem um enfoque interdisciplinar, a saber: “Sertanismo quinhentista. Resistência indígena e conquista sistemática”; “A Bahia do século XVII. A Casa da Torre e o devassamento dos sertões. Missões do rio São Francisco”. Ou, ainda, “São Paulo no século XVII. As grandes entradas. Direções do povoamento”. A par disso, nota-se a inserção de alguns assuntos que atualmente seriam alvo das preocupações da história cultural, a exemplo de “O Caramuru na história, na literatura e na lenda”.

À primeira vista, tanto a renovação temática, quanto a mudança no foco das abordagens poderiam levar o leitor a deduzir que a programação se apoiava nos avanços recentes experimentados pela historiografia francesa, tributários do movimento de *Annales*, cuja disseminação se acelerou no pós-guerra<sup>25</sup>. No entanto, a suposição cai por terra, à medida que se passa a dissecar o

---

<sup>24</sup> Ver, GUIMARÃES, Lucia. M.P. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 170-171.

<sup>25</sup> Ver, COUTAU-BEGARIE, Hervé. *Le phenomene “Nouvelle Histoire”: Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983, p. 6-7. Ver, também, BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 42-43.

conteúdo do programa elaborado pelo IHGB. O número expressivo de itens direcionados para o estudo da ocupação e do povoamento do interior brasileiro, bem como para o tratamento dispensado à formação da sociedade colonial, apontam para outra direção. Melhor dizendo, constituem fortes indicativos da ascendência de matriz historiográfica nacional, em particular, as contribuições de Capistrano de Abreu<sup>26</sup>.

Inspiradas no programa de pesquisa delineado por mestre Capistrano, as proposições do Instituto sublinhavam a importância da paisagem natural no processo de constituição e de evolução dos grupos humanos. Para se ter uma idéia, basta dizer que a questão da ocupação do *hinterland* brasileiro aparece explorada por diversas perspectivas. Expressa, a princípio, na parte relativa à história geral, desdobra-se pelas seções de cartografia histórica, de etnografia e de história econômica e social. Neste último segmento, por sinal, a formulação dos conteúdos propostos pelo IHGB segue *pari passu* os enunciados dos *Capítulos de história colonial*<sup>27</sup>.

A valorização dos habitantes da capitania de São Vicente na expansão territorial, rumo ao sul e ao oeste, constitui outro indício da ascendência de Capistrano<sup>28</sup>. Do mesmo modo, as abordagens por ele consagradas transparecem na redação dos tópicos da seção de “Etnografia”, assim como no tratamento dispensado à população nativa da Terra de Santa Cruz, desde o cuidado com a localização das tribos indígenas no século XVI, até a recuperação dos traços remanescentes da sua cultura.

---

<sup>26</sup>. Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998 e ABREU, J. Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

<sup>27</sup> Veja-se, dentre outros, o tema: “Criação de gado. As grandes fazendas. Expansão sertanista. O rio São Francisco. A pecuária e a penetração sertanista no nordeste”. A seqüência da matéria apresentada acompanha o raciocínio desenvolvido nos *Capítulos*, na parte intitulada “O sertão”. A observação também é válida para os itens: “O fumo no Brasil colonial” e “A pequena agricultura no Brasil colonial” Cf. ABREU, J. Capistrano de. “O Sertão”. In: \_\_\_\_\_, *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, op. cit., 107-155.

<sup>28</sup> A importância que costumava atribuir a essa questão também se encontra externada nos *Capítulos*. Idem, p. 110-117. Ver, ainda, ABREU, J. Capistrano de. “Carta de (...) a Afonso Taunay, dia de São Bertoldo e São Columbano [1904?]”. \_\_\_\_\_, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v.1; edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p.276.



Amparada nas premissas do historiador cearense, a programação proposta pelo Instituto Histórico se mostrava determinada a ultrapassar os *paradigmas* estabelecidos por Varnhagen no século XIX<sup>29</sup>. Se na concepção do visconde de Porto Seguro a história do Brasil colonial confundia-se com a história da colonização portuguesa, com Capistrano se havia inaugurado uma nova perspectiva historiográfica que deslocou para o primeiro plano a formação da sociedade colonial múltipla e diversificada, com suas imperfeições e contrastes<sup>30</sup>. Desta maneira, os *Capítulos de história colonial* constituem uma espécie de “ponte” entre a primeira geração da historiografia brasileira, da qual Varnhagen é a expressão máxima, e a terceira geração dos nossos historiadores, representada por Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Inscreveram-se no IV Congresso cento e cinquenta participantes, sendo dezoito estrangeiros. Entre os brasileiros, destaca-se a presença de Pedro Calmon, de Afonso d’Escragno Taunay, de Virgílio Corrêa Filho, de Josué de Castro, de Luís da Câmara Cascudo, de Arthur Hehl Neiva e de Artur Cesar Ferreira Reis. Ao lado desses nomes, emerge um jovem contingente de historiadores, oriundo do curso de história da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, representado pelas professoras Alice Piffer Canabrava, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Nícia Vilela Luz e Olga Pantaleão<sup>31</sup>.

No grupo dos adventícios, afora os professores Charles Boxer (Universidade de Londres – King’s College), Robert C. Smith (Universidade da Pensilvânia) e Ronald Hilton (Universidade de Stanford), os restantes eram de nacionalidade portuguesa, inclusive o historiador Jaime Cortesão, que vivia exilado no Brasil desde o início da década de 1940. Exceto Cortesão, os demais atuavam em órgãos públicos, envolvidos com a consecução do Acordo

---

<sup>29</sup> A expressão é de Capistrano de Abreu.

<sup>30</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu - Capítulos de história colonial”. In: Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999, v.1, p. 188-189

<sup>31</sup> Cf. CAPELATO, Maria Helena R., Glezer. Raquel & Ferlini, Vera Lucia A. A escola uspiana de história. In: CAPELATO, Maria Helena R. (org.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994*: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação. São Paulo: Xamã, 1995, p. 15-26.

Cultural Luso-Brasileiro, firmado em 1941, entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (Brasil) e o Secretariado de Propaganda Nacional (Portugal).

Chefiada por Júlio Dantas, a delegação oficial era formada por intelectuais ligados ao Estado Novo salazarista, a exemplo de Luís Silveira, editor da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*; de Hernani Cidade, responsável por diversas publicações patrocinadas pelo Acordo, inclusive o livro ganhador do prêmio Pero Vaz de Caminha; de Damião Peres membro da Academia Portuguesa da História e colaborador da revista *Atlântico*; do jesuíta Serafim Leite, da Academia Portuguesa da História, cujas obras sobre a Companhia de Jesus haviam sido reeditadas, na década de 1940 pelo governo de Getúlio Vargas; de Eduardo Dias, autor do livro *A Terra de Vera Cruz na era de Quinhentos*, um dos títulos da coleção *Atlântico*, também patrocinada pela política editorial do Acordo de 1941. Integram, ainda, a representação lusa, Alberto Iria (Arquivo Colonial de Lisboa), Alfredo Mendes Gouveia (Arquivo Colonial de Lisboa), Américo Pires Lima (Universidade do Porto), Berta Leite, Fernando da Silva Correia (Instituto Superior de Higiene de Lisboa), Luís de Pina Manique, Luísa da Fonseca (Arquivo Colonial de Lisboa), Manuel Lopes de Almeida (Universidade de Coimbra), Torquato Soares de Sousa (Universidade de Coimbra), Maria Isabel de Albuquerque (Arquivo Colonial de Lisboa)<sup>32</sup>.

Embora não seja da nossa intenção discorrer sobre o Acordo Luso-Brasileiro, alvo das análises de Heloisa Paulo e mais recentemente de Gisella Amorim Serrano<sup>33</sup>, convém dar uma rápida palavra a respeito da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*. Iniciada em 1944, com a transcrição de fontes inéditas para a redação de uma história do Brasil colonial, “indispensáveis ao conhecimento intercultural das duas nações”<sup>34</sup>, a coleção era editada pela Seção Brasileira do Secretariado de

---

<sup>32</sup> Cf. Sobre os delegados portugueses no IHGB, ver, GUIMARAES, L. M. P. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 24 (48): 152, 2004.

<sup>33</sup> Cf. PAULO, Heloísa. *A propaganda no Brasil e em Portugal. O DIP e o SPN/SNI*. Coimbra: Editora Minerva, 1994. Ver, também, SERRANO, Gisella Amorim. *Caravelas de papel*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009 (mimeo).

<sup>34</sup> Boletim da Seção Brasileira do SPN, n. 8, 08/06/1945.

Propaganda Nacional em Lisboa, e correspondia às expectativas da estratégia editorial definida pelo Acordo, que vislumbrava na história da colônia as sementes da nacionalidade luso-brasileira.

#### Quadro nº 4

#### IHGB, Anais do IV Congresso de História Nacional:

#### Comunicações Publicadas por Seção/ Origem dos Autores

SEÇÕES	COMUNICAÇÕES PUBLICADAS /VINCULAÇÕES DOS AUTORES			
	INSTITUIÇÕES NACIONAIS	INSTITUIÇÕES LUSAS	OUTRAS	TOTAL
1ª História Geral	23	09	01*	33
2ª Geografia Histórica e Cartográfica	02	01	-	03
3ª Etnografia	02	-	01	03
4ª História Econômica e Social	09	05	-	14
5ª História Militar e Diplomática	07	01	-	08
6ª Religião, Ciências, Letras e Artes	24	04	01	29
7ª Instituições políticas e jurídicas – Evolução das cidades	10	-	-	10
8ª Bio-bibliografia	04	07		11
Trabalhos Avulsos	12	02	01	15
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>29</b>	<b>04</b>	<b>126</b>

\*Computou-se nesta categoria a comunicação do historiador Jaime Cortesão.

Fonte: Quadro elaborado com informações contidas nos Anais do IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1950- 52, 13v.

Os *Anais do IV Congresso* revelam o esforço despendido pelos autores nacionais para dar conta da extensa pauta proposta pelo Instituto Histórico. As dissertações primaram pelo cuidado no tratamento metodológico das fontes, a incorporação de novos objetos de pesquisa e a utilização de referenciais teóricos originais. Para se ter uma idéia, no segmento de *História geral do Brasil*, temas clássicos, como as invasões holandesas, foram revisitados à luz

de enfoques inovadores, como é o caso das dissertações oferecidas por Luís da Câmara Cascudo e por Josué de Castro, respectivamente, “Geografia do Brasil holandês” e “A influência holandesa na paisagem urbana do Recife”. Ambas passam ao largo das batalhas dos campos de Guararapes e da exaltação ao nativismo. Câmara Cascudo analisa os territórios ocupados pelos prepostos da Companhia das Índias Ocidentais, para discutir os limites e as possibilidades da existência de uma cultura material deixada pelos flamengos<sup>35</sup>. O geógrafo Josué de Castro, por seu turno, aprofunda o debate sob outro ângulo e questiona a presença de supostos traços holandeses na arquitetura do Recife<sup>36</sup>.

Entre os noventa e três trabalhos assinados por brasileiros, vinte e quatro dedicados são às temáticas do desbravamento e da expansão do território. A valorização conferida a tais questões merece uma reflexão. Acredito que tal incidência não constitui apenas um reflexo tardio da política cultural desenvolvida no Estado Novo varguista (1937-1945), que enalteceu o movimento dos bandeirantes e o associou às políticas de colonização e da marcha para o oeste, empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. Do ponto de vista historiográfico, a tendência robustece a hipótese anteriormente levantada sobre a contribuição da matriz interpretativa enunciada por Capistrano de Abreu. A premissa ganha ainda mais força quando se percebe, em boa parte daqueles trabalhos, a influência do pupilo dileto de Capistrano - Afonso d’Escranolle Taunay, autor da *História geral das bandeiras*<sup>37</sup>. A obra de Taunay, como se sabe, ao lado da bibliografia deixada por Alfredo Ellis Júnior sobre o bandeirismo, até hoje constituem as duas referências básicas da historiografia paulistana na matéria.

Do balanço das atividades do IV Congresso, há que se assinalar, ainda, a eloqüente participação lusa. Refiro-me, em particular, à contribuição dos

---

<sup>35</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. “Geografia do Brasil holandês”. Idem, v. 4, p. 243-450.

<sup>36</sup> Vale aqui lembra que autores como Gilberto Freyre e Antonio Gonçalves de Melo Neto identificam nos *sobrados magros* do Recife sinais da influência da arquitetura holandesa.

<sup>37</sup> A propósito dessa obra, no discurso de posse, na Academia Brasileira de Letras, Taunay confirma a ascendência de Capistrano e menciona o desafio que o Mestre lhe propôs. Cf. TAUNAY, Afonso de. Discurso de Posse. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8462&sid=88&tpl=printerview>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

arquivistas, que descortinaram para os brasileiros as inúmeras possibilidades de investigação nos ricos acervos portugueses, o que sintomaticamente apontava para a necessidade de estreitar o intercâmbio entre pesquisadores das duas margens do Atlântico. Neste sentido, é possível supor que a delegação mandada pelo governo de Lisboa tencionava conquistar o apoio das autoridades do Palácio do Catete e a direção do Instituto Histórico, para dar continuidade ao projeto da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, que vinha sendo publicada desde 1944.

Mas, ao que tudo indica, a representação capitaneada por Júlio Dantas também tencionava reatar os fios de um projeto historiográfico, que pretendia congregiar especialistas dos dois países com o objetivo de produzir uma narrativa única, sobre os trezentos anos da *missão civilizatória* de Portugal no Novo Mundo. A proposta, aliás, fora anunciada por Dantas, em 1940, por ocasião do Congresso Luso-Brasileiro de História, realizado em Lisboa, no âmbito das Comemorações Centenárias de Portugal<sup>38</sup>.

De qualquer modo, os sócios do Instituto Histórico não renegariam a matriz cultural portuguesa, nem repudiariam a colonização. Porém, deixaram entrever que a pretendida cooperação luso-brasileira não implicaria na construção de uma historiografia comum, baseada na unidade de interpretação, como aspirava Julio Dantas. Na trilha aberta por Capistrano de Abreu, a escrita da história do Brasil colonial ultrapassara os «quadros de ferro» do século XIX. Alcançara um patamar de maturidade que já não admitia a volta de modelos tradicionais. Tampouco se deixara seduzir pela proposta de partilhar um projeto historiográfico orientado pela corte de intelectuais que orbitava em torno de Salazar.

O avanço experimentado, todavia, não pode ser creditado apenas à criação dos cursos superiores de história, inaugurados em 1934 e 1935, como faz crer Francisco Iglésias, no livro *Historiadores do Brasil*<sup>39</sup>. Até porque esses cursos

---

<sup>38</sup> Ver, GUIMARÃES, Lucia M. P. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: O sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: \_\_\_\_\_. (org.). *Afinidades Atlânticas*. Rio de Janeiro, 2009, p. 153-170.

<sup>39</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/IPEA; Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 230-231.

formavam profissionais destinados a atuar o ensino médio. Seus currículos não privilegiavam a investigação histórica. Assim, durante um bom tempo, a pesquisa continuaria a ser desenvolvida por diletantes, no âmbito do IHGB e dos Institutos Históricos estaduais.

Francisco Falcon, nas suas *Considerações gerais acerca da historiografia brasileira recente*, avalia que ao final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960, a prática historiadora *polarizou-se entre a tradição e a inovação*<sup>40</sup>. A *tradição*, representada pelos autodidatas, marcada pelo *empirismo positivista* ou *metódico, solidamente implantada em termos institucionais e, salvo raras exceções, era quem ditava currículos e leituras na esfera da graduação em História*. A *inovação*, apesar dos seus primeiros indícios datarem da década de 1930, consumiu cerca de duas décadas para causar impacto tanto na produção do conhecimento histórico, quanto no ensino da disciplina. Do ponto de vista teórico, o sopro renovador apoiava-se numa espécie de *simbiose*, que combinava o prestígio da escola de *Annales* e a influência das teorias marxistas. Porém, o embate entre *tradicionalistas* e *inovadores* concentrou-se no campo do ensino da História e ganhou as salas de aula, pois, naquela altura, a pesquisa histórica ainda não se havia institucionalizado no país<sup>41</sup>.

As pistas indicadas pelo professor Falcon remetem a uma jornada acadêmica - o *I Simpósio de Professores de História de Ensino Superior*, realizado entre 15 e 20 de outubro 1961, na Faculdade de Filosofia de Marília, no estado de São Paulo<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Dentre os sinais inovadores da década de 1930, Falcon destaca a publicação das obras clássicas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, além da criação das Faculdades de Filosofia – as da Universidade de São Paulo e da extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Ver, FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 9 (17): 7-30. 1996.

<sup>41</sup> Idem. Ver, também, a esse respeito, LINHARES, Maria Yedda. “Entrevista com ..., concedida a Marieta Moraes Ferreira”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10): 216-136, 1992.

<sup>42</sup> *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Marília (SP): Faculdade de Filosofia de Marília, 1962.

**Quadro nº 5****I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior:****Programa Acadêmico****(Marília [S.P.], 15-20 de outubro de 1961)**

ATIVIDADES	AUTOR
1. Conferências Magnas	
1.1 História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo	Pedro Calmon
1.2 Pour une étude équilibrée de l'Histoire. Recherche et enseignement	Michel Mollat
1.3 As regiões brasileiras: formação, peculiaridades e integração no nosso processo histórico	Arthur Cezar ferreira Reis
2. Temário das Reuniões do Simpósio	Relator
2.1. História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira	Eurípedes Simões de Paula
2. 2 História Moderna e Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só Cadeira	Eduardo D'Oliveira França
2.3 O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação	Alice Piffer Canabrava
2.4 Matérias complementares e auxiliares no alargamento do horizonte no estudo da História	Eremildo Luiz Vianna
2.5 O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de Historia	Maria Yedda Linhares
2.6 A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História no Brasil	Carl Valeer Frans Laga
2.7 Reestruturação do currículo	Olga Pantaleão

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações publicadas nos Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1962.

O programa cumprido no Simpósio, evidencia que os organizadores priorizaram os problemas inerentes ao ensino da História no Brasil e questões conexas. O evento reuniu 150 docentes, representantes de instituições de diferentes estados, sob a presidência do professor Moisés Massaud. A direção das duas mesas redondas, encarregadas de sistematizar os debates e sintetizar

as conclusões/ recomendações aprovadas em plenário, foi confiada, respectivamente, a Sérgio Buarque de Holanda e a Rubem Borba de Morais.

A consulta ao material dos Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* demonstra que a jornada acadêmica extrapolou suas finalidades, para além do combate que se travava entre *tradicionalistas* e *inovadores*. As discussões não se confinaram à agenda proposta e o encontro se transformou em uma tomada de posição dos profissionais da área, evidenciando a existência da dita *vida universitária*, entre nós<sup>43</sup>.

Embora não caiba aqui fazer uma apreciação detalhada a respeito dos participantes do congresso de Marília ou enumerar todas as moções oferecidas, convém abrir um rápido parêntese, para contextualizar as demandas que lá se apresentaram. Em um momento em que se votava na Câmara dos Deputados uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>44</sup>, os professores preocuparam-se em demarcar o seu território de atuação. Defendiam que o ensino de história nos cursos secundários fosse ministrado exclusivamente por licenciados e/ou bacharéis na disciplina. Ao mesmo tempo, reivindicavam a revogação da Portaria 478, de junho de 1954, que facultava o exercício da docência da disciplina aos diplomados em Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia<sup>45</sup>.

Na esfera pedagógica, postulava-se a reformulação do currículo do curso de graduação de História, enfatizando-se a necessidade da sua diversificação, de acordo com as peculiaridades locais e regionais. Neste sentido, há que destacar os indicativos sobre a inserção de disciplinas de natureza metodológica e de práticas de pesquisa em arquivos nas grades curriculares. Recomendava-se a redação obrigatória de monografias de final de curso, a intensificação de intercâmbio entre as instituições de ensino e os centros de pesquisa de história, a abertura de cursos de pós-graduação em moldes diferentes dos cursos de especialização até então ministrados, bem como

---

<sup>43</sup> A expressão é de Anne Rasmussen. No caso brasileiro, é significativo o depoimento da Professora Maria Yedda Linhares, quando afirma que ao longo dos anos 1950, “...começávamos a ver a universidade e a nossa atuação dentro dela”. Cf. Maria Yedda Linhares, op. cit., p.227.

<sup>44</sup> Trata-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada a 20 de dezembro de 1961.

<sup>45</sup> *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Op. cit., p. 304.



pleitear junto ao governo a adoção do regime de tempo integral para os professores universitários<sup>46</sup>.

Nem todas essas demandas se concretizaram, é certo. Porém, entendo o *Simpósio de Marília* ou *Congresso de Marília*, como ficou mais conhecido, como um dos grandes divisores de águas da história da historiografia brasileira da segunda metade do século XX<sup>47</sup>. Além do caráter pioneiro, de levantar a discussão sobre o ensino da disciplina, o encontro ensejou a criação da Associação dos Professores Universitários de História – a APUH<sup>48</sup>, entidade destinada a promover *o aperfeiçoamento do ensino de história em nível superior; o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de história e a defesa das fontes e manifestações culturais dos interesses dos estudos históricos*<sup>49</sup>. Abria-se, assim, um novo espaço acadêmico de debate. A partir daí, a Associação que mais tarde seria rebatizada de ANPUH – Associação Nacional de História, começaria a organizar simpósios periódicos<sup>50</sup>, como até hoje vem fazendo a cada dois anos, para onde passaram a convergir docentes e discentes, pondo termo a uma fase da historiografia brasileira, caracterizada pela atuação quase hegemônica do IHGB e órgãos congêneres.

A pesquisa histórica no âmbito universitário, paradoxalmente, só viria a se desenvolver durante o período da ditadura militar (1964-1983), com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, no organograma do Ministério da Educação e a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação. De qualquer modo, nesse processo, é inquestionável o papel desempenhado pelo Simpósio de Marília, já que, em boa parte, as recomendações pedagógicas sugeridas no evento foram assimiladas pelas principais

---

<sup>46</sup> Idem, p. 305.

<sup>47</sup> O outro divisor de águas corresponde à implantação dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970-1980.

<sup>48</sup> Cf *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Op. cit., p. 8-9.

<sup>49</sup> ANPUH. Associação dos Professores Universitários de História, “Extrato para Registro”, *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, de 6 de junho de 1962. <http://www.fflch.usp.br/dh/anpuh>. Acessado em julho de 2011.

<sup>50</sup> Ver, entre outros, *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962. *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca (SP): Faculdade de Filosofia de Franca, 1966. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo: USP, 1969.

faculdades do país. Talvez, por esse motivo, se considerado o ano-base de 1971, quando da implantação do atual sistema de pós-graduação, em pouco tempo a área de história foi capaz de buscar meios para se adequar às exigências das agências de fomento, conforme avalia Francisco Falcon.

Seja como for, no Brasil, hoje em dia, o *locus* privilegiado da investigação histórica situa-se no meio universitário. Existem 63 programas de Pós-Graduação, dos quais 30 oferecem cursos de doutorado. Organizados em torno de áreas de concentração e de linhas de pesquisas, os Programas mostram-se afinados com as tendências da disciplina, que despontaram nas últimas décadas do século passado, quando o foco dos historiadores deslocou-se, progressivamente, das estruturas sociais e dos processos para a análise da cultura no seu sentido amplo, privilegiando inclusive as ações do cotidiano.

Tal como ocorre em outras latitudes do hemisfério ocidental, a produção originária desses Programas reflete os impactos que o desafio pós-modernista provocou sobre a construção do conhecimento histórico. Porém, sem perder de vista as especificidades do caso brasileiro, ou seja, de um país de dimensões continentais, que enfrenta o peso de grandes desigualdades sociais, e cuja história compõe-se de muitas histórias.

Finalmente, cabe acentuar que as mudanças operadas no cenário político internacional, com o fim do socialismo real, contribuíram para que a história retomasse seus objetos tradicionais, impulsionada não apenas pelos avanços das ciências sociais, mas também instigada pela mídia, sobretudo a televisão e a Internet, que trouxeram os acontecimentos e seus respectivos protagonistas para o primeiro plano, exigindo uma nova postura dos historiadores<sup>51</sup>. Neste começo de século XXI, uma conjugação de fatores parece devolver à história a sua face humana, com renovada atenção para os indivíduos. A historiografia brasileira acompanha esse movimento.

---

<sup>51</sup> IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the postmodern challenge*. Connecticut (USA): Wesleyan University Press, 1997, p. 135-138.

## **O ESTADO, A HISTORIOGRAFIA E OUTRAS CIÊNCIAS/TECNOLOGIAS SOCIAIS**

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
(FLUC e CEIS20 da UC)

### **Introdução**

Cruzando informações e análises aventadas por historiadores e por outros investigadores, procura-se no presente texto, quer esboçar uma caracterização da evolução da historiografia portuguesa ao longo do século XX, quer estabelecer comparações com os trajectos percorridos por outras ciências e tecnologias sociais. Atribui-se relevo, nomeadamente, às relações da comunidade científica da história com os sucessivos regimes políticos e com a "sociedade civil" em geral, com a Igreja/a "acção católica" e/ou com outras confissões religiosas, com as instituições de investigação e ensino nacionais e com congéneres de outros países (antes de mais Espanha e França, Bélgica e Grã-Bretanha/Reino Unido, Itália e Alemanha).

Propõe-se, numa primeira abordagem, uma periodização global que ajudaria a compreender as linhas gerais da evolução da historiografia portuguesa no contexto da estruturação político-institucional e científico-ideológica do país. Identificam-se, posteriormente, cambiantes e excepções que obrigam a uma relativização e a uma complexificação da grelha de interpretação inicialmente explicitada. Referem-se as áreas de conhecimento mais negativamente afectadas pelas opções ideológicas das várias soluções políticas e, em sentido inverso, saberes que, por razões diversas, apresentaram quase sempre graus significativos de autonomia e pluralismo.

Evocam-se, antes de mais, noções fundamentais acerca da história da historiografia e da história da memória histórica, sobre a relevância dessas sub-áreas do conhecimento em termos gerais e, em particular, quando se pretende considerar a evolução cultural de um país como Portugal. À semelhança de outros Estados semiperiféricos ou de desenvolvimento intermédio com um longo período de existência, também entre nós os discursos mais ou menos alienantes "sobre o passado" desempenharam uma função nuclear na legitimação da generalidade dos projectos político-ideológicos, no reforço da coesão nacional, nas estratégias de posicionamento face a diferentes espaços político-institucionais ou civilizacionais.

Relembrem-se, igualmente, tanto os regimes vigentes em Portugal na centúria anterior – do demoliberalismo monárquico ou republicano à democracia, passando por ditaduras de cariz autoritário e/ou totalitário –, como as implicações das respectivas políticas de ciência e tecnologia, de historiografia e memória histórica, de ensino e propaganda. No que concerne ao Estado Novo, salienta-se a hegemonia do "historicismo neo-metódico", a quase proibição da história económica e social e da história contemporânea, o quase desaparecimento da sociologia.

Aborda-se, também, o modo como evoluíram no nosso país as instituições de investigação e ensino, formação profissional e divulgação científica nas áreas da historiografia e das ciências sociais; a presença e a ausência das diversas correntes historiográficas e a forma como as mesmas se correlacionaram com os sucessivos contextos socioculturais e político-ideológicos; o nível de internacionalização da comunidade de historiadores portugueses e as principais parcerias estabelecidas.

Considera-se, finalmente, o subuniverso das tecnologias derivadas da historiografia. Analisa-se a emergência, a desarticulação e a reestruturação da didáctica da História; as modalidades de enquadramento da "identidade histórica" e do património cultural, da museologia e das "comemorações histórico-patrióticas"; a gestão de vectores como o urbanismo e o planeamento do território, a arquitectura e o *design*, a cultura organizacional e o multimédia (as "indústrias culturais" em geral)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr., nomeadamente, G. Bourdê, 1990; F. Catroga, 2001; M. Ferro, 1985; J.P.A. Nunes, 1989; J.P.A. Nunes, 1995; L.R. Torgal, 1996.

## 1. História da historiografia e da memória histórica

Quando se pretende analisar as características de uma determinada área de saber, justifica-se começar por estudar a sua história. Uma tal opção é ainda mais vinculativa quando o objecto de estudo é a "historiografia lusa" no século XX. Tendo em conta a nossa longa existência como Estado independente, as fortes limitações de acesso de grande parte da população à cultura erudita, o carácter semi-periférico do país e as diferenças substanciais – por vezes radicais – entre os figurinos políticos adoptados, após a Revolução de 25 de Abril de 1974 urgiu começar a contextualizar a história feita em ou sobre Portugal<sup>2</sup>.

Pelo menos desde o pós-Segunda Guerra Mundial, com a progressiva estruturação da hegemonia da "nova história" nos países com regimes democráticos e demoliberais, a análise crítica da sua própria actividade profissional, dos respectivos condicionalismos e implicações, passou a fazer parte da atitude-tipo dos "novos historiadores". Decorreria essa alteração dos pressupostos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos entretanto adoptados. Algo de semelhante ocorreria, por maioria de razão, no que concerne ao fenómeno ainda mais multifacetado habitualmente designado como "memória histórica".

Em coerência com o que poderíamos rotular como "paradigma neo-moderno" – e antes mesmo de a "revolução pós-moderna" pretender desarticular as certezas e as práticas associadas ao "paradigma moderno" –, a "nova historiografia" explicitou o imperativo de gerar conhecimento objectivante acerca da realidade (o que é diferente de objectivo ou, em sentido oposto, de subjectivo). Afirmou, ainda, a inevitabilidade da presença de critérios científicos e ideológicos em todos os processos de construção de conhecimento científico; a centralidade do debate teórico-metodológico no interior do universo dos investigadores, do diálogo epistemológico e deontológico com a comunidade envolvente; as virtualidades da observação

---

<sup>2</sup> Cfr., entre outros, G. Bourd , 1990; F. Catroga, 2001; H. Coutau-B garie, 1983; *Ensaios de ego-história* [...], 1989; *Fazer história* [...], 1977-1987; A.M. Hespanha, 1986; A.M. Hespanha, 1991; F. Jameson, 1991; S.C. Matos, 1990; *La nouvelle histoire* [...], 1978; A.S. Nunes, 1970; J.P.A. Nunes, 2002; *Revista de História Jer nimo Zurita*, 1995; B.S. Santos, 2005; L.R. Torgal, 1989; G. Vattimo, 1987.

sistemática das modalidades de de condicionamento e das implicações sociais globais da produção historiográfica.

Ao invés das concepções que afirmam a possibilidade de criação de um conhecimento científico absoluto e definitivo (indiscutível) porque objectivo e neutro, a "nova história" advoga, pois, que a ciência – as "ciências da natureza" e as "ciências sociais" – "apenas" consegue criar leituras parcelar e temporariamente válidas (sempre questionáveis) sobre determinados objectos de estudo. Resultaria esse estatuto de a ciência ser, por definição, fruto do relacionamento dialéctico entre o propósito de conhecer e a vontade de garantir o apoio a mundividências e a interesses pré-existentes; da verificação de que a produção científica acarreta consequências relevantes e é alvo de pressões ou, mesmo, de bloqueios significativos.

Ilustrando e, de certo modo, confirmando a operatividade desta proposta interpretativa, está o facto de, em Portugal como nos outros países ocidentais e ocidentalizados, pelo menos a partir do início do século XIX a generalidade dos grandes sistemas ideológicos ter assumido a forma de "cientismos". Ou seja, de ideologias que procuram legitimar-se ou reforçar a respectiva credibilidade apresentando-se como decorrências lógicas de "leis científicas". Por sua vez, "a ciência" – com destaque para a historiografia – forneceria explicações verdadeiras, absolutas e definitivas; revelaria "o caminho a seguir" identificando as vertentes inevitáveis e inalteráveis da realidade humana, apontando as "opções correctas" relativamente às escolhas em aberto.

Ser indiferente ou, pior ainda, opor-se (de forma passiva ou activa) a cada uma das "ideologias científicas" da época contemporânea equivaleria, assim, a recusar "a verdade" e o "bem comum" ou, mesmo, a tentar impor soluções "erradas" ou explicitamente "criminosas". Tais comportamentos só poderiam ser explicados por "incapacidade intelectual e/ou moral", por ausência de vontade de resistir a "influências malignas", por subordinação do "interesse colectivo" a "ambições de grupo" ou a "directrizes emanadas de potências estrangeiras".

De qualquer forma, a não aceitação – passiva ou activa – das "evidências científicas" legitimaria (exigiria em muitos casos) que os responsáveis pelas ideias e práticas em causa fossem privados da possibilidade de desempenho profissional e de participação cívico-política, da liberdade ou da própria

vida. A natureza tendencial ou efectivamente binária destas concepções reduziu ou anulou a probabilidade de estruturação de hábitos de auto-análise e de debate no seio das "comunidades científicas", ampliou a possibilidade de consolidação de mundividências maniqueístas e de regimes ditatoriais (autoritários ou totalitários).

Face à sua informalidade e complexidade, porque integra a generalidade dos membros de uma comunidade, porque decorre em parte e condiciona a eficácia das "políticas de memória" (das suas várias estratégias), a "memória histórica" justificaria atenção redobrada por parte de quem estuda a evolução do relacionamento das sociedades humanas com a historiografia. Resulta da intervenção – convergente ou contraditória – de inúmeros vectores, é influenciada por permanências e transformações nos planos individual, grupal e colectivo; à escala local/regional, nacional e internacional. Constitui um elemento fundamental de condicionamento do modo como os indivíduos estruturam o respectivo relacionamento, tanto com a informação sobre "o passado", como com os estímulos do presente e com as expectativas quanto ao futuro.

Analisar as características e o modo de evolução da(s) "memória(s) histórica(s)" significa, pois, considerar o contributo e o peso relativo dos vários agentes de conformação de cada discurso identitário; reconstituir e interpretar as modalidades e a intensidade de correlacionamento entre as narrativas historiográficas formais e as mundividências generalistas (informais); estudar a relevância das auto-representações "histórico-culturais" na configuração das grelhas de leitura e dos processos de incorporação ou de rejeição de valores e comportamentos oriundos dos meios sociais envolventes. Poderia, assim, afirmar-se que a "memória histórica" e a "identidade histórico-cultural" são dois dos elementos nucleares de todos os horizontes ideológicos (ou, pelo menos, das ideologias ocidentais ou ocidentalizadas na época contemporânea).

Relativamente às instâncias que convergem – mais ou menos harmonicamente – para a consolidação de uma dada "memória histórica", é consensual destacar os contextos familiar e comunitário, o sistema educativo e de formação profissional, a divulgação científica e a produção artística, o património cultural e a museologia, as "comemorações históricas" e a toponímia, os *mass media* e as "associações de cultura e recreio", a propaganda política e religiosa. De forma a reforçar a operatividade deste tipo de abordagem, justifica-se

verificar se os referidos vectores são acedidos num registo de "cultura erudita", de "cultura popular" ou de "cultura de massas"; torna-se necessário considerar se se vivem conjunturas de paz ou de guerra, de crise ou de crescimento, de estabilidade ou de mudança, de absentismo ou de mobilização cívicas, de limitação ou de ampliação dos direitos de participação.

## 2. História política e história da historiografia

Uma vez que se aceita que os quadros ideológicos e as opções políticas exercem uma influência relevante na produção e na recepção de ciência e tecnologia – neste caso de ciências e tecnologias sociais –, inicia-se a presente tentativa de caracterização sintética do evoluir da historiografia portuguesa no século XX por uma proposta de correlacionamento entre uma cronologia de história política e uma cronologia de história da história. Como todos os exercícios de sistematização, também esta hipótese de interpretação implica um determinado grau de superficialidade ou de escamoteamento de contradições, de elementos minoritários, de tendências embrionárias. Tentar-se-ia, depois, superar parte das referidas limitações<sup>3</sup>.

Depois de um século XIX marcado, por um lado, por um longo período de transição entre a Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo, o Despotismo Esclarecido e o Liberalismo Conservador – Invasões Francesas e transferência da Corte para o Rio de Janeiro, dominação britânica e Revolução de 1820, restauração do absolutismo e Guerra Civil – (de 1807 a 1834); por outro lado, por décadas de regime liberal conservador (de 1834 a 1890), o "longo século XX" português terá conhecido um regime demoliberal com vectores de autoritarismo e matriz monárquica (1891-1910), uma solução demoliberal com vectores de autoritarismo e matriz republicana (1910-1926), um regime autoritário (1926-1933), uma solução de tipo fascista e tendencialmente totalitária (1933-1974), um regime democrático (de 1974 até hoje).

---

<sup>3</sup> Cfr., nomeadamente, G. Bourdê, 1990; F. Catroga, 2001; M. Ferro, 1985; S.C. Matos, 1990; J.P.A. Nunes, 1993a; J.P.A. Nunes, 1993b; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996/1997; J.P.A. Nunes, 2002; L.R. Torgal, 1996.



No que concerne à tipologia aqui aventada, os debates científico-ideológicos têm identificado, nomeadamente, os seguintes pontos de maior dissonância: a natureza demoliberal ou ainda liberal conservadora da última etapa da Monarquia Constitucional; o carácter demoliberal ou, em alternativa, "revolucionário" (proto-ditatorial) da Primeira República; a (in)aplicabilidade das categorias de "fascismo" e de "totalitarismo" ao Estado Novo (na "Época do fascismo" e depois do fim da Segunda Guerra Mundial, sob a chefia de António de Oliveira Salazar e com a liderança de Marcelo Caetano). Defendemos, no entanto, as virtualidades interpretativas da taxionomia antes explicitada e as vantagens de não confundir conceitos teóricos com listagens de características empiricamente verificadas.

Por seu lado, a historiografia e, de forma mais sincrética, a "memória histórica" terão evoluído de uma fase de abertura a diversas correntes intelectuais mas na qual se verificava o predomínio das concepções da "escola metódica", do historicismo romântico e do positivismo (até ao início da Primeira Grande Guerra) para uma etapa de acrescido pluralismo científico-cultural e de reforçado envolvimento político-ideológico (1914-1930). Seguiram-se a etapa de construção e imposição coerciva da hegemonia do "historicismo neo-metódico" (1930-1974); o período de regresso a uma lógica de pluralismo científico-ideológico e de internacionalização – da comunidade de historiadores e dos públicos –, baseada no predomínio da "nova história" (de 1974 até hoje).

Influenciada, embora, pela historiografia, a "memória histórica" apresentou traços de maior continuidade em torno de mitemas como a "grandeza da história pátria" apesar das fases de decadência, a permanência de uma mesma "identidade nacional" pelo menos a partir da Idade Média, a postura "humanista e universalista" dos portugueses por contraponto às atitudes (mais) violentas e/ou segregacionistas de outros povos (espanhóis, britânicos, franceses, holandeses, etc.), o carácter periférico da nossa experiência histórica e conseqüente não presença de muitos dos fenómenos que condicionaram o devir dos Estados centrais (por exemplo, o feudalismo, a escravatura, o anti-judaísmo e o antisemitismo, o fascismo).

Sobre ou a propósito desta periodização, alguns estudiosos chamam a atenção para o cariz ontologicamente ideológico da historiografia e para a quase impossibilidade de encontrar momentos, autores ou correntes cujas

narrativas sejam pouco ou nada determinadas por valores cívicos; ou, em alternativa, para a universalidade e indiscutibilidade dos pressupostos da "escola metódica". Outros investigadores desvalorizam a importância das opções teóricas, afirmando que o discurso historiográfico se resume ao "apuramento de factos" e ao estabelecimento de nexos causais simples entre os mesmos. Consideramos, no entanto, que a realidade historiográfica é mais complexa do que as leituras propostas por empiristas ou por subjectivistas, tornando-se fundamental recorrer a instrumentos de análise sofisticados sempre que se pretende analisá-la.

Se cruzarmos ambas as cronologias, verificamos que os regimes demoliberais monárquico e republicano, independentemente de vectores de autoritarismo e do predomínio de algumas "escolas historiográficas", viabilizaram e legitimaram-se através de um relativo pluralismo científico e ideológico. A fase de estruturação e a longa duração do regime de tipo fascista foram acompanhadas, quer por um intensificar do debate cultural e político – encarado como sintoma de "crise e decadência" –, quer pela implantação de uma "historiografia oficiosa" (tida como regeneradora e pacificadora). Finalmente, a implantação e a vigência da democracia coincidem, tanto com a reintrodução do pluralismo e da abertura a múltiplas influências externas, como com o aumento da autonomia da vertente científica face à componente ideológica do discurso historiográfico (com a diminuição do respectivo grau médio de instrumentalização e polemicidade).

Antes de focalizarmos a atenção nos períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo, salienta-se que nas primeiras três décadas do século XX ocorreu, também, entre nós como nos países mais desenvolvidos, a etapa de afirmação da historiografia enquanto saber específico e profissionalizado, fruto, sobretudo, da "actuação certificada" de um grupo de técnicos com formação académica parcialmente especializada em história (na realidade geminada com geografia e/ou com filosofia). Até aos inícios/meados dos anos trinta, a totalidade da produção historiográfica portuguesa resultou da actividade de estudiosos amadores e, por vezes, autodidatas. Lembramos que as primeiras Faculdades de Letras foram criadas em 1911 nas Universidades de Lisboa e Coimbra e que não houve antes cursos de bacharelato ou de licenciatura em História e Geografia, em História e Filosofia ou em História.

Encarando-se a si própria e apresentando-se aos outros como conjunto de pessoas, de práticas, de conhecimentos e de valores regeneradores, a coligação de correntes políticas que protagonizou a contestação radical e o derube da Primeira República demoliberal, que transformou a Ditadura Militar no Estado Novo e que assegurou a reprodução do "fascismo luso" até 1974 utilizou, desde o início, a historiografia e a "memória histórica» enquanto instrumentos essenciais de legitimação e de propaganda. Porque partilharam os mesmos ideais do regime ou em resultado da acção repressiva – preventiva e punitiva, explícita e difusa – do mesmo, pelo menos até ao final da década de 1960 muitos dos historiadores e dos divulgadores de história aceitaram participar no referido movimento de reformatação da historiografia, da "memória histórica" e da "identidade histórico-cultural" portuguesas.

Fruto do empenhamento numa convergência deliberadamente flutuante entre concepções modernizadoras, conservadoras e tradicionalistas, institucionalistas e radicais, elitistas e mobilizadoras, o poder salazarista acabou por encontrar uma solução unificadora em termos de configuração do discurso historiográfico. O "historicismo neo-metódico" parece ter-se revelado o instrumento adequado de hegemonização da historiografia, do ensino e da divulgação da história, de condicionamento da "memória histórica" e das representações sobre a "identidade histórico-cultural".

Durante a Primeira República e na primeira metade da Ditadura Militar, a impossibilidade de recorrer às capacidades coercivas e persuasivas do Estado obrigara os "intelectuais orgânicos" da "Revolução Nacional" a utilizar diversas leituras historiográficas, muitas das quais explicitamente ideológicas e polémicas: o historicismo irracionalista e providencialista associado ao Integralismo Lusitano (representado por António Sardinha), o positivismo de direita ligado à Democracia-Cristã Conservadora (simbolizado por Manuel Gonçalves Cerejeira), o organicismo corporativista (representado por João Ameal) e o ultra-nacionalismo de pendor darwinista social próximo do Nacional-Sindicalismo (simbolizado por Alfredo Pimenta), etc.

Após 1930, a ditadura salazarista – o Governo, no aparelho de Estado, nas Universidades e em organizações da "sociedade civil" –, optou por consolidar e impôr um único discurso historiográfico que reforçasse a coesão ideológica e simbólica do regime mas que, ao mesmo tempo, negasse ou camuflasse a

sua natureza de narrativa politicamente empenhada. Tal como o Estado Novo recusava ser classificado enquanto solução fascista (apesar de ter adoptado, em grau significativo, a generalidade das características daquele tipo de totalitarismo de direita), também o "historicismo neo-metódico" surgiu como registo officioso e não enquanto leitura oficial; como "esforço objectivo" – porque empírico – de "reconstrução do passado" e, a partir deste, de construção do "projecto verdadeiro" (porque religiosa, filosófica e cientificamente "correcto") de presente e de futuro.

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o "historicismo neo-metódico" significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo (dicotómico); delimitação de objectos de estudo de curto e médio prazos, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e "esquecimento" da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional, militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões económicas, sociais e das "culturas heterodoxas"; atribuição de relevância explicativa à actuação das "grandes personalidades" – responsáveis pelas "grandes ideias" e pelos "grandes acontecimentos" – e silenciamento do papel desempenhado por determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de "raças inferiores", etc.); identificação de "períodos de apogeu", "épocas de decadência" e "etapas indignas" ("invasão muçulmana" e "domínio filipino", por exemplo); limitação dos contactos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas.

Mesmo reconhecendo operatividade à proposta interpretativa global – ou genérica – apresentada, considera-se, no entanto, ser necessário introduzir alguns elementos aparentemente dissonantes que, por um lado, ajudam a conhecer o processo de efectiva implantação da hegemonia do "historicismo neo-metódico" e que, por outro, contribuem para a anulação do efeito de "inevitabilidade teleológica" ou de "coerência absoluta" (deliberada ou inadvertidamente) associado à utilização de lógicas explicativas estruturais. Trata-se, não de recusar validade a modelos de média e grande dimensões, mas de defender que a eficácia dos instrumentos teóricos sai reforçada sempre que

se incorporam nos mesmos vectores de resistência – passiva ou activa – a tendências crescentemente maioritárias mas não imediatamente exclusivas.

Complementarmente às leituras historiográfico-ideológicas "fracturantes" vigentes nas décadas anteriores – já referidas –, ao longo dos anos trinta e quarenta outros registos interpretativos divergentes da ortodoxia em vias de afirmação foram cultivados por historiadores e estudiosos da história que integravam a "base intelectual" de apoio à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Evocam-se algumas situações concretas, neste caso associadas à evolução da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). João Serras e Silva era médico e docente da Faculdade de Medicina da mesma instituição de ensino superior, militante da "acção católica" e um dos mentores da geração de estudantes da Universidade de Coimbra e dirigentes do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra na qual se destacaram Manuel Gonçalves Cerejeira e António de Oliveira Salazar.

Estudioso de teoria e didáctica da história, de história dos "Descobrimentos" e dos colonialismos europeus, de sociologia e "medicina social", João Serras e Silva colaborou, também, com a FLUC e com a Escola Normal Superior da UC até aos anos trinta. Assumiu um registo historiográfico próximo do "idealismo crítico" tal como o mesmo foi protagonizado em Portugal, entre outros, por António Sérgio. A compreensão do passado de Portugal passaria pela reconstituição e interpretação dos momentos de escolha entre "política de transporte" e "política de fixação"; pela análise da responsabilidade das elites no fracasso das colonizações portuguesa e espanhola (senhorialistas e clericais), nomeadamente se comparadas com os impérios britânico, francês e holandês (proto-capitalistas).

Tendo começado por exercer a docência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – criada em 1919, encerrada em 1928 por razões político-ideológicas e reinstalada apenas em 1961 –, Torquato Brochado de Sousa Soares foi discípulo do historiador espanhol Claudio Sánchez-Albornoz (apoiente da República democrática e opositor à ditadura franquista) e concretizou o respectivo projecto de doutoramento a partir de uma matriz mista de pensamento corporativista e de historiografia institucional e política clássica. O poder municipal no Porto durante a Idade Média compreender-se-ia melhor se fosse encarado como um espaço de confronto

de interesses sociais (dos comerciantes, artesãos e agricultores; da nobreza e do clero) regulados pela vontade dos monarcas e pelas normas jurídicas. Já na FLUC e na qualidade de principal responsável pela dinamização da *Revista Portuguesa de História* (existente desde 1940), terá inicialmente procurado assegurar a publicação de recensões críticas sobre as historiografias espanhola e francesa, italiana e belga, britânica e norte-americana; acerca de autores e obras claramente marcados pelos pressupostos do "idealismo crítico", da história institucional e política clássica, da história económica e social clássica, da "nova história".

Logo a partir do início da década de 1960 ou na primeira metade dos anos setenta, historiadores politicamente pouco activos ou defensores do regime passaram a abordar na FLUC temáticas que implicavam a desagregação do domínio quase absoluto do "historicismo neo-metódico". Versaram-se questões como os comportamentos sociodemográficos, as actividades e as políticas económicas e sociais, o controlo dos poderes municipais pelas elites locais, a importância dos conflitos coloniais para os Estados e para o sistema de relações internacionais na Época Moderna; o liberalismo como de agente de transformação (em Portugal, na Europa e no Mundo) nos planos político-institucional, socioeconómico, cultural e religioso.

Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, no exílio e/ou vivendo em Portugal, diversas personalidades oposicionistas – próximas dos sectores "republicanos e socialistas" ou do Partido Comunista Português – procuraram contestar a mundividência imposta pelo Estado Novo. Enquanto ensaístas ou na qualidade de historiadores mas muitas vezes com limitações no acesso a documentação e, mesmo, a bibliografia actualizada, estudaram temáticas "proibidas" e/ou defenderam leituras próximas do "idealismo crítico", do marxismo ou da "nova história". Destacamos, entre outros, os nomes de António Sérgio e Jaime Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho e Eduardo Lourenço, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Victor de Sá e Joaquim Barradas de Carvalho, Jorge Borges de Macedo e Joaquim Veríssimo Serrão, Óscar Lopes e António José Saraiva, Adérito Sedas Nunes e José Augusto França, António Borges Coelho e José Manuel Tegarrinha, Miriam Halpern Pereira e Manuel de Lucena.

### 3. Correntes historiográficas e instituições produtoras de conhecimento histórico

Enquanto entidade produtora e, antes de mais, na qualidade de espaço de reapropriação de propostas científico-ideológicas geradas em países centrais, Portugal – a "comunidade científica", o aparelho de Estado e a "sociedade civil" – conheceu e organizou a sua relação com "o passado" através da mediação de diversas correntes ou "escolas" historiográficas. Correndo, embora, o risco de esquematizar, elencamos a "escola metódica" e o historicismo romântico, o positivismo e o marxismo, o "historicismo irracionalista" e o "idealismo crítico", a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, a "nova história" e o "historicismo neo-metódico", a *new economic history* e o "neo-narrativismo". Tendencialmente, cada estudioso ou historiador recorre, em simultâneo, a várias grelhas interpretativas".<sup>4</sup>

Surgida no século XVIII no âmbito do processo de autonomização da ciência e da tecnologia relativamente à literal afirmação dos interesses dos detentores de poder político-militar, religioso ou económico (o Iluminismo no contexto do Despotismo Esclarecido), a "escola metódica" procurou afirmar a necessidade e a possibilidade de reconstruir e interpretar "os aspectos relevantes do passado" das "sociedades civilizadas" em geral e de cada Estado-Nação em particular. Através da verificação da autenticidade das "fontes escritas de cariz narrativo"; da identificação nos textos em causa das personalidades, das ideias e dos acontecimentos "fundamentais"; do estabelecimento de nexos causais entre esses "factos", proceder-se-ia à elaboração da leitura verdadeira e crescentemente completa acerca "do passado", explicitar-se-iam as "lições significativas" no que concerne ao presente e ao futuro.

Quando, ao longo do século XIX, as "classes médias" tentaram e/ou conseguiram aceder ao poder político, criticou-se o excessivo elitismo, empirismo e factualismo da "historiografia metódica". Para além da legitimação dos regimes liberais conservadores e das relações socioeconómicas capitalistas, seria

---

<sup>4</sup> Cfr., entre outros, F.M. Araújo, 2008; *Biblos*, 2011; M. F. Bonifácio, 1993; G. Bourdê, 1990; M. M. Carvalho, 2005; H. G. Dores, 2008; A. L. C. Homem, 1993; V. Neto, 2012; J. P. A. Nunes, 1995; *Revista Portuguesa de História*, 2011; L.R. Torgal, 1996.

necessário redescobrir os "agentes históricos colectivos", bem como os "antecedentes" pré-medievais, medievais e modernos da burguesia, da laicidade cultural e dos sistemas políticos contemporâneos. Em Portugal, a figura de Alexandre Herculano simbolizaria esse esforço de renovação: militante liberal e exilado, estudioso da história e literato, organizador de instituições arquivísticas públicas e polemista, combinava o rigor metodológico da "escola metódica" com as ambições de análise estrutural e globalizante do historicismo romântico.

Partindo, embora, de pressupostos e objectivos diferentes, com o positivismo e com o marxismo defendeu-se que, à semelhança da filosofia, da economia e da sociologia, a historiografia deveria passar a utilizar modelos teóricos complexos para explicar as características e prever a evolução da humanidade. De forma ainda mais explícita do que os intelectuais liberais (românticos), os positivistas – de vários matizes políticos – e os marxistas encararam a história como espaço de verificação empírica de uma determinada teoria da história, ou seja, de uma compreensão filosófica e cientificamente "correcta" acerca dos mecanismos explicativos, do sentido das transformações e das permanências que marcariam o devir das sociedades humanas.

De acordo com estas perspectivas cientistas e teleológicas, o "conhecimento verdadeiro" sobre a realidade (passada ou futura) deveria ser aplicado à governação, quer da "natureza envolvente", quer das relações sociais. Só assim as elites, as Nações e/ou os povos poderiam agir em convergência com as "leis da natureza" e com as "leis da história", evitando a desordem e o sofrimento, antecipando desfechos inevitáveis ou, pelo menos, grandemente prováveis. Entre nós, do último quartel do século XIX aos anos setenta do século XX, nomes como os de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Joaquim Teófilo Braga, António Marnoco e Sousa, Manuel Gonçalves Cerejeira, Bento de Jesus Caraça ou Álvaro Cunhal representam algumas das concretizações máximas das versões positivista e marxista do "paradigma moderno".

Em sentidos opostos e num registo sobretudo ensaístico, tanto o "historicismo irracionalista" como o "idealismo crítico" emergiram enquanto vectores de contestação do domínio da "escola metódica" e do positivismo. Os cultores de ideários tradicionalistas – utopias regressivas – defendiam que a "identidade nacional", demonstrável ou comprovável pelo discurso historiográfico, decorreria do "meio físico" e da "raça", da intervenção divina e da acção das elites; da



reprodução da Monarquia Absoluta, da hegemonia da Igreja Católica e da ruralidade (de uma sociedade organicista e hierárquica, baseada no sector primário e cujas "classes baixas" aceitavam a inevitabilidade da pobreza).

No que concerne ao "idealismo crítico", recusava os determinismos inerentes ao liberalismo, ao positivismo e ao primeiro marxismo, propondo interpretações multicausais e possibilistas, reconhecendo a importância dos constrangimentos estruturais mas afirmando a relevância das "intervenções esclarecidas" dos indivíduos, das instituições e organizações, de outras entidades colectivas. Estar-se-ia, assim, perante uma antevisão de pressupostos do "paradigma neo-moderno", associável à crítica ao monismo – à intolerância intelectual e política – das sucessivas concretizações do "paradigma moderno".

Fruto de debates e de necessidades predominantemente historiográficos, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, de origem talvez espanhola e belga, visariam atribuir relevância acrescida a problemáticas até então pouco valorizadas: o funcionamento e as ligações sociais das instituições político-administrativas, a actividade económica e os grupos sociolaborais. Recusaram, no entanto, alterar os respectivos padrões epistemológico (empirista) e metodológico (autenticação e análise descritiva de documentação escrita narrativa). Em Portugal, é adequado referir, tanto os nomes de Torquato de Sousa Soares – defensor da história institucional e política clássica até ao pós-Segunda Guerra Mundial – e de Virgínia Rau – docente da Faculdade de Letras de Lisboa e cultora da história económica e social clássica a partir do final da década de 1940 –, como a influência de Claudio Sánchez-Albornoz e de Charles Verlinden.

Inicialmente proposta em França – com a "Escola dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*" – e, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, assumida na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos, desdobrando-se em sucessivas conjunturas e em diversas correntes (muito ou pouco influenciadas pelo marxismo e pelo estruturalismo), a "nova história" acabou por conquistar o predomínio no universo da produção historiográfica profissional, ou seja, no sistema internacional de investigação e ensino superior da História. Décadas antes da erupção da "crítica pós-moderna" ao "paradigma moderno", os "novos historiadores" tentaram modificar os termos dos debates e da prática historiográfica nos planos deontológico e epistemológico,

teórico e metodológico. Constituíram-se, assim, num dos vectores pioneiros de explicitação do "paradigma neo-moderno", alternativo tanto ao "paradigma moderno" como ao "paradigma pós-moderno".

Defenderam e defendem os "novos historiadores" a responsabilidade social da ciência e da tecnologia quanto à produção e à divulgação de conhecimento tão objectivante – complexificante e desalienante, autocrítico e teoricamente fundado – quanto possível acerca da realidade. Advogam as vantagens da colaboração interdisciplinar e da utilização de conceitos de grande, média e pequena dimensão oriundos de vários sistemas interpretativos; do recurso a análises de escala estrutural, conjuntural e factual; do abandono de critérios eurocêtricos em favor de abordagens multiculturalistas; da análise de todas as temáticas e do recurso a um leque variado de documentação (material e gráfica, audiovisual e digital, oral e escrita – manuscrita ou impressa, narrativa ou serial). Entre nós, o pioneirismo e o mais elevado grau de internacionalização coube, até à Revolução do 25 de Abril de 1974, a Vitorino Magalhães Godinho.

Resultados muito ou pouco esperados da "Revolução pós-moderna", a *new economic history* (ou econometria retrospectiva) e o "neo-narrativismo" con-substanciarium as duas tendências decorrentes, para o universo da historiografia, da crítica radical feita ao "paradigma moderno" e, mesmo, ao "paradigma neo-moderno". Perante a suposta impossibilidade ontológica de produzir conhecimento científico de cariz estrutural e totalizante sobre quaisquer objectos de estudo, restariam, por um lado, a "objectividade" associada à aplicação de metodologias empiristas de base matemática à reconstituição da "vertente económica" das sociedades humanas; por outro, leituras assumidamente "subjectivas" – ideológicas – a propósito "do passado".

Assumiriam estas interpretações (os discursos "neo-narrativistas") um pendor factualista e descritivo, emotivo e valorativo; destacariam o papel desempenhado por actores individuais nos âmbitos político-administrativo, militar e diplomático, da cultura e da religião eruditas; recorreriam, quase exclusivamente, a documentação escrita convencional. Em Portugal, salientamos o percurso de Jaime Reis – talvez o primeiro investigador nacional a adoptar os pressupostos da *new economic history* – e, mais em termos da defesa programática do "neo-narrativismo" do que da sua aplicação às respectivas produções historiográficas, os nomes de Maria de Fátima Bonifácio e de Vasco Pulido Valente.

Durante o século xx, as escolas de ensino superior concentraram, entre nós, grande parte da limitada capacidade institucional de produção de leituras sobre a história. O já de si relativamente escasso espaço ocupado, até ao início da década de 1930, por academias científicas e por outras associações de cariz cívico-cultural – explicável pela postura absentista adoptada por segmentos significativos das elites socioeconómicas e pela precariedade do acesso das "classes populares" à cultura erudita –, reduziu-se ao longo do Estado Novo devido à natureza tendencialmente totalitária do regime. No entanto, durante as primeiras sete décadas de oitocentos, estudiosos amadores (sem ou com formação académica em história) tinham mantido uma presença relevante na oferta nacional de discursos historiográficos.

Fundado em 1858 e inaugurado em 1861 em Lisboa, o Curso Superior de Letras reintroduziu em Portugal o ensino superior das humanidades e de algumas das ciências sociais. Essencialmente vocacionado para o gerar de leituras de natureza ensaística, para a formação de quadros superiores da administração pública e da "sociedade civil", integrava, numa única oferta curricular de três anos, componentes das filologias clássicas, românicas e germânicas; da filosofia, da história e da geografia. Devido à ausência de exemplos externos e à aparente ou efectiva acessibilidade do "conhecimento sobre o passado", continuou, assim, a não existir entre nós formação especializada e produção profissionalizada de discursos historiográficos. Algo de semelhante aconteceu, entretanto, com a geografia, a sociologia e a antropologia.

Coerentemente com os objectivos "regeneradores" da Revolução de 5 de Outubro de 1910, em Abril de 1911 o poder republicano determinou a criação de Faculdades de Letras nas Universidades de Lisboa e de Coimbra (FLUL e FLUC). No primeiro caso, a base de estruturação da nova Faculdade foi o Curso Superior de Letras, no segundo da Faculdade de Teologia. Se o predomínio das concepções positivistas acarretou, em ambas as situações, a geminação da história com a geografia e o estabelecimento de laços de interdisciplinaridade com as filologias, a filosofia, a história do direito e a antropologia (cursos de quatro anos em "Ciências Históricas e Geográficas"), não garantiu, no entanto, a introdução da sociologia ou o estabelecimento de vectores significativos de cooperação permanente com a economia. Durante a Ditadura Militar e no Estado Novo, a geminação passou, entretanto, a ser feita com a

filosofia (predominantemente de matriz neotomista). A partir de 1957, assistiu-se à plena autonomização da história e, só em 1980, ao reconhecimento da especificidade da arqueologia e da história da arte.

No rescaldo do sidonismo e das iniciativas "monárquicas autoritárias" de 1918 e 1919, em 1919 o Governo da "Nova República Velha" decidiu penalizar o suposto conservadorismo "filosófico e científico" de muitos professores da Universidade de Coimbra extinguindo a FLUC e criando a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Se, por um lado, a FLUC não chegou a ser encerrada, por outro a FLUP apresentou na Secção de História – como nas outras áreas de saber –, até ser extinta por um Executivo da Ditadura Militar em 1928, maior presença de valores ideológicos de centro/esquerda e de posturas profissionais modernizadoras (em termos de correntes historiográficas, de grau de interdisciplinaridade e de nível de internacionalização).

Fundada em 1936 no âmbito do esforço de consolidação político-ideológica e cultural do Estado Novo, a Academia Portuguesa da História iniciou a actividade em Janeiro de 1938. Procurou apresentar-se como continuadora da Academia Real Portuguesa da História (instituição criada em 1720 por D. João V e desactivada na segunda metade do século XVIII), ou seja, enquanto exemplo de "regeneração nacional" e de recuperação de um momento de "grandeza pátria". Em todos os seus âmbitos de intervenção – cooptação e consagração de investigadores, publicação de documentação e de textos de cariz historiográfico, dinamização de "comemorações histórico-patrióticas", reforço de contactos com outros países –, a Academia contribuiu para a afirmação da hegemonia do "historicismo neometódico": presença de valores nacionalistas e eurocêntricos, legitimação do corporativismo autoritário e do colonialismo; prevalência dos períodos medieval e moderno, das vertentes político-militar, religiosa e da cultura erudita; naturalização de estratégias propagandísticas da ditadura.

Instituída em 1956 por decisão de um cidadão estrangeiro e com a autorização renitente do Estado Novo, a Fundação Calouste Gulbenkian acabou por desempenhar até à Revolução de 1974, tanto uma função de apoio a investigadores que eram discriminados ou perseguidos pela ditadura – nomeadamente quando eram forçados ou quando optavam por exilar-se –, como um papel de facilitação do acesso a bibliografia, eventos científicos e debates culturais estrangeiros. Se, por um lado, diversos historiadores defensores do "idealismo

crítico", do marxismo e/ou da "nova história" beneficiaram dessa possibilidade de fuga ao monopólio – ou à hegemonia – e à violência (preventiva ou punitiva) do regime, por outro essa mesma postura gerou a hostilidade por parte da polícia política e de múltiplas outras instituições e organizações estruturantes do salazarismo.

#### **4. A historiografia e outras ciências/tecnologias sociais**

Dando continuidade ao esforço de estruturação do regime liberal conservador concretizado ao longo do século XIX, também no século XX se assistiu em Portugal ao desenvolvimento de tecnologias derivadas da historiografia. Face à "emergência das massas" na vida pública, o Estado – demoliberal, autoritário, totalitário e democrático – procurou ampliar, quer o nível de integração das classes populares no sistema político, quer o grau de subordinação daquelas às ideologias e às elites dominantes. Focalizamos a atenção na didáctica da História, no património cultural e na museologia, na arquitectura e no urbanismo, na cultura organizacional. Propomos, também, alguns vectores de comparação entre o enquadramento político-administrativo da historiografia e do direito, da economia, da sociologia e da antropologia<sup>5</sup>.

Surgida na segunda metade do século XIX como saber tecnológico autónomo, a didáctica da História procura analisar o modo de transposição da história-ciência para a história-docência, as metodologias e recursos de trabalho – lectivo, extra-lectivo e extra-curricular – com os estudantes, indicadores de avaliação das transformações geradas nos discentes pelo contacto com as disciplinas de História. No âmbito das Escolas Normais Superiores criadas na Universidade de Lisboa e na Universidade de Coimbra, durante a Primeira República e na etapa inicial da Ditadura Militar visou-se fomentar o desenvolvimento da área tecnológica em causa, promover o debate com várias correntes filosóficas e historiográficas, incentivar os contactos internacionais.

---

<sup>5</sup> Cfr., nomeadamente, J.R.C. Brites, 2012; M.M. Carvalho, 2005; M. Ferro, 1985; A.S. Nunes, 1988; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996/1997; *Revista Portuguesa de História*, 2007; G.D. Santos, 2005; L.R. Torgal, 1989.

Inversamente, o salazarismo optou por encerrar as Escolas Normais Superiores (logo em 1930), por transformar a didáctica da História num saber totalmente governamentalizado e fechado num horizonte nacional. Passou a mesma a ser reproduzida através do Ministério da Instrução Pública (Ministério da Educação Nacional depois da "reforma Carneiro Pacheco" de 1936), dos Liceus Normais – que asseguravam a formação inicial dos professores do "ensino liceal" – e das Escolas do Magistério Primário (nas quais decorreu a formação inicial dos professores do "ensino primário") .

No que concerne ao património cultural e à museologia, tecnologias decisivas para a gestão da memória e da identidade, a Primeira República e a Ditadura Militar convergiram na afirmação do predomínio de concepções nacionalistas em termos ideológico-culturais, restritivas em termos técnicos (preferência pela classificação de vestígios de cultura erudita e exclusividade da museologia tradicional). Aceitaram, no entanto, o envolvimento relativamente plural de individualidades e organizações da "sociedade civil"; mostraram disponibilidade para debater com concepções e propostas alternativas; revelaram incapacidade para concretizar muitos dos projectos apresentados e defendidos como fundamentais.

Como vectores nucleares de consolidação do Estado-Nação e de afirmação do mesmo no plano internacional – face aos outros Estados e às populações a "civilizar" –, o património cultural e os museus concentrar-se-iam nos testemunhos demonstrativos da antiguidade, coesão e grandeza do povo português (da "raça lusa"). Ou seja, preservaram vestígios arqueológicos – ilustrativos dos antecessores da Nação –, produção artística erudita (comprobativa do nascimento e da evolução da Nação e do Estado), espécimes da "história natural" – testemunho da capacidade de conhecer e dominar a natureza através da ciência e da tecnologia –, vestígios etnológicos e etnográficos (provas da capacidade para conhecer, superar ou dominar "povos primitivos").

Quanto ao Estado Novo, terá optado desde o início da década de 1930 por consolidar e reforçar o referido perfil de abordagem das questões do património cultural, da museologia e da "identidade histórico-cultural". Pretendeu-se afirmar definitivamente que Portugal era uma Nação e um Estado antigos e de matriz católica, relevantes para a afirmação da "Civilização Cristã e Ocidental" e investidos de uma "responsabilidade de tutela" sobre "populações e territórios

não autónomos". Passaram a ignorar-se ou, pelo menos, a desvalorizar-se os vestígios associados aos judeus, muçulmanos e escravos. Impôs-se, mesmo depois de 1945, a hegemonia da museologia tradicional e o quase monopólio do regime – Governo, aparelho de Estado e organizações oficiosas da "sociedade civil" – em termos de produção de iniciativas de patrimonialização e de discursos identitários. Investiu-se mais, tanto em conservação e restauro de monumentos tradicionais ("edifícios antigos" de função político-militar, religiosa, nobiliárquica ou cultural erudita), como em garantir que segmentos amplos da população eram influenciados por estas "narrativas ilustradas" sobre "o passado, o presente e o futuro".

Desde a etapa final da ditadura (vejam-se os exemplos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, do Museu Nacional de Etnologia, do Museu Calouste Gulbenkian e do Centro Nacional de Cultura) mas, sobretudo, no seguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974, procurou-se reduzir a distância que, também neste âmbito, separava Portugal de países mais desenvolvidos e com regimes democráticos ou demoliberais. Reforçaram-se os laços entre estas tecnologias e as ciências sociais – a "nova história", a "nova arqueologia" e a "nova história da arte"; a "nova antropologia" e a "nova sociologia" –; afirmou-se a legitimidade e as virtualidades da existência de várias perspectivas sobre património cultural e museologia, de múltiplas identidades histórico-culturais a montante e a jusante da "identidade nacional" (locais, regionais, europeia e mundial; de género e etárias, socioeconómicas e socioculturais, étnicas e/ou religiosas); assistiu-se ao emergir do "novo património cultural", da "nova museologia" e da "museologia pós-moderna".

Em convergência com a postura adoptada face ao património cultural e à museologia, o Estado Novo estabeleceu e reproduziu durante décadas uma leitura oficial acerca do que deveria ser a arquitectura pública – tanto quanto possível, também a arquitectura privada – e sobre o modo como ocorreria a "regeneração das cidades e vilas portuguesas" (ou, pelo menos, das zonas dessas localidades tidas como urbanisticamente relevantes). Atribuiu-se prioridade à proclamação da grandeza recuperada pelo regime em nome do Estado e da Nação; à explicitação inequívoca de uma determinada imagem do salazarismo, de pendor misto porque historicista e, ao mesmo tempo, modernista. A "arquitectura do Estado Novo" foi, assim, quase sempre, uma reinterpretação

monumentalista e moderna de correntes estéticas clássicas ou neoclássicas, regionalistas ou historicistas. O urbanismo subordinou a evolução das "áreas nobres" das localidades ao "imperativo categórico" do respeito pelas "identidades históricas" locais, regionais e nacional, da "dignificação do Estado" e da "protecção de monumentos nacionais".

Por iniciativa do salazarismo e de organizações da "sociedade civil" – muitas das quais com fortes ligações ao regime –, a cultura organizacional resumiu-se, por norma, nas décadas de trinta a sessenta, a discursos e iniciativas laudatórios dos momentos e individualidades fundadores; à identificação de períodos gloriosos e de vectores de colaboração com a ditadura; à naturalização das opções realizadas. Visou-se, pois, negar sistematicamente a natureza ideológica das escolhas feitas através da apresentação das mesmas como soluções únicas e indiscutíveis, como "prolongamentos necessários" de identidades e de evoluções históricas absolutas. Evitou-se, assim, quase sempre, estabelecer ligações entre a cultura organizacional, a historiografia sobre a época contemporânea e a arqueologia industrial (o estudo da cultura material dos séculos XVIII a XX); entre a cultura organizacional e temáticas como a "questão social", a "situação da mulher", os acidentes e doenças profissionais, os "problemas ambientais".

Considerando que a observação comparativa de problemáticas similares pode contribuir para o reforço da operatividade das análises propostas acerca de um determinado objecto de estudo, esboçamos em seguida algumas linhas de interpretação sobre a forma como o Estado Novo se relacionou com a historiografia, o direito, a economia, a antropologia e a sociologia. Chama-se, entretanto, a atenção para o diferente grau de centralidade que cada uma das áreas de conhecimento elencadas teve para a ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar e por Marcelo Caetano. Se o direito e, em menor grau embora, a economia foram encarados como saberes científicos e/ou tecnológicos nucleares, a historiografia, a antropologia e a sociologia mantiveram-se como áreas de conhecimento semi-periféricas para as elites político-administrativas. Apenas algumas elites intermédias – historiadores, antropólogos e sociólogos; professores, arquivistas, museólogos e outros especialistas em património cultural – as encaram como saberes fundamentais.

Se observarmos o exemplo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), poderemos verificar que, durante o Estado Novo, aquela



unidade orgânica manteve maior autonomia face ao poder político e maior pluralismo ideológico do que os que foram reivindicados pela e autorizados à Faculdade de Letras da mesma Universidade. Apesar de António de Oliveira Salazar e de outros dirigentes do regime serem oriundos da FDUC, esta escola continuou a adquirir livros e revistas heterodoxos, a leccionar sobre temáticas geradoras de polémicas científico-ideológicas, a contratar como docentes juristas que tinham manifestado a sua oposição à ditadura. Talvez a explicação para esta aparente contradição possa ser encontrada no predomínio da concepção segundo a qual a formação das futuras elites do Estado e da "sociedade civil" exigia o contacto dos estudantes com várias leituras da realidade sob a tutela dos docentes melhor preparados. Algo de similar teria ocorrido nas escolas superiores de economia.

De forma equivalente ao sucedido com a historiografia e com tecnologias sociais dela derivadas, a sociologia e a antropologia foram alvo de intervenções muito restritivas durante o Estado Novo. Eventualmente porque foi associada à análise crítica das estruturas sociais e, especificamente, das relações entre assalariados e empresários num contexto de economia capitalista, a sociologia não chegou a ter acolhimento no sistema universitário e praticamente desapareceu do panorama intelectual português nas décadas de 1930 a 1950. Apenas nos anos sessenta, por iniciativa de Adérito Sedas Nunes (fundador do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa – hoje Instituto de Ciências Sociais – e da revista *Análise Social*), esta área do saber voltou a ser cultivada em Portugal em unidades de investigação, em instituições de ensino superior e na "sociedade civil".

Relativamente à antropologia, o salazarismo, as universidades e organizações da "sociedade civil" convergiram para a continuação, até ao início da década de 1960, de um perfil herdado do século XIX mas que foi sendo descontinuado na generalidade dos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Por um lado, a antropologia física (ou antropometria) focalizou parte essencial da sua atenção na identificação das "provas fisiológicas" da superioridade de cada povo – ou "raça" – e de cada indivíduo (mais ou menos capaz ou incapaz, moral ou imoral); na demonstração da tese segundo a qual o Estado e a sociedade deveriam contrariar, tanto o nascimento de "mestiços" (fruto do "cruzamento

de membros de raças superiores com membros de raças inferiores"), como a reprodução de pessoas "intelectual e fisicamente incapazes". A antropologia cultural, também marcada pela presença de concepções darwinistas sociais e eugénicas, procurou estudar sobretudo, quer os "povos primitivos" das colónias – carentes de "tutela civilizadora" por parte dos portugueses –, quer os resquícios das "culturas pré-romanas" ainda presentes em zonas rurais das "províncias da Metrópole".

### **Conclusão**

Pensamos ser possível afirmar que, para além das continuidades, a historiografia portuguesa no século xx foi marcada pela forma como os regimes políticos se estruturaram e procuraram (re)organizar, num primeiro plano, o sistema de investigação, ensino e divulgação científica; em termos mais gerais, o aparelho de Estado e a "sociedade civil". Em particular a Ditadura Militar e o Estado Novo – soluções políticas de direita de cariz autoritário e totalitário – geraram transformações significativas na produção e na disseminação de discursos historiográficos, implicando a afirmação de uma "leitura oficiosa" (o "historicismo neo-metódico"); a repressão – preventiva e punitiva – de interpretações alternativas; uma substancial redução das ligações antes estabelecidas com as comunidades de historiadores de países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio com regimes democráticos ou demoliberais.

Lembramos, ainda, que a hegemonia do "historicismo neo-metódico" implicou o quase desaparecimento da historiografia sobre a época contemporânea; o menor desenvolvimento da história económica e social; o ignorar de problemáticas tidas como "ofensivas para a dignidade e a grandeza nacionais" (as presenças judaica e muçulmana em território português, a escravatura e o trabalho forçado, as heresias e a religiosidade popular, a situação da mulher, as condições de vida das classes populares, etc.); a negação da validade do debate deontológico e epistemológico, teórico e metodológico em nome da afirmação da indiscutibilidade de um empirismo valorativo, ou seja, da naturalização de interpretações predominantemente ideológicas acerca "do passado" e, conseqüentemente, "do presente" e "do futuro".

Significativo é, também, que o processo de construção de uma tal modalidade de controlo da historiografia por um Estado tendencialmente totalitário – o qual contou com o apoio da Igreja/"acção católica" e dos "interesses económicos" – se tenha iniciado em 1930, antes mesmo da implantação formal do Estado Novo. Relevante é, igualmente, que essa hegemonia tenha sido interrompida antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, isto é, que o regime tenha perdido a capacidade de dominar a produção de memória histórica de cariz erudito a partir de finais da década de 1960 por influência, tanto de concepções ideológico-científicas oposicionistas, como de correntes historiográficas cultivadas em outros países (com destaque para a "nova história" e para o marxismo).

O grau de coerência e a sistematicidade com que, durante o salazarismo, se procurou instrumentalizar a memória histórica em favor da legitimação da ditadura é, finalmente, melhor observável se considerarmos em simultâneo a evolução de tecnologias associáveis à historiografia. A didáctica da História foi retirada do contexto universitário, "nacionalizada" e governamentalizada, daí resultando o corte dos respectivos contactos internacionais durante décadas. Nos âmbitos do património cultural e da museologia impôs-se, quer uma visão nacionalista, restritiva e segregacionista de património – que excluía todos os vestígios que não correspondessem à "identidade nacional" delimitada pelo regime e que ignorou activamente a cultura material da época contemporânea –, quer o quase monopólio da museologia tradicional.

Enquanto tecnologias e estéticas decisivas para a configuração do espaço público, a arquitectura e o urbanismo foram regulados de modo a explicitar uma mundividência historicista e organicista. Os edifícios oficiais e, sempre que possível, edifícios privados, anunciaram uma modernidade que decorria supostamente do "passado pátrio": da Antiguidade Clássica, da história de Portugal, das "culturas populares" de matriz regional. A cultura organizacional tendeu a apresentar as instituições públicas e as organizações privadas como parcelas do todo nacional, no sentido em que reproduziriam o mesmo modelo de liderança carismática e de funcionamento corporativo; no sentido em que procurariam contribuir para a "regeneração do país" inspirando-se nos "heróis de antanho" e rejeitando os "fautores de decadência" (com destaque para o século que decorreu entre a Revolução de 1820 e a "Revolução Nacional" de 1926).

Ao beneficiarem, aparentemente, de maior autonomia – nos planos nacional e internacional –, a investigação e o ensino universitário do direito e da economia, a respectiva divulgação e as correspondentes transferências de saber realçariam as limitações impostas pelo Estado Novo à historiografia, à sociologia e à antropologia (saberes encarados como de "relevância intermédia"). Se a historiografia e as tecnologias dela derivadas sofreram as amputações já recapituladas, a sociologia foi banida durante cerca de trinta anos e a antropologia mantida artificialmente, até à década de 1960, com um perfil semelhante ao dos inícios do século XX (darwinista social e eugénico, organicista, nacionalista e colonialista).

#### Documentação e bibliografia

ARAÚJO, Francisco Miguel, *Faculdade(s) de Letras do Porto. Da (re)criação à Revolução*, Porto, 2008 (policopiado).

*Biblos*, vol. IX, 2ª Série, 2011, p. 7-374 ("FLUC (1911-2011)").

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «O abençoado retorno da velha história», *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 122, 1993 (3º), p. 623-630.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

BRITES, Joana Rita da Costa, *O capital da arquitectura (1929-1970)*, 3 volumes, Coimbra, 2012 (policopiado).

CARVALHO, Maria Manuela, *Poder e ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Le phénomène "nouvelle histoire". Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983.

DORES, Hugo Gonçalves, *A história na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, Lisboa, 2008 (policopiado).

*Ensaio de ego-história* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 1989.

*Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987.

FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.

HESPANHA, António Manuel, «História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna», *Ler História*, nº 9, 1986, p. 65-84.

HESPANHA, António Manuel, «A emergência da história», *Penélope*, nº 5, 1991, p. 9-25.

HOMEM, Armando Luís Carvalho, *Introdução à história*, Porto, 1993 (policopiado).

JAMESON, Frederic, *Posmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991.

*La nouvelle histoire*, Paris, Retz/CEPL, 1978.

MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

NETO, Vítor (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Edições Almedina, 2012.

NUNES, Adérito Sedas, «Questões preliminares sobre as ciências sociais», *Análise Social*, nº 30/31, 1970, p. 201-298.

NUNES, Adérito Sedas, "Histórias, uma história e a História. Sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal", *Análise Social*, nº 100, 1988, p. 11-55.

NUNES, João Paulo Avelãs e outros, «Ensino da história: que conhecimento e que memória(s)?», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, p. 641-680.

NUNES, João Paulo Avelãs, «Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)», *Vértice*, II Série, nº 56, Setembro/Outubro de 1993, p. 13-23.

NUNES, João Paulo Avelãs e outros, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993.

NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)*, Lisboa, IIE, 1995.

NUNES, João Paulo Avelãs, «As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949)», *Anais. História*, vol. III/IV, 1996/1997, p. 235-275.

NUNES, João Paulo Avelãs, «Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*», *População e Sociedade*, nº 8, 2002, p. 73-77.

*Revista de História Jerónimo Zurita*, nº 71, 1995, p. 47-58, 59-94, 309-345 («La historiografía en el horizonte del año 2000. Actas»).

*Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 5-312 ("Teoria da história, história da historiografia e didáctica da História").

*Revista Portuguesa de História*, t. 42, 2011, p. 5-390 ("100 anos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra").

SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.

SANTOS, Gonçalo Duro dos, *A escola de antropologia de Coimbra (1885-1950)*, Lisboa, ICS, 2005.

TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis e outros, *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

VATTIMO, Gianni, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

(Página deixada propositadamente em branco)

## CIÊNCIAS SOCIAIS E HISTÓRIA: ENCONTRO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>

HELENA BOMENY<sup>2</sup>

A escrita deste texto foi provocada por dois acontecimentos – uma cerimônia de formatura e um convite. Em março de 2010, a Escola Superior de Ciências Sociais do CPDOC formava sua primeira turma. Autorizada a funcionar pelo MEC em 2005, a Escola teve suas atividades regulares iniciadas em fevereiro de 2006. Participei da cerimônia de 2010 como paraninfa da turma. O discurso que proferi motivou, um ano depois, o convite que me foi feito por Américo Freire para escrever o texto com o qual participaria no Seminário Internacional realizado em Coimbra, resultado de uma parceria entre o CPDOC e o CEIS 20, sendo Américo um dos coordenadores. A provocação que me foi feita era de transformar o argumento do discurso para os estudantes em um texto mais detalhado.<sup>3</sup>

Desde o momento em que recebi o convite dos estudantes, comecei a pensar sobre o que dizer a eles. Que mensagem deveria deixar aos que estavam

---

<sup>1</sup> Texto escrito para o Colóquio Internacional “Historiografias portuguesa e brasileira no século XX”, organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, CEIS20, e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. O seminário foi realizado no período de 14 a 16 de Setembro de 2011, na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra. Devo um agradecimento especial a Alzira Abreu, Américo Freire, Angela de Castro Gomes, Lucia Lippi Oliveira, Luciana Heymann, Marly Motta e Suely Braga pela leitura atenta e pelas sugestões valiosas.

<sup>2</sup> Socióloga, professora titular de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora e pesquisadora do CPDOC/Escola de Ciências sociais da FGV até 31 de dezembro de 2012. Bolsista de Produtividade CNPq, nível 2.

<sup>3</sup> Colóquio Internacional “Historiografias portuguesa e brasileira no século XX”, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 14 a 16 de setembro de 2011.

atravessando o ritual de passagem e deixando a Escola? Eu havia coordenado e feito parte da equipe que concebeu o projeto do curso de Ciências Sociais que fundou a Escola, tendo sido também a primeira coordenadora da Escola em dois mandatos sucessivos, de abril de 2006 a abril de 2010. A formatura coincidia com o término de minha gestão na coordenação. Os estudantes, como eu, saíam de um lugar especial, eles como alunos, eu como coordenadora. Eles tomariam seus rumos levando o que foi possível compreender de uma experiência que nasceu com a turma que naquela ocasião se graduava, mas que continuaria com as demais. Eu deixava a coordenação consciente de que fechava com ela um ciclo de vida em uma instituição dentro da qual passara grande parte de minha juventude e na qual selara relações profissionais e de amizade que perduram até hoje como eixos em minha trajetória pessoal e acadêmica.

Os jovens cientistas sociais que acabavam de receber seus diplomas transitaram rápidos quatro anos em uma Escola que nasceu de uma instituição cuja história, lugar no meio acadêmico, importância intelectual e expressão pública eles, naturalmente, desconheciam. Nem os jovens tinham noção substantiva da instituição que dera origem à Escola, nem nós, pesquisadores e professores do CPDOC dimensionávamos àquela altura o sentido e o impacto de uma Escola sobre a tradição de um Centro de Pesquisa. Verdade que, em alguma instância, a atividade de magistério estava sendo combinada à rotina de pesquisa com o início, em 2003, dos cursos de pós-graduação no CPDOC. Mas são bem distintos os movimentos de graduação e de pós-graduação. São exigências diferentes – mobilização de esforço e habilidades nem sempre sintonizadas.

O argumento que elegi como mensagem aos formandos é o que pretendo recuperar e estender como reflexão neste texto, qual seja, a fundação de um Centro de História por cientistas sociais e a criação de uma Escola de Ciências Sociais em um Centro de História. Este foi o convite que fiz aos formandos como provocação para possíveis e futuras elucubrações.

### **Nas malhas da memória**

Escrever este texto significou percorrer o trajeto de construção de uma narrativa produzida por fragmentos de memórias. Foi resultado da recuperação,



aqui e ali, de pontos, argumentos, justificativas e opiniões que atores distintos têm e tiveram a respeito da feitura de uma instituição – o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se, portanto de memória institucional, sendo eu própria, autora do texto, parte dessa construção. Meu ingresso como pesquisadora no CPDOC data de janeiro de 1976, e o Centro havia sido criado em junho de 1973. Estabeleci como recorte o período que compreende a fundação do CPDOC e a criação da Escola Superior de Ciências Sociais, ou seja, 1973 a 2005.

O comentário acima tem o sentido de advertência ao leitor. São já parte da literatura contemporânea sobre memória os limites para os quais é preciso estar atento quando dela nos apropriamos como objeto de exercício intelectual. Memória, individual ou coletiva, se funda em lembranças que se articulam e se organizam em informações que reforçam conteúdos específicos de uma narrativa que se quer dotada de sentido e de coerência. Memórias são bem recebidas e incorporadas quando são convincentemente persuasivas. Nesse processo, de forma deliberada ou incontrolada, inclusões e exclusões são processadas; omissões são cometidas, com ou sem intencionalidade, silêncios são despercebidos, embora repletos de mensagens, dados são expostos no intuito de conferir confiabilidade e interesse no interlocutor. Nesse movimento, é inevitável a parcialidade a respeito do que se elegeu como "memorável" ao processo de construção da narrativa. É uma consequência quase inevitável. Os artifícios de construção da memória conectam-se com subjetividades em toda a riqueza que possam oferecer, mas com toda a imprevisibilidade de que são portadoras as manifestações da subjetividade. Isso significa que tal relato poderia tomar outra forma fossem outros os autores de sua escrita. Fosse outros os sentimentos que provocaram tais lembranças. Outros fossem os atores autores de sua construção. Memória é expressão afetiva de feitos passados que queremos salvaguardar. Daí a conexão tão estreita entre memória e subjetividade.

Tomada apressadamente, tal advertência pode sugerir que reconstruções de processos coletivos sejam fortemente comprometidas em sua própria proposição. Sim e não. Sim, se entendemos que a intenção e/ou a ambição dos autores ao apresentarem suas lembranças é reconstituir o fenômeno como o que "realmente aconteceu", revestindo-se assim da autoridade de verdade

revelada em sua inteireza. Não, se com a recomendação weberiana aderirmos ao princípio segundo o qual esta é uma das maneiras possíveis de nos aproximarmos de um fenômeno coletivo, o que significa que estaremos sempre diante de um resultado provisório, inevitavelmente parcial e incompleto. Sempre poderemos nos surpreender com um ponto de vista distinto, com outra prova, uma informação ou um conjunto de dados que nos exija depuração e maior razoabilidade à interpretação sugerida. Toda reconstrução implica recuperação de lembranças selecionadas. Dificilmente seria possível imaginá-la sem o artifício da memória. A memória é matéria constitutiva das construções reflexivas. Mas toda lembrança é aproximação. A memória, portanto será sempre parcial, incompleta, superável, porque seletiva. É nesse jogo de incorporação necessária e consciência de sua limitação que tentarei me mover no objetivo de recuperar o trajeto institucional de um Centro, valendo-me de lembranças diversas, mas convencida de que não estarei tocando em boa parte das possibilidades de interpretação diferentes das que aqui exporei. Disputas e competições recorrentes não terão o espaço requerido em uma reconstrução mais profunda. A ambição foi menos exaustiva: trata-se de apresentar linhas que definem a singularidade de um Centro de História pensado e construído com fios das Ciências Sociais<sup>4</sup>.

### **De longe, pensando o Brasil**

O Brasil do início da década de 1970 atravessava um clima político irrespirável. Atmosfera pesada de repressão, cerceamento à liberdade e ao acesso à informação pelo aparelho repressivo do regime civil-militar que, desde o Golpe de 1964, controlava politicamente o país. Dos 25 anos de autoritarismo é possível extrair um consenso razoavelmente consolidado na historiografia, e entre os analistas políticos, a respeito desse momento, início dos anos 70, como o mais radicalmente opressor de todo o regime autoritário (1964-1985).

---

<sup>4</sup> Assumo neste texto uma divisão razoavelmente consensual no Brasil de incluir nas Ciências Sociais as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Os historiadores compõem um campo distinto neste arranjo, o que acaba se refletindo inclusive em uma divisão intelectual do trabalho com repercussão na comunidade acadêmica.

Entre 1969 e 1974, o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) esteve à frente do governo marcado pela escalada de repressão, prisões, torturas e mortes nos porões dos presídios brasileiros.

O período Médici compôs a conjuntura que ficou conhecida como “Anos de Chumbo”. Esta é uma expressão importada da Europa Ocidental do período entre 1968 e final da década de 70 relacionada com a Guerra Fria e a *estratégia de tensão* - conjunto de ações criado para provocar insegurança na população e justificar a implantação de um Estado policial. Tal estratégia extravasou para países do Cone Sul ficando associada aos regimes políticos radicalizados na repressão às manifestações da sociedade civil e perseguição implacável aos que ousavam se opor ao poder constituído.

O governo Médici combinou traços incomuns aos governos militares do período da ditadura no Brasil. A utilização maciça de propaganda enaltecendo e exacerbando o sentimento de patriotismo; a utilização de efeitos midiáticos como os que envolveram a celebração da vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 e o fortalecimento do slogan *Brasil Grande*, corolário do que a opinião pública classificou como “milagre brasileiro”. Acionavam-se, ideologicamente, como sustentáculos do “milagre” o crescimento acelerado da economia, a construção das grandes rodovias como a Transamazônica, Santarém-Cuiabá, a Perimetral Norte, os incentivos fiscais à indústria e à agricultura, a construção da Ponte Rio-Niterói, a baixa inflação, tudo o que, constituindo-se no inusitado em um país subdesenvolvido, confirmaria a classificação de “milagre”. Mas o milagre não admitia transgressões nem contrariedades. Quem não estivesse satisfeito, que se mudasse. *Brasil, ame-o ou deixe-o* era a marca da campanha publicitária que não perdoava quem a ofendesse. De tudo se apropriava a propaganda governamental com o objetivo de salientar os efeitos da aceleração – construir casas populares através do Banco Nacional de Habitação (BNH), alfabetizar em massa pelo movimento de alfabetização MOBRAL, desenvolver em passos largos o que era considerado estratégico ao desenvolvimento. Já no final da década de 1970, a sustentação do milagre se mostrou pouco vigorosa. A realidade foi, progressivamente, comprometendo os indicadores utilizados para evidenciar o grande progresso, e as agruras do mundo profano punham em evidência a insustentabilidade da ideologia do milagre.

Pois foi nesse momento em que no Brasil as ideias circulavam com mais interdição do que índices econômicos, nem sempre confiáveis, que um grupo restrito de cientistas sociais especulava em Paris sobre a possibilidade de construir um espaço institucional dedicado ao cuidado e ao tratamento da documentação e da pesquisa histórica do Brasil contemporâneo. Um grupo de mulheres – vale o registro – todas comprometidas com o campo das Ciências Sociais refletia sobre as contingências da história do Brasil naquele contexto de autoritarismo. Uma delas liderava a articulação em torno da proposta de criação de um centro. Era ela Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do presidente Getúlio Vargas, filha única de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e de Ernani do Amaral Peixoto. Celina Vargas do Amaral Peixoto, Aspásia Camargo e Alzira Abreu compuseram a equipe que, informalmente, de Paris, conjecturava sobre as possibilidades de associar informação com pesquisa em tempos de cerceamento à informação e à pesquisa. Em depoimento concedido à Maria Celina D’Araújo, Celina Vargas volta um pouco atrás, ao período de universidade, na PUC do Rio de Janeiro, onde, “uma geração de alunos tinha uma forte preocupação social e um grande interesse em conhecer melhor o país”. Naquela época, completa ela, “o conhecimento passava muito pela teoria. Havia aulas de marxismo, de ciência política americana, de teorias da modernização, mas na verdade não se estudava o país...” A ambição de certos estudantes daquela geração, entre os quais destaca o nome de Lucia Lippi Oliveira, colega de turma, era associar as duas coisas, teoria e conhecimento da realidade. Celina atribuiu ao cuidado de sua mãe com os papéis de Getúlio o empenho - que foi também por ela cultivado - pela guarda dos documentos. “É claro que tudo isso passava fortemente pela dedicação de minha mãe, uma pessoa com a enorme preocupação de guardar toda aquela documentação, que tinha, inclusive, privilégios especiais na nossa casa, acima de qualquer outro bem material...”<sup>5</sup> Herdeira da preocupação de guardar aquele acervo, mobilizou-se com o pequeno grupo de sua geração para constituir-lo em uma instituição.

---

<sup>5</sup> Cf. *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*/ Org: Maria Celina D’Araújo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, 334 p, p.228.

## A História iluminando a Sociologia

A mobilização pela criação de um centro de pesquisa e documentação teve na conjuntura política uma forte aliada. A geração intelectual impactada pelo Golpe de 1964 não se despreendeu de indagações a respeito do que havia sucedido. Por que não foi possível prever o Golpe? Por que o movimento pelas reformas não deu certo? Por que as massas não se mobilizaram pela causa que sustentou os movimentos sociais ao longo dos anos 60? Que relação o ocorrido poderia ter com uma tradição brasileira ainda por desvendar? Como entender o que se passara? Como explicar a vitória da reação, do atraso, da direita? O conhecimento do passado se constituiria na chave para responder às importantes inquietações daquele presente, resumizou Lucia Lippi Oliveira em conferência proferida em 26 de agosto de 2011 em atividade promovida pelo Laboratório de Pensamento Social (LAPES), do CPDOC.<sup>6</sup> Registros históricos em fontes documentais seriam um passo importante na reconstrução de um passado que poderia iluminar e responder a indagações do presente. Se as questões eram sociológicas, o trajeto de seu enfrentamento era traçado pela História.

Ao lado de todo esse conjunto de perguntas, havia uma particularidade a envolver Celina Vargas. Como neta do ex-presidente Vargas, Celina conviveu com uma rotina particularmente incômoda. A casa de sua mãe, guardiã do acervo documental de seu avô, Getúlio Vargas, era frequentada com certa regularidade por pesquisadores estrangeiros e por um seletivo grupo de brasileiros, historiadores em sua maioria, interessados nas fontes documentais armazenadas nos quase vinte anos de governo Vargas: 15 no primeiro governo (1930-1945) e três e meio no segundo (1951-1954), interrompido com o suicídio do presidente. O acervo, considerado estratégico à compreensão do processo histórico de constituição do Estado nacional brasileiro, era fonte de interesse de pesquisadores nacionais e estrangeiros, entre os últimos, principalmente dos norte-americanos, conhecidos no Brasil como *brasilianistas*. Duas questões se punham progressivamente: a indisponibilidade do acesso à

---

<sup>6</sup> *Ateliê do Pensamento Social*, promovido pelo Laboratório de Pensamento Social (LAPES) do CPDOC. Rio de Janeiro, CPDOC, 26 de agosto de 2011.

documentação pelos pesquisadores brasileiros, uma documentação que deveria ser pública, indisponibilidade provocada pela interdição política ao exercício intelectual livre e, também a constrangedora, mas compreensível seletividade de visitas ao acervo por se tratar de uma residência privada, o sagrado espaço doméstico. Os que, por alguma razão, nem sempre pública, tivessem o privilégio de serem recebidos na residência da guardiã dos papéis ali guardados, podiam ensaiar uma leitura assistemática de parte da documentação armazenada. Os que não, teriam que se contentar com o que se produzisse a partir de outros expedientes de pesquisa. A interdição ao acesso a uma documentação que deveria ser pública talvez tenha sido um dos mais fortes estímulos para o empenho em criar um espaço onde tais consultas fossem relacionadas ao interesse acadêmico e não, resultado de concessão/distinção pessoal. Os arquivos privados guardam, inequivocamente, as características mescladas de abertura ao público sob a regência de seus “donos” – uma tensão já registrada em muitos estudos, entre os quais, o belo trabalho de Leticia Nedel, “A guardiã da verdade”, publicado em 2010.<sup>7</sup>

Mobilizadas por todas essas circunstâncias, as sociólogas amadureceram a ideia de criar uma instituição que viabilizasse a preservação da memória política nacional brasileira. E a disponibilizasse publicamente. Foram as cientistas sociais, junto de uma equipe imediatamente constituída e ampliada, que formou um Centro de História. Duas circunstâncias especiais contaram favoravelmente. O fato estratégico de ser a principal proponente, Celina Vargas, herdeira do grande acervo, e ainda, de ter como interlocutor Luiz Simões Lopes que presidiu a Fundação Getulio Vargas (FGV) no longo período que foi da criação da instituição, 1944, até sua morte, em 1994. Relações de lealdade e fidelidade a Getulio marcaram a trajetória política daquele que recebeu do presidente da República a responsabilidade pela direção da FGV. Luiz Simões Lopes (1903-1994), nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi nomeado chefe do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cargo de confiança do presidente da República, órgão criado com o objetivo de racionalizar e integrar o serviço público nacional e qualificar o funcionalismo.

---

<sup>7</sup> Cf. Leticia Nedel, “A guardiã da verdade”. Em: Marieta de Moraes Ferreira (org). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 125-158.

Quando, em dezembro de 1944 é criada a Fundação Getúlio Vargas com o projeto específico de promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública, a presidência da instituição foi entregue a Simões Lopes que mantinha com o presidente Vargas os mais estreitos laços de lealdade e cooperação. Ao final do governo Vargas em 1945, Simões Lopes teve que deixar a presidência do DASP e a Fundação acabou sendo sua exclusiva dedicação. O depoimento por ele concedido para a escrita de um livro sobre a FGV ilustra a proximidade entre o depoente e o presidente Vargas:

Surgiu então a ideia de criar uma instituição, e eu disse ao dr. Getúlio: "Acho que não devemos estabelecer desde já o tipo de organização que vamos criar. Vamos fazer uma coisa cheia de nuances, que possa mudar de um lado para o outro. Proponho que o senhor faça um decreto autorizando o presidente do DASP a promover a criação de uma instituição com tais e tais fins, mas deixando a forma, a estrutura da instituição, um pouco vaga". O dr. Getúlio assinou esse decreto, elaborado por nós, com uma autorização tão ampla que eu podia escolher a forma que quisesse. Poderia fazer uma fundação, uma autarquia, isso ou aquilo. Mas eu já tinha mais ou menos na cabeça que a melhor ideia era criar uma fundação, porque eu queria fazer o que consegui fazer, ou seja, trazer para cá as empresas privadas. Fiz uma instituição que na realidade era criada e mantida pelo governo, com dinheiro do governo, mas, ao mesmo tempo, criei uma assembleia geral. Falei com cerca de 500 pessoas, físicas e jurídicas, da melhor categoria no Brasil, e trezentas e tantas concordaram em pagar uma contribuição para serem membros da assembleia. Como eu não queria um organismo claramente estatal dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente, é do governo, mas parece privada, já que o seu órgão supremo é a Assembleia Geral. Desde 1944 reunimos anualmente a nossa Assembleia Geral – alguns já morreram, mas outros entraram – e apresentamos as nossas contas. É a Assembleia Geral que examina as contas, elege o presidente, o Conselho Diretor etc...<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> *Fundação Getúlio Vargas. Concretização de um ideal.* Maria Celina D'Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: p.14)

Da confiança vinda com a proximidade, Celina Vargas reivindicou uma sala para levar para a FGV o acervo de Getúlio Vargas. Assim nascia o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 25 de junho de 1973. Institucionalmente, por proposta de Simões Lopes, presidente da FGV, o CPDOC ficou subordinado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo). O Núcleo de Direito Público foi criado em 1947 por Themístocles Cavalcanti que trouxe como membros permanentes Carlos Medeiros Silva e Olavo Bilac Pinto. Funcionou como Núcleo até 1952 quando foi transformado no Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP). Em 1973 – ano da criação do CPDOC - o Instituto, mantendo a mesma denominação, passou a atender pela sigla Indipo. Estando de origem subordinado a um Instituto, o CPDOC recebeu a denominação de Centro. No organograma da Fundação Getúlio Vargas, havia como unidades as Escolas (de Administração e de Economia) no Rio e em São Paulo, e os Institutos. À época da criação do CPDOC, o Indipo era dirigido por Themístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980), jurista que foi Procurador-Geral da República e Ministro da Corte Suprema. Além de Cavalcanti, o Indipo esteve sob a direção de Afonso Arinos de Melo Franco, no período de 1980 a 1985, data em que o vínculo institucional do CPDOC com o Indipo se desfez.<sup>9</sup> O CPDOC passa a ser mais uma unidade da Fundação Getúlio Vargas, e como tal, deveria produzir e administrar seus recursos financeiros, humanos e políticos.

O CPDOC nasceu com e sob o beneplácito da relação pessoal, fincada em laços de confiança e lealdade, marcas indeléveis da cultura política brasileira. A fusão de tais intenções e contingências resultou na eleição da história política como eixo em torno do qual grande parte das atividades ali ensaiadas ganhava musculatura, continuidade e sistematização. A articulação de atores

---

<sup>9</sup> “No início era uma coisa meio capenga, eram poucas as pessoas contratadas, porque o orçamento que a Fundação nos dava era muito baixo. Mas nesse momento chegamos a cerca de 100 pessoas, uma coisa enorme. Foi aí que fui chamada de expansionista. Ficamos maiores que o INDIPO, instituto hierarquicamente superior, que tinha umas 20 pessoas no máximo. Até que um dia fui ao dr. Simões e disse que não tinha mais sentido ficar subordinada ao dr. Afonso Arinos, que sucedera ao dr. Themístocles na direção do INDIPO”. (Depoimento de Celina Vargas para o livro *Fundação Getúlio Vargas*. Concretização de um ideal. Maria Celina D’Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999:235)



políticos estratégicos em movimento povoava os milhares de papéis à espera de tratamento, organização e disponibilização ao público.

Assim, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) teve na Fundação Getulio Vargas o espaço institucional, e no arquivo Getulio Vargas, sua âncora. Mas tão logo recebeu o arquivo Vargas, a direção do Centro empreendeu um esforço imediato e bem sucedido, de incorporar outros arquivos.<sup>10</sup>

Os arquivos funcionaram como âncoras, mas também, fontes de desconfiança. Em uma conjuntura de autoritarismo, e em um ambiente intelectual onde predominava o estruturalismo nas Ciências Sociais e na História, justificar academicamente a criação de um Centro de pesquisa histórica por cientistas sociais, com ênfase em História Política, gerava resistências e críticas de ambos os campos, da História e das Ciências Sociais. Cuidar do acervo privado da elite política soava estar em consonância com a própria elite política. Espécie de deferência aos mais privilegiados em um país de desigualdades e concentração de rendas e privilégios abissais. Perceber processos e conjunturas pelo trajeto de atores políticos não tinha à época o espaço de legitimação que ora habita os estudos historiográficos, sequer os sociológicos. É o que nos mostra o depoimento de Marieta de Moraes Ferreira:

*Ao ser criado em 1973, o CPDOC contou sem dúvida com algumas condições favoráveis: foi abrigado por uma instituição prestigiosa como a Fundação Getulio Vargas e foi beneficiado pelo movimento então em curso de expansão da pós-graduação em ciências sociais e história, bem como de estímulo às atividades de pesquisa e documentação. Por dispor de um projeto de trabalho*

---

<sup>10</sup> “... Eu sabia que a instituição não seria reconhecida academicamente enquanto não tivesse o respaldo de outros arquivos, que só o arquivo Vargas não a legitimaria. Então, comecei a trabalhar seriamente na obtenção de outros arquivos..”. (Celina Vargas, depoimento para o livro *Fundação Getulio Vargas. Concretização de um ideal*, op.cit, p. 230)

*consistente e de um sólido patrimônio documental inicial, o CPDOC não demorou a obter recursos financeiros junto a entidades como a Fundação Ford ou a agências governamentais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). No entanto, exatamente por se definir como um centro voltado para o estudo da história política recente do país, que valorizava o papel dos indivíduos e privilegiava, como fontes, os arquivos privados pessoais e os depoimentos orais, o CPDOC viu também o seu projeto acadêmico ser alvo de questionamentos. Aos olhos de muitos, parecia que tinha escolhido avançar na contramão da história que então se fazia no país. (Ferreira, 2003:7)*

O CPDOC vinha na contramão da história que se fazia, e também, das Ciências Sociais que se institucionalizavam sob a inspiração de metodologias de trabalho e modelos de pesquisa resistentes ao formato que ali se ensaiava. Não só a conjuntura política favorecia a crítica aos estudos sobre elite política. A própria Fundação Getúlio Vargas, como bem salientou Simões Lopes na citação que reproduzi anteriormente - *uma fundação que, finalmente, é do governo, mas parece privada, já que o seu órgão supremo é a Assembleia Geral* – despertava desconfiança da comunidade acadêmica de historiadores e cientistas sociais pela tradição fortemente associada à Administração, à Economia e aos negócios do governo.

O CPDOC, portanto, definiu como seu principal eixo de estudos a história política. Tal orientação pode ter sido, também em parte, estimulada pela presença de historiadores norte-americanos, os chamados *brasilianistas*, muitos dos quais, freqüentadores assíduos da casa de Alzira Vargas guardião do arquivo do pai, Getúlio Vargas. O interesse dos historiadores pela história política e pelo período da Primeira República, e a metodologia valorizada de trabalho com fontes documentais distinguiram a contribuição dos *brasilianistas*, e atraíam, por isso mesmo, a crítica e o olhar de desconfiança por parte tanto da comunidade de historiadores, quanto da de cientistas sociais.

Mas a recuperação histórica brasileira implicava ainda em desvendar a esfinge para a compreensão do que se constituía no país como ideário de Nação. Quem formulou historicamente os projetos de nação? Que percursos e percalços teriam que enfrentar aqueles e aquelas quando o desafio era entender por que o país dava ou não dava certo? Onde estavam os erros? Em

que nos distinguíamos como originais? Política e cultura logo se entrelaçaram e a instituição foi sendo construída com uma convicção que encontrou amparo em muitas tradições teóricas no campo da História, mas igualmente, no das Ciências Sociais. Ao lado da recuperação do trajeto das elites políticas, outro acervo foi sendo construído, catalogado e tratado analiticamente – a produção bibliográfica do que se produziu a respeito do Brasil. Os intelectuais que formularam interpretações sobre o país deixaram nos livros, manifestos, revistas, materiais de imprensa e registros culturais projetos concorrentes de nação, diagnósticos nem sempre consensuais a respeito dos problemas e das possibilidades de construção de identidade nacional. Os temas fundadores da ordem republicana brasileira e do impacto de 1930 sobre seu ordenamento foram recuperados na vasta produção bibliográfica que se constituiu nos projetos de pesquisa concentrados na linhagem das trajetórias intelectuais, e no banco de referência histórico-biográfico. A *Brasiliana* e o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) corporificaram como projetos o complemento ao esforço de reconstrução do período pós 1930. O primeiro projeto, *Brasiliana*, foi proposto por Aspásia Camargo e coordenado por Lucia Lippi Oliveira que ingressara em 1976 no CPDOC; o *Dicionário* foi coordenado por Israel Beloch e Alzira Abreu, e anos depois, apenas por Alzira Abreu.

Do projeto *Brasiliana* se criou uma das linhas tradicionais de pesquisa no CPDOC – Pensamento Social Brasileiro – tendo tido influência decisiva na criação do Grupo de Trabalho da ANPOCS com este nome<sup>11</sup>; da experiência do *Dicionário*, todo um programa de pesquisa se seguiu para produção de obras de referência disponibilizadas sucessivamente desde a publicação original do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Ao lado desses dois grandes projetos, uma nova maneira de construir fontes historiográficas se ensaiava com pioneirismo no CPDOC. Aspásia Camargo iniciava o Programa de História Oral, defendendo o argumento segundo o qual depoimentos orais são fontes com estatuto de validade como outra fonte convencional a demandar método de trabalho e rigor no tratamento como toda fonte historiográfica

---

<sup>11</sup> Pesquisadoras do CPDOC compuseram o grupo que criou o GT Pensamento Social Brasileiro na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

exige para proveito e interesse na interpretação de acontecimentos da história e da vida social. A entrevista que concedeu recentemente recupera a motivação original do empreendimento e valor da nova metodologia:

...Eu estava querendo reconstituir o campo político das elites, entendendo por elite (...) as pessoas que tomavam as decisões, que tomaram decisões estratégicas, no curso desse processo tumultuadíssimo da história brasileira. Então a idéia de estudar elites políticas pela via da história oral causava urticária e repulsa a muita gente. E aí começou uma discussão incrível sobre metodologia. E, na verdade, todo o esforço que eu fiz foi introduzir a história de vida como instrumento de... Não só de orientação da coleta do material, porque se não tiver alguma coisa consistente você pode ouvir qualquer coisa... Porque a única história que você pode contar mais ou menos direito é a sua, as outras, você vai dar uma contribuição aqui, outra ali, mas você pode estar dizendo coisas também distorcidas. Então a idéia da história oral é que a história oral era um instrumento de controle da informação, porque uma pessoa não pode mentir sistematicamente sobre a sua própria vida durante muitas horas, em algum momento, ela vai se atrapalhar; e a segunda era que não bastava uma entrevista, era preciso ter um grupo de entrevistas correlatas, para poder te dar uma visão do campo, do campo político. E isso era tão importante porque, de fato, eu ouvi, nós ouvimos aqui, o CPDOC ouviu, por essas gravações, coisas inacreditáveis; de Amaral Peixoto e Cordeiro de Farias dizerem a mesma coisa, olhando para os acontecimentos com o sentido contrário (...) <sup>12</sup>.

Completando os eixos de investimento acadêmico originais, uma linha de pesquisa, construída e coordenada pelo historiador Gerson Moura tratava das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira com um tipo de pesquisa pioneira no cruzamento de questões e documentação histórica específica. Tal cruzamento entre pesquisa e documentação produziu um núcleo de

---

<sup>12</sup> Aspásia Camargo, entrevista concedida para o Projeto Cientistas Sociais em Países de Língua Portuguesa: trajetórias de vida. Cpdoc, coordenação de Celso Castro. Cf. <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais>

investigação e uma equipe jovem que contou com a atuação de intelectuais ainda hoje referências no campo das Relações Internacionais: Mônica Hirst, Letícia Pinheiro, Paulo Wrobel, Alexandra de Mello e Silva, entre outros, tiveram sua atuação registrada no CPDOC sob a coordenação de Gérson Moura. A morte súbita de Gérson em 1992, e um período de graves limitações financeiras da FGV foram decisivos para a solução de continuidade de um campo de trabalho que já deixava sua marca na instituição.

### **Um centro de memória fazendo história e ciências sociais**

Os questionamentos dirigidos ao CPDOC encontravam frequentemente, ressonância dentro da própria instituição. Não era possível falar em consenso entre os pesquisadores. Um conjunto de jovens em processo de formação acadêmica, mobilizados politicamente, comprometidos com a alteração dos rumos de uma sociedade prisioneira do autoritarismo, manifestava-se criticamente sobre as escolhas intelectuais que poderiam advir da eleição de história política em um momento intelectual onde predominavam os paradigmas estruturais, de matriz crítica. O consenso possível vinha não tanto das escolhas intelectuais ou da definição do campo de pesquisas, mas da resistência aos procedimentos impostos pelo regime autoritário e a crítica aos excessos do regime ditatorial. Os pesquisadores, ainda com certa predominância de mulheres, uniam-se para enfrentar a agressão externa. Em certo sentido, o grupo mobilizado como grupo e identificado pela inclinação à esquerda do espectro político destoava do ambiente da FGV. Na fase inicial, até meados da segunda década de fundação, prevalecia certa homogeneidade da equipe. Grande parte dos pesquisadores encontrava-se ainda em processo de formação, nos cursos de mestrado e de doutorado, este último entrando na agenda em meados dos anos 80. O Centro se formava junto com seus pesquisadores. Uma primeira exposição pública de efeito mais prolongado se deu em setembro de 1980 em um grande seminário promovido pelo CPDOC a propósito dos cinquenta anos da Revolução de 1930. Patrocinado pela CAPES, CNPq e Fundação Ford, o encontro atraiu a presença de intelectuais importantes, entre os quais Alzira Abreu, Angela de Castro Gomes, Aspásia Camargo, Elisa Reis, Gérson Moura, Lucia Lippi Oliveira e Simon Schwartzman, pelo CPDOC, mas também Alberto Guerreiro Ramos,

Bolívar Lamounier, Carlos Dias Alejandro, Daniel Levy, Daniel Pécaut, Edmundo Campos Coelho, Frank D. McCann, Hélgio Trindade, Joseph Love, José Murilo de Carvalho, Luciano Martins, Luis Antônio Cunha, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Regina Soares de Lima, Ricardo Antônio Silva Seitenfus, Robert Levine, Sérgio Miceli, além de convidados debatedores, entre os quais, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Assis Barbosa e Guillermo O'Donnell. Se considerarmos o tempo de existência do CPDOC à ocasião de realização do Seminário Internacional – sete anos – e a expressividade dos intelectuais que compareceram, não seria exagero eleger tal atividade como marco de institucionalização acadêmica de um centro que acabou sendo consolidado como guardião da memória política brasileira e especializado no período histórico que teve na Revolução de 1930 sua referência fundamental. Os resultados do seminário foram editados e publicados pela Editora da Universidade de Brasília em 1982. O volume substancial de 722 páginas evidencia o interesse do debate sobre caminhos e descaminhos da formação do Estado Nacional brasileiro, os dilemas da nação, os embaraços e desafios políticos e intelectuais permanentes em uma análise histórico-sociológica do país.<sup>13</sup> O início da década de 1980 estava marcado pelo início da transição para a democracia, por certo abrandamento da repressão política e pela inquietação dos intelectuais a respeito da configuração política em pauta depois de duas décadas de autoritarismo. O retorno analítico ao passado fazia novamente sentido na conjuntura dos anos 80, e a contribuição do CPDOC com as pesquisas sobre a conjuntura do pós 1930 servia de pano de fundo às discussões e debates que transcorreram naquele encontro e que foram disponibilizadas com a publicação.

Os cinquenta anos da Revolução de 1930 motivaram a produção, também pioneira, de exposições com base em documentação histórica. O acervo fotográfico, parte dos arquivos confiados ao CPDOC, começou a ser exposto ao público em pelo menos duas oportunidades assinaláveis: a primeira com a exposição sobre a Revolução de 30, realizada na Galeria de Fotografia da Funarte, em 1980. O catálogo da exposição, editado pela Nova Fronteira, teve

---

<sup>13</sup> Cf. *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

como título *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. A segunda exposição tratou do acervo visual disponível nos arquivos sobre a Revolução de 1932 em São Paulo. A exposição foi realizada na Galeria de Fotografia da Funarte, e o catálogo intitulado *Revolução de 32: a fotografia e a política* foi produzido pela Funarte e disponibilizado por ocasião da exposição em 1982. Ainda como parte do conjunto de exposições históricas nessa primeira década do CPDOC, uma terceira exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi realizada de 19 de abril a 22 de maio de 1983, tendo como motivação o centenário de Getúlio Vargas. Um acontecimento inusitado marcaria a terceira exposição. A certidão de nascimento de Getúlio Vargas havia sido falsificada. A data certa era 1882, e o centenário deveria, portanto, ter sido celebrado um ano antes. Para grande constrangimento dos organizadores, o fato foi divulgado na ocasião pela Rádio Pam que descobriu e divulgou a falsificação. A despeito do inesperado, manteve-se com mais uma exposição o esforço, até então inédito, de combinar história com fotografia e de tratar imagens como documentos e fontes historiográficas de forte apelo intelectual e acadêmico.

Com tais investimentos originais que se instituíram em bases estruturais no decorrer do tempo, o CPDOC chegou aos dez anos em 1983. O foco dessa primeira celebração pública foi a reunião em um ambiente festivo dos representantes das instituições de pesquisa e das agências de fomento do Rio de Janeiro. O apoio original da Fundação Ford foi substancialmente reforçado pelo financiamento continuado proveniente da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – órgão do Ministério do Planejamento que, ao longo de toda a década de 1970 e início da década de 1980 apoiou instituições de pesquisa e pós-graduação com programas de formação em ciência e tecnologia no país.<sup>14</sup> Não deixa de ser interessante e de merecer registro a participação decisiva da FINEP no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, quer pelos centros de pesquisa, quer pelos programas de pós-graduação em uma conjuntura de exceção. Um órgão de governo do regime autoritário que

---

<sup>14</sup> A importância da Fundação Ford no estímulo e apoio à formação de instituições acadêmicas e programas de pós-graduação tem sido objeto de estudo dos que tratam da recuperação dos processos de institucionalização das ciências sociais. Veja, entre outros, Lucia Lippi Oliveira, "As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Sergio Miceli (Org.). *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995, v.2, p.233-307.

definiu como prioridade o apoio à ciência e à tecnologia não excluiu do campo de desenvolvimento científico a área das ciências sociais e humanas. Graças ao apoio continuado e institucional da FINEP, o CPDOC pôde manter a atividade de pesquisa e apoiar a formação de seus pesquisadores. A descontinuidade do apoio FINEP no formato original de apoio institucional deixou o Centro em situação de maior vulnerabilidade dentro da própria Fundação Getúlio Vargas. A década que se seguiu à primeira desafiou o Centro em múltiplas direções. As pesquisas continuavam, o acervo era progressivamente ampliado, os resultados dos trabalhos começavam a ganhar visibilidade, e o próprio Centro começava a ser reconhecido como um espaço de pesquisa que cuidava de um campo de investigação que não encontrava ressonância no campo da historiografia vigente, e sequer no das Ciências Sociais. O CPDOC já se apresentava como algo diferente do usual. Nem tão aceito e reverenciado academicamente, mas certamente, uma instituição que produzia, e que paulatinamente se impunha nos circuitos nacionais e internacionais. Às vésperas de completar os vinte anos em 1993, o CPDOC atravessava a situação perturbadora de ver-se reconhecido como Centro de Pesquisa e Documentação em processo acelerado de consolidação e visibilidade nacional e internacional, e de estar permanentemente ameaçado de não conseguir manter seu quadro de pesquisadores. A crise econômica se aprofundava no país e o CPDOC não estava sendo capaz de produzir recursos suficientes para se manter por meio de atividades fins de pesquisa histórica e de ciências sociais. O início da década de 1990 já marcava a crise profunda que afetaria não apenas o CPDOC, mas toda a Fundação Getúlio Vargas. As instituições de pesquisa viveram o baque da saída da FINEP de seus orçamentos, algumas resistiram alterando substancialmente suas rotinas de trabalho – o CPDOC foi uma delas – outras, sucumbiram perdendo seu espaço e, em alguns casos, descontinuando suas atividades. O CPDOC nessa conjuntura se articulou para combinar novas formas de produzir bens culturais que tivessem algum apelo de mercado com a manutenção de suas próprias linhas de investigação, as que definiram sua própria identidade institucional e acadêmica.

A comemoração dos vinte anos confirmou certa consolidação. Convidados internacionais vieram se juntar aos nacionais para conhecer o CPDOC de que ouviam em suas próprias instituições de origem. Já havia à época um



acúmulo intelectual e um acervo documental capazes de despertar a atenção de interlocutores nacionais e internacionais. Um número especial da Revista *Estudos Históricos* - criada em 1988 por iniciativa de Lucia Lippi Oliveira e Angela de Castro Gomes - marcou o evento. *CPDOC 20 Anos* foi o tema do volume 7, número 13, lançado em 1994. Os títulos dos artigos publicados e os autores que os assinaram são indicações da consolidação das linhas e orientações intelectuais fundadoras que consolidaram academicamente a instituição. E os autores são exemplares da visibilidade e do reconhecimento nacional e internacional que o CPDOC já podia exibir. Senão, vejamos: René Remond, "Por que a história política?"; Hayden White, "Teoria literária e escrita da história"; Luciana Duranti, "Registros documentais contemporâneos como provas de ação"; Charles Dollár, "Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia"; Pierre Sorlin, "Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história" e Roger Chartier, "A história hoje: dúvida, desafios, propostas". A apresentação da então diretora, Alzira Abreu, abrindo o número da revista testemunha onde havia chegado o Centro por ocasião de seus vinte anos:

*Se quisermos entender a conjuntura na qual se deu a criação do CPDOC, devemos voltar à década de 1960, quando a situação da pesquisa histórica no Brasil era bem diferente da de hoje. Naquela época, os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos.*

*Os cursos universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da Revolução de 30. Os estudos de história contemporânea eram extremamente raros. A pesquisa sobre a sociedade brasileira e sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade. Esse fato se ligava à própria estrutura universitária brasileira, que entre as décadas de 1930 e 1960 comportou as faculdades de filosofia, voltadas muito mais para a formação de professores para o ensino médio do que de historiadores, cientistas sociais ou professores universitários.* (Abreu, 1994:4)

Cinco anos mais tarde, em mais uma publicação comemorativa – *CPDOC 25 Anos. Relatório de Atividades* – é possível confirmar os caminhos ensaiados na primeira década e mostrar o perfil de investigações que predominou. Na apresentação do Relatório comemorativo dos 25 anos da instituição, Lucia Lippi Oliveira, diretora do CPDOC, assim traduzia os objetivos que nortearam o conjunto da produção institucional:

*Compreender os marcos políticos do Brasil contemporâneo; analisar os passos das elites regionais e nacionais; conhecer o papel dos indivíduos e das instituições no processo de tomada de decisões; desvendar as articulações entre a sociedade e sua representação foram objetivos que orientaram nosso trabalho. A captação de arquivos privados, a realização de entrevistas, assim como o desenvolvimento de projetos de pesquisa, foram guiados por essas questões ao longo destes anos. (CPDOC 25 Anos. Relatório de Atividades. Oliveira, 1998:11)*

As pesquisas desenvolvidas trataram originalmente de explorar ao máximo as fontes documentais dos arquivos históricos que compuseram o acervo do Centro. Estavam ali contemplados os temas fundadores da ordem republicana brasileira e de sua reordenação a partir de 1930. O marco fundador estava preservado: a análise histórica e social dos arranjos políticos que se sucederam a partir de 1930. Duas grandes vertentes de pesquisa se firmaram como marca identitária do CPDOC: história e pensamento social e político brasileiro. Tais vertentes estiveram amparadas por uma abordagem que privilegiava a formação e a ação das elites políticas e intelectuais. A esse marco fundador somou-se a metodologia de história oral, um recurso adicional de pesquisa que deu ao CPDOC um enfoque inovador e uma visibilidade externa considerável, em âmbito nacional e internacional com a participação ativa que teve na Associação Nacional e na Internacional de História Oral. Pensamento Social Brasileiro; Elites, Instituições e Conjunturas Políticas; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; Forças Armadas, Estado e Política; Educação e Política Cultural no Brasil; Política Externa Brasileira e Relações Internacionais; Política Carioca e Fluminense; Justiça e Cidadania; Burocracias, Estado e Empresas constituíram-se nas linhas de pesquisa em torno das quais a produção intelectual do CPDOC se distribuiu.

Os trinta anos chegaram, em 2003. O projeto institucional foi registrar de forma mais permanente o trajeto e o alcance do que já se constituía como tradição do Centro. A publicação do livro *CPDOC 30 Anos* materializou esta intenção. Em seu índice encontramos a expressão do quanto já havia se consolidado uma tradição de trabalho. Os textos foram escritos por especialistas convidados, e em sua leitura tomamos contato com o balanço feito pela comunidade acadêmica das linhas e orientações metodológicas que prevaleceram na instituição. Os dez textos e uma apresentação da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, diretora do CPDOC à ocasião, tratam dos temas, das linhas de pesquisa, dos projetos institucionais e dos 15 anos de publicação ininterrupta da Revista *Estudos Históricos*, editada desde julho de 1988. Os autores, pesquisadores de instituições de referência do Rio de Janeiro e de outros espaços, trataram da memória institucional em cada um de seus alicerces. Pelos títulos dos capítulos é possível acompanhar a estrutura do CPDOC: 1) O lugar da interdisciplinaridade (Gilberto Velho); 2) Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas (Célia Camargo); 3) Vestígios do passado: acervo audiovisual e documentário histórico (Eduardo Scorel); 4) Conversando: o CPDOC no campo da história oral (Janaína Amado); 5) O DHBB e os brasilianistas (Michael L. Conniff); 6) O CPDOC e o pensamento social brasileiro (Elide Rugai Bastos); 7) Do autoritarismo à democracia: mapeando a longa evolução dos militares brasileiros (Kenneth P. Serbin); 8) Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa (João Trajano Sento-Sé); 9) Movimentos sociais e classes populares: uma linha de pesquisa subsidiária estratégica (José Sergio Leite Lopes); 10) *Estudos Históricos* – 15 anos! (Francisco J. Calazans Falcon). O balanço feito por cientistas sociais e historiadores externos obedeceu ao investimento temático e metodológico acumulado nas três primeiras décadas.<sup>15</sup>

As celebrações mencionadas corresponderam a etapas específicas do processo de institucionalização do CPDOC e o registro das três últimas – 20, 25 e 30 anos – reforça a cadeia estrutural que se formou em torno da matriz original onde se combinava história política e pensamento social. Na primeira

---

<sup>15</sup> Cf. *CPDOC 30 anos*. [Textos de Célia Camargo et. al.] Rio de Janeiro: FGV Editora: CPDOC, 2003, 192pp.

chave (história política), o movimento das elites foi sendo ampliado com a inclusão de agentes institucionais, técnicos, econômicos, chegando às agências e aos atores estratégicos ao funcionamento do aparato estatal, entre eles, os militares e as instituições da justiça, além das lideranças de movimentos sociais responsáveis pela discussão sobre e por ações de cidadania. Parte substancial desse investimento está representada em vasta bibliografia produzida com recursos metodológicos da História Oral, e em desdobramentos mais analíticos com artigos em periódicos especializados, capítulos de livros, apresentações em congressos e programas de cursos e seminários organizados por pesquisadores do CPDOC ou por associações nacionais e internacionais, centros de pesquisa e programas de pós-graduação. A segunda chave – pensamento social – desdobrou-se igualmente em vasta produção bibliográfica onde se incluem pesquisas sobre formulação de projetos de nação que competiram na Primeira República e responderam, em maior ou menor grau, pela vertebração do pós-1930 nos ensaios mais ou menos exitosos de institucionalização de políticas para a cultura, educação e preservação da memória nacional. Trajetórias intelectuais, manifestações coletivas em rituais republicanos, atuação de profissionais da imprensa compuseram o eixo de análise onde é possível acompanhar a dinâmica das representações intelectuais frente ao movimento de um país às voltas com o projeto republicano. Ao mesmo tempo em que os arquivos eram o chão empírico e documental a partir do qual as pesquisas se desenvolviam, eram eles próprios ampliados por demandas provenientes das atividades e dos interesses suscitados pela pesquisa. Pesquisa e documentação eram as estacas sobre as quais a identidade institucional se configuraria.

Rotinas específicas provocaram, ao longo da maturação do CPDOC, cooperação/diferenciação igualmente específicas. A natureza do trabalho de pesquisa e a exigência de rotina mais previsível e regular das tarefas técnicas implicadas no tratamento e disponibilização de acervo constituíram-se em fonte de divisão do trabalho distinto, exigindo do conjunto de profissionais flexibilidade e acomodação aos pilares de sustentação dos setores estruturais de pesquisa e documentação. Mas se internamente grupamentos e articulações se delineavam como resposta às pressões provenientes da dinâmica do trabalho institucional, na relação "para fora", ou seja, para os órgãos de direção

da FGV, o CPDOC tinha que se fortalecer como grupo dada a fragilidade com que figurava diante dos demais centros ou escolas da FGV. Dependendo historicamente de financiamento para desenvolver atividades fins de pesquisa e documentação, o CPDOC desenvolveu ao longo dos anos de atividades uma capacidade de negociação e de estabelecimento de alianças com agentes internos e/ou externos à FGV como condição de avançar ou restringir suas atividades. Períodos de razoável estabilidade, cada vez mais raros, se mesclavam com rotinas de imprevisibilidade e vulnerabilidade correspondentes aos altos e baixos do mercado e/ou da posição da própria Fundação Getúlio Vargas, como instituição mantenedora. A sobrevivência e continuidade dependeram da capacidade que a instituição teve de fazer pesar mais a dimensão cooperativa, mesmo se tendo em conta a impossibilidade de neutralizar ou eliminar situações de crise e de extrema fragilidade. As teorias sociológicas das organizações nos dão elementos bastantes para esta reflexão a respeito das dinâmicas organizacionais.

### **Cientistas Sociais, Historiadores e uma Produção Intelectual**

A equipe original do CPDOC foi constituída de cientistas sociais e historiadores, como dissemos, de mulheres predominantemente. Entre os 37 pesquisadores dos primeiros dez anos de atividade, contavam-se vinte e oito mulheres e nove homens. Em 2002 esta composição se alterou ligeiramente, mas ainda assim, manteve-se a predominância feminina – 34 mulheres e 16 homens. O que, no entanto mais chama a atenção no conjunto é a multidisciplinaridade na formação do corpo de pesquisadores. Dos 50 pesquisadores contabilizados, 13 se graduaram e se doutoraram em Ciências Sociais; 10 se graduaram em História e se doutoraram em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política); seis apenas tiveram a formação estrita em História (graduação, mestrado e doutorado); quatro se graduaram em História, concluíram o mestrado em Ciências Sociais e se doutoraram em História; e três se graduaram em Ciências Sociais e se doutoraram em História. Os 170 livros contabilizados no período definido como recorte para análise neste texto (1973 e 2005) são a expressão do cruzamento que se produziu

entre a mescla de formação diversificada dos pesquisadores e os objetivos que nortearam as atividades do CPDOC. De forma aproximada, é possível que historiadores, cientistas sociais e arquivistas se influenciaram de forma a configurar um tipo específico de produção no campo das ciências sociais e da história com marcas muito visíveis. Livros produzidos por historiadores valorizaram o cruzamento das informações documentais com o aparato conceitual das ciências sociais. E, de torna viagem, livros de autoria de cientistas sociais incorporaram como parte do tratamento analítico ali dispensado as fontes, documentos e aportes oriundos do campo da história.

A visível interação entre história e sociologia, responsável por mais de 150 títulos, talvez seja o traço mais permanente e próprio do que se desenvolveu como trabalho de uma equipe multidisciplinar. Ainda que criado por um grupo de cientistas sociais, a orientação histórica exerceu capilaridade nas demais áreas de formação, e se refletiu na produção do CPDOC. Uma história marcada por inquietações sociais e políticas e uma sociologia pautada pela conjuntura histórica que informou as questões eleitas para tratamento combinaram-se nas três décadas iniciais da instituição de maneira singular. Grandes processos sem consideração de atores ou sucessão de acontecimentos sem referência a contextos sócio-políticos iluminados por conceitos provenientes das ciências sociais pareceram sempre estranhos aos propósitos acadêmicos que nortearam a criação dos grupos de pesquisa e dos projetos institucionais ao longo do período aqui contemplado. Certamente responde por esse fenômeno refletido na produção intelectual a marca fundadora de uma instituição escorada em forte base documental. Mesmo os dois campos pelos quais o CPDOC foi sendo progressivamente conhecido – o da metodologia de história oral e, mais recentemente, a valorização da imagem como fonte historiográfica – foram desdobramentos do investimento continuado no tratamento da documentação histórica. Também aqui, na eleição e reflexão sobre metodologias de História Oral pressões e estranhamentos internos e externos contribuíram para seu desenvolvimento. Como atribuir valor acadêmico a uma história produzida com depoimentos dos atores? Que atores? Portadores e produtores de que "ilusões biográficas"? História dos vencedores? Que parâmetro intelectual seria admissível para cancelar tais procedimentos de pesquisa? Como justificar intelectualmente a assunção

da imagem como parte da reflexão e não apenas como adorno e ilustração? As provocações vindas do interior do corpo de pesquisadores e também de instâncias de consagração externas (agências de formação acadêmica, associações e interlocutores de referência) estimularam e obrigaram a produção de respostas intelectuais. Parte da produção do CPDOC se concentrou no desenvolvimento analítico de tais respostas, e acabou se tornando referências dentro e fora da instituição.

### **Artimanhas da memória**

Preparando-me para concluir, aciono como desfecho o projeto que mobilizei como acontecimento que delimitou o período aqui tratado: a criação, em 2005, do Curso de Ciências Sociais com a fundação, dentro do CPDOC, da Escola Superior de Ciências Sociais.

É possível que a marca mais visível do que deveria ser a exigência de ampliação e estabilidade na própria instituição mantenedora tenha sido a criação da Escola Superior de Ciências Sociais. Foi um projeto pensado, elaborado e desenvolvido com a equipe de cientistas sociais do corpo permanente da instituição. A novidade viria como contraponto ao movimento de origem. Uma instituição conhecida e respeitada nacional e internacionalmente pelo que cuidou da preservação da memória, tratamento de acervo e pesquisas em história do Brasil abre sua era de ensino na graduação com um curso de Ciências Sociais. Um centro de história propondo o curso de ciências sociais. Tal decisão foi fruto da convicção política de uma historiadora que dirigia a instituição e que confirmava por esta decisão uma tradição de décadas da aposta no cruzamento de História com Ciências Sociais fortalecendo ambos os campos e distinguindo a própria tradição institucional. Havia ainda nas considerações o fato de haver na tradição da Fundação Getulio Vargas um espaço não preenchido de formação sistemática em Ciências Sociais, embora a própria instituição tenha, em diversas ocasiões, apoiado, incorporado e estimulado, de forma não sistemática, tal investimento. Basta lembrar o elenco de professores e pesquisadores inequivocamente vinculados à tradição das Ciências Sociais que percorreram a rotina de cursos, especialmente oferecidos pela Escola

Brasileira de Administração Pública (EBAP), posteriormente, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE). Estiveram na EBAP, e deixaram ali sua marca, intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman, Elisa Reis, Bolivar Lamounier, para apenas citar alguns dos mais conhecidos.<sup>16</sup> Portanto, a proposição de investimento no campo das ciências sociais soava recuperar em tempos contemporâneos algo da tradição da própria instituição mantenedora.

Tradições institucionais se constroem na obediência e, sobretudo, na fidelidade a princípios. A recuperação dos fragmentos de memória dispostos em depoimentos, escritos, entrevistas e documentos oficiais que moveram o CPDOC, se traduziu em algumas apostas que talvez nos deem elementos para reflexão. Sociologicamente talvez as pudéssemos traduzir nas seguintes proposições: a) a convicção de que o grupo é mais forte do que o indivíduo; b) de que a solidariedade, a reciprocidade e a confiança são esteios da convivência social e da vida interativa; c) a valorização da ação movida pelo "interesse bem compreendido", na evocação toquevilleana, interesse movido por valores e não restritamente alimentado pelo egoísmo do puro cálculo, como aquela ação que alimenta relações duradouras que se consagram nos costumes e nas crenças socialmente consequentes; d) por último, e não menos importante: a emoção, a afetividade e o sentimento coletivo como partes da rotina de trabalho e de vida fazem do experimento profissional o exercício aprimorado da experiência humana. Tais pressupostos, de certa maneira, habitaram as declarações dos membros que constituíram o corpo de pesquisadores, algumas vezes, inclusive, acionados como pontos críticos a serem ultrapassados, sobretudo a atmosfera de certo coletivismo estimulador de comportamentos menos competitivos e menos adequados ao ambiente mais individualizado da experiência institucional contemporânea.

Nada há de banal na montagem e na permanência de uma instituição que se moveu orientada por essa bússola. Momentos de muita insegurança, outros de aparente descontrole, alguns ainda a sugerir instabilidade e fragilidade incompatíveis com os requisitos racionais exigidos das rotinas institucionais.

---

<sup>16</sup> Cf. Helena Bomeny e Marly Motta. *A Escola que faz Escola: EBAPE 50 anos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002, 457pp.



Em um momento da vida social onde motivos e escolhas se fragmentam em casualidades e dispersão, onde, como nos ensina Bauman, se opera uma mudança fundamental na lógica da convivência humana – com força maior na "política da vida" do que na aposta em processos institucionais e permanentes, o CPDOC enfrenta hoje outro desafio. O de assegurar ou recriar em bases contemporâneas a força agregadora de um passado que institucionalizou uma tradição e que se mantém como referência.

Passados trinta e nove anos, o CPDOC está longe de ser uma instituição predominantemente feminina, e já não se compõe mais de um grupo geracional predominante. Mas é, ainda, a instituição que luta contra resistências para preservar de forma integrada tradição e contemporaneidade. A paisagem institucional que hoje se espalha nos corredores e nas salas de aula e de trabalho está alterada pela renovação dos quadros de professores e pesquisadores. E pela multiplicação de atores que invadem a cena cotidiana provenientes dos diversos cursos de graduação mantidos pela FGV entre os quais os da própria Escola de Ciências Sociais.

A criação da Escola foi menos sentida internamente do que seu pleno funcionamento, o que é bastante esperado. A incorporação em um Centro de pesquisa de um programa de pós-graduação tem como efeito imediato a ampliação das atividades dos pesquisadores, mas em grande medida, mantém a identidade da instituição razoavelmente inalterada. Um programa de pós-graduação é uma oferta que a instituição faz a partir das competências que acumulou, e que são publicamente conhecidas. São as variáveis fundamentais que pesam na avaliação dos que decidem ali ingressar. São os cursos, muitas vezes, extensões das habilidades e campos de trabalho provenientes de investimento prolongado de seus pesquisadores. Oferecem ao público suas especialidades e competências dando visibilidade em outros fóruns daquilo que acumularam ao longo de sua existência. O impacto de uma escola de graduação é muito distinto. E por razões bastante racionais e claras. Uma escola de graduação é mais do que um grupo de cientistas sociais. Mais do que competências específicas de um grupo de pesquisadores. Ela pressiona o grupo com demandas e dinâmicas que exigem configurações que extrapolam os ambientes de pesquisa. Cursos, estudantes, demandas regulatórias, exigências de mercado pressionam a comunidade envolvida em direções nem sempre previsíveis. E

impactam decisivamente a rotina da instituição. Se um programa de pós-graduação replicar as competências instaladas, pode ser exitoso; um programa de graduação circunscrito às competências instaladas dos professores pode fracassar. Há uma distância entre formação básica da graduação e os interesses de pesquisa dos pesquisadores. A pressão é externa, é do público, comparativa aos demais programas concorrentes, além de implicar o atendimento a um cardápio esperado daqueles que entram em um curso de formação universitária. O fato da grande parte dos pesquisadores do CPDOC exercer a função de magistério em graduações de outras instituições de ensino fortaleceu a decisão de trazer para dentro da instituição o experimento já desenvolvido externamente. Experientes como professores, teriam agora os pesquisadores que combinar internamente suas atividades de pesquisa com magistério.

Se a categoria mobilizadora na criação do CPDOC foi a compreensão do passado para entendimento daquele presente que desafiava a imaginação sociológica, a categoria que inquieta a rotina de uma Escola é o futuro. Para onde irão os que aqui se formarem? Que lugar terão os que receberem a formação a eles e a elas destinada? Que atualidade os ensinamentos ministrados têm? Como se mover diante da aceleração das ofertas e da diversificação de demandas? Estamos em nota mais sociológica do que histórica, e temos o futuro como referência e fonte de aprendizado. No entanto, a instituição que se legitimou frente à sociedade e aos fóruns de avaliação para levar adiante um projeto de graduação em Ciências Sociais é uma instituição consagrada pelo esforço de manter a história como fundamento. E que mantém – chegando aos quarenta anos de existência – o compromisso com a disponibilização da informação, agora por meio do acesso pela internet ao acervo sob sua guarda. Quanto desse ideário se manterá e como seguir sem perder os fios que teceram a teia constituída nas quase quatro décadas são os dilemas mais visceralmente inquietantes em uma reflexão desarmada sobre memória institucional.

### **Bibliografia**

*Fundação Getulio Vargas. Concretização de um ideal.* Maria Celina D'Araújo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Helena Bomeny e Marly Motta. *A Escola que faz Escola: EBAPE 50 anos.* Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002, 457pp.

Sergio Miceli (Org.). *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995, v.2, p.233-307.

*A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

Suely Braga (org). *Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

*CPDOC 30 anos/Textos de Célia Camargo [et al]*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

## O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA: SOBRE A QUESTÃO DO FASCISMO

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA USP - PESQUISADOR DO CNPQ

### Introdução

“Ainda não houve nenhum regime tão parecido com o italiano como o nosso”<sup>1</sup>. Com essas palavras, Manuel de Lucena, em seu clássico estudo sobre o Estado Novo<sup>2</sup>, afirma peremptoriamente a natureza fascista do regime autoritário instaurado em Portugal a partir do golpe de Estado de 28 de maio de 1926. Não foi Lucena o primeiro autor a abordar o tema. Mas seu estudo foi, por certo, o que balizou a maior parte das análises seguintes

---

<sup>1</sup> LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Volume I: O Salazarismo. Lisboa, Perspectivas e realidades, 1976, p. 38.

<sup>2</sup> Estado Novo português: Inaugurado a partir da aprovação da Constituição Corporativa de 1933 como consequência do processo de transição da ditadura militar para uma ditadura civil sob a liderança de António Oliveira Salazar. O então ministro das Finanças é empossado Presidente do Ministério em 5 de julho de 1932, cargo que muda de nome para Presidente do Conselho de Ministros na Constituição. Manteve-se ditador até setembro de 1968 quando, por motivo de doença, foi substituído por Marcello Caetano. Além da Constituição foi aprovado na mesma ocasião o Acto Colonial. O regime corporativo português manteve-se com pequenas alterações legislativas até a Revolução dos Cravos em 1974. Sobre as periodicidades do Estado Novo, ver: CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988; ROSAS, Fernando. Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política. In: ROSAS, Fernando & BRITO, José Maria Brandão de (Organizadores). *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989, p. 13-31; TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. In: *Estados Novos Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2009, p. 289-367.

sobre o corporativismo português. Trata-se de um trabalho escrito em 1971, na França, mas que veio a ser publicado apenas a seguir à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. É, pois, digno de nota, que apenas entre finais da década de 1960 e, sobretudo, a partir do início da década seguinte, o regime autoritário português, ainda antes de sua queda, começou a ser analisado de forma sistemática e a partir de certo rigor acadêmico. Foram nesses anos que a preocupação de um entendimento do Estado Novo de forma objetiva, longe da pecha ideológica ou pejorativa, como alerta Reis Torgal<sup>3</sup>, começou a ser utilizada para o regime governado primeiro por Oliveira Salazar e a seguir por Marcello Caetano.

Os debates acadêmicos, principalmente a seguir à transição democrática portuguesa, em parte se confundiram com ações governamentais, até por que muitos dos intelectuais que estudavam o Estado Novo tinham também militância política e se encontravam comprometidos com a construção da democracia portuguesa. O governo pós-revolucionário, sob os auspícios da Presidência do Conselho de Ministros publicou uma série de documentos organizados a partir de uma comissão denominada *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista*<sup>4</sup>. Em 1980, um Colóquio organizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cujas “Actas” foram publicadas dois anos depois, tinha como título *O fascismo em Portugal*<sup>5</sup>. Nos dois casos os esforços para equivaler o Estado Novo e os fascismos, em particular o italiano, ficam evidentes. Não que sejam exatamente qualificações empobrecedoras e vulgarizadoras do fascismo. Estas, sobretudo aqui, estão longe de nossas preocupações. Mas é interessante notar a tendência inicial a meu ver predominante para o “ser fascista” entre os analistas da ditadura portuguesa. Posteriormente novos estudos, conforme veremos, foram sofisticando e problematizando mais

---

<sup>3</sup> TORRAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. In: Obra citada, p. 332.

<sup>4</sup> Comissão criada pelo Decreto-lei nº 110/78. Foram publicados dezenas de livros com temas específicos, dentre os quais se destacam: Eleições do Regime Fascista, 1979; A Política de Informação no Regime Fascista, 1980; A Política de Informação no Regime Fascista II, 1980; Presos Políticos no Regime Fascista, I, II, III e IV, 1981-1985; Discriminação Política no Emprego no Regime Fascista, 1982; Trabalho, Sindicatos e Graves no Regime Fascista.

<sup>5</sup> VVAA. *O fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

o tema, de modo que o entendimento do Estado Novo como fascista foi, ainda que não exatamente abandonado, ao menos relativizado.

O que pretendo apresentar, sem naturalmente esgotar o tema, é um breve balanço de algumas das principais linhas de interpretação sobre o Estado Novo produzidas por historiadores e/ou cientistas sociais portugueses a partir da última fase do regime autoritário, iniciada a partir da posse de Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros. O debate estará centrado em alguns temas que, a meu ver, facilitam o diálogo a respeito da maior ou menor proximidade do Estado Novo com os fascismos: 1. o processo de institucionalização da ditadura; 2. o papel do partido político; 3. a relação estabelecida pelo Estado Novo com a tradição e a modernidade; 4. por fim, a questão da continuidade do Estado Novo no pós-guerra, acontecimento que, ao lado da vizinha Espanha, constitui um fato singular nos regimes corporativos estabelecidos nos anos 1920 e 1930.

### **Questões preliminares: fascismo, conservadorismo, reação e regime político**

Os debates a respeito do fascismo são controversos e partem de opções teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas bastante distintas. Interpretações que, inevitavelmente, levam a conclusões diferenciadas, sempre de acordo com o manancial de fontes e referências utilizadas. Como afirmou Edda Saccomani, as interpretações a respeito do fascismo são tão diversas que chegam, por vezes, às raias da contradição<sup>6</sup>.

Pertenço ao campo de estudiosos que considera o fascismo um fenômeno próprio das sociedades liberais em crise e que, portanto, não pode nem deve ser entendido de forma estática, limitando-se ou bem à leitura dos seus movimentos iniciais ou bem dos regimes estabelecidos. Trata-se, assim, de uma perspectiva que o vê em um sentido amplo: surgimento, crescimento e

---

<sup>6</sup> SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 446.

tomada de poder<sup>7</sup>. Para compreendê-lo em sua complexidade deve-se considerar as diferenças de cada etapa ao mesmo tempo em que é necessário levar em conta com a mesma equivalência os momentos iniciais e finais do fascismo. Pontos de unidade, entretanto, mantêm-se ao longo de todo o período: uma ideia de regeneração societária, a energização das massas e a purificação da Nação<sup>8</sup>. Esses pontos de unidade se expressam em um esforço de institucionalização que apontam para um sistema autoritário, de monopolização da política através de um partido único, de massas e com uma ideologia fundada no culto ao Chefe<sup>9</sup>. Por fim, ainda que por limitação de espaço e foco de análise não vá tratar do tema, considero que a insurgência de movimentos neofascistas principalmente a partir da década de 1980 impõe a revisão das teses que restringem o fascismo à circunstância da crise do entreguerras<sup>10</sup>.

Muitos desses pontos são semelhantes às características de outras ditaduras e esta talvez seja uma das razões que fazem com que o termo *fascismo* seja utilizado para identificar sistemas políticos com elevado grau de distinção. Como disse Robert Paxton, existem de fato fronteiras sutis entre o fascismo e outros modelos autoritários, sobretudo aqueles datados das décadas de 1920 e 1930, quando diversos regimes antidemocráticos em geral assumiram alguma encenação fascista<sup>11</sup>. E mais, para o caso que aqui nos interessa, adverte que não devemos utilizar o termo fascismo para ditaduras pré-democráticas. Falta-lhes “a manipulação do entusiasmo das massas e a energia demoníaca do fascismo”<sup>12</sup>.

Outra rápida questão diz respeito à necessidade, a meu ver premente, de inserção no debate dos conceitos de *conservadorismo* e *reacionarismo*. É que

---

<sup>7</sup> PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 335. Nesta linha de interpretação encontram-se também os trabalhos de STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; & ASHÉRI, Maïa. *Nascimento da ideologia fascista*. Venda Nova: Bertrand, 1995 e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX. Volume 2: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109-164.

<sup>8</sup> PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Obra citada, p. 335-336.

<sup>9</sup> SACCOMANI, Edda. *Fascismo*. Obra citada, p. 466.

<sup>10</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismo. Obra citada, p. 113-115.

<sup>11</sup> PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Obra citada, 355-356.

<sup>12</sup> Idem, 354.



talvez eles sirvam melhor para o entendimento de algumas ditaduras europeias dos anos 1930, como por exemplo a do Estado Novo. Explico: como disse Eric Hobsbawm, os fascistas foram os “revolucionários da contrarrevolução”<sup>13</sup>. Diz assim o historiador inglês por que originalmente o fascismo se apresentou como um movimento de ruptura frente às elites tradicionais, com suas formas de organização política e com seus valores. Ao mesmo tempo, o compromisso com a modernidade era uma de suas principais características. É neste sentido que Mussolini desafiou a existência de Deus rogando que um raio o abatesse caso Ele de fato existisse.. Anos depois, o futurista Filippo Marinetti afirmava: “Um carro em velocidade é mais belo que a Vitória de Samotrácia”<sup>14</sup>. Exemplos, portanto, não faltam para evidenciar a relação fascismo/modernidade bem como o ódio e o desprezo para com a tradição.

Por outro lado, os evidentes compromissos com a modernidade e o progresso não ofuscam o vínculo, igualmente simbiótico, dos fascismos com certa perspectiva tradicionalista. Referências constantes a um passado perfeito, de um povo bom e heroico que se vê momentaneamente contaminado por valores exógenos são perceptíveis no fascismo desde as suas origens. A própria escolha do feixe (o *fascio*) como representação simbólica do primeiro fascismo, o italiano, é a evidente expressão do culto a um passado mítico<sup>15</sup>. Ainda de acordo com Paxton, enquanto que os primeiros movimentos fascistas exploraram os protestos das vítimas da industrialização, quando da chegada ao poder adotaram o caminho da concentração e da prosperidade industrial, voltada principalmente para a guerra.<sup>16</sup>

O fascismo é pois, para mim, um movimento propositadamente ambíguo: moderno e revolucionário que se opõe tanto à revolução bolchevique quanto ao conservadorismo das antigas elites dominantes. Ainda que com estas venha a compor no momento de sua consolidação, sua perspectiva de progresso e de modernidade não se apaga; tradicionalista e conservador, que combate

---

<sup>13</sup>HOBSBAWM, Eric. A queda do liberalismo. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1005, p. 113-143.

<sup>14</sup> Citado por PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo...* p. 18.

<sup>15</sup> Os fasci são insígnias do fascismo originárias do Império Romano. Ver: TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>16</sup> PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Obra citada, p. 31.

os valores degenerativos da sociedade liberal e constrói o Estado a partir da ideia de comunidade<sup>17</sup>.

Voltemos então aos conservadores e reacionários.

Para Tiziano Bonazzi, o conservadorismo nasce com o processo de laicização do pensamento europeu que transformou a ação política em instrumento transformador do homem. Trata-se de um movimento reativo contra a autonomia da Razão, sobretudo da perspectiva que fazia dela, a Razão, a medida do Real. A tese conservadora considera a natureza humana não mutável pela ação prática, na medida em que mergulha suas raízes em uma realidade sobre-humana: a vontade divina. Assim, nem o conhecimento nem a ação política poderiam ser vistos como totalmente libertadores. Para os conservadores, a negação da autonomia histórica dos indivíduos não é incompatível com a ideia de progresso, desde que este seja visto como um fenômeno evolutivo, natural e não arbitrado pelo indivíduo. No campo político propriamente dito, duas questões parecem relevantes: em primeiro lugar, o conservadorismo se manifesta no sentido da preservação do poder e contra a sua redução a interesses egoístas; em segundo lugar, a entrada das massas na cena política constituiu o principal pesadelo do pensamento conservador<sup>18</sup>.

Outra interpretação, em parte alternativa à de Bonazzi, entende o conservadorismo como um elemento, ainda que oposto à emergência da democracia e do liberalismo, pertencente ao campo da Razão. Não por acaso, importantes representantes do pensamento conservador, como Burke, Gentz ou Ranke, têm preocupações com o método e o compromisso com o saber plenamente identificado com a tradição Iluminista. Longe do compromisso com o retorno ao passado, defendem um projeto alternativo tanto em relação ao Antigo Regime como em relação ao sufrágio universal. Nas palavras de Burke: “nem tirania do rei, nem tirania do povo”<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos.

<sup>18</sup> BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: *Dicionário de Política*. Obra citada, 1992, 242-246.

<sup>19</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Introdução. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita: Ideias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2000, p. 11-21.

Ainda que sejam evidentes os pontos de unidade, ser conservador não é o mesmo que ser reacionário. Como afirmei, o conservadorismo aceita, ainda que com pressupostos próprios, a ideia de progresso. O reacionário é aquele que, de forma talvez um pouco simplificada, tenta regredir a sociedade para estágios pretéritos, considerados ideais e, em larga medida, mitificados. O impulso reacionário tem suas origens na luta pela preservação dos privilégios (no sentido original do termo, de leis privadas) caros ao Antigo Regime<sup>20</sup>. Neste sentido o pensamento típico da reação é aquele que projeta o retorno a um passado, que tem seu olhar utópico diante de um espelho.

É interessante notar, ainda à guiza de um entendimento preliminar dos temas tratados, que quando nos referimos ao Estado Novo estamos a falar *regime político*, que não é o mesmo que governo, sistema político ou sistema econômico. Para a tradição da ciência política, o regime político deve ser entendido como “o conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições”<sup>21</sup>. Não bastaria, então, a existência de instituições *de tipo* fascista; teríamos que perceber *a prática* que anima seu funcionamento.

### **As teses fundadoras...**

Os primeiros trabalhos de natureza acadêmica a respeito do Estado Novo foram produzidos por Hermínio Martins entre 1968 e 1971. Como disse Maria de Fátima Bonifácio, a análise apresentada por Martins dá-nos “uma pista de inquérito inteiramente distinta por sua originalidade e sofisticação”<sup>22</sup>. A originalidade apontada por Bonifácio está na busca de compreensão da sociedade portuguesa a partir de uma série ampla de indicadores, sejam eles geográficos, “sócioecológicos” e culturais. A partir daí procurava Martins entender “o que nessa mesma sociedade a talhava ou predispunha

---

<sup>20</sup> BIACHI, Giorgio. Reação. In: *Dicionário de Política*. Obra citada, 1992, p. 1073-1074.

<sup>21</sup> LEVI, Lucio. Regime Político. In: *Dicionário de Política*. Obra citada, 1992, p. 1081.

<sup>22</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima. Historiografia do Estado Novo. In: *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 95

a se fazer moldar ao autoritarismo do Estado Novo”<sup>23</sup>. Ainda que, a meu ver, a natureza ensaística de Martins bem como a utilização de uma ampla gama de variáveis, o aproximem da tradição que tem em António Sérgio seu principal expoente, as conclusões chegadas pelo primeiro afastam-no do autor da *Introdução Geográfico Sociológica da História de Portugal* e da *Breve Interpretação da História de Portugal*. Enquanto que para Sérgio, Portugal era um país heterogêneo e dotado de múltiplas características, assim como os “demais países” da Ibéria<sup>24</sup>, Martins começa em seu ensaio por afirmar que “Portugal não é uma sociedade ‘plural’”. Para ele o grau de homogeneização portuguesa é imenso em comparação com os demais países da Europa, tanto do ponto de vista racial quanto, linguístico, religioso ou cultural<sup>25</sup>. Trata-se de uma homogeneidade iniciada com a formação precoce de seu Estado Nacional e que se mantém graças ao elevado grau de concentração de renda que se manteve no país ao longo de toda a sua história. Assim, enquanto que aristocracia fundiária, aristocracia financeira ou burguesia industrial constituem grupos distintos nas demais sociedades europeias, em Portugal os pontos de interseção e unidade entre estas classes são preponderantes. A homogeneidade de um país com imensa concentração de renda e poderes nas mãos de 1,2% da “classe alta” em detrimento de uma grande maioria “classes subordinadas”, cerca de 74%, teria impedido a luta pela obtenção da cidadania, valor dominante nos países do Noroeste da Europa<sup>26</sup>. Este conjunto triste de características teria conduzido a sociedade portuguesa à dominação. O fascismo em Portugal, para Martins, destoaria então das demais experiências fascistas, caracterizadas pela crise do sistema liberal em meio a alternativas diversas e mesmo heterogêneas. O autoritarismo português seria consequência da fragilidade de suas classes sociais e não de um certo equilíbrio tensionado e de difícil sustentação.

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> SÉRGIO, António. *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. 3ª edição. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1976, p. 23-37.

<sup>25</sup> MARTINS, Hermínio. Classe, status e poder em Portugal. In: *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998, p. 99.

<sup>26</sup> Idem, p. 105-131. Ver também, do mesmo autor: O Estado Novo. In: *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* Obra citada, p. 19-51.

Conforme disse na abertura deste texto, o trabalho que provavelmente mais marcou os debates e as investigações seguintes a respeito do Estado Novo foi aquele produzido por Manuel de Lucena. O método escolhido por este investigador foi o da comparação com o regime italiano. Lucena entende o fascismo a partir de três prismas: a ideologia, o movimento e o Estado. Ao mesmo tempo considera possível classificar o regime fascista apenas a partir de seu aparato institucional, ou seja, a partir de seu funcionamento como um Estado relativamente estável. Partindo deste prisma e analisando os casos português e italiano, aponta para a “indubitável semelhança” entre um e outro. Reconhece ao mesmo tempo a ausência de um “movimento subversivo”, daí a conhecida caracterização do Estado Novo como um *fascismo sem movimento fascista*<sup>27</sup>.

Aqui cabe, a meu ver, uma breve indagação a respeito da possibilidade de existência de um “fascismo sem movimento fascista”. Walter Benjamin, já em 1936 afirmava que o fascismo deliberadamente substituiu o debate ponderado pela experiência sensorial, o que transformou a política em estética. E concluiu premonitivamente que a grande experiência estética fascista seria a guerra. Benjamin lembra da afirmação de Marinetti acerca da beleza da Guerra da Etiópia: “(...) [a guerra] enriquece um campo florido com as orquídeas de fogo das metralhadoras”<sup>28</sup>. Assim, o movimento, como que um ensaio com vistas a um desejado futuro guerreiro, afigura-se determinante para a inauguração de uma estética/política que se mantém no regime e que busca sua consagração no enfrentamento: primeiro nas ruas, depois nas trincheiras.

Em interpretação semelhante à de Lucena, Manuel Vilaverde Cabral compreende o fascismo – e o Estado Novo – a partir de suas estruturas, ou seja, o regime, e não de suas circunstâncias, o movimento. Dando ênfase à forma do Estado e às suas estruturas de funcionamento, o regime português seria uma das variantes mais importantes e bem acabadas “da espécie negra do fascismo”<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Obra citada, p. 27.

<sup>28</sup> Citado por PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Obra citada, p. 39-40.

<sup>29</sup> CABRAL, Manuel Vilaverde. O fascismo português numa perspectiva comparada. In: AAVV. *O fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982, p. 30.

Também Vilaverde Cabral reconhece a ausência de um partido que tivesse protagonizado a ascensão do fascismo em Portugal. As razões da ausência de liderança de um partido fascista em Portugal decorreram da combinação de elementos de natureza ideológica com outros de caráter estrutural: por um lado a fragilidade e incapacidade da pequena burguesia de reagir frente ao Estado parlamentar, daí a necessidade da alternativa militar e cesarista; por outro, reconhece Vilaverde Cabral o peso ideológico da reação monárquica e católica. A alternativa autoritária portuguesa deve ser entendida no contexto do capitalismo dependente e da crise do estado liberal, mas de uma crise endógena, mais “portuguesa” que internacional<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo considera que o fascismo foi uma experiência mais apropriada às ditaduras do sul da Europa, separando-o do nacional-socialismo, de cores notadamente totalitárias<sup>31</sup>.

O totalitarismo é, igualmente ao fascismo, um conceito que se modificou com o passar dos anos. Não é função deste *paper* tratar do tema do totalitarismo. Apenas, com a máxima brevidade, gostaria de apontar para alguns problemas decorrentes de sua instrumentalização como conceito. Desconsidera Cabral que o próprio Mussolini reivindicou para o fascismo italiano a condição de regime totalitário. A partir da segunda metade da década de 1940, entretanto, com a eclosão da Guerra Fria, o totalitarismo foi crescentemente entendido como expressão de uma ditadura absoluta e a-histórica. Desde então, nazismo e comunismo passaram a fazer parte da mesma arquitetura<sup>32</sup>. No caso da Alemanha, o pós-guerra ensejou dois tipos de memória a respeito do passado nazista. Uma, cara à República Federal Alemã, e condizente com as teorias do totalitarismo então em voga no conjuntura de guerra-fria, lembrava o passado nazista como um acontecimento no qual o povo alemão foi vítima, manipulado pela eficiente propaganda e, sobretudo por seu chefe, Adolf Hitler. A segunda, predominante na República Democrática da Alemanha, superestimava os movimentos de libertação e identificava-os acriticamente com o povo. Interpretações aparentemente diversas, que se encontravam na ausência do

---

<sup>30</sup> Idem, p. 26.

<sup>31</sup> CABRAL, Manuel Vilaverde. Portuguese Fascism in Comparative Perspective. In: 12º IPISA World Congress. Rio de Janeiro, Agosto de 1982.

<sup>32</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. Obra citada, p. 119.

povo como personagem construtor do nazismo<sup>33</sup>. A desconsideração de nuances históricas e, sobretudo, da capacidade de agir cotidiano relativamente autônomo – tanto em favor como contra o regime em questão – afasta-me do conceito sob qualquer hipótese ou circunstância<sup>34</sup>. Ao mesmo tempo quero crer que a interpretação de Vilaverde Cabral gera mais problemas que propriamente soluções, na medida em que aproxima o Estado Novo do fascismo italiano e ao mesmo tempo afasta abruptamente este último do nazismo. É bom lembrar, por fim, que tanto os regimes alemão quanto o italiano *desejavam* o totalitarismo. Neste sentido esforçavam-se para que a esfera pública, entendida como a existência de alguma sociedade civil autônoma, sucumbisse à razão do Estado<sup>35</sup>. Esta não foi a realidade do Estado Novo português. Verdade que liberdades foram cerceadas; verdade que jornais foram censurados; verdade, enfim, que o sistema repressor do regime funcionou com todo o rigor. Mas dentro do próprio *staff* da ditadura houve sempre espaços para alguma ação autônoma. Não por acaso empresários criticaram abertamente as políticas sociais do governo quando estas lhes pareceram prejudiciais<sup>36</sup>. E, ainda, é bom lembrar que Marcello Caetano criticou abertamente as ações do regime contra a Universidade, afirmando a sua autonomia<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & SCHUSTER, Karl. Figura esvaziada de Hitler. In: Revista de História. Endereço eletrônico: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/figura-esvaziada-de-hitler> Acesso em 17 de junho de 2011.

<sup>34</sup> Lançada recentemente, a obra organizada por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat procura entender as razões do apoio popular dado a diversos regimes autoritários, tanto de direita como de esquerda. O trabalho, de fundamental importância, sugere possibilidades diversas de apoio. Sobretudo, apontam para o que Pierre Laborie chama de zona cinzenta, a grande maioria das pessoas que não pela adesão militante, mas pela aceitação, o que não impede a legitimidade. De qualquer forma os diversos trabalhos recusam-se a aceitar tanto a concepção “totalitária” que manipula corações e mentes, quanto também os movimentos de resistência, em geral supervalorizados quando falamos de ditaduras. Ver: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Organizadas). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>35</sup> BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

<sup>36</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 146-150; PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo – 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995, p. 142-152.

<sup>37</sup> CAETANO, Marcello. A Corporação Universitária. In: *A Voz*. Lisboa, 30 de março de 1949, p. 1.

### As primeiras questões e o afastamento do fascismo.

A partir da década de 1980, a unanimidade em torno do fascismo foi sendo aos poucos relativizada. Um dos primeiros autores a questionar a natureza fascista do Estado Novo foi Manuel Braga da Cruz. Para este historiador o Estado Novo deve ser compreendido fundamentalmente a partir de sua matriz social cristã. Estaria afastado do fascismo tanto pela ideologia como também pela organização política e pela ausência de condições históricas para a formação de um movimento fascista em Portugal. Neste sentido seria o regime de Salazar, porta-voz de um nacionalismo mais tipicamente tradicionalista e mais aproximado do conservadorismo que propriamente do fascismo<sup>38</sup>.

Braga da Cruz reconhece a presença de uma direita radical no pós-guerra com importância na derrubada do liberalismo e na implantação da ditadura militar (1926-1932). Entretanto, para ele o golpe de Estado e o protagonismo das Forças Armadas teriam secundarizado a oposição civil de perfil marcadamente ideológico e influenciada por Miguel Primo de Rivera e Benito Mussolini. A importância menor da oposição civil pode mesmo ser percebida no papel marginal que o Integralismo teve no Estado Novo, origem e motivo da oposição fascista ao regime de Salazar. O salazarismo seria, pois, uma ditadura de governo, e não de partido. A própria forma de dominação seria mais próxima de um exercício paternalista de poder, longe do modelo “inovador” de condução das massas à cena pública e às ruas<sup>39</sup>.

Outra questão cara a Manuel Braga da Cruz, tema de sua tese de doutoramento, diz respeito ao partido político. Neste sentido, aponta para diferenças fundamentais entre a União Nacional (UN) e os demais partidos fascistas. E reconhece Braga da Cruz que, assim como em Portugal, também na Itália o partido fascista se tornou dependente do Estado. Mas a UN, ao mesmo tempo em que não era o único vetor de acesso ao poder, tinha uma composição

---

<sup>38</sup> BRAGA DA CRUZ, Manuel. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XIV. 1978/2º, p. 265-278; As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigação Social da Universidade de Lisboa. V: XIV, Nº 55, 1978/3º, 525-607.

<sup>39</sup> Idem, idem.



social que demarcava dos partidos fascistas tradicionais. Constata Braga da Cruz a inexistência de qualquer componente pequeno-burguesa, popular ou operária na União Nacional. Ao contrário, sua composição era marcadamente de “notáveis locais”: proprietários e comerciantes formavam a maioria de suas comissões locais na década de 1930<sup>40</sup>. Tratar-se-ia, pois, de um instrumento secundário na estrutura de poder do Estado Novo. Afirma o autor que esta subalternização fez da UN um órgão “sempre à margem do Estado e do Governo, fora do primeiro e nas mãos do segundo”<sup>41</sup>. Uma coisa então seria a sua dependência para com o Estado, comum aos fascismos em geral. Outra, bem diferente, seria sua minguada importância no aparelho estatal.

Ainda no interior do debate sobre a relação Estado Novo/fascismo, Fernando Rosas afirma a necessidade de reconhecimento de “cinco pontos” básicos para compreendê-lo como um fenômeno socialmente definido: em primeiro lugar, trata-se de um “autoritarismo moderno” que se desenvolve nas sociedades europeias desde o início do século XX mas que chega a seu ponto máximo com a crise do pós I Guerra e a Grande Depressão de 1929; a seguir, informa-nos Rosas que o advento do “autoritarismo moderno” está ligado à derrota e/ou incapacidade do movimento operário na conjuntura do pós-guerra; em terceiro lugar, assiste-se a uma forma “razoavelmente pacífica” de transição – ou rendição – do liberalismo para autoritarismo; é deste processo que surge um “fascismo em geral”, com significativas semelhanças em quase toda a Europa; por fim, os regimes fascistas ou de tendência fascizante são próprios dos países “relativamente dependentes e atrasados da Europa central e ocidental”<sup>42</sup>. Conforme veremos adiante, Rosas aponta para uma “apetência totalitária” do Estado Novo na década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial. Mas opta por uma não definição peremptória da natureza do Estado Novo, deixando transparecer mais uma “vontade fascizante” que propriamente sua efetivação.

---

<sup>40</sup> CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 28-34.

<sup>41</sup> Idem, p. 255.

<sup>42</sup> ROSAS, Fernando. Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. In: *Vértice*. Nº 13. Lisboa, Abril de 1989, p. 21-29.

Por fim, um outro historiador que tem trabalhado desde o final da década de 1980 com a relação Estado Novo/fascismo é António Costa Pinto. Para ele a temática das origens do Estado Novo costuma ser confundida com a questão, semelhante mas não idêntica, dos agentes que levaram à queda do liberalismo em Portugal. É que para Costa Pinto, os momentos de transição, primeiro para a queda da República liberal (1910-1926) e depois para o Estado Novo (1926-1933) devem ser vistos separadamente. Ao contrário de outros países europeus, em Portugal, setores que tiveram protagonismo no golpe militar de 1926 desempenharam, no Estado Novo, um papel apenas secundário<sup>43</sup>. Em outras palavras, ainda que derrotados no projeto autoritário que vingou em Portugal nos anos 1930, a direita radical e o fascismo desempenharam um papel importante no Portugal do pós-guerra e em toda a movimentação que conduziu à queda da I República<sup>44</sup>. Assim, o tempo e os personagens de um acontecimento, o derrube da República é um; os personagens de outro acontecimento, a implantação do Estado Novo é outro. Este é um tema importante que, a meu ver, demarca as análises de Costa Pinto e as de Luís Reis Torgal, para quem o Estado Novo constituiu-se em uma amálgama de correntes opostas do liberalismo republicano. As teses de Torgal contrastam igualmente com as de Hermínio Martins mostradas acima. Enquanto o primeiro aponta para a homogeneidade, o segundo afirma a composição do Estado Novo a partir de matrizes diversas e até por vezes antagônicas. Matrizes que, mesmo guardadas eventuais divergências, unificam-se na oposição ao liberalismo e ao comunismo/socialismo<sup>45</sup>. São análises, pois, coerentes. Na medida em que Torgal, conforme veremos, identifica Estado Novo e fascismo, há para este historiador uma clara linha de continuidade entre a oposição à República e a montagem do regime. Esta foi a característica predominante nos fascismos clássicos. Costa Pinto, ao contrário, vê as elites opositoras da República mais próximas do fascismo que as elites instaladas nos aparelhos do Estado a seguir a ascensão de Salazar.

---

<sup>43</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 88.

<sup>44</sup> Idem, p. 90-91.

<sup>45</sup> TORRAL, Luís Reis. Estado Novo e "Fascismo". Obra citada, p. 347-364.

Reconhece Costa Pinto a formação de organizações paramilitares e o endurecimento do regime quando da Guerra Civil em Espanha. Estas organizações, como a Mocidade Portuguesa (MP) e a Legião Portuguesa (LP) nunca estiveram previstas em lei e eram vistas por Salazar com profunda hostilidade. Na melhor das hipóteses com desconfiança. Logo a seguir à vitória de Franco a coreografia de tipo fascista foi imediatamente secundarizada e a importância da MP e da LP tendeu a declinar<sup>46</sup>. Lembra ainda que tanto uma quanto outra organização acabaram enquadradas por um programa político de cristianização que atravessou todas as instituições do regime, sobretudo aquelas voltadas para a socialização, com especial importância dada ao aparelho escolar<sup>47</sup>.

Para além do fato de que as organizações tipicamente fascistas tiveram pouca “densidade” na história portuguesa, Costa Pinto defende a tese segundo a qual, do ponto de vista histórico, os regimes fascistas ficaram restritos apenas às ditaduras italiana e alemã<sup>48</sup>. Concorda, pois, com Saccomani, que faz uma clara distinção entre movimentos fascistas, presentes na maioria dos países europeus e latino americanos, e os regimes fascistas propriamente ditos, aqui apenas Itália e Alemanha<sup>49</sup>. Para Costa Pinto a ditadura férrea do presidente do Conselho impediu qualquer possibilidade de crescimento dos fascistas *por dentro* do Estado Novo. As raízes ideológicas do Estado Novo devem então, ser encontradas em uma cultura de direita tradicional e no peso cultural de um catolicismo conservador e antiliberal<sup>50</sup>.

Mas é na análise da construção institucional do salazarismo que Costa Pinto vê as principais diferenças entre o fascismo e o Estado Novo pois, ainda que inspirando-se nos regimes fascistas no poder, o regime português recusou voluntariamente, os elementos que lhe davam singularidade. Salazar teria conservado sempre os traços ideológicos de suas origens: o catolicismo tradicionalista em um quadro de laicização e modernização que, para o

---

<sup>46</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu...* Obra citada, p. 127; \_\_\_\_\_. *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 e 1940*. Obra citada, p. 33.

<sup>47</sup> COSTA PINTO, António. *O Estado Novo português e a vaga...* Obra citada, p. 35-36.

<sup>48</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Obra citada, p. 113.

<sup>49</sup> SACCOMANI, Edda. *Fascismo*. Obra citada, p. 466.

<sup>50</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu...* Obra citada, p. 121-122.

ditador, eram simbolizados pela I República. Salazar teria sido, sempre, um ultra conservador, de modo que suas cosméticas proximidades com o fascismo eram menores que as divergências<sup>51</sup>.

Para Costa Pinto o corporativismo, ainda que sendo um dos elementos mais importantes da variante italiana do fascismo, recobriu um largo espectro ideológico da direita antidemocrática do início do século passado. Não era, pois, um monopólio fascista<sup>52</sup>. Neste sentido perde importância o fato ressaltado por Torgal de que Mihail Manoilescu, importante teórico do corporativismo, foi traduzido e lido à farta pelos portugueses durante o salazarismo<sup>53</sup>. Aliás foi também traduzido e lido no Brasil durante os anos do primeiro governo Vargas... Lembra então Costa Pinto que a concepção corporativa foi um elemento importante na legitimação de diversos regimes autoritários do entreguerras, como os da Áustria, Romênia, Espanha e mesmo a França de Vichy<sup>54</sup>.

Desta forma, o Estado Novo, mesmo durante a chamada “época do fascismo”, era predominantemente conservador e teria se ancorado mais nos instrumentos de enquadramento tradicional que nas organizações de massa. Seria, pois, responsável pela promoção da apatia e do isolamento do pequeno universo urbano, sempre visto com desconfiança por parte de Salazar. Ao contrário do método de recrutamento de novas elites, como nos regimes fascistas, o salazarismo teria se pautado no apoio permanente de dois grandes agentes do “Portugal profundo”: as elites locais e a Igreja Católica<sup>55</sup>. Enfim, tratava-se de um regime voluntariamente não totalitário e que restringia o direito à participação política quase que exclusivamente às suas elites<sup>56</sup>.

Quanto à União Nacional, as teses de António Costa Pinto aproximam-se em larga medida daquelas defendidas por Manuel Braga da Cruz. Para Costa Pinto, dada a natureza não fascista da União Nacional e a sua inspiração a partir do alto, qualquer comparação com os partidos fascistas serve apenas

---

<sup>51</sup> Idem, p. 123.

<sup>52</sup> Idem, p. 126.

<sup>53</sup> TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. Obra citada, p. 350.

<sup>54</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu...* Obra citada, p. 126.

<sup>55</sup> Idem, idem.

<sup>56</sup> Idem, p. 127.

para acentuar as diferenças<sup>57</sup>. Não que o partido – ou “não partido”, como dizia Salazar – não tivesse importância na institucionalização do regime. Ainda que não tivesse importância na formação de novas elites para o regime a UN reforçou a autoridade de Salazar e reduziu a pressão de grupos autônomos<sup>58</sup>.

### **De volta ao fascismo...**

Iniciado o século XXI, os estudos sobre o Estado Novo deram uma interessante guinada, de modo que boa parte dos autores portugueses retornaram às teses do fascismo dominantes da década de 1970 e primeira parte da seguinte. Luís Reis Torgal, autor já antes citado, procura definir o Estado Novo mais a partir de seu conteúdo sistemático e historiográfico que propriamente de uma teorização. Aproxima-se pois, como ele mesmo informa, da perspectiva apontada por Angelo Tasca: “Para nós, definir o fascismo é antes de tudo, escrever sua história”<sup>59</sup>. E, “contando a história”, lembra tanto que Salazar procurava formalmente afastar-se do fascismo italiano quanto o fato de que “praticamente nenhum regime se assumia como fascista”. Lembra ainda à guiza de exemplo, o caso do ditador espanhol Miguel Primo de Rivera, que ora se afirmava fascista, ora criticava os fundamentos da ideologia<sup>60</sup>. Mais ainda, defende a tese de que o fascismo pode ser entendido a partir de uma perspectiva “abrangente”, razão pela qual é possível considerar fascista determinado regime ainda que este não se assumia como tal. Em outras palavras, existiria para Torgal, um “máximo” e um “mínimo” fascista. Um “mínimo” que, ainda assim, supõe complexidade e pluralidade<sup>61</sup>. É verdade, porém, que o “mínimo” fascista capaz de identificar o Estado Novo como tal reduz-se à sua circunstância institucional. Outro argumento que utiliza em seu favor é que alguns dos mais aguerridos salazaristas manifestaram a tendência para

---

<sup>57</sup> Idem, p. 124.

<sup>58</sup> Idem, idem.

<sup>59</sup> Citado por TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. Obra citada, p. 302.

<sup>60</sup> Idem, p. 331.

<sup>61</sup> Idem, p. 333-334.

falar direta ou indiretamente de totalitarismo, tanto no que concerne ao partido único quanto na justificativa para a intervenção do Estado em todos os setores e na criação de uma ideologia unitária por intermédio da ação propagandística<sup>62</sup>. É curioso, pois, que enquanto o discurso de Salazar a demarcar o Estado Novo do fascismo deve ser desconsiderado, os pronunciamentos de seus assessores servem na medida em que se aproximam da defesa do totalitarismo. Ou bem os dois discursos servem ou bem os dois devem ser desconsiderados.

O que seria, então, um conceito genérico de fascismo? Responde Torgal: 1. um sistema de terceira via entendida como uma nova opção política e sócio-econômica de tipo corporativo; 2. um regime revolucionário que se assenta na ação de um partido único. Este regime, além da importância do partido está igualmente baseado na força carismática de um “Chefe”; 3. trata-se de um regime nacionalista, expansionista e imperialista, com suas decorrentes concepções de “homem novo”, “nova Europa”, etc; 4. os fascismos seriam regimes característicos do pós-guerra, modernizados e voltados para o Progresso; 5. seriam, por fim, regimes influenciados ideológica e culturalmente por correntes variadas e mesmo contraditórias que abarcariam dentre outras, o anti-intelectualismo de Bergson e Nietzsche, a cultura da violência de Sorel, o antissemitismo e até mesmo formas diversas de modernismo vanguardista<sup>63</sup>.

É a partir deste conjunto de características que Torgal vai se pronunciar a respeito da relação entre Estado Novo e fascismo. Para este historiador, o Estado Novo é, indubitavelmente, um regime de terceira via que se pretende alternativa tanto ao liberalismo como ao comunismo. Os argumentos de Salazar contra a democracia liberal seriam mesmo muito próximos aos utilizados por Mussolini já que ambos a consideravam ultrapassada. O corporativismo, argumento primeiro e último da “terceira via” estava presente, lembra Torgal, na própria Constituição portuguesa.<sup>64</sup> Outro ponto de análise que aproximaria o Estado Novo do fascismo é no que diz respeito à base de apoio do regime português. Ainda que seja para ele indiscutível a

---

<sup>62</sup> Idem, p. 354.

<sup>63</sup> Idem, p. 337-341.

<sup>64</sup> Idem, p. 347.

importância de Salazar, o Estado Novo não se resumia ao Chefe. Como nos demais regimes fascistas, foi também ele uma convergência de políticas de várias origens. Torgal reconhece a importância da matriz católica do regime. Mas a componente cultural do Estado Novo, a seu ver, deve ser entendida a partir da unidade do catolicismo com o fascismo. Cita, em favor de seus argumentos, o caso do Integralismo Lusitano e da presença de diversos de seus militantes de primeira hora, como Marcello Caetano, entre os adeptos do Estado Novo<sup>65</sup>. Não é o que pensa, como já antes aponte, António Costa Pinto, para quem o projeto cultural do regime salazarista procurou, como em outros regimes similares, uma busca sistemática da tradição<sup>66</sup>. Também em sua tese de doutoramento Costa Pinto aponta para a ruptura, como também fez Manuel Braga da Cruz, dos fascistas em relação ao Estado Novo. Aqueles que aderiram ao regime o fizeram abdicando de seus valores pretéritos<sup>67</sup>.

As conclusões de Torgal são, como o próprio diz, provisórias. E elas apontam para a afirmação de que o Estado Novo era um tipo de fascismo. Um “fascismo à portuguesa”. E este “à portuguesa” não chega a constituir um problema. Afinal de contas, como o próprio autor lembra, todos os nacionalismos se preocupam em afirmar sua “originalidade”<sup>68</sup>. Não seria pois, o caso português uma exceção. Enfim, trata-se de um fascismo adaptado às circunstâncias de um povo essencialmente rural, com fraca densidade urbana e dotado de uma mentalidade católica e tradicionalista. E, retornando às definições conceituais do início de seu texto, afirma que considera o Estado Novo fascista por *uma opção*. Não uma opção fundamentada, como fez Manuel de Lucena, em comparação com o fascismo italiano ou com outras experiências. Parte sua escolha, como dissemos, de uma reflexão que tem como referência uma ideia “genérica” de fascismo. Ideia essa que, apesar de

---

<sup>65</sup> Idem, p. 349-350.

<sup>66</sup> COSTA PINTO, António. O Estado Novo português e a vaga autoritária nos anos 1930. In: COSTA PINTO, António & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Organizadores). *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

<sup>67</sup> COSTA PINTO, António. *Os camisas azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 76-92.

<sup>68</sup> TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. Obra citada, p. 364-367.

sua generalidade, pode – e deve - ser utilizada como categoria historiográfica definida<sup>69</sup>.

Um último trabalho que gostaria de analisar é o de Manuel Loff. Trata-se de uma tese de doutoramento defendida em 2004 junto ao Instituto de Estudos Europeus da Universidade de Florença e publicada em livro quatro anos depois<sup>70</sup>. O estudo de Loff procura fazer uma densa e minuciosa comparação a respeito do franquismo e do salazarismo. *Grosso modo*, para Loff, os discursos dos ditadores Francisco Franco e Oliveira Salazar evidenciam clara simpatia pelos fascismos alemão e italiano, bem como o desejo de constituição de uma *Nova Ordem*, “expressão intrínseca ... em todos os regimes autoritários, fascistas ou fascistizados do período de 1936-45”<sup>71</sup>. Para o autor, ainda que reconhecendo a existência de autoritarismos não fascistas, Portugal e Espanha seriam exemplos, pelo menos na conjuntura 1936-45, de regimes que se *fascistizaram*. A política de neutralidade portuguesa não escondia o incômodo que Salazar sentia com relação à hegemonia britânica nem tampouco as maiores simpatias do próprio com relação a uma eventual vitória do Eixo.

No que diz respeito à rejeição à Inglaterra, lembra Loff de uma série de discursos de Salazar para quem, por exemplo, o ultimatum inglês de 1890 e as conversações anglo-alemãs a respeito de uma eventual partilha das colônias portuguesas “ficaram a envenenar por dezenas e dezenas de anos a amizade luso-britânica”<sup>72</sup>. A proximidade para com os Aliados, consubstanciada na concessão das bases militares nos Açores em 1944, deve ser vista, para este autor, como resultado de um pragmatismo que tinha por objetivo a continuidade do regime em uma conjuntura que já anunciava a derrota nazifascista<sup>73</sup>.

Creio que a análise dos discursos, ainda que importante instrumental para o historiador, deva ser tratada com mais cuidado. Já me referi a este problema em outra parte do texto e aqui retomo. Os discursos são fontes que devem

---

<sup>69</sup> Idem, p. 364-365.

<sup>70</sup> LOFF, Manuel. *O Nosso Século é Fascista! O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.

<sup>71</sup> Idem, p. 901.

<sup>72</sup> Citado por LOFF, Manuel. Idem, p. 924.

<sup>73</sup> Idem, p. 923.



assim ser entendidas. Nem são a palavra final, expressão da verdade acabada, nem a mera enganação ardilosa de quem o pronuncia. No mínimo, outros discursos que apontam para o desgaste das relações luso-italianas ou luso-alemãs também deveriam ter sido citados por Loff. Lembro, por exemplo, de um texto de Marcello Caetano, publicado na imprensa onde fez duras críticas a Benito Mussolini e seu objetivo de partilhar a responsabilidade sobre as colônias portuguesas. Naquele texto Caetano afirmava a soberania portuguesa ao mesmo tempo em que afastava Portugal da Europa e de seus conflitos ideológicos, à direita e à esquerda<sup>74</sup>. Se alguma mágoa havia para com a Inglaterra, havia também – mesmo que mais recente – para com a Itália mussoliniana. O otimismo no início da década de 1940 com relação a uma eventual vitória do Eixo não tornava, necessariamente, o regime português (nem o espanhol) fascista. Provavelmente, e esta é uma questão a ser analisada em pesquisas futuras, ele apenas apontava para uma possibilidade maior de permanência do autoritarismo corporativo do Estado Novo. Como se pode ver, os trabalhos de Loff e Torgal se aproximam na definição do Estado Novo como fascista. Mas enquanto o primeiro utiliza-se dos discursos dos como fonte fundamental, o segundo rejeita-os devido as evidentes as oscilações de quem os pronuncia. Caminhos diversos que se encontram ao final das contas...

### **A dinâmica tradição/modernidade**

Nos dois itens a seguir trabalharei com temas que me parecem capitais para o que pretendo com o presente texto. Os autores que até então foram apresentados a partir de uma ordem mais ou menos cronológica serão abordados a partir do tratamento que dão (ou deram) aos temas escolhidos.

Gostaria de começar esta parte, entretanto, com um discurso de Salazar, a respeito das diferenças entre o campo e a cidade. Sobre este tema assim se pronunciava, já na década de 1960 o ditador: “Eu sou um rural ...

---

<sup>74</sup> Cf. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Marcello Caetano et l'espace de la modernité dans l'État Nouveau portugais. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & ROLLAND, Denis (Dir.). *Modernités Alternatives: l'Historien face aux discours et représentations de la modernité*. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 43.

Independentemente do que se possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, e se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria”.<sup>75</sup>

O discurso do então Presidente do Conselho evidencia o incômodo sentido em relação às políticas de industrialização e modernização do Estado Novo. Eram elas, na melhor das hipóteses, um mal necessário. Ainda assim, através de uma política que ficou conhecida como de *condicionamento industrial* o país assistiu a uma lenta porém constante industrialização<sup>76</sup>.

Afirma, entretanto, António Costa Pinto que a relação entre o regime e a política econômica é controversa pois, para muitos autores, o fascismo nunca teve uma política econômica coerente e claramente definida<sup>77</sup>. No caso português, ainda de acordo com Costa Pinto, é difícil a análise do peso e das tensões daí decorrentes das elites rurais e industriais na condução da política econômica do regime. O que é pacífico entre os autores, é comum não só ao fascismo mas também ao conjunto dos demais regimes autoritários e corporativos europeus: repressão ao movimento sindical e criação de organizações corporativas controladas a partir de cima e a adoção de um modelo intervencionista e estatal no plano econômico, com relativo peso do setor burocrático<sup>78</sup>.

Para Fernando Rosas, o Estado Novo deve ser entendido como consequência da fragmentação e crise da burguesia, incapaz de arbitrar interesses contraditórios, interpretá-los como um todo e proceder à composição e ao equilíbrio. Aproxima-se, assim, das teses do bonapartismo: a elevação do Chefe decorre de um equilíbrio “por baixo”, frágil, das classes sociais dominantes<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> SALAZAR, O. Erros e fracassos da era política. *Discursos e notas políticas*. Vol. VI: 1959-1966. Coimbra: Coimbra Editora, 1967, p. 195

<sup>76</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). in: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Organizadores). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.

<sup>77</sup> COSTA PINTO, António. *O salazarismo e o fascismo europeu...* Obra citada, p. 97.

<sup>78</sup> Idem, p. 98.

<sup>79</sup> Sobre o Bonapartismo, ver: MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: FERNANDES, Florestan (Organizador). *MARX/ENGELS – História*. São Paulo: Ática, s/d, p. 280-292.

Segundo Rosas, a função de árbitro atribuída ao Estado resultou em práticas econômicas contraditórias, titubeantes e presas à pura e simples racionalidade de garantir o equilíbrio do sistema<sup>80</sup>. Rosas, cuidadoso com a longa temporalidade do Estado Novo, aponta para o que chama de “apetência totalitária” nas décadas de 1930 e 1940, responsável pelo esforço de construção do “homem novo” salazarista. Este esforço do regime pode ser verificado, por exemplo, da adoção de uma política educacional sob a liderança do germanófilo Gustavo Cordeiro Ramos que, quando da reforma educacional de 1936 teria afirmado: “nos Estados renovados há uma concepção unitária de homem, um princípio de totalidade que se traduz na política e economia, na ciência, cultura e educação”<sup>81</sup>. Também pode ser visto no esforço de propaganda capitaneado por António Ferro à frente do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) organismo que, à revelia das vontades iniciais de Salazar, seria o vetor ideológico do regime no sentido de educação dos espíritos e da adequação destes à “nova Renascença”<sup>82</sup>. Esta “apetência totalitária”, dadas as pressões internacionais no pós-guerra e o esforço de continuidade do regime, teria se esvanecido.

Reconhece Rosas, entretanto, que tal esforço totalizante, mesmo nas décadas de 1930 e 1940, esbarrava em um quadro heterogêneo de forças que apoiavam e davam sustentação ao Estado Novo. Quadro este que em larga medida limitava o a ação do radicalismo fascista. A começar pela formação católica do próprio Salazar e do peso da Igreja junto ao regime. O otimismo mobilizador dos movimentos fascistas foi sempre visto com desconfiança pelo ditador. Crítico da adulação às massas Salazar via no português um homem satisfeito com sua honrada modéstia<sup>83</sup>. Ou, como disse certa vez a Henri Massis, seu desejo era que o Estado Novo fosse capaz de fazer o homem português

---

<sup>80</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta*. 2ª Ed. (1928/1938). Lisboa: Estampa, 1986, p. 121.

<sup>81</sup> ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. (157), Vol. XXXV, 2001, p. 1040-1041.

<sup>82</sup> Idem, p. 1043.

<sup>83</sup> Idem, p. 1037

“viver habitualmente”<sup>84</sup>. Nem tinha como ser diferente, para o chefe do regime, ao contrário de seus congêneres alemão, italiano e talvez mesmo espanhol, o povo português não tinha o tónus mítico do guerreiro ou do herói. Era mesmo, de certa forma, ingênuo, volátil, inconsequente, impressionável, algo infantil e irresponsável, portador talvez, de uma “bondade doentia”<sup>85</sup>. Precisava, pois de um chefe. E, sobretudo, não deveria sair à rua como protagonista. Não por acaso António Ferro, em seu livro de entrevista com Salazar conclamava o povo português a acalmar-se: “E agora que já o ouvimos, vamos cada qual para a nossa vida... Não façamos barulho... Deixemo-lo trabalhar...”<sup>86</sup>. É para mim evidente que o ideal de ruptura fascista é inconciliável com o pessimismo católico de Salazar e sua concepção conservadora e quase que tradicionalista de organização e gestão do Estado, opositor ferrenho da ideia de mobilização popular<sup>87</sup>.

As consequências do “viver habitualmente” do salazarismo são evidentes do ponto de vista institucional. Principalmente para a constituição de uma ditadura dotada de regulação e, mesmo que com nuances, de um aparato jurídico ao qual ela deveria obedecer. A dominação política exercida pelo Estado Novo foi, assim, aquilo que Weber chamava de dominação tradicional, ou seja, aquela que está intrinsecamente ligada ao passado. E lembra o sociólogo alemão: “a [dominação] carismática subverte o passado ... e é nesse sentido especificamente revolucionária”<sup>88</sup>. A necessidade de ruptura presente na dominação carismática implica em uma relação efetivamente emotiva entre dominante e dominado: uma relação direta, sem burocracia ou hierarquia administrativa<sup>89</sup>. Ora, o Estado Novo teve, ou buscou ter, uma burocracia que, também ela, “vivia habitualmente”. Além disso, a relação dominante dominado era bem mais uma espécie de repeito (ou medo) contido que propriamente

---

<sup>84</sup> MEDINA, João. *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977, p. 50.

<sup>85</sup> ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo... Obra citada, p. 1038.

<sup>86</sup> FERRO, António. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007, 112.

<sup>87</sup> MARCHI, Ricardo. *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais no fim do Estado Novo [1959-1974]*. Lisboa: Editorial Texto, 2009, p. 308.

<sup>88</sup> WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 195.

<sup>89</sup> Idem, p. 194-195.

de qualquer forma de adesão emotiva. O próprio Salazar, avesso a manifestações de rua ou paramilitares típicas do fascismo contribuía para este olhar conservador a seu respeito. Marcello Caetano, quando Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa não cansou de reclamar da ausência do Chefe dos acampamentos e manifestações da organização<sup>90</sup>. Era um ditador do gabinete, bem mais que das ruas ou das massas. É neste sentido que não concordo com a tese segundo a qual Salazar, a seu modo, tinha certo carisma. Ora, claro está que o “fascismo de cátedra”, como nos diz Miguel de Unamuno<sup>91</sup> é, necessariamente, oposto a qualquer projeto ou modelo carismático<sup>92</sup>. A não ser que se esteja a utilizar o conceito de forma indevida, genérica.

Luís Reis Torgal considera que o Estado Novo resulta de uma consciência de crise política, moral, financeira e econômica própria do período. Por isso, ergue-se como um regime cujo Chefe, Oliveira Salazar, é apresentado como “salvador das finanças” e da credibilidade externa de Portugal. “Assim é também um regime modernizador, servido de uma campanha notável”<sup>93</sup>. O alegado “ruralismo” de Salazar não desmente, na perspectiva de Torgal, este sentido modernizante. A particular identidade do ditador com o “povo rural” não exclui a importância que dava à cidade. A par do “ruralismo” e da “casa portuguesa”, não deixa o regime de manifestar uma estética arquitetônica, por exemplo, ao estilo greco-romano, que caracterizou um “estilo de época” e que se integrou na lógica dos países autoritários e totalitários, fascistas e comunistas<sup>94</sup>. Por fim, considera Torgal que a historiografia econômica e social do Estado Novo nunca encontrou elementos para considerar o salazarismo como fora da esfera do “fascismo genérico”<sup>95</sup>.

O “estilo de época” modernista, entretanto, não deve ser interpretado, a meu ver, como expressão exclusiva de uma estética fascista. Não foi nem

---

<sup>90</sup> ANTUNES, José Freire. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultura, 1994, p. 112-114; 123.

<sup>91</sup>

<sup>92</sup> TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. Obra citada, p. 352.

<sup>93</sup> Idem, p. 358.

<sup>94</sup> Idem, p. 359-360.

<sup>95</sup> Idem, idem.

peculiaridade dos regimes autoritários em geral e muito menos dos “totalitarismos”. A própria Ringstrasse vienense, marco fundador desta moderna arquitetura que se vai consagrar no século XX, nasce exatamente quando do advento do liberalismo em Viena<sup>96</sup>. Além disso, na década de 1930, modelos arquitetônicos similares podiam ser vistos tanto em Berlim e Roma quanto em Nova Iorque<sup>97</sup>.

Para Torgal, por fim, o entendimento da relação tradição/modernidade no Estado Novo parte de um tipo de análise que vai de encontro às teses de Manuel Braga da Cruz e de Fernando Rosas. Enquanto que ambos, apesar das matrizes diferenciadas, concordam que a longevidade do Estado Novo aponta para rupturas, Torgal considera que ainda que o regime não seja idêntico em toda a sua história, as diferenças são mais de forma que de conteúdo: “... não devemos estabelecer qualquer distinção essencial entre os períodos do regime ao longo de cerca de quarenta anos”<sup>98</sup>.

### **A descontinuidade dos fascismos clássicos e a continuidade do Estado Novo português**

Manuel Vilaverde Cabral, em seus trabalhos acima citados, aponta para a existência de um modelo de estagnação programada como consequência do compromisso histórico do salazarismo com o segmento agrário. Esta seria também uma das chaves para se entender a longevidade do regime: “quanto mais lento e controlado for o crescimento económico e social, tanto mais chances há que os efeitos inevitáveis do crescimento possam ser absorvidos sem terem posto em causa o modelo”<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> SHORSKE, Carl E. Da cena pública ao espaço privado: a arquitetura como crítica cultural. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 179-194.

<sup>97</sup> Idem, idem.

<sup>98</sup> TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e “Fascismo”. Obra citada, p. 344.

<sup>99</sup> CABRAL, Manuel Vilaverde. Sobre o Fascismo e seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes. In: *Análise Social. Lisboa: Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa*. V. XII, N° 48, 1976, p. 885.

Também Manuel Loff analisa brevemente as razões da continuidade do regime salazarista no pós-45. Para ele a manutenção do Estado Novo não decorria de uma eventual característica mais amena em relação a seus congêneres italiano e alemão. Diz Loff que a estrutura interna do salazarismo em quase nada diferia das estruturas da França de Vichy ou da Hungria de Horthy. Se houve diferença, afirma, foi por que os dois regimes acima citados foram mais plurais em seu interior que o Portugal de Salazar (ou a Espanha de Franco)<sup>100</sup>. Apenas as condicionantes internacionais permitiram a permanência das ditaduras ibéricas em detrimento das demais. Esquece Loff, a meu ver, que as condicionantes internacionais estavam dadas antes: Portugal e Espanha, mais o primeiro que o segundo país, não participaram da guerra. E pelo menos no caso português, não houve participação no conflito pela simples razão de que faltava ao Estado Novo, desde o seu nascedouro, um *ethos* da violência e do expansionismo militar caro aos regimes fascistas.

É Fernando Rosas, entretanto, o historiador português que, em breve artigo, mais sistematicamente, procura analisar as razões da durabilidade do Estado Novo e do salazarismo. Aponta ele para três tipos de fatores que devem ser entendidos como hipóteses explicativas para a permanência do Estado Novo. Em primeiro lugar, o que chama de fatores estruturais, em grande parte ligados às condicionantes externas: a) a situação periférica, dependente e pouco industrializada do país, com um imenso peso da economia rural, tradicionalista e fortemente resistente à mudança; b) além de semi-periférico e dependente, Portugal era também um país colonial e este “Império” servia como escoadouro de mercadorias e de capitais, além de ser fonte barata de matéria-prima e bens alimentícios capazes de enfrentar conjunturas de crise e, como consequência, bloquear eventuais rupturas; c) o papel geoestratégico de Portugal e de suas ilhas nas principais rotas marítimas do Atlântico Norte, o que colocava o país em posição privilegiada de interlocutor com as grandes potências marítimas. Desta vantagem teria se valido Salazar para revalorizar sua posição no contexto da Guerra Civil Espanhola; manter-se afastado da II Guerra Mundial obtendo grandes vantagens econômicas com o estatuto de neutralidade; obter apoio das democracias ocidentais no imediato

---

<sup>100</sup>LOFF, Manuel. *O nosso século é fascista!...* Obra citada, p. 904.

pós-guerra, mesmo em uma conjuntura de relativa fragilidade; conquistar um posto na OTAN e, por seu intermédio, legitimação e respeitabilidade nos anos 1950; e, por fim, assegurar algum apoio militar e logístico durante a Guerra Colonial<sup>101</sup>.

Não obstante a importância dessas “condicionantes externas”, Rosas reconhece serem elas insuficientes para a explicação do porquê da longevidade do regime. Falta-lhes a combinação com elementos de ordem interna e duradoura. Estes, que em parte combinam com os primeiros fatores seriam: a) o peso econômico, social e político do mundo rural tradicional, resistente a qualquer reforma fundiária e agrícola modernizante e, por isso, bloqueador do arranque industrial ou, pelo menos, de seu maior impacto. Uma imensa massa rural analfabeta e submissa que foi determinante para a permanência e conservação da “ordem estabelecida”; b) a classe dominante portuguesa seria caracterizada por uma grande debilidade econômica global, dependência externa, divisão interna e fragilidade que a impedia de hegemonizar processos de conservação e de mudança. Seria este um elemento central na capacidade de durar do Estado Novo; c) por fim, a relativa debilidade do proletariado industrial. O lento processo de crescimento das grandes indústrias, o peso do artesanato industrial e a política oficial de contenção da concentração (pelo menos até o fim da Segunda Guerra Mundial) moldou uma classe operária relativamente pouco numerosa (21% da força de trabalho ativa em 1940) e com apenas uma região tipicamente proletária: o espaço compreendido pelas zonas operárias de Lisboa e as “cinturas industriais ao norte e ao sul do rio Tejo<sup>102</sup>”.

Por fim, ainda que a meu ver com menor peso conferido pelo autor, Rosas aponta para as condicionantes políticas: a) a arte de construir e reconstruir equilíbrios de acordo com as circunstâncias internas. Para Salazar, sobreviver politicamente era o objetivo central. Assim, na medida em que o regime se via obrigado a alguma evolução ela era vista como cedência, titubeante e sempre tendente ao bloqueio; b) uma burguesia parasitária e fortemente dependente do Estado e temerosa das mudanças ameaçadoras de sua hegemonia econômica; c) a incapacidade da oposição em se afirmar como alternativa política. Após

---

<sup>101</sup> ROSAS, Fernando. Salazar e o salazarismo... Obra citada, p. 17-18.

<sup>102</sup> Idem, p. 19-23.



uma fase inicial (anos 30) de “Reviralhismo”, com tentativas de levantes revolucionários e mesmo de um atentado contra a vida de Salazar, a oposição teria, no pós-guerra, oscilado entre conspirações palacianas, muitas vezes com o apoio e mesmo o protagonismo de “fascistas arrependidos”, e o legalismo através de tentativas de impor ao regime seu estatuto legal; d) por fim, o aparato repressivo através da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) que em 1945 mudou seu nome para PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado)<sup>103</sup>.

Na medida em que os argumentos de Rosas obedecem a uma perspectiva estrutural (condicionantes internacionais, nacionais, estrutura de classe...), creio que faz-se hoje necessária uma análise a partir dos pressupostos da História Política para entender em que medida as escolhas conjunturais do regime também permitiram a sua continuidade. Por mais que possam ser vistas como meramente “cosméticas”, alterações de forma e conteúdo no pós-45 não deixam de ter importância. Para Boaventura de Souza Santos, a partir dos anos sessenta o colonialismo havia substituído o corporativismo com núcleo central do regime<sup>104</sup>. De fato a retirada do Estado das negociações salariais foi um golpe de morte no otimismo corporativo dos anos trinta. Mas considero que a crise portuguesa era ainda mais profunda. Para sua coesão interna, até meados da década de 1940, o regime se mantinha ancorado em quatro grandes referências ideológicas: colonialismo, nacionalismo, corporativismo e autoritarismo. O primeiro vinculava-se à nostalgia de um tempo em que Portugal havia sido pioneiro nas grandes navegações e dono de um vasto território no Ultramar, um tempo em que “o sol não se punha” em terras portuguesas. O nacionalismo era o suporte de mobilização popular em uma conjuntura, a dos anos 30, marcada por diversos projetos que se pretendiam alternativos ao liberalismo e ao comunismo. O corporativismo possibilitava uma organização institucional que, se não conseguiu eliminar os conflitos sociais, ao menos impôs limites a radicalizações maiores dando argumentos ao Estado para a regulação das relações entre capital e trabalho. Por fim, o autoritarismo representava o descrédito frente às democracias representativas.

---

<sup>103</sup> Idem, p. 23-31.

<sup>104</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. A crise e a reconstrução do Estado em Portugal. *Pensamiento Iberoamericano*. Madrid, nº 5, Enero-Julio 1984, p. 507.

Terminada a guerra os pilares acima citados, foram perdendo força e razão de existência. E começaram a ruir. Deste modo, ao chegarem os anos 60, apenas o colonialismo mantinha-se inalterado. O nacionalismo definhou na medida em que passou a servir como suporte para as lutas de libertação no Terceiro Mundo. E era utilizado à farta como instrumento contra a ditadura e não mais em seu favor. O corporativismo perdia razão de existência devido ao papel destacado que os sindicatos passaram a ter, na Europa e nos Estados Unidos, como elementos de negociação e participação nas instâncias de poder. Manter a força dos sindicatos e os trabalhadores mobilizados com relativa autonomia era tudo que o regime não queria. Quanto ao autoritarismo, seu tempo da afirmação positiva tinha passado e era melhor esquecer o enaltecimento da ditadura exatamente para mantê-la intacta. No mundo da guerra fria, para o chamado bloco ocidental, autoritários deveriam ser apenas os regimes comunistas. Restava apenas o colonialismo. Curiosamente, a mais antiga das heranças acima apontadas. Exatamente aquela que se originou não no século XX, mas no XV, com a fantástica aventura das grandes navegações, em que os portugueses haviam sido pioneiros<sup>105</sup>. Foi neste quadro de perda de referências que, em parte, o regime mudou. As reformas de 1947 têm, a meu ver, importância significativa. Apenas à guisa de exemplo, o Decreto-lei nº 36.173, de 6 de março de 1947, retira o Estado das negociações laborais. Estas, a partir de então, passam a obedecer a uma lógica de mercado que fragiliza, em muito, a capacidade de reivindicação dos sindicatos. Ainda que fosse real e dura a tutela do Estado sobre o aparelho sindical, as negociações tripartite (Estado, trabalhadores e empresários) tendia a aproximar os dois primeiros personagens em detrimento do último. Um sindicalismo, pois, à moda do do corporativismo estatal clássico, chegava ao fim<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). in: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Organizadas). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 294-295.

<sup>106</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A Bem da Nação: ...* Obra citada, p. 314; PATRIARCA, Fátima. *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*. Obra citada; \_\_\_\_\_. O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47). In: *Análise Social*. Revista

## Conclusão

Os textos aqui discutido foram elaborados em épocas diversas e com metodologias e perspectivas de análise próprias. Como disse, Hermínio Martins faz um ensaio. Os textos de Manuel de Lucena, Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas e Manuel Loff são, em sua maioria, resultados de pesquisas com vistas à produção de teses ou textos originais. Os de António Costa Pinto, uma tese e um debate historiográfico. Também o texto de Luís Reis Torgal é um balanço historiográfico. Enfim: são textos que, ainda que se encontrem e sejam passíveis de análise conjunta, obedecem a perspectivas próprias. Perspectivas essas que talvez torne um tanto quanto abusada a análise comparativa. Foi um risco que assumo, mas creio ter escolhido autores e trabalhos bem representativos tanto da época quanto do enfoque tratado.

Minhas conclusões aqui apresentadas são iniciais, breves e passíveis de eventuais alterações. Servem mais para tentar dar continuidade ao debate que propriamente para encerrá-lo. Não teria essa pretensão... Afinal de contas, “nossas certezas são sempre provisórias”. A primeira questão que gostaria de abordar é que lamento o abandono da tradição ensaística tão cara a António Sérgio e presente nos trabalhos iniciais de Hermínio Martins. Este modelo pode dar pistas importantes para o entendimento da “longa respiração das mentalidades”. Eduardo Lourenço fez isso, com êxito, ao analisar os quinhentos anos de partida das caravelas e seu retorno sem colônias e sem Império<sup>107</sup>. Assim, quero crer que as referências ao passado utilizadas pelo salazarismo, evocadoras do sebastianismo e do miguelismo não devem ser desprezadas no entendimento da formação do regime<sup>108</sup>.

Continuo a desconfiar das teses que reduzem o fascismo à sua experiência institucional. A vocação para a guerra, o enfrentamento, é característica basilar do fenômeno e responsável por sua formação como regime. Talvez por

---

do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XXIII, N° 99, 1987/5°, p. 905-944.

<sup>107</sup> LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>108</sup> LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999; \_\_\_\_\_. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994.

isso, no caso do Estado Novo, as instituições de tipo fascista, como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa não tenham – salvo na breve conjuntura da Guerra Civil Espanhola – funcionado de acordo com “a prática dos valores que animam essas instituições”, submetidas que estavam aos ditames do Estado e, sobretudo, da Igreja Católica. Ainda que me afaste da caracterização do fascismo para o Estado Novo considero também arriscadas as análises que restringem o fascismo aos casos italiano e alemão. Estudos a respeito de países envolvidos na Guerra, como a Hungria, a Romênia ou a Bulgária podem contribuir para novas linhas de investigação.

A União Nacional foi única, é fato. Mas não foi nem um partido e muito menos de massa. Tratava-se mais de uma organização destinada à representação parlamentar de grupos dominantes tradicionais, Os “notáveis locais”, no dizer de Braga da Cruz. A UN, ao contrário dos partidos propriamente fascistas, nem trouxe novas elites à cena pública, nem levou multidões às ruas. Foi, antes, *um* dos vetores para a ocupação de cargos no aparato estatal do regime. O mesmo se pode falar de outras instituições, como a Universidade ou a Câmara Corporativa. Também a meu ver não se caracterizou como um partido que tivesse a tarefa de cultuar o Chefe. A relação com Salazar, parece-me, era mais próxima do respeito que da adoração.

O Estado Novo também não foi um regime revolucionário, malgrada a sua evocação à “Revolução Nacional de 1926”. Na prática funcionou mais o “viver habitualmente” de Salazar, o “não façamos barulho” de António Ferro. A condução da política econômica foi marcada por tantos condicionamentos que seu compromisso com a modernidade era, a meu ver, mais marcado pelas circunstâncias do que propriamente por uma vontade expressa desde o nascedouro do regime. Talvez tenha sido Salazar um reacionário, a conduzir um regime conservador e moderno na perspectiva que afasta o conservadorismo da simples emoção. O Estado Novo, na tradição conservadora de Burke e de Ranke, preocupou-se em manter um aparato jurídico que justificasse as suas ações.

Quanto à sua continuidade do regime no pós-guerra, percebo-a segundo uma perspectiva contrária à de Manuel Loff. Para mim, o pragmatismo de Salazar aliado à distância relativa que manteve com os demais autoritarismos, foi determinante para a sua permanência. Rugas houve, claro está com os

Aliados em geral e a Grã-Bretanha em particular. Mas foram circunscritas a períodos muito delineados e insuficientes para sequer aproximar da ruptura.

Se o Estado Novo continuou no pós-45, resta saber até que ponto esta continuidade foi acompanhada de maiores ou menores rupturas. Conforme já disse, alguns autores veem-no a partir de algumas importantes quebras. Braga da Cruz, por exemplo, indica cinco fases distintas. Penso, entretanto, na linha apontada por Reis Torgal, que as diferenças são menores que as semelhanças. Mas assim penso não para afirmar a continuidade do fascismo, mas sim de um regime que sequer na “época dos fascismos” foi a meu ver fascista.

Volto, para encerrar este trabalho, ao texto clássico de Manuel de Lucena. Afirma este autor a necessidade de manter o conceito de fascismo para o Estado Novo por que ainda não inventaram outro “deveras sintético e manejável” capaz de garantir seu entendimento<sup>109</sup>. As questões que me passam a partir desta análise são: será que um conceito “sintético e manejável” é eficiente para o entendimento de regimes e realidades tão próprias?; não será a síntese perigosa e empobrecedora diante de fenômenos tão complexos? Talvez “algum” fascismo tenha existido de fato em Portugal. Mas creio que são evidentes outros elementos mais fortes e mais constantes em suas quatro décadas de história: conservadorismo, catolicismo, tradicionalismo agrário...

### **Bibliografia citada**

ANTUNES, José Freire. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultura, 1994, p. 112-114; 123.

BENZ, Wolfgang. O nacional-socialismo e o moderno. In: AARÃO REIS, Daniel; MATTOS, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco de; MORAES, Luís Edmundo de Souza; RIDENTI, Marcelo [Organizadores]. *Tradições e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 189-200.

BERTONHA, João Fábio. O fascismo italiano e a questão da modernidade: um problema conceitual e político. In: AARÃO REIS, Daniel; MATTOS, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco de; MORAES, Luís Edmundo de Souza; RIDENTI, Marcelo [Organizadores]. *Tradições e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 201-216.

BIACHI, Giorgio. Reação. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 1073-1074.

---

<sup>109</sup> LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Obra citada.

- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 242-246.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. Historiografia do Estado Novo. In: *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 93-119.
- \_\_\_\_\_. Sobre o Fascismo e seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes. In: *Análise Social*. Lisboa: Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V. XII, N° 48, 1976, p. 873-915.
- \_\_\_\_\_. Portuguese Fascism in Comparative Perspective. In: 12° IPSA World Congress. Rio de Janeiro, Agosto de 1982.
- BRYMAN, Alan & BAHER, Peter. Carisma. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 60-63.
- CAETANO, Marcello. A Corporação Universitária. In: *A Voz*. Lisboa, 30 de março de 1949, p. 1.
- COSTA PINTO, António. O Estado Novo português e a vaga autoritária nos anos 1930. In: COSTA PINTO, António & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Organizadores). *O corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17-43.
- \_\_\_\_\_. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Os camisas azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- \_\_\_\_\_. *As origens da democracia cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.
- \_\_\_\_\_. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XIV. 1978/2°, p. 265-278
- \_\_\_\_\_. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigação Social da Universidade de Lisboa. V: XIV, N° 55, 1978/3°, 525-607.
- FERRO, António. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007.
- HOBBSBAM, Eric. A queda do liberalismo. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 113-143.
- LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- \_\_\_\_\_. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- LEVI, Lucio. Regime Político. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p.1081-1084.
- LOFF, Manuel. *O Nosso Século é Fascista! O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.

LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Volume I: O Salazarismo. Lisboa, Perspectivas e realidades, 1976.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). in: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Organizadas). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 283-307.

\_\_\_\_\_. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). in: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Organizadores). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.

\_\_\_\_\_. Marcello Caetano et l'espace de la modernité dans l'État Nouveau portugais. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & ROLLAND, Denis (Dir.). *Modernités Alternatives: l'Historien face aux discours et représentations de la modernité*. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 31-46.

\_\_\_\_\_. *A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, Hermínio. O Estado Novo. In: *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998, p. 19-51.

\_\_\_\_\_. Classe, status e poder em Portugal. In: *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998, p. 99-131.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: FERNANDES, Florestan (Organizador). *MARX/ENGELS – História*. São Paulo: Ática, s/d, p. 280-292.

MEDINA, João. *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977.

PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo – 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

\_\_\_\_\_. O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XXIII, N° 99, 1987/5°, p. 905-944.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. In: *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol. XXXV, N° 157, p. 1031-1054, 2001.

\_\_\_\_\_. Salazar e o Salazarismo: um Caso de Longevidade Política. In: ROSAS, F. & BRITTO, J. M. B. *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 13-31.

\_\_\_\_\_. Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. In: *Vértice*. N° 13. Lisboa, Abril de 1989, p. 21-29.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo nos anos Trinta*. 2ª Ed. (1928/1938). Lisboa: Estampa, 1986.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 466-475.

SANDRE, Ítalo de. Carisma. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 149-151.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crise e a reconstrução do Estado em Portugal. *Pensamiento Iberoamericano*. Madrid, n° 5, Enero-Julio 1984.

SÉRGIO, António. *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. 3ª edição. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1976.

SHORSKE, Carl E. Da cena pública ao espaço privado: a arquitetura como crítica cultural. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 179-194.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX. Volume 2: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109-164.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita: Ideias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2000, p. 11-21.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & SCHUSTER, Karl. Figura esvaziada de Hitler. In: Revista de História. Endereço eletrônico: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/figura-esvaziada-de-hitler> Acesso em 17 de junho de 2011.

TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e fascismo. In: *Estados Novos Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2009, p. 289-367.

TRENTO, Angelo. *Fascismo Italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

VVAA. *O fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.



**A EXPERIÊNCIA LIBERAL-DEMOCRÁTICA  
NO BRASIL (1946-1964):  
REVISITANDO TEMAS HISTORIOGRÁFICOS**

JORGE FERREIRA<sup>1</sup>

A historiografia brasileira encontra-se em estágios de profissionalização bastante avançados, sobretudo nos estudos coloniais e do século XIX. Durante muitos anos, a desconfiança existente em estudar temporalidades mais próximas criou resistências para a pesquisa de temas contemporâneos. A partir dos anos 1970, mas sobretudo na década 1980, as resistências começaram a ser vencidas, surgindo pesquisas sobre a Primeira República (1889-1930) e o primeiro período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Mais recentemente, nas áreas da História, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, pesquisadores se dedicam a temas relativos à ditadura militar.

Os historiadores, no entanto, parecem não demonstrar interesses sobre a temporalidade que se abre em 1946 e se encerra em 1964. Em comparação a outros períodos, pesquisas sobre aquela experiência liberal-democrática ficaram reservadas para os pesquisadores da Ciência Política e da Sociologia.

Não é meu objetivo delimitar rigidamente áreas de atuação nas Ciências Humanas. No Brasil, economistas, cientistas políticos e sociólogos têm realizado trabalhos de excelência na área de História. Mas o que chama a atenção é que são os cientistas políticos e sociólogos aqueles que, majoritariamente,

---

<sup>1</sup> Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Pesquisador I do CNPq e da FAPERJ.

produziram trabalhos que se tornaram clássicos sobre a experiência democrática brasileira.

O meu objetivo é, em primeiro lugar, discutir algumas questões sobre o estatuto político do regime; em segundo, comentar dois temas historiográficos considerados básicos sobre o período: os partidos políticos e o golpe civil-militar de 1964.

### **A experiência política brasileira pós 1945: um projeto liberal-democrático**

O Brasil inaugurou sua experiência democrática em 1946 com uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita pela população e politicamente soberana. Nela estavam representados diversos setores da sociedade brasileira, de liberais a comunistas. Embora sob forte influência dos valores liberais-democráticos do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e com o repúdio ao autoritarismo do Estado Novo, os constituintes mantiveram alguns dispositivos implementados nos anos 1930. Evitaram o retorno à excessiva descentralização política da Primeira República e permitiram que o Executivo mantivesse suas prerrogativas ampliadas. Conservaram a legislação corporativista, reconhecendo que o modelo apresentava certo grau de consenso na sociedade e de apoio no movimento sindical. O pluralismo partidário, portanto, passou a coexistir com a unicidade sindical. Os constituintes estavam afinados com os ventos liberais-democráticos que vinham da Europa e dos Estados Unidos, mas não desconheciam as experiências vividas no próprio Brasil nos anos 1930. O resultado foi uma Constituição que sustentou a democracia-liberal, implantada, pela primeira vez, no Brasil.

As dificuldades para viabilizar o regime democrático no Brasil devem ter sido imensas. Afinal, os antecedentes conhecidos eram o autoritarismo dos anos 1930 e o liberalismo excludente da Primeira República. Até então, a sociedade brasileira não conhecera experiências de participação política ampliada.

Com a Constituição de 1946, a sociedade brasileira teve acesso aos direitos políticos. Na década de 1930, os assalariados, em particular, tiveram outro importante aprendizado: o exercício dos direitos sociais, sobretudo com as leis trabalhistas. É possível afirmar que o aprendizado de cidadania social já estava consolidado

em fins de 1945. O momento que se abria para a sociedade brasileira era de outra dimensão: aprender a lidar com os direitos políticos e a exercer os direitos civis.

Surgiram partidos políticos nacionais, com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado; as eleições tornaram-se sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nos planos federal, estadual e municipal. Com base no sufrágio universal e com alto grau de competitividade, as eleições eram fiscalizadas pela Justiça Eleitoral.

No entanto, segundo José Murilo de Carvalho, são grandes as dificuldades em admitir que, naquela época, a sociedade brasileira conheceu sua “primeira experiência democrática” (CARVALHO, 2004:127).

### **Um regime democrático?**

Muitos historiadores negam o caráter democrático do regime instaurado em 1946. Em geral dois argumentos são muito utilizados, particularmente pela historiografia marxista.

O primeiro é que no governo de Eurico Dutra o Partido Comunista (PCB) foi posto na ilegalidade, enquanto seus militantes sofreram perseguições e o movimento operário foi cerceado pelo aparato policial repressivo. De fato, um ano após a promulgação da nova Constituição, em 1947, as relações internacionais foram alteradas profundamente com o clima beligerante da Guerra Fria. O Brasil não ficou imune aos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética e, em vários setores da sociedade, despontou o sentimento anticomunista. O PCB teve seu registro cassado e forte repressão se abateu sobre o movimento sindical.

Mas devemos perguntar se, na mesma época, foi diferente na maior democracia ocidental, os Estados Unidos, em que atuavam os comitês de atividades antiamericanas, o macarthismo; as listras negras de artistas e intelectuais, a lei Taft-Hartley<sup>2</sup> e o *Communist Control Act*,<sup>3</sup> bem como o FBI intrometendo-se

---

<sup>2</sup> O Congresso norte-americano, em 1947, aprovou a lei Taft-Hartley, tornando ilegais determinadas greves e limitando a representação sindical no país.

<sup>3</sup> O Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 1954, o *Communist Control Act*, legislação que criminalizava atividades consideradas comunistas.

na vida privada dos cidadãos. Todo esse conjunto de medidas acuaram as esquerdas e o movimento sindical daquele país, alimentando a histeria anti-comunista. Nos Estados Unidos e na Alemanha (antiga Ocidental), os partidos comunistas também foram declarados ilegais – e nem por isso tais países foram denunciados como “não-democráticas”.

Em outro aspecto, é preciso considerar que existiram alterações e ritmos variados nas relações entre Estado e o movimento comunista no Brasil. Se durante o governo Dutra a repressão policial aos militantes revolucionários foi violenta, em 1951, João Goulart, na presidência do PTB, avalizou aliança entre os trabalhistas e os comunistas no plano sindical. Em sua gestão no Ministério do Trabalho, dois anos depois, os pecebistas assumiram a direção de sindicatos sem perseguições ou empecilhos legais. Durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eles agiram livremente, em situação de semi-legalidade.

Outro argumento para desqualificar o caráter democrático do regime é a interdição do direito de votar dos analfabetos. Como no caso dos comunistas, sem dúvida que se tratou de uma limitação das prerrogativas democráticas. Contudo, é preciso considerar a ampliação do direito ao voto no Brasil nessa época. Segundo o sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares, o regime da Carta de 1946 teve como principal êxito a ampliação dos direitos de cidadania política. Na primeira eleição, a de dezembro de 1945, votaram cerca de 7,5 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão no pleito de 1933. Ao longo dos anos, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votando em 1962 – duas vezes e meia comparando a 1945 e 12 vezes a mais que 1933. No caso das eleições presidenciais, o número de participantes dobrou: de 6 milhões de votantes na primeira eleição para presidente, alcançou 12 milhões em 1960 (SOARES, 2001:313).

O crescimento do número de votantes foi devido à expansão do sistema educacional: os analfabetos eram 54% em 1945 e passaram para 36% em 1962. Além disso, o número de novos eleitores foi maior que o aumento da população. “O aumento de 11 milhões de eleitores mostra que a cidadania se ampliou gradualmente, democratizando o eleitorado”, afirma Gláucio Ary Dillon Soares. Além disso, continua o mesmo autor, “outro impacto positivo para a democracia foi inculcar na cultura brasileira o valor do voto, divulgando a

idéia de que votar era bom e um direito ao qual amplos setores da população também deveriam ter acesso” (SOARES, 2001:318).

A desqualificação do regime democrático de 1946 tomou força com o golpe civil-militar que, em março de 1964 encerrou aquela experiência (AARÃO REIS, 2001). O conjunto de forças políticas que apoiou o golpe de Estado e sustentou a ditadura formulou uma série de imagens desqualificadoras sobre o período, a exemplo da corrupção, da incompetência e da demagogia. Para as “direitas”, haveria no país um povo “ingênuo” e destituído de “cultura” política e, por isso, facilmente manipulado por líderes políticos inescrupulosos. Mas setores das “esquerdas” também elaboraram representações igualmente demeritórias, sobretudo no tocante à manipulação dos operários por lideranças exteriores à classe, a exemplo de políticos reformistas e sindicalistas “pelegos”. Para as “direitas”, inexistiria o cidadão cômico de seus direitos, enquanto para as “esquerdas” os operários ainda não estariam conscientes de seus “verdadeiros” interesses de classe. Ao lado das “direitas” e das “esquerdas”, intelectuais e imprensa também colaboraram para a imagem negativa que se formava. Criou-se, assim, um conjunto de imagens e representações que se firmou no imaginário acadêmico brasileiro durante muitos anos: as dificuldades da sociedade brasileira em conviver com instituições democráticas e que, no limite, resultaram no fracasso da experiência liberal-democrática no Brasil.

O pouco interesse dos historiadores pelo período e as imagens fortemente introjetadas no imaginário acadêmico que desqualificavam o período resultaram na caracterização das instituições liberais-democráticas e republicanas – incluindo o movimento sindical – como *populistas*. Durante muitos anos, a experiência democrática que se abriu em 1945 com o fim do Estado Novo e se encerrou com o golpe civil-militar de 1964 ficou conhecida por categorias pejorativas como *período populista*, *república populista* ou *democracia populista*. As expressões podem ser encontradas tanto em livros didáticos quanto em textos produzidos nas universidades. Nesse sentido, a contribuição de Francisco Weffort em textos publicados nos anos 1960 e reunidos no livro *O populismo na política brasileira*, de 1978, é chave para a compreensão desse processo (WEFFORT, 1978).

Mesmo que superadas por pesquisas mais recentes, as teses tradicionais ainda são bastante aceitas. É o caso dos textos que afirmam o caráter artificial

do sistema partidário, de pouco enraizamento na sociedade, sem consistência ideológica e ainda dominado por lideranças carismáticas; ou do “corporativismo” e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que teriam desviado a classe operária de seus “verdadeiros” interesses, formalizando a “tutela” do Estado sobre os trabalhadores. Outras teses falam do “agrarismo”, do “clientelismo” e da “tradição escravista do trabalho”. Algumas referem-se ao “patrimonialismo do Estado”. As instituições, por sua vez, seriam pouco representativas, tendo como exemplo o Congresso Nacional, ora visto como “reacionário e ineficiente”, ora definido como reflexo dos interesses econômicos privados. O clientelismo, o corporativismo, o *populismo* e outras mazelas da política brasileira resultariam dos vínculos formados entre instituições frágeis, um Estado forte e uma sociedade incapaz de se manifestar (GOMES, 1998: 542-543). Os estudos marcados pelo determinismo econômico complementam o quadro de desqualificação da experiência liberal-democrática no Brasil, sugerindo a incompatibilidade da sociedade brasileira com aquelas instituições.

Uma das imagens que mais desmereceram a sociedade brasileira daquela época foi, sem dúvida, a do *populismo*. Diversos pesquisadores, atualmente, criticam a expressão por sua excessiva generalização. Por sua elasticidade, o termo *populismo* se esforça por dar conta de personagens de diferentes tradições políticas sob as mesmas características. Desse modo, importantes projetos políticos que mobilizaram a sociedade perdem suas especificidades. Obra coletiva que avalia criticamente o conceito foi organizado pelo autor desse texto com o título *O populismo e sua história, debate e crítica* (FERREIRA, 2001). Nele, principalmente eu, Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis reconstituímos a história do conceito e criticamos seus fundamentos, negando sua eficácia para explicar a história política brasileira.

As desqualificações, portanto, são múltiplas. Em termos gerais, muitos estudos na área de História apresentam dificuldades de reconhecer a importância dos direitos civis e de valorizar os direitos políticos nos regimes liberais-democráticos, preferindo centrar as análises nos mecanismos de controle, dominação e coerção social.

Os que resistem em admitir que o período representou uma experiência democrática, pensando no governo Dutra, na cassação do registro do PCB e na interdição dos analfabetos ao direito de votar, baseiam-se, muitas vezes,

em uma receita prévia de democracia, não considerando que esta não surge pronta, como um receituário, mas é conquistada, ampliada e “inventada”, no dizer de Claude Lefort. A democracia não se encontra em lugar determinado no horizonte, tal qual o pote de ouro na ponta do arco-íris, mas resulta de demandas da própria sociedade, de seus conflitos e contradições, inventando e reinventando práticas e instituições democráticas. A democracia é um processo marcado pela incompletude, avançando de acordo com as demandas dos cidadãos e dos grupos sociais que dela participam – e reivindicam.

### O sistema partidário na experiência democrática

O objetivo, nesse momento, é explorar obras consideradas referências obrigatórias para o estudo dos três grandes partidos que dominaram o cenário político-eleitoral brasileira durante a experiência democrática – a UND, o PSD e o PTB. Nesse sentido, partidos de menor expressão eleitoral<sup>4</sup> e o Partido Comunista Brasileiro não serão tratados ao longo da exposição.<sup>5</sup>

Maria do Carmo Campello de Souza publicou, em 1976, livro considerado pioneiro na análise do sistema partidário pós-1945: *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. Resultado de sua tese de

---

<sup>4</sup> No caso desses partidos políticos, vale citar os seguintes trabalhos: BASTOS, Suely. «A cisão do MTR com o PTB». In FLEISCHER, David (org.). *Partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora da UNB, vol. 1, 1981; COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*. Vol. 23, n. 46, 2003; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa e VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *Semeando democracia: a trajetória do Partido Socialista Brasileiro*. Contagem, Palesa, 1995; HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007; SAMPAIO, Regina. *Adbemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.

<sup>5</sup> A produção bibliográfica sobre o Partido Comunista é extensa. Sem dúvida, o PCB foi o partido político mais estudado no Brasil. A bibliografia é vasta seja na primeira década de sua existência nos anos 1920, nos episódios que culminaram com a insurreição de 1935, nos anos de vida legal e, sobretudo, na década de 1950, a partir de radicalização com o Manifesto de Agosto de 1950. De maneira sintomática, os estudos sobre o PCB diminuem sensivelmente após 1958, período regido pelo documento conhecido como Declaração de Março, emitido naquele ano.

doutoramento em Ciência Política na Universidade de São Paulo, a tese central da autora é a de que a vida partidária e eleitoral brasileira durante a experiência liberal-democrática foi constituída sob os alicerces do regime getulista, em transição política destituída de rupturas marcantes. Para a autora, durante os anos do Estado Novo foram instituídos aparatos “jurídico-institucionais e políticos bastante complexos, destinados a viabilizar o controle do poder central sobre as esferas estratégicas da economia (...). O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites da ‘modernização conservadora’: sem qualquer reformulação radical da estrutura sócio-econômica existente encaixavam-se no sistema político novos grupos de interesses, devidamente cooptados e burocratizados” (SOUZA, 1976: 95). Basta citar a máquina política herdada dos interventores do Estado Novo, o poder burocrático de Estado, como os institutos, autarquias, grupos técnicos e, particularmente, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e o próprio papel político das Forças Armadas.

Segundo a autora, a elite política que dirigiu o país entre 1930 e 1945 continuou no poder após a saída de Getúlio Vargas do poder. A Constituição de 1946, redigida por essas mesmas elites, manteve vários dispositivos criados no período autoritário anterior. Assim, as instituições da democracia-liberal (eleições livres, pluralismo político, divisão dos Poderes da República, etc.) conviveram com o sindicalismo corporativista e com a burocracia estatal com grande capacidade decisória.

Outra questão importante levantada por Marcia do Carmo Campello de Souza é que o regime democrático herdou do período anterior a ideologia anti-partidária, típica dos anos 1930, formulada tanto por intelectuais de esquerdas quanto de direita. Para os ideólogos antiliberais dos anos 1930, inclusive os que apoiavam o Estado Novo, os partidos e o parlamento eram artificiais, corrompidos, sem representatividade. Para Campello de Souza, “o advento do pluralismo partidário, das eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionarmos a plena vigência (...) de uma ideologia autoritária de Estado” (SOUZA, 1976: 105-106).



Contudo, Maria do Carmo Campello de Souza não nega a instituição do regime democrático no país com o fim do Estado Novo. Embora o processo de transição democrática não foi mais radicalizado do que poderia ter sido, mesmo com todos os problemas o sistema partidário pós-1945, afirma a autora, foi constituído por organizações legítimas que expressaram os diversos interesses e ideologias que circulavam na sociedade. À medida que o país se urbanizava e se modernizava, os partidos políticos tornam-se instrumentos da participação popular. Para Campello de Souza, o sistema partidário brasileiro do período democrático não surgiu, em 1945, condenado à inviabilidade, mas apontava para a transição a um quadro eleitoral representativo que poderia superar as ideologias autoritárias e o poder burocrático estatal.

*A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*, de Maria Victoria de Mesquita Benevides, livro publicado em 1981, é resultado de sua tese de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo no ano anterior. Trata-se, ainda, do trabalho mais importante sobre a UDN produzido no Brasil.<sup>6</sup>

O partido surgiu como um *movimento* contra o Estado Novo. No contexto de 1945, indivíduos ou grupos políticos e sociais que se opunham a Vargas e apoiavam a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República tinham na UDN o seu lugar na política. Ao longo de sua trajetória política na experiência democrática brasileira, a UDN foi identificada em diversas análises como um “partido das classes médias”. Para Benevides, a UDN assim podia ser considerada porque era o único grande partido político que se dirigia diretamente às classes médias, denunciando, sobretudo, a corrupção administrativa e os perigos de “proletarização”. Contudo, em termos de defesa dos interesses econômicos, o partido expressava as demandas dos grandes proprietários de terras e dos industriais aliados ao capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981: 217).

Maria Victória Benevides, na primeira parte do livro, trabalha com a trajetória da UND do ponto de vista histórico, mas, na segunda parte, explora o que define como *udenismo*, determinada apropriação do liberalismo

---

<sup>6</sup> Livro que deve ser incluído nas referência sobre o tema é o de DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1986.

brasileiro após 1945. A autora entende o udenismo como um conjunto de práticas políticas e ideologias que extrapolavam os limites da própria UDN, embora identificada com o partido político.

Apesar de ressaltar que o udenismo não se reduz ao partido político, sendo mesmo anterior a ele, havia na expressão determinadas características que lhe davam certa coerência e homogeneidade. Entre eles estão o liberalismo restritivo à participação popular e a defesa da presciência das elites na prática política – resultando no elitismo como primeira característica do udenismo; o liberalismo econômico expresso em radical antiestatismo; o moralismo como meio de atacar o getulismo e atrair o eleitorado de classe média; o bacharelismo com a marca da retórica e da erudição jurídica; o anticomunismo; a desconfiança do movimento sindical; por fim, marca indelével do udenismo: o antigetulismo. Os diversos elementos estão presentes no partido, embora com magnitudes diferenciadas nas diversas alas que compunham a organização, a exemplo dos bacharéis defensores do liberalismo clássico conhecidos como “históricos”, dos progressistas que se agrupavam na ala chamada de “Bossa Nova”, da “Banda de Música”, dos ortodoxos defensores do conservadorismo e do golpismo, da “UDN chapa-branca”, com seus adeptos do fisiologismo, entre outras facções partidárias. O udenismo dos bacharéis certamente não era o mesmo da ala de extrema-direita do partido liderada por Carlos Lacerda.

Para Benevides, as “ambigüidades” do liberalismo brasileiro expresso na UDN e no udenismo era aceitar e participar do jogo democrático, mas negar a legitimidade dos resultados eleitorais, recorrendo ao recurso do golpe de Estado. O elitismo udenista era assumido de maneira ostensiva em duas práticas na trajetória do partido, segundo a autora: “a identificação de reivindicação sociais e, especificamente trabalhistas, com a desordem, ‘o caos’, e um solene desprezo pelo povo – ‘as massas’ – refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada ‘fruto da ignorância popular’. A soma desses dois elementos constituiria um sólido argumento para a defesa da intervenção militar e da própria repressão ao movimento operário (a ‘anarquia e a subversão’) por um lado, e do golpismo e da contestação dos resultados eleitorais, por outro” (BENEVIDES, 1981: 253).

Para a autora, entre o medo de aderir incondicionalmente ao regime democrático e a vergonha de defender o golpismo encontram-se sua incapacidade

de formular um projeto de poder. O recurso ao golpe de Estado, tendo os militares à frente, resultava da crença de que o regime autoritário seria transitório, sobretudo necessário para alcançar o autêntico regime democrático. Diante das seguidas frustrações com as derrotas eleitorais, os udenistas alegavam a falta de amadurecimento do povo para o exercício da prática democrática, incapaz que era de eleger seus representantes. Essa era a origem da contestação dos resultados eleitorais e o apoio à intervenção dos militares no processo político (BENEVIDES, 1981: 249). Resumindo ao máximo a tese de Benevides, a definição da UDN é a seguinte: “a UDN é progressista no que se opõe, reacionária no que propõe” (BENEVIDES, 1981: 250).

Sobre o PSD, a obra de referência ainda é a de Lúcia Hippolito, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*, livro publicado em 1985 e resultado de seu mestrado em Ciência Política no IUPERJ no ano anterior.<sup>7</sup> Embora afirme não propor escrever a história do partido, objetivo considerado ambicioso, a autora realiza um trabalho minucioso da trajetória do PSD, das relações conflituosas entre os poderes Executivo e Legislativo no período, a importância das questões locais nas decisões do partido, o surgimento de um grupo de viés progressista conhecido como “Ala Moça” que disputava espaços com os conservadores denominados “raposas”, entre diversas outras questões.

Seguindo de maneira criativa algumas indicações teóricas de Gionvani Sartori, Lúcia Hippolito define o PSD como partido “solidamente instalado no *centro* político” (HIPPOLITO, 1985:37). Essa é a tese central que defende no livro. Em um regime pluralista, o PSD foi o fiador da democracia-liberal brasileira. Os pessedistas deram o tom da moderação política, pelo menos até a virada dos anos 1950 para a década seguinte, tanto atuando pela negociação quanto pela “omissão preventiva”. Como diz a autora, a UDN esperneia, o PTB cresce, mas é o PSD que dá o tom.

Relevante no livro de Lucia Hippolito é demonstrar que embora o PSD

---

<sup>7</sup> Lucia Hippolito reeditou o livro em 2012 pela editora Nova Fronteira. Sobre o PSD é importante citar, também, a dissertação de mestrado de Lucia Lippi Oliveira desenvolvida no IUPERJ em 1973. Algumas idéias defendidas na dissertação foram publicadas em OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In FLEISCHER, David. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, Editora UNB, vol I, 1981.

tenha sido um partido fortemente centralizado, os poderes dos diretórios locais impediam imposições vindas de cima, havendo influências recíprocas entre ambas as instâncias decisórias. O processo ocorria porque o PSD encontrava seu vigor da prática eleitoral. Sua força vinha do voto para conquistar maiorias parlamentares e governos estaduais. Desse modo, o partido apostou no regime de democracia representativa e mesmo durante o processo de radicalização política em fins do governo Goulart, o PSD esforçou-se para defender o regime até o último momento, somente rompendo com o presidente em 10 de março de 1964, três dias antes do comício dia 13. Mesmo assim, o partido foi para a oposição – e não para a conspiração. Lucia Hippolito trabalha com algo difícil de ser compreendido no Brasil: um partido de perfil conservador defendia as instituições democráticas e tinha interesses políticos na manutenção da ordem legal. Segundo a autora, o PSD “jamais contribuiu para o rompimento da normalidade constitucional; em toda a sua história nunca o partido se afastou da observância da legalidade e da continuidade institucional” (HIPPOLITO, 1985:233).

Enquanto manteve-se à frente das iniciativas políticas, o sistema político brasileiro o acompanhou. Contudo, no início dos anos 1960, o sistema político brasileiro deslocou-se para a esquerda e o PSD não acompanhou esse movimento, deixando de ser o *centro* político, apenas reagindo às iniciativas de terceiros e não se adiantando a elas. Partido micheliano por excelência, na definição da autora, o diálogo entre diretórios regionais e a direção nacional não incluía admissão de dissidências. Esse foi o caso da disputa das “raposas” com o a “Ala Moça” no partido, com o esmagamento político do último grupo. A fragmentação interna do partido o conduziu para perigoso processo de desagregação (HIPPOLITO, 1985:137). Além disso, a vitória das “raposas” contribuiu para que partido não acompanhasse o movimento para a esquerda, deixando de ser o centro político do leque partidário. Segundo a autora, “quando o PSD se viu a reboque da conjuntura, reagindo a ela (e não mais se antecipando), o *centro político do sistema desapareceu e o sistema partidário caminhou para o colapso*” (HIPPOLITO, 1985:37).

Sobre o PTB, trabalho pioneiro é o de Lucília de Almeida Neves Delgado, *PTB, do getulismo ao reformismo*, livro publicado em 1989, resultado de sua tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de São Paulo

no mesmo ano. Trata-se de trabalho pioneiro sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, centrando a discussão nas relações do partido entre a liderança de Getúlio Vargas, o movimento sindical e o Estado.<sup>8</sup>

Desde sua fundação e durante toda sua trajetória durante a experiência democrática, o PTB conviveu internamente com grandes disputas entre grupos e facções. Basicamente, a autora distingue a importância de dois deles: os chamados por Lucília Neves Delgado de “pragmáticos”, com vocação para as práticas fisiológicas. Procurando na figura de Vargas o ícone para angariar votos e prestígio, os pragmáticos eram oriundos da burocracia do Estado Novo e tiveram papel importante na fundação do partido. O outro grupo é identificado pela autora como “doutrinários” ou “reformistas”. Formado por vários nomes de relevo no partido, entre eles Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, entre outros, eles acreditavam que o partido teria que se organizar em torno de uma doutrina para dar mais consistência para o trabalhismo, libertando-se – ou pelo menos demonstrando mais independência – da liderança e do carisma pessoal de Vargas. Para a autora, as contradições e conflitos internos entre ideológicos reformistas e os políticos fisiológicos surgiram desde as origens do partido (DELGADO, 1989:52).

Desse modo, o livro de Lucília Neves Delgado aponta para o leitor os conflitos entre os grupos com a ascendência no partido dos reformistas na segunda metade dos anos 1950. Essa, aliás, é a tese central da autora: embora os conflitos e disputas entre os dois grupos tenham marcado a trajetória do partido até sua extinção em 1965, o PTB avançou de uma proposta inicial marcada pelo fisiologismo e personalismo para a defesa de projeto de maior consistência ideológica e de caráter fortemente reformista. Não casualmente o sub-título do livro: *do getulismo ao reformismo*.

Outra questão explorada no livro é a vinculação entre o partido, o movimento sindical e o Estado, criando-se uma relação de interdependência entre

---

<sup>8</sup> Na primeira edição do livro, de 1989, a autora adota a terminologia “populismo” para definir o regime de 1946-1964. Tratava-se, sem dúvida, de um conceito amplamente utilizado na área de Ciências Humanas no Brasil na época. Na segunda edição do livro (São Paulo, LTr75, 2011), a autora, considerando o livro resultado de seu tempo, manteve o texto original. Contudo, incorporou novas pesquisas que se seguiram e superou a nomenclatura “populismo” para definir o período.

eles. O partido, nesse sentido, atuou como canal de diálogo entre o movimento sindical e o Estado. O PTB, em sua avaliação, nasceu com uma dupla face e conviveu com essa ambigüidade intrínseca que o acompanhou por toda sua trajetória: “de um lado, suas raízes sugavam a seiva do paternalismo e do controle; de outro, pelo teor mobilizador e até reformista inerente ao seu programa, surgia como alternativa nova para a organização popular na qual não estaria inteiramente descartada uma vida potencialmente autonomista” (DELGADO, 1989:74).

O processo ocorreu no início dos anos 1950, com a ascensão de João Goulart na presidência do partido e, mais adiante, com sua nomeação para o Ministério do Trabalho. Tratou-se, para a autora, de um marco na história do partido. Para Lucilia Neves Delgado, o estilo Jango no Ministério, “acabaria por estimular e ampliar o prestígio do PTB e das lideranças sindicais junto ao governo. O alívio das pressões que até então existiam sobre os sindicatos, levou-os liderados por setores mais avançados da classe trabalhadora, a pisar, com firmeza, no terreno de uma mobilização fortemente reivindicativa. Com a predominância da linha da mobilização e concessão, iniciava-se uma nova fase para os sindicatos e para o PTB que se consolidaria ainda mais após a morte de Vargas” (DELGADO, 1989:151). Entre diversas alterações nas relações entre Estado-partido-movimento sindical, uma deve ser ressaltada: a aproximação, no plano sindical, entre o PTB e o PCB. A partir daí, trabalhistas e comunistas atuaram em alianças no movimento sindical.

Para Lucilia Neves, o PTB surgiu para atender os interesses políticos de Getúlio Vargas e como instrumento reivindicativo dos trabalhadores. Para a autora, “o anticomunismo foi elemento vital, apesar de não exclusivo, na fundação do PTB. A possibilidade de crescimento do PCB, a médio prazo, poderia ser forte obstáculo à execução dos planos continuistas de Vargas” (DELGADO, 1989:32). Na concepção da autora, portanto, o PTB surge como anteparo ao crescimento do PCB. Com o tempo, no entanto, o PTB criou fortes vínculos com os sindicatos, reforçando o controle estatal sobre o movimento sindical, mas também conhecendo uma forte guinada à esquerda.

Contudo, mesmo no período de maior avanço do projeto reformista no partido, durante o governo Goulart, o PTB não superou o fisiologismo e o clientelismo, marcas de seu nascimento. Trata-se da tese central da autora: o

partido de dupla face, a dos pragmáticos e a dos reformistas. Segundo a autora, “a história do PTB foi a história de um paradoxo, de uma contradição adquirida, ao longo dos anos, traços de continuidade permeados por injunções e marcas de descontinuidades”. Foi a história da construção de um projeto reformista, “e ao mesmo tempo da impossibilidade de construção do reformismo. Isso porque a marca do fisiologismo jamais se apagou do partido e a herança da manipulação varguista, mesmo tendo adquirido caráter secundário ao longo dos anos, não deixou jamais de ser uma tatuagem de marcas profundas na vida político-institucional do PTB” (DELGADO, 1989:292).

Também para o caso do PTB, importante é o livro *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*, livro publicado em 1996 de Maria Celina D’Araújo, resultado de sua tese de doutorado em Ciência Política no IUPERJ em 1989.

Surgindo como um “partido para muitas missões”, na definição da autora, o PTB surgiu sob a direção de cúpulas sindicais, mas também sob a orientação do projeto governista, particularmente do Departamento Nacional do Trabalho e sob o embalo do movimento queremista que promovia a participação dos trabalhadores no processo eleitoral em curso. Sindicalistas e ministerialistas, assim, foram os primeiros grupos formadores do PTB. Mas sobretudo o partido expressava o Brasil que se urbanizava e se industrializava rapidamente. O partido surgiu adotando práticas relacionais, sobretudo o clientelismo e a parentela – cujos nomes mais conhecidos eram os de Ivete Vargas e Lutero Vargas, mas também com bandeiras que defendiam o nacionalismo, a democracia, a defesa da cidadania social dos trabalhadores e a distribuição da renda – destacando-se os nomes de Sérgio Magalhães e Alberto Pasqualini na defesa de projeto doutrinário para o partido. Mas não se trata de interpretação similar a de Lucília de Almeida Neves Delgado para quem o PTB foi marcado pela clivagem da ideologia *versus* pragmatismo. Para Maria Celina D’Araújo, “o nacionalismo do PTB *não* foi incompatível com o empreguismo, nem o reformismo foi antítese do clientelismo ou de atrelamento ao Estado. Ao contrário, foi bem-sucedido no partido e nas urnas quem conseguiu unir essas estratégias” (D’ARAÚJO, 1996:170).

Na concepção da autora, o PTB teve origem carismática “extremamente marcado por personalismos e girou em torno da disputa do legado trabalhista de Vargas. O personalismo estava na sua origem e a competição entre

lideranças secundárias pelo comando da agremiação” (D’ARAUJO, 1996:10). Desse modo, carisma e corporativismo, quadros ministerialistas com dirigentes sindicais, por meio de um partido, garantiram a liderança de Vargas nos embates eleitorais (D’ARAUJO, 1996:20). Maria Celina, nesse sentido, discorda das teses que definem o PTB como um partido criado por Vargas tão-somente para esvaziar a força do PCB entre os trabalhadores.

O PTB tinha uma característica que o diferenciava da UDN e do PSD: não era um partido federativo, mas altamente centralizado. Demonstrando força eleitoral na Guanabara e Rio Grande do Sul, os diretórios regionais (o de São Paulo em particular) eram obrigados a acatarem as decisões do Diretório Nacional. O partido, assim, conviveu com brigas internas, intervenções nos diretórios locais, facções conflitantes e lutas pelo poder. Via de regra, o resultado era a expulsão de dissidentes.

Definido por Maria Celina D’Araujo a partir das indicações teóricas de Robert Michels, o PTB também expressou a institucionalização do carisma de Vargas. Recorrendo a categorias weberianas, a autora caracteriza o PTB como partido de origem carismática, mas cuja liderança, Getulio Vargas, soube levar adiante o processo de rotinização do carisma, ao transferir para João Goulart a responsabilidade de gerir e falar pelo partido e pelo próprio trabalhismo. Marcado pelo personalismo de Vargas, diz a autora, “a dissidência não era tolerada, e sim encarada como uma ameaça à figura do fundador”. O PTB só obteve alguma estabilidade interna a partir do momento e que Goulart assumiu a chefia partidária, mas como o “escolhido”, como o “ungido” (D’ARAUJO, 1996:61). O partido não se democratizou internamente, mas passou ao controle de Goulart que dominava o Diretório Nacional.

Sob a direção de Jango, o PTB aproximou-se ainda mais do movimento sindical. Para Maria Celina D’Araujo, o “PTB teve sem dúvida papel capital na transformação do sindicato em ator político visível e na definição de uma política que queria fazer do sindicato uma fonte de poder. (...) O partido se projetava de forma personalista, associando o chefe a grandes questões nacionais e fazendo das conquistas trabalhistas um subproduto da defesa da soberania nacional. Foi como partido de ‘libertação nacional’ que o PTB passou a interpelar o leitorado nos anos seguintes” (D’ARAUJO, 1996:96). Além da aproximação com os comunistas e o reforço dos laços com o movimento sindical, os



trabalhistas, desde o contra-golpe liderado pelo general Henrique Lott buscou alianças nas facções nacionalistas e de esquerdas das Forças Armadas.

Ao chegar ao poder, em setembro de 1961, o PTB mostrava-se cada vez mais à esquerda. O próprio Leonel Brizola passou a disputar o poder no partido com Jango. A radicalização do processo político incitou esquerdas e direitas a procurarem os militares para dirimirem suas divergências. As alianças dos trabalhistas com os comunistas e com sargentos e marinheiros motivou ressentimentos nas Forças Armadas. Liderados pelos nacionalistas-reformistas, o PTB insistiu na estratégia parlamentar, mas optou, paralelamente, pela “estratégia da ação direta, mobilizando sindicatos, soldados, sargentos, e trabalhadores para fazerem pressão sobre o governo” (D’ARAUJO, 1996:145). Naquele momento, segundo a autora, o projeto reformista “era indissociável de uma tomada do poder estatal pelos setores mais radicais do partido” (D’ARAUJO, 1996:146).

Com essa reflexão, a autora chama a atenção para as responsabilidades do trabalhismo petebista na crise política que resultou no golpe de 1964. Para os militares, o PTB reunia postulados e personalidades que expressava o inimigo a ser combatido. “Ou seja, o golpe era contra o trabalhismo janguista e contra as alianças e compromissos que o PTB fazia com a esquerda civil e militar.” Além disso, era o partido que estava no governo, o que mais se empenhou em fazer dos “trabalhadores um sustentáculo privilegiado do poder” e procurou tecer alianças com militares, contribuindo para divisões nas Forças Armadas. Por fim, porque o PTB “substituiu a representação formal, lançando mão, com velocidade crescente, de vias de participação direta” (D’ARAUJO, 1996:140).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Sobre o PTB e o trabalhismo poderiam ser explorados os seguintes trabalhos: BASTOS, Suely. A cisão do MTR com o PTB. In FLEISCHER, David (org.). *Partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora da UNB, 1981, vol. 1; BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989; BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992; D’ARAUJO, Maria Celina. *Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais*. *Estudos Históricos*, volume 3 n. 6, 1990; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

Sobre o sistema partidário da época é obrigatório a referência ao trabalho de Antonio Lavareda, *A democracia nas urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*, de 1999, trabalho resultado de tese de doutoramento em Ciência Política no IUPERJ, em 1990. Recorrendo a pluralidade e grande quantidade de fontes, o autor explora o sistema político-partidário, criticando três teses adotadas na literatura sobre o tema. A primeira afirma que o sistema partidária conhecia, ao final do período, processo de “desestruturação” ou “desinstitucionalização”; a segunda alude para o “formato” desse sistema que se encaminhava para a “bipolarização” ou para o crescimento de “partidos dominantes”; por fim, a terceira tese criticada defende o processo de “realinhamento partidário”, com o declínio de partidos tradicionais, como o PSD e o PR e o crescimento do PTB e do PDC.

Utilizando vasto conjunto de dados para análise – tabelas, percentuais, gráficos e índices eleitorais, além de resultados de pesquisas do IBOPE, Lavareda descarta cada uma das teses. O sistema partidário não vivia processo de desagregação, nem de realinhamento com inversão das forças eleitorais. Seus argumentos são sólidos no sentido de recusar as interpretações que afirmam a “fragilidade” dos partidos políticos e, conseqüentemente, a pouca solidez do regime democrático no Brasil.

Para Antonio Lavareda, no início dos anos 1960, “o sistema partidário-eleitoral brasileiro às vésperas do seu fim qualifica-o como um sistema bastante completo em processo de consolidação”. As pesquisas do IBOPE são reveladoras nesse sentido, particularmente quando revelam a identificação do eleitorado com os partidos políticos. Às vésperas do golpe militar, pesquisas do IBOPE apontavam para 64% o índice de reconhecimento do eleitor com seu partido nas grandes capitais brasileiras. Tratava-se de um sistema partidário complexo que, embora com problemas inerentes às democracias representativas, conhecia crescente processo de institucionalização. Segundo o autor, “no início da década de 60, o sistema partidário-eleitoral experimentava, apesar dos obstáculos e embora de modo não uniforme, um processo de consolidação, que viria a ser frustrado pelo golpe militar” (LAVAREDA, 1999:134). Mesmo com as dificuldades existentes, o sistema partidário brasileiro entre 1945 e 1964 foi, para o autor, “uma experiência privilegiada”, combinando a ampliação dos direitos políticos dos cidadãos, a nacionalização dos partidos

políticos e um rápido processo de urbanização que emancipou politicamente amplos contingentes da população (LAVAREDA, 1999:133-191).

Não se tratavam, portanto, de Partidos artificiais, em processo de desintegração, dominados por lideranças personalistas. Mais ainda, Lavareda demonstra que, ao final do período democrático, o eleitorado não endossava o processo de radicalização política promovido por determinadas lideranças partidárias. Com base nas pesquisas de opinião realizadas entre 1963 e 1964, Lavareda comprova “que a maioria do eleitorado se situava no *centro* do espectro político. *Centro* naturalmente ambíguo. Que não era imobilista, ao contrário, endossava várias das reformas preconizadas pelo presidente Goulart. (...) A radicalização era uma nítida opção estratégica de setores das elites, à esquerda e à direita, desinteressada na manutenção da institucionalidade democrática. O eleitor comum não tinha, rigorosamente, nenhuma responsabilidade nesse processo” (LAVAREDA, 1999:190).<sup>10</sup>

Ainda sobre a vida política na experiência democrática brasileira valeria aprofundar as teses de autores que se dedicaram ao estudo de governos do período. É o caso de Maria Victoria Benevides em seu livro que também se tornou clássico sobre o governo Juscelino Kubistchek (1979); Maria Celina D’Araújo sobre o segundo governo Vargas (1982); e o meu próprio trabalho sobre João Goulart (2011).

No conjunto, o que os autores citados nos apontam é que, pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas e perfis ideológicos definidos. Os estudos demonstram que, naquele período, se fortaleceu o vínculo programático e ideológico entre os partidos e o eleitorado. Não mais se tratavam dos partidos da época do Império ou das organizações estaduais da Primeira República, em ambos os casos instrumentos das elites. As diversas eleições – periódicas, ininterruptas e em todos os níveis – contribuíram para consolidar um sistema partidário nacional que expressava as diversas correntes de opinião do eleitorado.

---

<sup>10</sup> Vale citar o importante trabalho de sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares citado anteriormente, que realiza balanço exaustivo do regime de 1946 em diversas dimensões. Seus estudos e pesquisas o autorizam a caracterizar o período democrático “por uma extraordinária taxa de crescimento *econômico*, particularmente industrial, um claro e seguro progresso *político*, ainda que lento em certas áreas, e um desenvolvimento *social* muito lento” (2001:309).

## O golpe civil-militar de 1964

O golpe de Estado que, em 31 de março e 1º de abril de 1964, derrubou o presidente João Goulart pode ser considerado como um dos temas mais estudados do período. Novamente sociólogos e cientistas políticos se destacam nos estudos sobre o assunto.

Octávio Ianni, em *O colapso do populismo no Brasil*, livro publicado em 1968, foi interpretação pioneira produzida na Universidade brasileira, sistematizando concepção que se tornou clássica. No livro, o determinismo econômico explica e fundamenta o golpe militar.<sup>11</sup>

O livro trata do “populismo”, expressão que, na versão de seus formuladores, explicaria a política brasileira entre 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, e 1964, quando teria ocorrido o seu “colapso”. Junto com Francisco Weffort, Octávio Ianni tornou-se nome clássico na invenção da expressão “populismo”. Para Ianni, “inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações” (IANNI, 1968:206). Assim, importantes tradições políticas da época, como trabalhistas, pessedistas, udenistas, comunistas, entre outros projetos institucionalizados em partidos políticos, foram renomeados de “populistas”.

Ianni, ao longo do livro desenvolve o que define com “modelo getuliano de desenvolvimento econômico”. Ele seria constituído pelo processo de industrialização por substituição de importações, dirigismo estatal, política externa independente, acomodação de interesses do proletariado, das classes médias e da burguesia industrial e a “política de massas” – estratégia perversa do líder carismático para manipular o povo. O peleguismo, outro elemento importante do “populismo”, controlaria o movimento

---

<sup>11</sup> Outros estudiosos também recorreram ao determinismo econômico para explicar o golpe militar de 1964. Guilherme O’Donnell vinculou o regime militar ao processo de industrialização por substituição de importações: em um certo estágio, o crescimento econômico exige governos autocráticos na regulação dos conflitos. Para Fernando Henrique Cardoso, em visão ainda mais determinista, a acumulação de capital necessita de formas autoritárias para desarmar o movimento sindical e reestruturar os mecanismos de acumulação de capital. Ver O’DONNELL, Guilherme. *Modernização y autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós, 1972 e CARDOSO, Fernando Henrique. “Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications”. In STE-PAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973.

sindical. Recorrendo à teoria da modernização, em particular Gino Germani e Torquato di Tella, Octávio Ianni interpreta o “populismo” e o “modelo getuliano de desenvolvimento econômico” como a passagem da sociedade rural para a urbana com a chegada, nas cidades, de levadas camponesas imbuídas de valores tradicionais do mundo rural. Como os trabalhadores não se organizavam como *classe*, eles se apresentam como *massas* – matéria-prima de que serviam os líderes “populistas”. As esquerdas, o PCB em particular, vergaram-se à política populista, prejudicando o processo de tomada de consciência de classe dos trabalhadores. Seja como for, Ianni vê avanços em termos econômicos e sociais no “populismo”. Os dados que cita mostram o crescimento econômico e os benefícios gerados pela legislação social.

Houve, porém, um movimento contraditório no período “populista”. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a política de massas teve continuidade, mas, com a entrada das empresas multinacionais no país, os compromissos com os capitais externos foram crescentes. Assim, o modelo de desenvolvimento patrocinado por JK, com a interdependência com os capitais estrangeiros, criou as condições para a liquidação do desenvolvimento nacionalista.

Desse modo, no embate entre dois projetos de desenvolvimento – o nacionalista e o associado com o capital estrangeiro, o “modelo getuliano de desenvolvimento econômico” encontrou no governo Goulart os seus limites. “A democracia populista”, afirma o autor, “tinha diante de si uma única opção: continuar a revolução brasileira, realizar nova etapa do modelo getuliano”. No embate com o modelo associativo, o nacionalismo getuliano poderia avançar no que havia de positivo, como a industrialização, a política externa independente, o florescimento cultural, entre outros elementos.

O modelo getuliano somente poderia ser negado “sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial” (IANNI, 1968:122). Assim, durante o governo Goulart, “o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica”. Para Ianni, o conflito foi resolvido com a deposição de João Goulart da presidência da República: “O Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 assinala a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado. Implica na combinação e reagrupamento de empresas brasileiras e estrangeiras,

com a formação de uma nova concepção de interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina e com os Estados Unidos” (IANNI, 1968:11). Avançando em sua interpretação baseada no determinismo econômico, Ianni afirma que “em verdade, o golpe de 1º de abril de 1964 é o fecho do longo processo de transição no Brasil da esfera da libra esterlina para a esfera do dólar” (IANNI, 1968:145). Com o golpe militar, a “democracia populista” foi substituída pela “ditadura da burguesia” (IANNI, 1968:211).

O livro de Octávio Ianni tornou-se bastante divulgado, sendo reeditado durante muitos anos. Trata-se, no entanto, de livro datado historicamente, escrito sob determinada conjuntura política. Terminado de ser redigido em fins de 1967, o livro foi publicado no ano seguinte, antes da edição do Ato Institucional n. 5 que instituiu, de maneira aberta, a ditadura no Brasil. Trata-se de momento de crescente radicalização política, tanto dos militares conhecidos como “linha dura” quanto dos jovens que, professando o marxismo-leninismo, entusiasmavam-se em pegar em armas para atacar a ditadura. O livro foi redigido nesse contexto de radicalização. A frase final do livro é esclarecedora nesse sentido: “*O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais.* Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes. Da mesma forma, no limite da ditadura de vocação fascista pode estar a sociedade socialista” (IANNI, 1968:213). Fascismo ou socialista, eis as opções para a sociedade brasileira na interpretação Ianni. Com variações, eram as visões de futuro das esquerdas que se preparavam para tomar em armas.

Em 1977, treze anos após o golpe militar, o cientista político Moniz Bandeira escreveu o primeiro livro sobre a história do governo Goulart e do próprio golpe militar. Superando as versões economicistas e os ensaios sociológicos, Bandeira recorreu ao método histórico e publicou *O governo João Goulart, as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. O livro teve seguidas reimpressões, algumas delas revistas e ampliadas. A oitava edição é de 2010. Com base em farta documentação, tanto do governo norte-americano quanto do próprio arquivo pessoal de João Goulart, Bandeira, em minha compreensão, escreveu livro pioneiro e obrigatório para o tema.

Moniz Bandeira identifica, naquela temporalidade, lutas sociais acirradas em torno das reformas de base. Em uma dimensão, o país conheceu conflitos

entre direitas e esquerdas a favor ou contra as reformas; em outra, tensões entre os governos brasileiros e o norte-americano. Além disso, o contexto internacional marcado pelos conflitos ideológicos da Guerra Fria, em particular o caso cubano, também foi determinante para na crescente deterioração do governo.

Muito resumidamente, o livro de Bandeira tem por base dois pilares interpretativos. O primeiro deles, a perspectiva positiva sobre João Goulart, seu governo e o Partido Trabalhista Brasileiro. Segundo sua interpretação, Goulart “não atuava como um demagogo, que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadros e Ademar de Barros faziam. De acordo com a tipologia de Darcy Ribeiro, era um reformista. E sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária” (BANDEIRA, 1977:28) O segundo pilar interpretativo é a ação desestabilizadora exercida pelo governo dos Estados Unidos contra o governo Goulart. A CIA e as empresas multinacionais, nesse sentido, atuaram de maneira acintosa no financiamento de organizações empresariais de oposição ao governo, como o IPES, o IBAD e diversas outras. Nas palavras do autor, “com esse primoroso trabalho de corrupção, inédito na história do País, a CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de estado, jornalistas, donas-de-casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, a choldra de todas as classes e categorias da sociedade civil brasileira” (BANDEIRA, 1977:70). Incluindo, também, os militares. Na revolta dos marinheiros Moniz Bandeira identifica a participação da CIA na preparação do motim (BANDEIRA, 1977:169).

Embora considere em suas análises a processo de radicalização das direitas e das esquerdas e a atuação de Goulart de buscar o consenso como elementos explicativos para a crise do regime democrático no Brasil, Moniz Bandeira centra o foco de sua análise no papel desestabilizador do governo dos Estados Unidos que, por meio da CIA, atuou no sentido de minar as bases políticas e sociais do governo, resultando no golpe militar.

A análise de Moniz Bandeira parte dos pressupostos dos próprios trabalhistas: o golpe foi resultado de conspiração interna de políticos e empresários

conservadores com apoio externo do governo dos Estados Unidos. A conspiração interna-externa visava impedir a efetivação das reformas econômicas e sociais e a ascensão política dos trabalhadores.

Wanderley Guilherme dos Santos inovou ao incluir variáveis políticas para a compreensão do golpe militar, relativizando o determinismo econômico e a conspiração norte-americana. *Sessenta e quatro: anatomia de uma crise* é resultado de seu doutoramento em Ciência Política na *Stanford University* em 1979, mas publicado em livro ao público brasileiro em 1986. A crise de março de 1964 não decorreu de alterações econômicas resultantes do processo de modernização ocorrido nos anos 1950 ou de problemas decorrentes da incapacidade dos partidos políticos de manterem suas alianças visando apoiar as iniciativas governamentais. Wanderley Guilherme dos Santos não compactua com versões deterministas. Para ele, o regime da Carta de 1945 não estava condenado ao colapso.

Para o autor, na virada dos anos 1950 para os 1960 houve um acirramento ideológico, resultando na transformação de um sistema pluralista moderado para um pluralismo extremamente polarizado. E sistemas polarizados resultam, via de regra, em “paralisia decisória”. Foi o que ocorreu no governo Goulart. O golpe militar, nesse sentido, não resultou da reação de grupos insatisfeitos com as medidas tomadas pelo governo. A radicalização política, para ele, foi o elemento central que impediu a implementação de compromissos e cooperação entre os partidos políticos. Segundo o autor, “a radicalização de um lado, como tática para testar as boas intenções do outro, resultou apenas num aumento das suspeitas de ambos os lados. O resultado final foi uma diminuição da capacidade de negociação e de transigência” (SANTOS, 1986:25).

Assim, no âmbito do legislativo inexistiram coalizões estáveis. Os parlamentares não tinham compromissos com reformas econômicas e sociais negociadas politicamente, preferindo a agitação política e ideológica. Goulart, por seu turno, realizou diversas reformas ministeriais com o objetivo de angariar prestígio junto aos partidos políticos e encontrar apoio às reformas de base. Entre a rotatividade dos cargos, o ténue apoio dos partidos políticos ao governo e o receio de Jango tornar-se refém dos grupos conservadores no Congresso Nacional, houve um agravante: o medo dos parlamentares



de direita das reais intenções de Goulart. O presidente acreditava que o Congresso Nacional era mesmo conservador e não aprovaria a reforma agrária; a direita parlamentar desconfiava do presidente, sobretudo de alterações nas regras eleitorais. Segundo avaliação do autor, “a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória, ou seja, um colapso do sistema político, resultante de sua incapacidade de funcionar (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes) e não a consequência de algum programa governamental específico, consistentemente implementado” (SANTOS, 1986:10).

Resumindo, o colapso da democracia em 1964 resultou daquilo que o autor definiu como “paralisia de decisão”, processo composto de quatro combinações: fragmentação de recursos de poder, radicalização ideológica, fluidez nas coalizões partidárias no Congresso Nacional e rotatividade nos ministérios resultando na instabilidade do próprio governo.

Contudo, Wanderley Guilherme dos Santos insiste que o regime não estava condenado. Havia um centro político importante disposto a negociações para apoiar as reformas de base. O processo de radicalização política, no entanto, impediu soluções negociadas politicamente para a crise.

Atualmente, duas grandes referências, ambas produzidas na área da Ciência Política, apontam para linhas de reflexões sobre golpe de 1964.

A primeira é a de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, publicado em 1981 e resultado de seu doutoramento em Ciência Política na Universidade de Glasgow no ano anterior. Para o autor, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), durante o governo Goulart, agiram como uma espécie de “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada”. Utilizando categorias marxistas e gramscianas, Dreifuss identifica uma “elite orgânica” formada por empresários, militares e intelectuais que, representando interesses financeiros multinacionais, exerciam ações no sentido de desestabilizar o governo Goulart. O que até então autores atribuíam às Forças Armadas, no trabalho de Dreifuss passa à responsabilidade do “complexo IPES-IBADE” que, em março de 1964, teria perpetrado um “golpe de classe”.

As duas organizações, agindo em conjunto, são interpretadas como o “partido da burguesia”. Formaram o Estado-Maior da burguesia nacional associada ao capital estrangeiro com o objetivo de agir em termos ideológicos, políticos

e militares. O processo tem origem no peso que as empresas multinacionais adquiriram em fins dos anos 1950 no Brasil. O capital transnacional apresentava poderio econômico, mas também perícia organizacional e capacidade política “para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro” (DREIFUSS, 1981:66). Caberia aos intelectuais orgânicos do bloco oligopolista assumir a liderança do país, desalojando do poder os grupos políticos tradicionais identificados com o projeto “populista”.

Do domínio econômico em fins dos anos 1950, o capital multinacional e associados nacionais criaram e atuaram em agências para desenvolver a ação e o golpe de classe – o IPES e o IBAD. Os objetivos, quando alcançassem o poder político, seriam, de imediato, reprimir as esquerdas e restringir a participação e as liberdades do movimento sindical. Ao mesmo tempo, o novo “bloco no poder” teria como tarefa promover o desenvolvimento econômico, embora dependente dos grandes centros capitalistas, concentrando e integrando capitais bancários, além de apoiar os interesses econômicos das empresas multinacionais. A garantia política para a imposição desse projeto de classe seria oferecida pelas Forças Armadas.

Utilizando de vasta campanha publicitária, o “complexo IPES-IBAD” elaborou e difundiu campanha anticomunista, convencendo a sociedade de que Goulart tinha o objetivo de comunizar o Brasil. Segundo o autor, “o complexo IPES-IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe ‘para si’. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como ‘massa de manobra’ da própria elite orgânica” (DREIFUSS, 1981:281).

A campanha ideológica desestabilizou o governo e, com apoio dos militares, um novo grupo dominante formado por empresários da indústria e das

finanças multinacionais associado a empresários brasileiros tomou o poder em março de 1964. A derrocada da democracia no Brasil, por essa interpretação, é compreendida como inevitável.

A segunda importante referência é o trabalho de Argelina Figueiredo em *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, livro publicado em 1993 e resultado de tese de doutoramento em Ciência Política na *University of Chicago* em 1987. Recusando as interpretações estruturais – seja o determinismo econômico ou político – ou as intencionais – como a da “incompetência” pessoal de Goulart ou a ação de “elites orgânicas” que conspiraram contra o regime –, a autora concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas determinadas. Desse modo, “as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida para a análise” (FIGUEIREDO, 1993:29). Para Argelina Figueiredo, entre 1961 e 1964, “escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas” (FIGUEIREDO, 1993:30).

Dois momentos durante o governo Goulart foram decisivos para a resolução do conflito político e a implementação de reformas econômicas e sociais moderadas dentro da ordem democrática. O primeiro deles foi a experiência parlamentarista. Para a autora, a manutenção do parlamentarismo e sua institucionalização poderiam resultar em reformas moderadas e negociadas no Congresso Nacional. Contudo, Goulart, as esquerdas, influentes setores militares e os próprios presidencialistas – como Juscelino Kubistchek, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda – conspiraram pelo fracasso do regime. O segundo momento foi o Plano Trienal, interpretado pela autora como uma proposta de pacto social. Com o plano de estabilização econômica, empresários e trabalhadores perderiam momentaneamente, mas ganhariam mais adiante com o controle do processo inflacionário. No entanto, esquerdas, movimento sindical e o empresariado mostraram renitente oposição ao plano de estabilização. A incapacidade de negociação entre esquerdas e conservadores se manifestou em diversos episódios, sendo um dos mais importantes a proposta de reforma agrária governamental enviada ao Congresso Nacional. Aceita por setores do empresariado, bem como de importantes grupos dentro do PSD e da UDN, o

projeto enviado por Goulart foi interpretado como moderado em demasia pelas esquerdas, sendo combatida pelo próprio partido governista, o PTB, que exigia o programa máximo de reformas.

Os seguidos fracassos tornaram inviáveis a possibilidade de formação de uma frente de centro-esquerda que garantisse as reformas e detivesse o crescimento das direitas. Escolhas e decisões tomadas pelos atores envolvidos naquele processo estreitaram as opções políticas disponíveis, reduzindo cada vez mais as oportunidades de realizar as reformas – mesmo que moderadas – dentro das regras democráticas.

A crescente radicalização das direitas e das esquerdas produziu o consenso negativo sobre as possibilidades de resolverem as diferenças e os conflitos sob regime democrático, resultando na desestabilização do governo. Direitas e esquerdas tinham percepção instrumental do significado de democracia. Para garantir seus privilégios, as direitas estiveram dispostas a romper com as regras democráticas. Se não fossem garantidos, era preferível sacrificar a democracia. As esquerdas, por sua vez, lutavam pelas reformas a qualquer preço e custo, inclusive com o sacrifício das instituições liberal-democráticas da Constituição de 1946. Direitas e esquerdas, diz a autora, “subscriviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas» (FIGUEIREDO, 1993:202). Ao final, o regime da Carta de 1946 não resistiu aos confrontos, resultando no pior dos mundos: nem democracia, nem reformas.

Embora com suas diferenças, o resultado das pesquisas de vários historiadores aproximam-se das teses de Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo. A começar por Maria Celina D’Araújo e sua interpretação do papel do PTB na crise de 1964. Antonio Lavareda, em seu trabalho também citado anteriormente e fundamentado em sólida pesquisa, demonstra que em meio à crescente radicalização das esquerdas e das direitas, “a opinião pública brasileira estava ancorada, em sua maioria, ao centro”, mas que apoiava as reformas defendidas por João Goulart. “O governo gozava de simpatia e razoável credibilidade”, afirma Lavareda. “A radicalização que terminaria por destruir a ordem constitucional, era apenas uma opção estratégica das elites desinteressadas no jogo democrático” (LAVAREDA, 1999:180 e 1-2).

Rodrigo Patto Sá Motta avalia de maneira crítica as interpretações que ressaltam a propaganda anticomunista para a crise do governo Goulart e sua posterior deposição. Com base em ampla pesquisa sobre o anti-comunismo no Brasil, Rodrigo Motta afirma que “há algum exagero na suposição de que o temor ao comunismo fosse meramente uma manobra utilizada por conspiradores ocultos, viando a conduzir uma massa de tolos em direção ao golpe” (MOTTA, 2006:143). Foi a aproximação de Goulart das esquerdas que assustou as elites conservadoras e permitiu que o discurso anticomunista reverberasse na sociedade brasileira. Para Motta, “foi somente no início de 1964 que a coalizão conservadora majoritariamente se inclinou pela ruptura institucional. Até então, a direita radical estava isolada em relação à opinião conservadora”. Daniel Aarão Reis também é crítico das teses que apontam a propaganda anticomunista como o fator determinante para o golpe de 1964, dando ao IPES e ao IBAD, por exemplo, o domínio sobre o rumo dos acontecimentos. Para o autor, “seria simplório imaginar que tudo se limitou a manobras de manipulação”, como se os receptores das mensagens anticomunistas recebessem de maneira passiva a propaganda ideológica (AARÃO REIS, 2001:335). Na biografia que escrevi sobre João Goulart, demonstro a polarização ideológica entre direitas e esquerdas que, em processo crescente de radicalização, resultou na desestabilização do governo Goulart e sua derrubada por um golpe de Estado (FERREIRA, 2011).

Gláucio Ary Dillon Soares, com base em pesquisa coletiva sobre militares no Brasil, é crítico contundente das teses conspiratórias: “O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente *militar*: não foi dado pela burguesia nem pela classe média, independentemente do apoio que estas lhes prestaram. Na medida que o golpe foi dado pelos militares e o regime daí resultante foi dirigido pelas Forças Armadas e exercido em nome delas, as interpretações anteriores ao fim do regime, sem acesso às fontes militares, insistiram na interpretação economicista, mas adotando uma segunda linha de defesa, segundo a qual o golpe teria sido dado pelos militares em *nome* das elites econômicas. Esse é um dos erros mais crassos do marxismo vulgar: supor

que há grupos ou instituições que não agem em defesa de seus próprios interesses, e sim dos interesses de outra classe ou de outros grupos a que estariam subordinados”. Para o autor, as Forças Armadas, em 1964, não estiveram a soldo dos interesses da burguesia, das classes médias ou de qualquer outro setor social, mas levaram em consideração seus próprios interesses, como qualquer outra instituição ou grupo e classe social (SOARES, 2001, 351).

Muitos historiadores marxistas brasileiros consideram as teses que ressaltam a conspiração de grupos empresariais e/ou a participação norte-americana como fator explicativo central para o golpe de 1964. Contudo, mesmo nos meios historiográficos marxistas, há vozes dissonantes. É o caso de Jacob Gorender, nome expoente no pensamento marxista brasileiro. Segundo sua interpretação, o “golpe de 64, até talvez dezembro de 1963 ou janeiro de 1964, ainda não era inevitável”. Além disso “é uma idéia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados” e “não corresponde à realidade a idéia de que os conspiradores golpistas possuíam planos perfeitamente elaborados para tudo”, afirma Gorender. Em sua interpretação, a partir de novembro de 1963 Goulart aliou-se às esquerdas, o PCB em particular, “germinando uma idéia golpista. Esta inspiração golpista está visível nos documentos que temos à disposição. (...) Havia, pois, golpismo, não só da direita, mas também da esquerda”. Portanto, avalia Gorender, “o golpe não era inevitável. Contudo, tornou-se inevitável na curta conjuntura dos dois ou três meses que o antecederam” (GORENDER, 1997:109-110 e 114).

O golpe civil-militar de 1964 foi acontecimento marcante do século xx brasileiro. É marco na história política do país e de toda uma geração de brasileiros. Ao lado das pesquisas que apontam para o processo de radicalização entre esquerdas e direitas que desestabilizaram o governo coexistem as teses que afirmam a conspiração anticomunista como elemento determinante para o golpe. A continuidade das pesquisas sobre a crise política do governo Goulart e o golpe de 1964, portanto, é necessária para o avanço do conhecimento sobre o tema.

## Finalizando: de um século a outro

A partir da década de 1980, muitas pesquisas têm sido produzidas nos programas de pós-graduação em História nas Universidades brasileiras. Foi nessa década que ocorreu o processo de expansão dos cursos de mestrado e doutorado. Mas também nessa década os historiadores brasileiros vivenciaram forte inflexão no seu campo de atuação com a crise dos modelos interpretativos. Ocorreu, naqueles anos, vigorosa revisão historiográfica. Modelos teóricos globalizantes que induziam o pesquisador a análises baseadas em linearidades ou previsibilidades foram abandonados (GOMES, 2004:160). A História Política e a História Cultural contribuíram para enfoques inovadores, ao mesmo tempo que atuaram no sentido de convidar os historiadores a abandonarem explicações fundamentadas em variáveis exteriores aos próprios personagens históricos.

Muitos historiadores, em suas pesquisas de mestrado e doutorado, contribuíram para a renovação dos estudos sobre a experiência democrática brasileira com trabalhos originais, exaustivo levantamento de fontes e com abordagens inovadoras. Desde a década de 1980, jovens pesquisadores souberam trabalhar no cruzamento da História de Gênero com a História Política,<sup>12</sup> enquanto outros dedicaram-se ao estudo da produção artística<sup>13</sup> e da atuação

---

<sup>12</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *"A Nação que se salvou a si mesma". Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)*. Dissertação de mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008; MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001; SESTINI, Dhārana Pérola Ricardo. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>13</sup> POLLETO, Fábio Guilherme. *Tom Jobim e a modernidade musical brasileira (1953-1958)*. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004; VIDAL, Erick de Oliveira. *As capas da Bossa: encontros e desencontros dessa história visual (LPs da Elenco, 1963)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008; ZACHILINSKI, Beatriz Polidori. *Imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues: um estudo das representações de gênero na ficção publicada em jornal entre 1944 e 1961*. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.

dos meios de comunicação.<sup>14</sup> Os temas tradicionais também foram revisitados de maneira inovadora pela nova geração de historiadores, como a História Militar,<sup>15</sup> História do Trabalho,<sup>16</sup> os partidos políticos<sup>17</sup> e a política externa.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil: 1923-1960*. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2002; VALIM, Alexandre Busko. *Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006; SILVA, Herber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. Dissertação de mestrado. Assis, UNESP, 2008.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo. Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Dissertação (Mestrado). Niterói, 2010; CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese (Doutorado). Niterói, UFF, 2010; LOPES, Fabiana Luis Bueno. *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva (1956-2000)*. Dissertação (Mestrado). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.

<sup>16</sup> Ver BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. 1. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2004; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo/Santos. Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume/Sindicato Químicos e plásticos-SP, 1997; NEGRO, A. L. *Linhas de Montagem. O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004; NEGRO, Antonio L.; SILVA, Fernando T.; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editorial Boitempo/Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

<sup>17</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010; JANES, Andréia Rezende Perez. *O PTB: entre o Estado e as massas (1960-1964)*. Dissertação (Mestrado). Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007; LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores. O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. Tese (Doutorado). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010; OLIVEIRA, Lisandre Madianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado). Porto Alegre, PUC-RS, 2008; TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

<sup>18</sup> COSTA, Marcelo Fernando Gonzalez da. *As repercussões da política externa argentina no primeiro governo Perón (1946-1952) na imprensa sul-riograndense*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004; ELEK, Patrícia Braga. *A Operação Pan-Americana: Uma discussão da relação entre política interna e política externa no governo*



A História Política tomou a atenção de muito deles,<sup>19</sup> inclusive os que tratam da educação popular e da História da Ciência.<sup>20</sup>

Apesar das mudanças na prática historiográfica e o incentivo à pesquisa desde os anos 1980, o período 1946-1964 continua a merecer maior dedicação dos historiadores. Afinal, trata-se da primeira experiência democrática vivida pela sociedade brasileira.

---

*Juscelino Kubitschek*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UERJ, 2009; GONZAGA, André Luís. *A política externa brasileira e a questão palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951*. Dissertação (Mestrado). Assis, UNESP, 2008.

<sup>19</sup> BRETAS, Manuela. *Violão de Rua: memória, discurso e identidade da poesia revolucionária dos anos 60 (1962-1963)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Uni-Rio, 2007; FOGAGNOLI, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS!: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)*. Dissertação (Mestrado). Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 2011; MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *De volta para o presente: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007; OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O mito do poder jovem: a construção da identidade da UNE*. Tese de doutorado. Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 2001; QUELLER, José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2008; RIBEIRO, Jayme Lúcio. *Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. Dissertação de mestrado. Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 2003; SANTOS, Soanne Cristino Almeida. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular em Una (1963-1964)*. Dissertação de mestrado. Santo Antônio de Jesus, UNEB, 2010; SILVA, Tatyane de Azevedo e. *Sob a lógica da desconfiança: a polícia política e a campanha O Petróleo é Nosso! (1947-1953)*. Dissertação de mestrado. Niteroi, História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

<sup>20</sup> ROLIM, Tácito Thadeu Leite. *Giram os Sputniks nas alturas, ferve a imaginação nas planuras: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2006; SOUZA, Claudia Moraes de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o MEB*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007; TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em tempos de luta. História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. Tese de doutorado. Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 2008.

**Bibliografia**

- AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1986.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil, do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 34, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o pública e o privado. In SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, volume 4.
- GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? TOLEDO, Caio Navarro de (ORG.). *1964*. Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart*. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 143.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In FLEISCHER, David. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, Editora UNB, vol I, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro, Vértice, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO, A GUERRA COLONIAL E A DESCOLONIZAÇÃO EM ÁFRICA**

FERNANDO TAVARES PIMENTA<sup>1</sup>

Este texto coloca em perspectiva a forma como a historiografia portuguesa abordou algumas das temáticas mais controversas e fracturantes da História de Portugal no Século XX, nomeadamente a questão da natureza ideológica do Estado Novo, a sua dimensão colonialista, a guerra colonial e a descolonização em África. Claramente, não faremos aqui o “estado da arte” dos estudos sobre o Estado Novo, nem sobre o problema colonial, na medida em que não é esse o objectivo deste texto. Contudo, teremos em consideração os estudos que julgamos mais relevantes para uma melhor compreensão dos problemas em análise.

A natureza ideológica do regime criado por Salazar é um dos assuntos mais focados pela historiografia portuguesa, mas também um dos mais controversos e que menos consensos reúne entre os historiadores. Na verdade, há uma “interminável” discussão académica sobre a classificação e a integração da ditadura salazarista na categoria histórica-política do fascismo. A este respeito, há duas perspectivas principais: a primeira de que o Estado Novo foi um regime fascista; a segunda de que o Estado Novo foi um regime autoritário de direita, mas não propriamente fascista. Após o 25 de Abril de 1974, predominou a primeira perspectiva entre o mundo académico português, influenciado

---

<sup>1</sup> Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC). Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

talvez pelo ambiente político subsequente à “revolução dos cravos”. Assim, no primeiro congresso que se realizou no país sobre o tema do “Fascismo em Portugal”, em 1980, prevaleceu a ideia de que o salazarismo tinha sido uma variante do fascismo e que, muito embora tenha recebido o poder dos militares, Salazar tinha operado uma autêntica fascização do Estado. Neste sentido, o governo de Salazar teria sido um governo servidor e criador do fascismo<sup>2</sup>.

No entanto, em 1986, no congresso intitulado “O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia”, o problema foi tratado de forma diferente pelos historiadores, havendo uma certa divisão entre os académicos portugueses em torno das opiniões expressas por dois investigadores estrangeiros, Stuart Woolf e Stanley G. Payne. Embora não de forma taxativa, Woolf colocou o salazarismo no campo do fascismo, em virtude das suas relações de proximidade com os regimes de Mussolini e de Franco, sobretudo ao nível do aparato repressivo, orientação política e ideias corporativas. Pelo contrário, Stanley G. Payne classificou o Estado Novo como um regime organicista moderado ou corporativo, mas não propriamente fascista<sup>3</sup>. Esta perspectiva foi gradualmente conquistando adeptos entre os portugueses, mas alguns renomados historiadores – por exemplo João Medina<sup>4</sup>, Luís Reis Torgal<sup>5</sup> e Fernando Rosas – mantêm a opinião de que o salazarismo foi uma variante do fascismo.

Paralelamente, Fernando Rosas procurou fornecer uma interpretação de tipo económico-social sobre as origens, a evolução e as características políticas da ditadura salazarista<sup>6</sup>. Para Fernando Rosas, o Estado Novo foi a resposta política do capitalismo português à crise económica, social e política que o país atravessava na fase final da 1.ª República. Segundo Rosas, a classe

---

<sup>2</sup> AA.VV. – *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

<sup>3</sup> AA.VV. – *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959* (2 volumes). Lisboa: Fragmentos, 1987. Veja-se também Stuart Woolf – *European Fascism*. Londres: 1968.

<sup>4</sup> João Medina – *Salazar em França*. Lisboa: Ática, 1977; João Medina – *Salazar e os fascistas*. Lisboa: Bertrand, 1978.

<sup>5</sup> Luís Reis Torgal – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

<sup>6</sup> Fernando Rosas – *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Estampa, 1986; Fernando Rosas – *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacto da Segunda Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990.

dominante enfraquecida decidiu construir um novo tipo de poder político – um “Estado novo” dotado de força suficiente para subordinar o operariado, sanar os dissídios no seio da classe dominante e entre esta e os estratos intermédios, adoptar medidas económicas urgentes e garantir a estabilidade do sistema, uma tarefa que o Estado liberal se mostrava incapaz de cumprir. A este respeito, Rosas não tem dúvidas em considerar que o salazarismo se impôs como um regime do conjunto da oligarquia, com o apoio de sectores significativos das classes médias, unidos no consenso em torno da estabilidade política de um Estado forte, capaz política e financeiramente de intervir na economia, protegendo e arbitrando grupos e tensões. Na perspectiva desse historiador, o Estado Novo foi o produto da transição ao desenvolvimento do capitalismo português e uma resposta à crise económica, social e política patente no final da 1.<sup>a</sup> República. A política económica e social da ditadura teria sido assim caracterizada por um consenso entre os grupos sociais dominantes e por uma intervenção arbitral do Estado, com o objectivo de concertar estratégias de conservação social. Porém, algo paradoxalmente, o Estado Novo teria limitado o desenvolvimento do capitalismo português, porque teve de reprimir os interesses do capital industrial para não afectar os interesses agrários e não tocar na propriedade fundiária. Todos teriam prosperado, mas modestamente, de modo a manter um equilíbrio entre todos os grupos dominantes, sob a autoridade arbitral do Estado. A ideologia do regime teria reforçado esse conservadorismo social e bloqueado o desenvolvimento industrial e tecnológico do país pelo menos até à década de 1940.

Num quadro analítico distinto, António Costa Pinto considerou que o fascismo português foi representado autenticamente pelo movimento político dos “Camisas Azuis” de Rolão Preto e que o Estado Novo apenas absorveu alguns dos seus elementos, ao mesmo tempo que matou quaisquer veleidades de transformação da ditadura militar num verdadeiro regime fascista<sup>7</sup>. António Costa Pinto revelou assim a existência de um fascismo não hegemónico, que viveu durante algum tempo nas margens da ditadura, até ao momento em que foi politicamente absorvido pelo regime salazarista, onde confluiu com outras

---

<sup>7</sup> António Costa Pinto – *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.

correntes políticas de pensamento e perdeu grande parte das suas características originais. Refira-se ainda que António Costa Pinto recorreu a uma metodologia de carácter comparativo na sua investigação, o que contribuiu para uma clarificação da colocação da ditadura portuguesa no quadro dos regimes ditatoriais de direita da Europa Meridional, Central e Balcânica<sup>8</sup>.

Por outro lado, Manuel Braga da Cruz considerou o Estado Novo um regime fundamentalmente nacionalista, corporativo e católico, mas não confessional, porque o catolicismo nunca foi declarado religião oficial do Estado (ao contrário do que aconteceu na Espanha de Franco). Porém, Braga da Cruz admitiu que o salazarismo foi, num certo sentido, uma “inversão” fascizante da democracia cristã, na medida em que foi no movimento católico português que se geraram os fermentos nacionalistas, anti-parlamentares e corporativos que inspiraram o Estado Novo<sup>9</sup>. Por último, podemos citar algumas das considerações bastante “provocatórias” de Jacques Georgel, que considerou o salazarismo “o puro produto da sociedade rural portuguesa do final do século XIX”. Segundo Georgel, Salazar era hostil ao parlamentarismo liberal e à democracia, mas era igualmente contrário ao cesarismo pagão do fascismo italiano e do nazismo de Hitler, por ser incompatível com o seu catolicismo. Assim, as ideias de Salazar podem ser sintetizadas em cinco palavras chave: “Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho”. Para Georgel, Salazar considerava inútil – senão mesmo perigoso – melhorar a situação económica, social e política do país e a sua vontade era a de que os “portugueses vivessem habitualmente”, num misto de “paz, tranquilidade, imobilismo e miséria”. Georgel concluiu ainda que o poder salazarista tinha sido sustentado acima de tudo pela Igreja Católica e pelas confederações patronais da indústria, agricultura e comércio<sup>10</sup>.

Dito isto, não temos a pretensão de resolver aqui o problema da classificação política do Estado Novo, nem esse é o objectivo deste artigo. Mas também não nos podemos abster de exprimir a nossa posição sobre a natureza política

---

<sup>8</sup> António Costa Pinto – *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Estampa, 1992.

<sup>9</sup> Manuel Braga da Cruz – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/GIS, 1980.

<sup>10</sup> Jacques Georgel – *Le Salazarisme – Histoire et bilan*. Paris: 1981.



e ideológica da ditadura salazarista. Na nossa perspectiva, o Estado Novo foi um regime autoritário de direita que incorporou um conjunto substancial de elementos do fascismo italiano (sobretudo ao nível do aparato repressivo e da ideologia corporativa), mas cuja matriz política foi principalmente nacionalista-colonial, reaccionária (no sentido de anti-moderna), conservadora (em termos políticos e sociais) e católica (no sentido clericalista, mas não confessional). Isto significa que, muito embora o salazarismo tenha ido buscar grande parte da sua inspiração política ao fascismo italiano, o Estado Novo não foi um regime verdadeiramente totalitário. É que para além da ausência de um Partido-Estado forte, criador do regime, houve uma diferença entre os regimes italiano e português que para nós é fundamental: o fascismo foi uma ideologia modernizadora e o produto duma sociedade industrial que se pretendia libertar do peso das instituições tradicionais. O fascismo pretendia assim uma transformação total da sociedade italiana no sentido da sua modernização; uma modernização pilotada e controlada pelo Estado. Assim, o fascismo foi um corte com a tradição, em nome da modernidade. O salazarismo, pelo contrário, foi o produto de uma sociedade fortemente marcada – e condicionada – pela ruralidade e quis manter a todo o transe a ordem social estabelecida e as instituições tradicionais, protegendo-as dos fermentos dissolventes de um parlamentarismo liberal que já não servia eficazmente os interesses das classes dominantes. A cooptação de elementos fascistas nunca modificou esta matriz profundamente reaccionária, tradicionalista e conservadora do Estado Novo. Como tal, Salazar foi acima de tudo o homem encontrado pela oligarquia burguesa-aristocrática portuguesa para recolocar o “país na ordem”. “Ordem” que tinha sido duramente afectada por anos de instabilidade governativa e militar e pelo crescimento de tensões sociais e políticas no seio da sociedade portuguesa durante a 1.ª República<sup>11</sup>.

Mas há ainda outra especificidade que afasta o regime salazarista das demais experiências autoritárias e totalitárias dos outros países europeus e que não tem sido devidamente considerada por uma parte significativa da historiografia portuguesa. Trata-se do factor colonial, que marcou de forma indelével a história do Estado Novo, desde a sua formação até ao momento da

---

<sup>11</sup> João Ameal – *A revolução da ordem*. Lisboa: 1932.

sua queda em 25 de Abril de 1974. Com efeito, o colonialismo foi um factor central na definição enquanto tal do regime salazarista, bem como um elemento de diferenciação em relação aos outros regimes autoritários europeus de inspiração fascista. Por exemplo, em Espanha, o factor colonial teve um peso diminuto e na Europa Central e Oriental foi praticamente inexistente. Mesmo no caso italiano, o factor colonial só jogou um papel significativo já muito tardiamente, no segundo lustro da década de 1930, quando o regime de Mussolini estava perfeitamente consolidado. O Estado Novo foi possivelmente a única ditadura de cariz colonial ou, se preferirmos, colonialista, na medida em que nasceu com o objectivo declarado de salvaguardar o património colonial português das ambições estrangeiras e de o converter num grande Império. A ideologia do regime português foi por isso colonialista desde o seu início até ao momento do seu desaparecimento em 1974.

Esta especificidade do regime salazarista prende-se com as características do nacionalismo português, que na sua essência era profundamente colonialista. Este nacionalismo colonialista teve a sua origem nas políticas expansionistas monárquicas da segunda metade do século XIX, mas foram os republicanos que o exacerbaram do ponto de vista ideológico, transformando-o num dos vectores principais da sua política. O Estado Novo herdou essa forma de nacionalismo colonialista dos republicanos, exaltando-o ao extremo. Daí que o regime salazarista tenha institucionalizado o colonialismo como sendo parte da “essência da Nação Portuguesa” mediante a promulgação do Acto Colonial<sup>12</sup> em 1930, o qual foi integrado no dispositivo constitucional português e reproduzido na Carta Orgânica do Império Colonial Português em 1933<sup>13</sup>.

Neste sentido, o Estado Novo não só completou o edifício político e de exploração económica do Império colonial<sup>14</sup>, como com ele se identificou em

---

<sup>12</sup> Ministério das Colónias – *Acto Colonial*, decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930.

<sup>13</sup> Ministério das Colónias – Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada por decreto-lei n.º 23.228, de 15 de Novembro de 1933.

<sup>14</sup> Salazar foi o fiel executor da estratégia económica definida pela oligarquia metropolitana para as colónias. Uma estratégia que visava a máxima exploração dos recursos económicos das colónias para benefício quase exclusivo dos interesses metropolitanos e em detrimento das necessidades das populações coloniais, estando nestas incluídos os colonos brancos. Cf. Gervase

termos ideológicos, afirmando-se como uma espécie de Estado-Império Luso-Africano. Mas uma tão forte identificação acabou por bloquear – e estrangular – a própria ditadura, cuja sorte passou a ser decidida nos imensos sertões africanos a partir de 1961, data do início da guerra colonial em Angola. Incapaz de resolver o problema da guerra e, por isso mesmo, incapaz de se transformar internamente, a ditadura colonial caiu “miseravelmente” em 25 de Abril de 1974, abrindo o caminho a uma rápida descolonização do Império. Assim, uma tão longa identificação do Estado-Império com a ditadura salazarista conduziu ao fim histórico de ambos no biénio 1974/1975.

No entanto, a maioria dos historiadores que estudaram o Estado Novo – particularmente os que se debruçaram sobre a sua natureza ideológica – não aprofundou esse carácter fortemente colonialista da ideologia salazarista. Regra geral, os académicos que estudaram o salazarismo concentraram-se exclusivamente na análise da realidade metropolitana, que foi entendida isoladamente da realidade colonial. O inverso também aconteceu com os historiadores do colonialismo português, embora neste caso sejam mais frequentes as referências à situação política metropolitana, sendo um dado adquirido a centralidade do papel desempenhado pelo Estado Novo na estruturação do Império Colonial Português em África. Mas a verdade é que poucos foram os historiadores que tentaram compreender unidamente as duas realidades, ou seja a metropolitana e a colonial. Foi aliás com o objectivo de superar essa dicotomia que publicámos um livro intitulado *Portugal e o Século XX. Estado Império e Descolonização, 1890-1975*<sup>15</sup>, onde fizemos uma análise da história política portuguesa na base da profunda inter-relação entre o país metropolitano e o país colonial, este último constituído por várias formações sociais heterogéneas.

Contudo, raros foram os historiadores que estudaram a vertente colonialista da ideologia do Estado Novo. Uma excepção é representada por Cláudia Castelo, que é autora de um livro sobre a recepção e a instrumentalização

---

Clarence-Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985; António José Telo – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.

<sup>15</sup> Fernando Tavares Pimenta – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

política do luso-tropicalismo pelo regime salazarista<sup>16</sup>. Porém, o luso-tropicalismo representou apenas uma fase da ideologia colonial portuguesa, já num momento avançado da história do regime. Pelo menos até ao final da 2.ª Guerra Mundial a ideologia salazarista no âmbito colonial foi marcada por outras ideias de carácter rácico. Ideias essas que valorizavam as chamadas “diferenças biológicas” entre raças, estabelecendo uma hierarquia racial entre grupos somáticos distintos. Em concomitância com o que se passava no resto da Europa, o racismo adquiriu uma espécie de estatuto político que era justificado por argumentos de carácter científico fornecidos desde logo pela etnologia. Ora, está ainda por estudar o peso da raciologia – a “ciência da raça” – na estruturação da ideologia colonial do Estado Novo nas décadas de 1930 e 1940, ou seja no momento de máxima afirmação imperialista do nacionalismo português na sua versão “estado-novista”. Fundamental aqui seria fazer a história da raciologia em Portugal, dando especial enfoque ao trabalho realizado pelo antropólogo Mendes Correia<sup>17</sup>, que foi um dos seus maiores expoentes no país.

Por outro lado, seria muito importante estudar a forma como a raça e o racismo influenciaram a construção do edifício colonial, nomeadamente a produção de uma cultura colonial com consequências nos campos identitário, ideológico e até jurídico. Damos apenas dois exemplos. O primeiro é de carácter jurídico e refere-se ao famigerado Estatuto do Indigenato<sup>18</sup>. Este diploma foi o instrumento jurídico que consagrou a divisão da população das colónias em duas categorias distintas: os civilizados e os indígenas. Assim, os brancos, só porque eram brancos, eram classificados automaticamente como civilizados, enquanto os pretos (e até certo ponto os mestiços) tinham de provar a sua civilização por meio de testes estabelecidos pelas autoridades coloniais e, se fossem aprovados, tornar-se-iam assimilados. Isto significa que o colonialismo

---

<sup>16</sup> Cláudia Castelo – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

<sup>17</sup> António Augusto Mendes Correia – *Raças do Império*. Porto: Portucalense, 1943.

<sup>18</sup> Ministério das Colónias – *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, decreto n.º 12.533, de 23 de Outubro de 1926; Ministério do Ultramar – *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, promulgado por decreto-lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954.

português pressupunha que os pretos eram *a priori* incivilizados, sendo por isso remetidos para a categoria de indígenas. Daqui se verifica que o sistema jurídico colonial português era eminentemente biopolítico<sup>19</sup>. Escusado será dizer que as diferenças em termos de direitos entre civilizados e indígenas eram enormes. Basta referir que os primeiros eram cidadãos portugueses, enquanto os indígenas eram meros sujeitos coloniais sem direitos cívicos nem políticos e compelidos ao trabalho obrigatório pelas autoridades coloniais.

O segundo exemplo diz respeito às identidades sociais e políticas dos colonos brancos – quase todos de origem portuguesa – em Angola. Na verdade, nos censos populacionais e noutras operações de contagem e de classificação da população, as autoridades portuguesas dividiram a minoria branca em dois grupos distintos, restringindo a categoria de branco somente aos colonos naturais da metrópole. Por oposição, os brancos nascidos na colónia foram racialmente classificados como euro-africanos. Uma categoria ambígua que por vezes tendia a englobar os mestiços mais claros, filhos de colonos, mas que se afastava decisivamente do grupo representado pelos metropolitanos, cuja “pureza racial” não estaria contaminada pelo lugar de nascimento. Claramente, os euro-africanos não gozavam exactamente dos mesmos direitos dos brancos metropolitanos, sendo notória a existência de discriminação na escola e no local de trabalho, ao ponto de serem preteridos na administração colonial a favor dos metropolitanos. Os argumentos raciais desempenhavam assim mais uma vez um papel significativo na introdução de elementos de desagregação identitária e de oposição política na sociedade colonial, no quadro de uma lógica institucional caracterizada pelo velho princípio romano do *divide et impera*. Mas, ao mesmo tempo, essa lógica contribuiu para o aparecimento de identidades políticas de carácter reactivo ao colonialismo português, inclusivamente entre os colonos, sendo disso um reflexo evidente a formação de uma corrente nacionalista euro-africana favorável à independência da colónia entre os brancos naturais de Angola<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Michel Foucault – *Nascita della biopolitica (corso al Collège de France anni 1978-1979)*. Milano: Feltrinelli, 2005.

<sup>20</sup> Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

Mas há outras vertentes da ideologia colonial do Estado Novo que estão também por analisar numa óptica historiográfica. É o caso da doutrina integracionista, nascida na década de 1950 e que manteve um peso notável até 1974, apesar de não ser compartilhada por algumas figuras de peso da ditadura, tais como Armindo Correia, Adriano Moreira e Marcelo Caetano. O integracionismo foi a fórmula encontrada pelo regime para ludibriar as instâncias internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, que pedia aos seus membros a aplicação de medidas concretas no sentido de preparar a autonomização – e depois a descolonização – dos respectivos territórios coloniais. Essa pressão internacional com vista à descolonização dos Impérios europeus era favorecida pelas grandes potências, Estados Unidos da América e União Soviética, que estavam interessadas em substituir a tutela europeia pela sua própria hegemonia política e económica na Ásia e em África. Foi pois neste contexto que Salazar modificou o estatuto político das colónias portuguesas, integrando-as constitucionalmente na Nação na qualidade de províncias ultramarinas. A 11 de Junho de 1951, a lei n.º 2.048 suprimiu o Acto Colonial, incorporando-o na Constituição Portuguesa com o título *Do Ultramar Português*. Portugal deixou – formalmente – de possuir colónias, que passaram a ser designadas de províncias ultramarinas, ao passo que a expressão Império Colonial Português deu lugar à designação “Ultramar Português”. Com esta manobra, Salazar pretendia “demonstrar” às instâncias internacionais a inexistência de “territórios não autónomos” sob administração portuguesa. Uma afirmação que se tornou recorrente após a admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas em 1955. Assim, usando argumentos jurídicos de carácter constitucional, o Estado Novo afirmou solenemente a unidade da Nação Portuguesa – o “Portugal do Minho a Timor” – , dado que as províncias ultramarinas eram formalmente parte integrante de Portugal<sup>21</sup>.

Esta manobra política do regime teve escasso sucesso no plano internacional, mas o mesmo não se poder dizer no plano interno. De facto, a fórmula constitucional encontrada por Salazar para legitimar a conservação

---

<sup>21</sup> José Calvet de Magalhães – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

da integridade do Império colonial acabou por fazer um vasto número de prosélitos, sobretudo entre os sectores mais conservadores do Estado Novo. Com base nesse diploma nasceu uma importante corrente doutrinária de pensamento colonial que se apresentou como sendo integracionista. Os integracionistas rejeitavam qualquer forma de autonomia política das colónias e propunham, no seu lugar, uma total integração administrativa entre a metrópole e as chamadas províncias ultramarinas. Na prática, esta integração administrativa resultaria num reforço do centralismo político de Lisboa. O Professor da Universidade de Coimbra Pacheco do Amorim foi um dos mais significativos pensadores da corrente integracionista, tendo escrito a esse respeito numerosos livros<sup>22</sup>. Os integracionistas dispunham também de uma forte representação na Assembleia Nacional e no governo de Salazar, entre os quais o Ministro de Estado José Correia de Oliveira, que se opôs tenazmente às tentativas de reforma esboçadas por Adriano Moreira (1961-1962), no sentido de uma gradual autonomização das colónias. Os integracionistas opuseram-se enfim às reformas de Marcelo Caetano, apodando-o de “traidor à pátria” e contando para o efeito com o apoio do Presidente da República, Américo Tomaz, e de alguns oficiais das Forças Armadas, entre os quais o General Kaúlza de Arriaga.

Neste contexto, os integracionistas conseguiram bloquear qualquer solução política que visasse a autonomização das colónias. Mas, ao minarem as reformas das estruturas político-administrativas do Estado colonial, os integracionistas impediram a resolução do problema colonial no quadro político do Estado Novo e cavaram a cova do regime e do Império. Isto porque o fracasso do processo de auto-reforma do colonialismo português impediu o aparecimento de uma solução política para o problema da guerra colonial, não deu resposta às pressões da comunidade internacional no sentido da descolonização e não fez nenhuma concessão às reivindicações políticas dos grupos nacionalistas das colónias portuguesas. Como tal, os integracionistas tiveram um peso muito significativo na definição das políticas do regime nas décadas de 1950,

---

<sup>22</sup> Fernando Pacheco do Amorim – *Três caminhos da política ultramarina*. Coimbra: Ed. do Autor, 1962; Fernando Pacheco do Amorim – *Unidade ameaçada: o problema ultramarino*. Coimbra: F. Amorim, 1963; Fernando Pacheco do Amorim – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.

1960 e 1970, condicionando no seu todo a evolução da ditadura. Por isso, o estudo desta corrente é indispensável para a obtenção de um conhecimento mais estruturado sobre o Estado Novo, a sua natureza ideológica e os grupos e correntes políticas que lutaram pela hegemonia dentro da própria ditadura.

Intimamente relacionado com o fim do regime está o problema da guerra colonial, um assunto que durante muito tempo foi pouco focado pela historiografia portuguesa. Essa carência de estudos – que só agora começa a ser suprida – foi aliás um problema que abrangeu grande parte da história do colonialismo português em África. Neste sentido, foi só muito recentemente que apareceu uma verdadeira historiografia sobre a guerra colonial, em parte devido ao esforço pessoal de alguns militares com formação historiográfica. Destacamos neste campo os trabalhos publicados por Matos Gomes e Aniceto Afonso, que constituíram um importante salto qualitativo no conhecimento sobre o assunto, em especial no que diz respeito aos aspectos militares<sup>23</sup>. Esses aspectos militares também foram largamente desenvolvidos por John P. Cann, um académico estrangeiro que se debruçou sobre “o modo português de fazer a guerra”<sup>24</sup>. Paralelamente, recorrendo a um grande número de entrevistas e de depoimentos orais, José Freire Antunes também deu um contributo significativo para um conhecimento mais abrangente da história da guerra colonial<sup>25</sup>. Outros aspectos da guerra, que não a faceta propriamente militar, têm sido analisados de forma avulsa por alguns historiadores portugueses. Por exemplo, Nuno Mira Vaz<sup>26</sup> debruçou-se sobre as opiniões públicas durante a guerra de África, ao passo que Pedro Aires de Oliveira<sup>27</sup> analisou a política britânica relativamente ao problema colonial português de 1945 a

---

<sup>23</sup> Aniceto Afonso; Carlos Matos Gomes – *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000 ; Aniceto Afonso – *Os anos da guerra colonial*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

<sup>24</sup> John P. Cann – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.

<sup>25</sup> José Freire Antunes – *A guerra de África, 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

<sup>26</sup> Nuno Mira Vaz – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

<sup>27</sup> Pedro Aires de Oliveira – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.



1974. Existem também alguns estudos sobre a posição das Igrejas cristãs face à guerra colonial, destacando-se neste âmbito o livro de Pedro Ramos Brandão sobre a Igreja Católica em Moçambique<sup>28</sup>. Outro estudo muito significativo é o de Dalila Cabrita Mateus sobre o papel da polícia política portuguesa – a PIDE/DGS – na guerra colonial<sup>29</sup>.

Relativamente às guerrilhas nacionalistas que fizeram a guerra aos portugueses, o crescimento da literatura científica sobre o tema deve-se em parte ao trabalho dos próprios africanos, que começaram a escrever sobre a sua história recente, mas também a alguns portugueses. Entre os africanos destacamos o papel pioneiro de Mário Pinto de Andrade<sup>30</sup>, que foi precursor na sua análise sobre as origens do nacionalismo africano nas colónias portuguesas e na história do MPLA. No caso angolano há já um número consistente de obras sobre o MPLA e a luta de independência, destacando-se nesta área os trabalhos de Jean-Michel Mabeko Tali<sup>31</sup> e de Carlos Pacheco<sup>32</sup>. Em Moçambique e na Guiné Bissau tem também crescido o interesse pela história da Frelimo, do PAIGC e dos seus líderes mais carismáticos, em particular Amílcar Cabral<sup>33</sup>. Entre os portugueses, sublinhamos o estudo realizado por Dalila Cabrita Mateus sobre as elites fundadoras do MPLA, da Frelimo e do PAIGC<sup>34</sup>. Da nossa parte, procurámos dar um contributo no sentido de uma maior clarificação da questão do nacionalismo angolano em alguns livros que publicámos sobre o fenómeno

---

<sup>28</sup> Pedro Ramos Brandão – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.

<sup>29</sup> Dalila Cabrita Mateus – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

<sup>30</sup> Mário Pinto de Andrade – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

<sup>31</sup> Jean-Michel Mabeko Tali – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.

<sup>32</sup> Carlos Pacheco – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega: 1997.

<sup>33</sup> Patrick Chabal – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; Julião Soares Sousa – *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Nova Vega, 2011.

<sup>34</sup> Dalila Cabrita Mateus – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.

nacionalista entre os brancos de Angola, salientando o papel desempenhado pela Frente de Unidade Angolana (FUA) na luta contra o colonialismo português<sup>35</sup>. Demos também um contributo para a compreensão da luta travada entre facções distintas no seio do MPLA, cada uma das quais com diferentes estratégias e orientações políticas relativamente à questão do nacionalismo angolano e à forma como deveria ser conduzida a guerra contra o colonialismo português<sup>36</sup>.

No entanto, há aspectos da guerra colonial que ainda não foram suficientemente estudados em termos historiográficos. Desde logo, a questão do impacto da guerra no seio das sociedades coloniais de Angola, da Guiné e de Moçambique, nomeadamente entre as minorias brancas e as classes intermédias mestiças e pretas assimiladas. Não há também uma análise da forma como o problema da guerra foi tratado pela imprensa das colónias, o que seria essencial para avaliar o grau de consciência política que as populações coloniais tinham do problema. Outra vertente que está ainda por estudar é a questão da “guerra psicossocial”, uma das principais estratégias desenvolvidas pelos portugueses para subtrair os africanos à influência das guerrilhas nacionalistas. Outro assunto de grande significado é o da cooperação – ou mesmo da colaboração – entre os portugueses e as forças sul africanas e rodesianas no desenvolvimento de uma estratégia regional de luta às guerrilhas nacionalistas africanas na África Austral. Uma estratégia que visava a manutenção de um “bastião branco” no Sul do continente africano, mas que abortou com o 25 de Abril de 1974 em Portugal e a subsequente dissolução do Império Colonial Português.<sup>37</sup>

Este ponto conduz-nos directamente à questão da descolonização portuguesa em África. Não obstante a sua indiscutível relevância histórica, a produção científica sobre a descolonização é ainda relativamente escassa e de pou-

---

<sup>35</sup> Fernando Tavares Pimenta – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005; Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

<sup>36</sup> Fernando Tavares Pimenta – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

<sup>37</sup> Veja-se a este respeito: Aniceto Afonso; Carlos Matos Gomes – *Alcora. O Acordo secreto do colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013.

ca profundidade analítica, situação que contrasta com a relativa abundância de literatura não científica sobre a matéria. Senão vejamos.

Nos anos imediatamente subsequentes à descolonização houve um “surto” de publicação de livros sobre o fim do Império Português<sup>38</sup>. Mas estas publicações estavam intimamente ligadas à esfera política, na medida em que procuravam justificar determinadas actuações, legitimar certos grupos políticos ou construir mitos, como por exemplo o da conspiração nacional e internacional contra Portugal. Havia assim uma acentuada promiscuidade entre a produção literária e a esfera política, no sentido em que a história era usada de forma mais ou menos “descarada” para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos.

Posteriormente, surgiu uma literatura de carácter memorialístico – rapidamente elevada ao estatuto de “história semi-oficial” – , constituída por livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais publicados por militares, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos no processo de descolonização. Podemos citar aqui alguns exemplos: *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*, de Pedro Pezarat Correia<sup>39</sup>; *Angola: anatomia de uma tragédia*, do General Silva Cardoso<sup>40</sup>; *A vertigem da descolonização*, do General Gonçalves Ribeiro<sup>41</sup>; e as mais recentes *Quase memórias* de António Almeida Santos<sup>42</sup>. Claramente, essas “narrativas históricas” constituem fontes preciosas para a reconstrução do processo histórico, mas não podem substituir uma produção

---

<sup>38</sup> Entre os muitos livros publicados no rescaldo da descolonização citamos, a título meramente ilustrativo, os seguintes: Pompílio da Cruz – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976; Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976; Luiz Aguiar – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977; Sá Pereira – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977; João dos Reis – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.]; Mello Machado – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d].

<sup>39</sup> Pedro Pezarat Correia – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991.

<sup>40</sup> General Silva Cardoso – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.

<sup>41</sup> General Gonçalves Ribeiro – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.

<sup>42</sup> António Almeida Santos – *Quase memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

científica – assente em bases de investigação rigorosa – sobre a descolonização. Paralelamente, essas obras veiculam versões altamente personalizadas – e obviamente politizadas – da história da descolonização, na medida em que os seus autores foram agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o necessário distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. Por isso, a sua utilização pelo historiador implica a realização duma acurada crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Como tal, o historiador terá de saber pô-las em perspectiva, para poder analisá-las. Refira-se, contudo, que os maiores responsáveis por esta confusão entre memorialismo e história foram os próprios historiadores que durante muito tempo se obstinaram a não tratar este tema central da história recente de Portugal e das suas antigas colónias em África. As razões dessa obstinação não são de todo claras, mas talvez estejam relacionadas com o facto da descolonização ser um assunto muito delicado do ponto de vista político.

Neste contexto, raros foram os académicos que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa. Pioneiro nesta área foi o literato angolano Mário António Fernandes de Oliveira, que coordenou uma primeira obra colectiva sobre o tema intitulada *A Descolonização Portuguesa. Aproximação de um Estudo*. Porém, não houve da parte dos autores o necessário distanciamento científico em relação à “história-realidade”, pelo que, o trabalho apresenta variadas limitações do ponto de vista metodológico. Franz-Wilhelm Heimer foi outro dos pioneiros neste campo, ainda que a sua análise se tenha circunscrito ao caso angolano. Heimer estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica e com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro providencia uma visão muito parcelar do processo de dissolução do Império Colonial. Embora não estudando directamente o processo de descolonização, Alfredo Margarido lançou algumas boas pistas de reflexão sobre o assunto, defendendo a tese de que não houve uma autêntica descolonização, mas simplesmente a vitória das guerrilhas independentistas sobre o poder colonial português. Para Margarido, descolonização significa que foram os colonizadores portugueses que “libertaram” as populações africanas dominadas, descolonizando-as. Ao invés, na opinião desse académico português, a prática política do processo de dissolução do Império Colonial obedeceu a uma lógica

completamente diferente, no sentido de que não foram os portugueses que descolonizaram, mas os africanos que ganharam a guerra de independência. Esta visão da história da guerra colonial e da descolonização foi compartilhada por alguns académicos africanos, nomeadamente pelo moçambicano Aquino de Bragança<sup>43</sup>.

No entanto, a tese de Alfredo Margarido não é sustentada por uma análise factual do processo de descolonização, na medida em que não há uma demonstração empírica da validade dessa hipótese. Na verdade, os factos apontam precisamente para o contrário, pelo menos no caso angolano. Em Angola, as guerrilhas independentistas estavam muito longe de derrotar as forças portuguesas em 1974. Assim, se politicamente a guerra colonial estava perdida desde o início para Portugal, do ponto de vista militar o exército português conseguiu neutralizar *de facto* as guerrilhas nacionalistas, empurrando-as para as fronteiras Norte e Leste de Angola. No início de 1974, Portugal dominava a maior parte do território angolano. Isto significa que o processo político da descolonização não foi tão linear como deu a entender Alfredo Margarido, não existindo uma relação directa de causa e efeito entre a efectiva situação militar no terreno e a descolonização de Angola.

Neste contexto, foi só no segundo lustro da década de 1990, no âmbito de um renovado interesse internacional pela história colonial portuguesa, que surgiram as primeiras sínteses históricas sobre a descolonização pela mão de dois académicos estrangeiros, Norrie MacQueen<sup>44</sup> e Josep Sanchez Cervelló<sup>45</sup>. As obras publicadas por estes dois investigadores constituem sínteses muito significativas do ponto de vista didáctico e representaram um passo importante no sentido da obtenção de uma visão global do processo de descolonização. Porém, ambas revelam um pendor demasiado descritivo

---

<sup>43</sup> Veja-se a este respeito o capítulo de Aquino de Bragança em: WM. Roger Louis; Prosser Gifford (Ed. by) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven/London: Yale University Press, 1988.

<sup>44</sup> Norrie MacQueen – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Londres: Longman, 1997.

<sup>45</sup> Josep Sánchez Cervelló – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanöles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.

e pouco problematizador dos factos históricos. Isto é, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas. Falta também uma análise das fontes primárias dos arquivos portugueses e estrangeiros. Entre os historiadores portugueses também cresceu o interesse sobre a descolonização na segunda metade da década de 1990. Em 1996, César de Oliveira publicou uma primeira abordagem ao tema<sup>46</sup> e, em 1999, deu à estampa o quinto volume da *História da Expansão Portuguesa*, denominado *Último Império e Recentramento, 1930-1998*, obra dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri. Bastante significativos do ponto de vista teórico foram os capítulos sobre a guerra colonial e o fim do Império Colonial da autoria de António Costa Pinto. Capítulos que serviram de base para a elaboração, pelo mesmo historiador, de dois livros de síntese sobre a matéria<sup>47</sup>.

Mas estes livros, tal como a maioria da bibliografia existente sobre o assunto, continuam a ser deficitários em termos de investigação empírica nas bibliotecas e nos arquivos. Isto é, falta toda uma análise das fontes primárias, de arquivo, uma análise sistemática que deve estar na base de qualquer tentativa de reconstituição e de interpretação histórica do processo de descolonização. Um trabalho de sapa que ainda não foi feito por nenhum historiador, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Uma das poucas excepções é representada pelo livro de Witney Schneidman<sup>48</sup> sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que para o efeito consultou alguma documentação dos arquivos americanos. Da nossa parte, procurámos preencher essa lacuna para o caso angolano com a análise da documentação diplomática britânica do *Foreign and Commonwealth Office*, produzida pela Embaixada

---

<sup>46</sup> César de Oliveira – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

<sup>47</sup> António Costa Pinto – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; António Costa Pinto; Stewart Lloyd-Jones – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.

<sup>48</sup> Witney W. Schneidman – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

Britânica em Lisboa e pelo Consulado Geral Britânico em Luanda durante o ano de 1974<sup>49</sup>. Relativamente aos arquivos portugueses, existe um problema real de acesso às fontes, sendo disso um exemplo o arquivo do Ministério da Coordenação Interterritorial, cuja documentação está dispersa por várias instituições e não se encontra em larga medida disponível para consulta. Outro exemplo é representado pela documentação da Comissão Nacional de Descolonização, criada por Spínola em 1974, cujo paradeiro é dado como incerto. Tratam-se de algumas dificuldades e mesmo de contrariedades, mas que não podem inibir o historiador de fazer o seu trabalho de pesquisa.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, apesar das muitas hesitações e dificuldades originais, a historiografia deu nos últimos anos alguns passos significativos no sentido da construção de um conhecimento mais estruturado sobre o colonialismo português em África, inclusive sobre a descolonização. Num certo sentido, foram lançadas as primeiras bases para uma futura discussão historiográfica séria e rigorosa sobre o assunto. Tratam-se de meros caboucos, é certo. Mas com bons alicerces, a historiografia portuguesa poderá a médio prazo construir um edifício de amplo conhecimento sobre o processo de dissolução do Império Colonial Português.

---

<sup>49</sup> Veja-se a este respeito o sexto capítulo do nosso livro *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

(Página deixada propositadamente em branco)



## AS HISTORIOGRAFIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA E O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA<sup>1</sup>

AMÉRICO FREIRE<sup>2</sup>

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO<sup>3</sup>

O mês de abril tem significados distintos para brasileiros e portugueses. Pelo menos naquilo que diz respeito às memórias de suas relações com o autoritarismo e com as transições democráticas. No Brasil, na virada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 um golpe de Estado civil-militar pôs fim ao regime democrático inaugurado quando da queda do Estado Novo em 1945. Em Portugal, na madrugada de 24 para 25 de abril de 1974, também por intermédio da intervenção militar, a ditadura portuguesa assistia ao seu fim. Semelhanças e diferenças, proximidades e distanciamentos. Abril para os brasileiros significa o (re)início do Estado de exceção. Para os portugueses, a “Alvorada” da liberdade<sup>4</sup>. Apesar da existência em ambos os casos do pronunciamento militar, os propósitos eram bastante diversos, conforme sabemos. Outra diferença significativa é que enquanto no Brasil foram os oficiais de alta patente os responsáveis pela implantação da ditadura, em

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi publicada sob o título “Lembrar abril: a historiografia brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia.” *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dezembro de 2012.

<sup>2</sup> Professor do CPDOC/FGV e Pesquisador do CNPq.

<sup>3</sup> Professor da USP e Pesquisador do CNPq

<sup>4</sup> Fazemos referência aqui ao livro *Alvorada em Abril* de Otelo Saraiva de Carvalho, comandante das operações militares que conduziram à queda da ditadura portuguesa (3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984).

Portugal foram oficiais médios (capitães sobretudo) os protagonistas do caso do regime autoritário.

Ainda assim, tanto o 1º de abril brasileiro quanto o 25 de abril português serviram de certa forma, pelo menos para parte expressiva da sociedade civil e dos historiadores, para exaltar a resistência ao Estado de exceção. As ditaduras teriam ocorrido *apesar* de brasileiros e portugueses que a elas teriam se oposto. Como no Brasil não houve uma ruptura merecedora de comemoração, então a lembrança volta-se para o golpe, momento inaugural do desvio histórico e da resistência. Portugal não: o levante do 25 de abril, desencadeado por jovens militares teve todos os ingredientes para se transformar em uma epopeia com nuances de romantismo, coragem e abnegação muito grandes. Disse Miguel Torga certa vez que faltava aos portugueses o “romantismo cívico da agressão”. Parece que o 25 de Abril vinha para desmentir a afirmação do escritor lusitano... Cá mesmo no Brasil não faltaram as canções de Chico Buarque de Holanda para embalar os sonhos de uma possível transição à portuguesa: *Fado tropical* e *Tanto mar* são os exemplos paradigmáticos que expressavam o desejo de parte das elites culturais do país em seguir o exemplo lusitano: “Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal/Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”, diziam as letras da primeira canção. “Sei que estás em festa, pá/ Fico contente/E enquanto estou ausente/Guarda um cravo para mim” evocava a segunda canção, cuja versão foi proibida no Brasil.

Passados os anos, a memória e a evocação das transições ou das resistências, foi sendo alterada. E ao mesmo tempo enriquecida. As interpretações originais, que insistiam na homogeneidade da resistência foram se alterando aos poucos, sem que necessariamente os olhares inaugurais tenham se encerrado. Acordes dissonantes sobre um mesmo tema, as ditaduras brasileira e portuguesa, provocaram novos horizontes e ampliaram debates em espaços acadêmicos e midiáticos. Assim, as referências ao passado, espaço de disputas permanentes foram sendo feitas e refeitas, revitalizadas tanto ao sabor das memórias coletiva e dos indivíduos como das novas perspectivas historiográficas.

## 1. Brasil: entre memórias, atores, pactos e rupturas

Os governos brasileiros, oriundos da transição negociada de fim dos anos 70 e do começo da década seguinte, têm procurado adotar uma postura discreta em torno das comemorações que partidários do antigo regime, seja eles militares e civis, vem promovendo em torno da chamada “Revolução de 31 de março de 1964”. Daí a adoção de medidas no sentido de retirar qualquer caráter oficial de eventos que, via de regra, fossem realizados no interior de unidades militares ou em clubes ou associações castrenses. Em 2011, o Ministério da Defesa foi mais longe e baixou resolução que retirou a data do calendário oficial das Forças Armadas, o que na prática inviabiliza o uso de espaços oficiais para os que porventura estivessem interessados em rememorar <sup>64</sup>. Em resposta, correligionários do regime anterior realizaram uma série de atos de protesto em espaços públicos e clubes militares em várias cidades do país às vésperas do “31 de março” de 2012. No Rio de Janeiro, a comemoração no Clube Militar não ficou restrita aos discursos de praxe: foi recebida por uma manifestação levada a efeito por militantes de diferentes partidos e entidades de esquerda que, na ocasião, chamaram a atenção da opinião pública para os crimes e a tortura no regime militar, ao mesmo tempo em que propugnaram por medidas de punição aos torturadores e a imediata constituição de uma Comissão da Verdade.<sup>5</sup>

Se nos meios políticos e sociais, a memória sobre o março/abril de 64 está sendo disputada na imprensa, nos blogs e nas ruas, sob o olhar preocupado e cauteloso do atual governo, nos meios acadêmicos o que se assiste nas últimas décadas é um crescimento exponencial da produção relativa a 64 e ao regime militar, dando curso a um fenômeno que o historiador Carlos Fico já registrara em 2004 em seu estudo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.<sup>6</sup> Razões não faltam para explicar esse fenômeno que,

---

<sup>5</sup> Conferir reportagem d'O GLOBO “Comemoração de militares termina em pancadaria no Centro do Rio de Janeiro”.29/03/2012. <http://oglobo.globo.com/pais/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>

<sup>6</sup> FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 47, 2004, p. 30.

como se sabe, não diz respeito apenas ao Brasil. Basta uma breve consulta a programas de congressos internacionais que tratam de temáticas contemporâneas, em particular os de História Oral, para se verificar a presença de um sem número de trabalhos dirigidos para a análise de temas e problemáticas relativas às experiências dramáticas vividas por indivíduos e grupos de diferentes sociedades sob o jugo de regimes ditatoriais.

Na agenda de estudos relativos à ditadura brasileira, um campo que tem sido privilegiado recentemente pelos historiadores é o que examina, sob diferentes perspectivas, a transição política e suas implicações para a instauração de uma ordem democrática no país. Em diálogo com a tradição de estudos da ciência política sobre o tema – sem que isso signifique o uso de modelos ou esquemas explicativos muito fechados –, alguns historiadores têm penetrado nessa seara com vistas a produzir interpretações que busquem situar a experiência brasileira em um tempo mais largo quando comparado aos estudos de conjuntura dos politólogos, sem se descurar da importância do exame de acontecimentos-chave, como, por exemplo, o relativo à aprovação da Lei de Anistia parcial e recíproca no país, em 1979.

*Grosso modo*, é possível afirmar que há um chão comum nessa leva de estudos de historiadores que tem tido como objeto a transição política brasileira, ainda que suas conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Em primeiro lugar, nota-se que há uma certa confluência de objetivos e de tratamento do objeto com uma literatura advinda da própria Ciência Política, da qual Guy Hermet é um dos principais nomes, na qual é colocada em xeque a maneira pela qual muitos dos chamados “transitólogos” e “consolidólogos” formulam e aplicam suas teorias em torno dos processos de transição na América Latina e na Europa Oriental ex-comunista, tomando por base valores e modelos ocidentais de democracia. Sob essa perspectiva, registra Hermet, as conclusões desses estudos não poderiam ser outras: “Assim, a causa [da democracia] da maior parte da América Latina e também da Europa pós-comunista está perdida, sem esperança de melhoria, e, quando muito, suas ‘democracias delegativas’ são relegadas ao purgatório dos simulacros. Pior ainda, os critérios de homologação utilizados nessa perspectiva finalmente se revelam tão

exigentes que, se quiséssemos aplicá-los a todas as democracias, não sobriaria mais nenhuma.”<sup>7</sup>

Para Hermet, interessado em criar instrumentos de análise com vistas a empreender estudos macropolíticos relativos aos processos de democratização, faz-se necessário definir algumas diretrizes, por ele denominadas precauções, no sentido de se buscar uma compreensão mais ampla desses fenômenos. Do seu receituário de precauções, cabe aqui o registro de duas delas: 1) o alerta para se evitar o uso de “juízos normativos” sobre cada uma das “*performances* democráticas” do Sul e do Leste; 2) não considerar a América Latina e o Leste “como se fossem entidades isoladas do mundo, como se outras regiões do planeta não tivessem também efetuando suas próprias democratizações no decorrer deste mesmo século XX e como se não pudéssemos delas extrair ensinamentos para o nosso propósito.”<sup>8</sup>

Os recentes estudos produzidos por historiadores sobre o tema da transição política brasileira, ainda que não estabeleçam um diálogo direto com Hermet e mesmo com outras vertentes das ciências sociais francesas que têm sido importantes no estudo de vários temas da história política daquele país,<sup>9</sup> mostram-se coerentes com as preocupações acima levantadas pelo politólogo francês, uma vez que têm procurado evitar análises de cunho teleológicos e finalísticos, sejam as voltadas para o exame de *performances* democráticas, sejam as dirigidas para os diferentes atributos do se que têm chamado “qualidade democrática”, com óbvia e necessária referência ao modelo ocidental. Por outro lado, pouco têm avançado no tratamento conceitual do uso de noções como “transição política” ou mesmo “transição democrática”, o que faz com que haja uma certa indiferenciação entre essas expressões e mesmo

---

<sup>7</sup> HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 16. Acerca das “democracias delegativas”, conferir, O’DONNEL, Guillermo. *Delegative democracy*. *Journal of Democracy*, 5 (1): 55-69, jan. 1994.

<sup>8</sup> HERMET. *op. cit.* p. 18.

<sup>9</sup> Destacaria, entre outros, a obra OFFERLÉ, Michel em livros como *Un Homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Gallimard, 1993. Conf. ainda artigos de Offerlé e de outros nomes das ciências políticas franceses No volume organizado por CANEDO, Leticia Bicalho O *sufração universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.

entre “democracia” e “democracia liberal”. Retomaremos este ponto em seção seguinte deste texto.

Quanto à filiação historiográfica dos trabalhos em tela, cremos que, a título de hipótese, pode-se afirmar que eles vem sendo alimentados fundamentalmente por três fontes do vasto território dos estudos políticos contemporâneos, a saber: pelo *mainstream* da História política francesa, daí a menção frequente de noções e categorias como “político”, “geração”, “cultura política”, formuladas, revisadas e/ou divulgadas por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jean François Sirinelli, Serge Berstein, entre outros; pela leva de trabalhos que dirigem seu olhar para a dinâmica das relações entre história, memória e esquecimento; e finalmente, por áreas específicas do campo do Direito, as quais têm sido acionadas por diferentes autores no sentido de melhor compreender as bases do nosso sistema judicial, como também permitir um exame mais acurado do que tem se chamado de “justiça de transição” no país.

Dito isso, podemos agora passar para um rápido exame de algumas obras que bem exemplificam o estado da arte sobre o tema da transição, sob a ótica dos historiadores. Duas vertentes aqui serão examinadas. A primeira delas reúne trabalhos que produzem um olhar sobre o tema e exploram questões como reconstrução de memória, esquecimento, *metamorfoses*, permanências e continuidades. Já a segunda, concentra o foco de análise nos processos políticos endógenos e no posicionamento dos diferentes atores que atuaram no “jogo político” da transição, fossem eles militares ou civis.

### 1.1. Construção de memória(s) e os limites da transição brasileira

No campo dos estudos sobre a transição, ou na chamada “transitologia”, uma das questões recorrentes é a que diz respeito ao móvel e ao sentido da mudança, isto é, ao analista cabe apresentar a variável que tenha sido determinante pela passagem de um regime para o outro. As perguntas geralmente seguem o mesmo *script*, a saber: A quem cabe a iniciativa da mudança? Quem determina a transição? Quais são os seus condicionantes?

Outra variável importante é a se refere ao caráter da transição, ou seja, a maneira ela qual ela foi ou é conduzida – se *por cima*, isto é, pelo governo

em alguma espécie de acordo com grupos oposicionistas, a qual costuma ser designada como *transição pactuada* – ou *por colapso*, na qual o regime vem a ser derrubado pelas forças oposicionistas, com maior ou menor envolvimento de setores populares.

No caso específico da transição política brasileira, na qual coube ao próprio regime produzir designações prenhes de sentido no intuito de demarcar o seu papel nesse processo, daí o uso de noções como “distensão” e “abertura”, foi importante para muitos analistas, geralmente cientistas sociais, estabelecer distinções claras entre as medidas de caráter mudancista de origem governamental e as pressões que porventura tivessem origem em demandas da sociedade civil com vistas a conduzir o país para a superação do regime militar e do autoritarismo. Esse foi o caso, por exemplo, de Luiz Carlos Bresser Pereira que, com base em proposições de Guilherme O’Donnel e Phillippe Schmitter, registra que, em seu entender, a “abertura” devia ser concebida como “uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização.” Já o termo a “democratização” é visto pelo autor como o “processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil.”<sup>10</sup>

Quanto ao caráter da transição política brasileira, há amplo consenso entre os analistas acerca da capacidade que o regime militar reuniu para estabelecer o ritmo e os contornos da mudança que se processou em direção ao governo civil.<sup>11</sup> O problema que se colocava para os estudiosos dos anos 80 e 90, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime “realmente democrático” no país.

Como bem nos alerta Carlos Fico, os historiadores ingressaram tarde nos estudos sobre o regime militar, ou seja, por volta dos anos 80/90.<sup>12</sup> E mais

---

<sup>10</sup> Ver PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Os limites da ‘Abertura’ e a Sociedade Civil”. In FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982* (Brasília, Universidade de Brasília, 1988), p. 20-21.

<sup>11</sup> Para um exame acurado das teorias da transição e do estudo do caso brasileiro entre os cientistas sociais, ver texto SOARES, Gláucio, D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.) *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

<sup>12</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 20-21.

tarde ainda, diríamos nós, na seara dos que têm como objeto a democratização brasileira do último quartel do século passado e do começo deste. Uma vez mais, nossos colegas das ciências sociais estão a abrir picadas e caminhos que, depois, mais seguros, trilhamos com as questões típicas do campo historiográfico.

Em 2000, Daniel Aarão Reis publicou um livro no qual toma como objeto as esquerdas brasileiras em sua relação com a ditadura militar e com a sociedade brasileira. Nele, o autor assesta suas baterias para vários alvos: a soberba e os equívocos das esquerdas revolucionárias em seu projeto de assalto ao poder; às análises que se mostram incapazes de perceber o processo de modernização empreendido pelo regime militar, ainda visto como “arcaico”; e ainda, aos que só conseguem enxergar os anos 70 pelas lentes dos “anos de chumbo”. Diz o autor: “Eles [anos 70] precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.”<sup>13</sup>

No que concerne à transição, Reis examina o fenômeno em uma dupla dimensão e é exatamente isso que aqui mais nos interessa. No plano propriamente político-institucional, o autor compreende o “processo de liberalização” empreendido pelo regime como uma *retirada*, “a operação militar mais delicada. Qualquer descuido, vira debandada”, diz ele. Diante da resistência das direitas e das esquerdas mais radicais, e do fortalecimento político das oposições moderadas, o presidente Geisel, aos “cachações”, conduziu a distensão por meio de variados instrumentos – da dura repressão aos partidos comunistas; da neutralização do golpismo militar pela demissão do seu ministro do Exército; pelo uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional e fazer aprovar medidas no sentido de assegurar o controle do Colégio Eleitoral; e, finalmente, pelo fim do AI-5, em dezembro de 1978. Para o autor, a medida fez com que o país ingressasse no Estado de Direito – porta de entrada para a democracia.

---

<sup>13</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 61.



No plano simbólico, todo esse processo veio acompanhado de importantes deslocamentos de sentido. A memória do regime militar começava a ser reconstruída, seja pela iniciativa dos correligionários do regime, seja pela dos seus opositores. Um desses deslocamentos, registra o autor, deu-se no sentido de reposicionar as esquerdas revolucionárias para o interior do campo democrático, isto é, colocá-las como linha de frente, como “braço armado” de uma ampla coalizão política que teria tido como objetivo combater a ditadura com vistas a estabelecer um regime democrático no país. Dessa forma, sublinha Reis, “apagou-se a perspectiva ofensiva que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.”<sup>14</sup>

O segundo deslocamento, este promovido pelos partidários da ditadura, foi no sentido de produzir um discurso de que teria havido no Brasil não um mero conflito político, mas sim uma “guerra revolucionária” entre as forças oficiais e os guerrilheiros de esquerda. Nesse caso, a anistia, para ser efetiva e reconciliar o país, deveria ser recíproca, de forma a beneficiar também os agentes do Estado que haviam se envolvido nessa guerra de alguma forma. Com isso, registra Reis, foram introduzidos mecanismos na Lei que “garantiram a figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados.”<sup>15</sup>

Finalmente, Reis aponta para um fenômeno mais geral: em meio ao recuo do governo e à maré democrática do fim dos anos 70, a sociedade brasileira *metamorfoseada* rompe as pontes com o regime. Ou melhor, não há mais partidários do regime e a ditadura transforma-se em corpo estranho. Diz Reis: “Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. (...) A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorara a auto-estima.”<sup>16</sup>

Em 2004, em meio aos eventos relativos aos 40 do golpe civil-militar de 64, Reis não apenas manteve como avançou nesse conjunto de proposições

---

<sup>14</sup> idem. p.70

<sup>15</sup> idem.

<sup>16</sup> idem. p. 71.

que, como se pode perceber, não visa apenas a examinar a trajetória das esquerdas revolucionárias durante o regime militar, objeto tradicional de seus trabalhos, ou mesmo discutir os problemas de algumas análises que não conseguiram dar conta das mudanças por que passara o país em pleno regime militar. Cremos que seus textos, antes de tudo, vão no sentido de chamar a atenção para a importância desse processo de deslocamento semântico que se expressou em um pacto político selado nos estertores da ditadura, que teria envolvido o poder, diferentes forças políticas opositoras, inclusive de esquerda, e amplos setores da sociedade brasileira. Em outras palavras, em nossa opinião, o que o autor está a sugerir é o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que, ao interpretar e interpelar esses deslocamentos de sentido, crie condições para a produção de estudos que tenham como eixo o reexame das complexas relações da sociedade brasileira com o regime militar. Talvez não fosse exagero dizer que o repto de Reis tem encontrado ressonância na historiografia sobre o regime militar e, em particular, sobre a transição política. Basta ver, por exemplo, a importante coleção lançada recentemente em torno do tema da construção social dos regimes autoritários, organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samanta Quadrat,<sup>17</sup> assim como o crescente avanço de estudos acerca da temática da anistia no país, tema com o qual iremos prosseguir ainda nessa seção.

Na década de 2000, a historiografia sobre o regime militar – e consequentemente sobre a transição política – ganhou fôlego e avança a olhos vistos, acompanhando *pari passu* o debate público que há bastante tempo vem sendo travado em torno do tema da revisão da Lei da Anistia no país. Nesse contexto foram publicadas algumas obras que têm produzido um juízo bastante crítico acerca da maneira pela qual foi conduzido processo de transição e o consequente estabelecimento de um regime em bases democráticas no país. Como exemplo, cabe mencionar duas delas cujos títulos são autoexplicativos: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizada por Cecília MacDowell dos Santos, Edson Telles e Janaína Telles e publicada em

---

<sup>17</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v.

2009, e *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle e publicada no ano seguinte.<sup>18</sup>

Com o fito de situar algumas linhas de força dessa produção, ainda que de forma breve e talvez mesmo esquemática, fiquemos aqui com dois textos que foram publicados no volume II da obra *Desarquivando a Ditadura* e que estão reunidos com outros trabalhos sob o título “Imaginando a democracia com uma memória livre”. São eles: “A longa tradução de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade” de Zilda Iokoi e “*Anistia anammese vs. Anistia amnésia*: a dimensão trágica da luta pela anistia” de Heloísa Greco.

Comecemos pelo trabalho de Zilda Iokoi. Nele, a autora coloca em questão a maneira pela a categoria *transição* tem sido convencionalmente aplicada no Brasil. Em diferentes vertentes teóricas, registra Iokoi, *transição* é uma categoria teórica-analítica que “implica a decodificação entre os objetivos a serem alcançados por diferentes lutais sociais e as reais conquistas obtidas ao longo do processo histórico.”<sup>19</sup> Já no Brasil, afirma, seu uso convencionalmente diz respeito a processos em que o “velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionárias.” Ou seja, trata-se da “*transição metaforizada*, indicativa de retóricas da modernização sem mudança.” E assevera: “Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas (...). A prudência aparece como valor a ser perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção.” Em suma, Iokoi afirma: “Essas reservas impulsionam um freio prévio e um temor em relação à

---

<sup>18</sup> SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009, 2 v. e TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. Conf. resenha sobre primeira obra em FREIRE, Américo. “Ditadura, democracia e estado de exceção”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, n.º 47, p. 223-6, jan-jun.2011.

<sup>19</sup> IOKOI, Zilda. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009, p. 501.

explicitação dos conflitos (...), impondo uma cultura do medo e a reafirmação dos traumas recalcados na longa tradição colonial.”<sup>20</sup>

Definido o seu quadro analítico, a autora discorre sobre diferentes momentos do processo político brasileiro que foram marcados pelo amortecimento dos conflitos por meio de mecanismos de conciliação/*transição*. Quanto ao tempo da *transição* do regime militar para a democracia, Iokoi é categórica: “O reencontro do caminho democrático que só começou com a anistia, alcançada em 1979, mostra os impasses, limites e ambiguidades ainda em aberto na democracia brasileira. Eles são fruto da cultura política que forjou nos brasileiros a acomodação dentro da ordem e ao mesmo tempo a perseverança em prosseguir nos combates em momentos de maior acumulação de forças.”<sup>21</sup>

O tema da *transição*, assim conceituado pela autora, pouco diz respeito a mudanças de fundo na sociedade brasileira. Ainda subsiste, segundo ela, em sociedades fundadas em democracias tímidas, descontínuas, de “baixa intensidade”, como nos termos de Boaventura Santos. Nesses casos, são fenômenos parciais, não verdadeiros, em que não há quebra de paradigmas. Dessa forma, conclui: “aos soluços produzimos momentos de grande rebeldia, seguidos por longos intervalos de silêncio negociados com o poder constituído. (...) Assim, o tema da transição tem indicado mais o perigo de retorno a termos sombrios, do que de avanço do poder popular e da autonomização dos sujeitos livres.”<sup>22</sup>

Em seu texto, Heloísa Greco também registra questões relativas ao caráter inconcluso e conservador da transição brasileira. Nele, a autora examina a luta política de significados que foi e tem sido empreendida no interior da sociedade brasileira em torno da questão da anistia, desde meados da década de 1970, e toma como ponto de partida um severo diagnóstico acerca da maneira pela qual amplas parcelas da historiografia têm lidado com o tema da anistia. Diz ela: “[a anistia] é abordada apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, quase como se não tivesse havido sujeitos – logo, ação – fora do espaço institucional, o que contrasta

---

<sup>20</sup> idem., p. 501-2.

<sup>21</sup> idem.p. 521.

<sup>22</sup> idem. p. 522

de maneira gritante com a evocação dos que participaram diretamente do *acontecimento*.”<sup>23</sup>

Ao colocar o problema sob esse prisma – e não sob a perspectiva da sociedade civil organizada em entidades como os Comitês Brasileiro de Anistia, entre outras –, a produção acadêmica termina por capitular frente à produção memorial da ditadura em torno da Lei de anistia, que, antes de tudo, deveria ser – e, portanto, passava a ser – sinônimo de *esquecimento*, *conciliação*, *consenso*. Diz a autora: “Seu dispositivo operacional [da Lei da Anistia] é a produção do silêncio a partir da lógica do *generoso consenso*, cujo núcleo é a tríplice equação *controle/ compromisso/concessão*, articulada a partir da institucionalização do grande repertório dos meios de coerção levado a cabo pelo projeto de *normalização defeituosa* do regime, o mesmo que forjou a longa transição ainda em andamento.”<sup>24</sup>

Ao longo do texto, Greco discorre sobre os diversos e diferentes fatores que estiveram na base e ainda contribuem para a consolidação até o momento vitoriosa da *estratégia do esquecimento* no país. Ela registra, entre outros, “a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”; o papel ativo e passivo da sociedade em não procurar reverter esse quadro; o papel central dos grandes jornais na disseminação dessa estratégia junto à opinião pública; além do processo de “estranha metamorfose das esquerdas” em direção a um feito de atuação “equilibrada”, moderada e baseada no trabalho institucional. O campo das esquerdas, segundo a autora, “por excelência, passa a ser o espaço do *instituído* em detrimento do *instituinte*; a sua interlocução passa a ser feita pelo poder.”<sup>25</sup>

Por fim, Greco não deixa também de assinalar as ambiguidades dos últimos governos em lidar com questões que colocam à prova essa *estratégia de esquecimento*. A autora coloca em questão o alcance das políticas de reparação de cunho fundamentalmente administrativo a respeito dos atingidos pelos

---

<sup>23</sup> GRECO, Heloisa A. *Anistia anamnese vs. Anistia amnésia*: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009, p. 524-5.

<sup>24</sup> idem. p. 528.

<sup>25</sup> idem. p. 530-1.

atos de exceção; denuncia as dificuldades em torno do acesso dos arquivos da ditadura; e alerta para o que chama de o nó górdio da Lei de Anistia: “a instituição tortura, a questão dos mortos e desaparecidos e a mal chamada reciprocidade”.<sup>26</sup>

## 1.2. A transição brasileira: agentes políticos e aberturas

Mudemos um pouco o vocabulário e a abordagem e passemos nesta seção a colocar o foco no “jogo político” da transição. Os temas agora são: os contextos internacional e nacional; as principais personagens; a lógica político-institucional, muito importante naquela quadra; as estratégias e as interações político-sociais. Para lidar com tudo isso, tomemos por base um dos melhores estudos da lavra de historiadores sobre o tema em tela: “Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985” de Francisco Carlos Teixeira da Silva.<sup>27</sup>

Publicado em um volume da coleção *Brasil Republicano* e voltado para um público amplo, Teixeira da Silva apresenta um estudo de síntese acerca da maneira pela qual se processou o processo de “abertura política” no país. Para tal, toma como ponto de partida algumas das questões acima levantadas por Greco: a necessidade de se interpelar as *estratégias de esquecimento*; a importância de se assegurar a multiplicidade dos lugares de fala dos diferentes atores presentes naquele contexto; a necessidade do engajamento na preservação e no acesso aos arquivos do regime militar.<sup>28</sup> Feito o alerta, o autor opta por concentrar sua análise em um período histórico determinado – entre os governos Geisel e Figueiredo –, sem avançar em análises ou diagnósticos acerca do impacto da transição para o processo de democratização brasileiro. Nesse caso, como se poderá perceber, se distingue sobremaneira dos textos das autoras acima sumariados.

---

<sup>26</sup> idem. p. 536.

<sup>27</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 243-82.

<sup>28</sup> idem.p. 245-6

Para o autor, os principais atores que compuseram o jogo político da transição foram: “a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; *os militares e seus condicionantes institucionais*, compreendidos como a *corporação e seus organismos* e, por fim, *a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente*”.<sup>29</sup>

Fiquemos aqui tão somente com o núcleo geral dos seus argumentos, registrando alguns aspectos nos quais as proposições do autor podem inspirar novas linhas de investigação.

Quanto aos atores e condicionantes internacionais, Teixeira da Silva menciona, em primeiro lugar, a importância da nova política externa adotada pelo governo do presidente norte-americano Jimmy Carter no sentido de não mais avaliar a permanência de ditaduras militares na América Latina, ajudando a encerrar o longo autoritário na região. O autor, ao mesmo tempo, registra que “o *turning-point* da política americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início da década de 1980, como da mesma forma não é o único *ator externo* no processo de abertura brasileiro. Na verdade, o continente fora fortemente batido pela crise e a recessão da economia mundial, os chamados *condicionantes externos*”.<sup>30</sup>

A esse respeito em particular, Teixeira da Silva propõe um tipo de abordagem que destoa bastante das análises que costumam estabelecer conexões diretas entre a crise de petróleo, seu imediato impacto no Brasil e o deflagrar da abertura política levado a cabo pelo presidente Geisel. Segundo o autor, essa relação de causa e efeito deve ser examinada com cuidado. Vejamos o que ele diz: “Em fins de 1973, quando se consolida a *opção Geisel* de sucessão a Médici (...), a crise [econômica] não é um dado presente, e o Brasil apresenta índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Na verdade o cenário econômico otimista (...) tenderia a facilitar a transição.” E conclui: “A crise econômica irá, sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar.”<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> idem. p. 249.

<sup>30</sup> idem. p. 252.

<sup>31</sup> idem. p. 254.

Já no plano do estudo dos atores internos, o autor inicialmente concentra o foco de análise nos militares e busca desenvolver a hipótese, ainda pouco explorada com o devido cuidado pela historiografia, da ocorrência de vários ensaios de reconstitucionalização do regime, tentados pelo poder militar e, em seguida, malogrados.<sup>32</sup> Na verdade, segundo o autor, a abertura de Geisel/Figueiredo fora precedida de duas outras: a dos tempos de Castelo Branco, abortada quando da ascensão de Costa e Silva e da “linha dura”; e a do fim dos anos Médici, quando o regime estava forte e a economia a pleno vapor. Na versão de um líder militar, Leônidas Pires Gonçalves, mais tarde ministro do Exército do governo Sarney, a abertura não foi feita naquela ocasião por causa “das guerrilhas, assaltos a banco, greves. Isso atrasou a abertura”.<sup>33</sup>

Sobre a “terceira abertura”, Teixeira da Silva desvia de abordagens que ora buscam explicar a dinâmica da transição por obra e graça do poder, ora pela pressão desencadeada pelos movimentos sociais sobre os poderes constituídos e propõe a seguinte periodização. Uma primeira fase de abertura controlada cuja iniciativa e primazia coube aos governos militares e que teria se estendido dos anos Geisel até o início da década de 1980, mais particularmente até o atentado do Riocentro (1981) e a doença do presidente Figueiredo (1983). A partir daí, segundo o autor, abre-se uma nova fase do processo de abertura na qual a iniciativa “passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das *Diretas Já!* ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa da reformas.”<sup>34</sup>

Sobre a primeira fase da abertura, Teixeira da Silva fecha o foco de análise no governo do presidente Geisel com vistas a acompanhar a maneira pela qual o “ditador da abertura” conduziu seu projeto de distensão. Para isso, o autor vale-se bastante de fontes orais, em particular da entrevista que o próprio Geisel concedeu a pesquisadores do CPDOC. (Por sinal, o uso dessa metodologia é uma marca do seu texto.) Em seguida, avança pelos anos do general Figueiredo, assinalando o duplo propósito do governo da decretação

---

<sup>32</sup> idem. p. 256.

<sup>33</sup> idem., p. 259.

<sup>34</sup> idem., p. 265.



da Lei de Anistia de 1979: assegurar que não haveria qualquer ameaça de revanchismo no futuro e retirar da oposição sua bandeira de mobilização popular. Para o autor, coube à direita militar e não às esquerdas,” o maior contundente ataque à autoridade do general Figueiredo”. Aqui, Teixeira da Silva está se referindo aos atentados terroristas que marcaram a vida política brasileira entre 1979 e 1981 e que, também, pouco têm sido objeto de estudos pela historiografia.

Para lidar com a fase final da abertura, o autor abre o objeto de análise com vistas a melhor situar o processo brasileiro naquela quadra internacional marcada por transições políticas. Com base em leituras de autores como Guillermo O’Donnel, Teixeira da Silva busca distinguir o caso brasileiro entre a *transição por colapso* e a *transição pactuada*, ambas aqui já mencionadas. Segundo o autor, “o primeiro caso ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia. O segundo tipo, de *transição acordada ou pactuada*, deu-se na Espanha, Chile e Brasil.”<sup>35</sup>

O autor situa os termos dessa *transição acordada* da seguinte maneira. De um lado, um governo e um regime esgotados e acossados por crescentes manifestações de massa que exigiam o fim da ditadura. De outro, o conjunto das oposições ganhando iniciativa e fôlego para começar a agendar o ritmo e a natureza da transição. Com a derrota da campanha das *Diretas Já* e a afirmação da candidatura oposicionista de Tancredo Neves, o caminho estava aberto para o fechamento de um acordo que configurasse a entrega do poder aos civis. Diz o autor: “É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, se unem para evitar retrocessos e rupturas.”<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> idem. p. 273. A análise do autor é baseada em LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

<sup>36</sup> idem. p. 275.

## 2. Portugal: entre a Alvorada e o Crepúsculo

*“Vinte anos antes nada se esperava do futuro; agora nada dele se teme”*

*Tocqueville*

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente. Iniciada em 28 de março de 1926 como regime militar aos poucos sofreu uma transição política para tornar-se um regime civil e corporativo sob a liderança do ministro das Finanças nomeado dois anos depois, António Oliveira Salazar. Sua longa durabilidade acompanhada do relativo atraso econômico e cultural do país fizeram com que a queda do Estado Novo, já sob o consulado de Marcello Caetano, causasse tanto surpresa quanto curiosidade na opinião pública internacional. Como disse Fernando Rosas, é indiscutível a surpresa causada pela Revolução dos Cravos tanto nas chancelarias europeias como na administração americana. Neste último caso, parece que a “antena da CIA em Lisboa estaria desactivada”<sup>37</sup>. A seguir ao entusiasmo ou à apreensão, logo surgiram análises, ora acerca da natureza da ditadura derrubada ora acerca do processo revolucionário. Os primeiros estudos, aliás, tenderam a compreender a transição portuguesa como um fenômeno ligado às demais transições do sul da Europa, de Espanha e de Grécia<sup>38</sup>. Parte dos estudiosos portugueses, em trabalhos subsequentes, continuam a perceber a redemocratização como parte integrante da “vaga democrática” de meados da década de 1970<sup>39</sup>. Há também o caso de um estudo a respeito do impacto da revolução portuguesa na transição espanhola<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> ROSAS, Fernando. Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 129-130.

<sup>38</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C; WHITEHEAD, Lawrence (Editores). Transições do regime autoritário: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988; SCHMITTER, Pilippe C. Portugal: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

<sup>39</sup> COSTA PINTO, António & TEIXEIRA, Nuno Severiano (Organizadores). A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

<sup>40</sup> CERVELLÓ, Josep Sánchez. A revolução portuguesa e sua influência na transição espanhola. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

Sem descaracterizar estas interpretações “transnacionais”, seguramente importantes, procuraremos nos ater às análises que pensam a transição portuguesa a partir de suas características endógenas, internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte. Procuraremos, igualmente, discutir as interpretações acerca do legado da Revolução dos Cravos na sociedade portuguesa contemporânea.

*Grosso modo*, dois modelos de análise estão presentes nos textos que aqui utilizaremos. O primeiro modelo privilegia a análise da gestão de Marcello Caetano e dos limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos e meio em que esteve à frente do Executivo português (setembro de 1968- abril de 1974). Neste sentido os enfoques incidem sobre a correlação de forças do marcelismo, o peso dos conservadores e dos reformistas, bem como o comportamento de Caetano frente a cada um dos lados. O segundo modelo procura fazer uma análise da historiografia da transição, do peso maior ou menor da Revolução, de suas consequências para o processo constitucional, bem como de seus legados para o Portugal contemporâneo. Propositadamente deixaremos de lado um balanço bastante substancial da transição entendida a partir da crise ultramarina. Este tema, por si só, merece um artigo próprio e a opinião geral dos analistas, independentemente do campo analítico a que pertencem concordam que a inexistência de saídas para a crise do sistema ultramarino foi a causa principal da queda da ditadura<sup>41</sup>. O papel mais ou menos peculiar do marcelismo e o sentido da revolução a seguir ao 25 de abril são temas tanto mais controversos quanto menos estudados, daí a nossa escolha.

## **2.1 A modernização marcelista: limites e possibilidades**

É relativamente consensual entre os historiadores que o consulado de Marcello Caetano viveu uma “experiência de modernidade”, para utilizarmos a

---

<sup>41</sup> Entre outros, ver: COSTA PINTO, António. O Fim do Império Português. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; ROSAS, Fernando. Pensamento e acção política... Op. Cit; SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências. São Paulo: Alameda, 2004; VALENTE, Vasco Pulido. O “25 de Abril”. In: Portugal: ensaios de História e de Política. Lisboa: Alethéia, 2009.

expressão de Marshall Berman<sup>42</sup>. Seu significado, entretanto, variou. Enquanto alguns tenderam a ver o marcelismo como um processo de transição “falhado” ou “bloqueado” outros, em sentido inverso apontaram para a inexistência de qualquer intensão liberalizante ou mesmo reformadora.

Sobre o tema, o historiador Fernando Rosas alerta para dois perigos recorrentes na historiografia do último governo do Estado Novo. Em primeiro lugar a tendência em ver o marcelismo exclusivamente a partir de seu colapso, desconsiderando as nuances ou os anúncios de alteração de rumo do início do governo Marcello Caetano. Em segundo lugar a tentação em ver o marcelismo a partir do currículo de Caetano e de seu histórico de permanente compromisso com o Estado Novo, sua fidelidade para com Salazar e sua condição de intelectual do corporativismo.

No primeiro caso, este tipo de abordagem desconsidera que o marcelismo está para além da conjuntura de 1968-1974. Foi, na verdade, um “partido informal”, constituído lenta e continuamente sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940. Ao mesmo tempo em que aspiravam chegar ao poder legalmente, por dentro das instituições da ditadura, apontavam para um projeto com laivos modernizantes e tecnocráticos, de reformas que ultrapassavam a mera continuidade, uma espécie de “salazarismo sem Salazar”. Mais: mesmo a seguir à saída de Marcello Caetano do governo em 1958 e sua “travessia no deserto” por dez anos, os marcelistas estiveram presentes com destaque no governo de Salazar, particularmente em seu último ministério, o que teria influenciado decisivamente a nomeação de Caetano quando da impossibilidade física do velho ditador. A questão que se coloca, ainda segundo Rosas é, então, por qual motivo as tímidas reformas anunciadas em 1968/69 não tiveram continuidade e foram bloqueadas. Deste modo, a seu ver, havia uma intenção reformista (conservadora, claro) que não chegou às suas últimas consequências<sup>43</sup>.

No segundo caso, as condições de ideólogo e quadro do regime não devem, para Rosas, ser entendidas como impedimento para alguma descontinuidade.

---

<sup>42</sup> BERMMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>43</sup> ROSAS, Fernando. Marcelismo: ser ou não ser? In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 10-12.

Claro está que Marcello Caetano nunca foi um democrata ou mesmo um liberal. Ainda assim, em vários episódios de sua vida demarcou de Salazar, mesmo que rendendo-lhe fidelidade. E demarcou principalmente em uma concepção mais “moderna” de organização do Estado e da sociedade. Era, em outras palavras, mais urbano que seu antecessor. Lembra ainda Rosas que personagens como Adolfo Suárez, ex-chefe do partido único franquista ou Mihail Gorbachov, ex-chefe da KGB, foram personagens de transições – mal ou bem finalizadas – cujos currícula em nada apontavam para uma descompressão das ditaduras espanhola e soviética, respectivamente<sup>44</sup>.

Com esta perspectiva não concorda o historiador Luis Reis Torgal, da Universidade de Coimbra. Em artigo sobre o marcelismo e o Estado Novo, indaga a respeito da correção de utilizarmos o sufixo “ismo” para a caracterização do consulado de Marcello Caetano. Afinal de contas, ele significaria uma ação ou uma forma de agir e pensar original em relação ao passado. Afirma que mantém o emprego do “marcelismo” pois, ainda que discutível o seu emprego, “alguma coisa de diferente aconteceu” e, ao mesmo tempo, ele se tornou tão corrente que torna-se difícil conter o seu emprego<sup>45</sup>.

Para a análise do que foi o período Marcello Caetano, no entanto, Reis Torgal diverge de Fernando Rosas em dois aspectos importantes. O primeiro deles é que para ele as interpretações historiográfica e/ou política, que tenderam ver nos anos 1968-74 alguma tentativa de transição liberalizante esquecem o passado de Marcello Caetano, abdicam de uma “perspectiva mais alargada” do último presidente do Conselho, a seu ver “fundamental para entender o marcelismo”. Por este motivo procura destacar a origem integralista de Caetano desde a sua participação – aos vinte anos de idade! - na Revista *Ordem Nova*, seu papel como ideólogo do corporativismo e entusiasmo quanto ao papel da Mocidade Portuguesa na formação de uma elite, de novos dirigentes, responsável pela afirmação “do ‘espírito heróico contra o espírito burguês’, como súpula de todos os princípios da ‘revolução’, entre os quais destacamos a ‘unidade nacional contra o espírito de partido ou de

---

<sup>44</sup> Idem, p. 12-13.

<sup>45</sup> TORGAL, Luís Reis. Marcelismo, “Estado social” e Marcello Caetano. In: Estado Novo, Estados Novos. Vol. I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p.615-616.

classe' e 'a disciplina e a lealdade ao Chefe contra a desordem de um Estado acéfalo e de mil opiniões diversas'"<sup>46</sup>. Estes valores manter-se-iam quando de sua governação. Em nada tentara mudar de fato, a não ser do ponto de vista "cosmético", qual seja, as alterações de nome da PIDE (Polícia Iternacional de Defesa do Estado) para DGS (Direcção Geral de Segurança) sem qualquer abrandamento do aparato repressivo. Ou ainda a também mudança de nome da União Nacional – o partido único do regime - para Acção Nacional Popular, entendida como uma "organização antipartidária"<sup>47</sup>. Aliás, no que concerne à questão da organiação do Estado e das instituições, Torgal ressalta a recusa de Marcello Caetano ao sufrágio universal, que subordina a sociedade ao indivíduo. Desta forma, a *Revolução Corporativa* era O projeto de organização instutucional que o Estado Novo deveria realizar de fato e radicalmente<sup>48</sup>.

Do ponto de vista da ação governativa propriamente dita, Torgal lembra das ações "espetaculares" como os retornos a Portugal do bispo do Porto e de Mário Soares<sup>49</sup> o que não impediu, por exemplo, a repressão da DGS à vigília pela paz realizada por católicos progressistas na Capela do Rato, em Lisboa, no dia 31 de dezembro de 1972<sup>50</sup>. Por fim, para Torgal, a entrada dos liberais na Assembleia Nacional não teve em nada o intuito de criar "condições favoráveis ao debate político"<sup>51</sup>. Daí a frustração de seus membros e a migração destes para o campo oposicionista. É certo que Marcello Caetano sofreu a oposição da esquerda como da ultra-direita, de modo que a imagem de "liberal" não foi inventada após sua queda ou nos anos a seguir ao 25 de abril. Ela já existia e causava incômodo em setores mais conservadores e tradicionalistas do regime<sup>52</sup>. Esta situação teria provocado um rápido isolamento de Marcello Caetano, cercado que estava pelos dois lados diametralmente

---

<sup>46</sup> Idem, p. 633-661.

<sup>47</sup> p. 671-673.

<sup>48</sup> p. 649-654.

<sup>49</sup> p. 621.

<sup>50</sup> p. 623-624.

<sup>51</sup> p. 621.

<sup>52</sup> Sobre a oposição de direita a Marcello Caetano, ver: MARCHI, Riccardo. Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Lisboa: Texto Editores, 2009.

opostos do campo ideológico. Na feliz expressão de Reis Torgal, não estava “orgulhosamente só”, como Salazar havia dito em discurso datado de 1965, mas “tristemente só”<sup>53</sup>. Esta condição, entretanto, não altera o fato de que inexistia, da parte do último presidente do Conselho qualquer vontade de implementar uma transição, daí a seu ver o título infeliz – como infeliz a tese subjacente – do livro de Fernando Rosas e Pedro Ayres de Oliveira, *A transição falhada*. Não foi em nada falhada, pois não havia projeto de transição<sup>54</sup>. Assim, o marcelismo não passou, para Torgal, de um Estado Novo sem Salazar. Que pretendia permanecer. Deste modo, o anúncio da “renovação na continuidade” feito por Marcello Caetano em seu discurso de posse, foi na prática mais “continuidade” do que “renovação”<sup>55</sup>.

A nosso ver, a questão da continuidade/descontinuidade durante o período marcelista deve ser vista a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, devemos analisar em que medida a governação de Marcello Caetano foi vista pelos historiadores como um momento de alteração de rumo do ponto de vista das estruturas econômicas e sociais vigentes até então. Em segundo lugar, na medida em que seu governo se constituía a partir de um legado autoritário as interpretações acerca do papel de Caetano em favor de reformas liberais merecem análise.

Quanto ao primeiro aspecto parece não haver dúvidas de que havia um empenho de fato no sentido de reformas modernizantes. As mudanças econômicas, mesmo que contraditórias, foram reais. David Corkill defende a tese de que ainda que não tenha sido a razão principal, o desempenho da economia portuguesa foi também um fator contribuinte na queda do Estado Novo. Para este historiador inglês, o rápido desenvolvimento econômico iniciado na década de 1960 (início da “abertura à Europa”) registrou taxas de crescimento próximas dos 8% ao ano. A despeito de uma historiografia que no imediato pós-25 de Abril exagerava nas tintas a respeito do atraso econômico, a adesão à AELC (Associação Europeia de Livre Comércio) em 1960, os investimentos em infra-estrutura nas áreas de energia e eletrificação e, por fim, a ainda que

---

<sup>53</sup> TORGAL, p. 624.

<sup>54</sup> p. 617.

<sup>55</sup> p. 673.

limitada abertura ao capital estrangeiro, teriam sido responsáveis por sensíveis alterações no quadro econômico português. A seguir à saída da Inglaterra da AELC, Portugal tratou de imediatamente estabelecer uma parceria com a CEE (Comunidade Econômica Europeia). Ao mesmo tempo, é fato, segundo ainda Corkill, que o legado de uma longa ditadura com um modelo de gestão econômico profundamente autárquico nunca foi de fato superado. Ao mesmo tempo, a crise do petróleo de 1973 foi capital para um país que, em nome dos investimentos na industrialização, dependia crescentemente do produto. Soma-se a isso, a permanência de uma mão de obra desqualificada, uma agricultura atrasada e pouco produtiva e um mercado colonial nada exigente<sup>56</sup>. A despeito desses problemas tradicionais, é fato que as consequências da crise dos anos 1970 foram inerentes a um país “moderno” ou “em processo de modernização”. Exatamente o contrário da crise de 1929 e de seus impactos em Portugal, não somente retardados como também profundamente acanhados<sup>57</sup>. Este Portugal dos anos 1930 mantinha-se presente quarenta anos depois. Ao mesmo tempo um país mais integrado ao sistema econômico mundial necessariamente sofria consequências mais diretas de suas eventuais crises. Seria então um país dual? Este é um tema que merece investigações futuras... De qualquer modo, e retornando a Corkill, o regime ainda não se encontrava disposto a abrir mão do modelo autárquico e corporativo. A modernização emperrada evidenciava o contraste entre segmentos que, mantenedores da ditadura, demonstravam descompasso quanto à forma de geri-la<sup>58</sup>.

Um outro aspecto, e apenas mais um para não nos alongarmos demais, tem sido destacado pelos historiadores no sentido de evidenciar o esforço de Marcello Caetano em favor da modernização portuguesa: trata-se da política

---

<sup>56</sup> CORKILL, David. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo(1968-1974) . Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.

<sup>57</sup> MARTINHO, Francisco C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, Francisco C. P. & LIMONCIC, Flávio (Organizadores). A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330; ROSAS, Fernando. Salazarismo e fomento económico: o primado do político na História Económica do Estado Novo. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

<sup>58</sup> CORKILL, p. 231.



educacional e das reformas implantadas pelo ministro da Educação José Veiga Simão. Para se ter uma ideia, Rui Grácio demonstra o acelerado crescimento de alunos no ensino secundário entre 1950 e o fim do Estado Novo. Enquanto que no ano letivo de 1950-51 o país tinha cerca de 87 mil estudantes secundários, em 1973-74 o número havia subido para pouco mais de 592 mil<sup>59</sup>. No mesmo período a população portuguesa crescera de aproximadamente 8.400 milhões para 9.800 milhões<sup>60</sup>.

Mas a maioria dos estudiosos aponta sobretudo para as alterações ocorridas no ensino superior a marca de maior importância na gerência de Veiga Simão no ministério da Educação. O novo ministro, talvez em resposta a uma crise verificada desde a chamada “questão acadêmica de 1962”, quando os estudantes das principais universidades do país entraram em greve contra a proibição das comemorações do Dia do Estudante, utilizava-se de um discurso que fazia corar os segmentos mais conservadores. Apontava para a necessidade de uma universidade crítica onde podiam conviver pacificamente “professores e estudantes das mais diversas formações ideológicas”. Ao mesmo tempo, o novo ministro defendia uma reforma na carreira docente que, por exemplo, contemplasse o reconhecimento do grau de doutor obtido em universidades estrangeiras<sup>61</sup>. O processo de europeização ou mais, de internacionalização, portanto, ia para além da gestão econômica. De acordo com Maria Cândida Proença, a perspectiva de Veiga Simão era parte integrante dos discursos originários dos primórdios do liberalismo, quando a implantação de um sistema nacional de ensino era determinante para a “participação consciente na vida pública”, necessária a todos os cidadãos. Este discurso, que se origina em Antero de Quental e na geração de 1870 como um todo, teria perdido sua continuidade com a ditadura implantada em 1926, sobretudo a partir da ascensão de Oliveira Salazar ao cargo de Presidente do Conselho

---

<sup>59</sup> GRÁCIO, Rui.

<sup>60</sup> RODRIGUES, Teresa. População. In: ROSAS, Fernando & BRANDÃO de BRITO, J. M. (Orgs). Dicionário de História do Estado Novo. Volume II, M-Z, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 786-788.

<sup>61</sup> PROENÇA, Maria Cândida. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 243.

de Ministros<sup>62</sup>. Neste caso, percebemos uma alteração no campo dos valores *por dentro* do próprio regime, na medida em que um ministro de Estado era porta-voz de um discurso que havia sido em parte a razão do golpe militar que derrubara o regime republicano de 1910-1926. No entanto, tratava-se de um discurso em nada unânime, razão de seu bloqueio no campo político. É curioso, pois, que parte de seu projeto voluntarioso e otimista tenha sido levado à prática apenas quando da implantação do regime democrático<sup>63</sup>. Em termos práticos, as medidas objetivadas por Veiga Simão e realizadas a posteriori eram, entre outras, as que seguem: institucionalização da carreira de investigação científica ligada à carreira docente; fomento e intercâmbio científico com centros estrangeiros de renome internacional; preenchimento das vagas de professores até então ociosas, etc<sup>64</sup>.

A despeito das objeções de Reis Torgal parece, pois, que uma experiência de modernidade durante a governação de Marcello Caetano, mesmo que acanhada e bloqueada, foi percebida pela maioria dos historiadores portugueses. Apontam para uma proximidade maior frente à Europa, uma política de quebra – ou de flexibilização – do modelo autárquico estatista e as reformas do ensino protagonizadas por seu ministro da Educação Nacional.

Quanto à questão europeia é bom, entretanto, lembrar que o próprio Marcello Caetano, conforme apontou José Manuel Castilho, sempre foi bastante reticente. Em sua atividade política esteve quase sempre ligado ao sistema colonial, chegando inclusive a ocupar o Ministério das Colônias entre 1944 e 1947. De seu percurso acadêmico se destacam as relações com a Espanha e com o Brasil. Quando da adesão à CEE e já, portanto, no Executivo do regime, não deixara de alertar que, para além de Europeus, eram os portugueses “igualmente atlânticos”<sup>65</sup>. Sobre este aspecto concorda também Pedro Ayres de Oliveira. Ainda que reconheça os esforços de Caetano a fim de que o país não se isolasse da Europa, sobretudo no que concerne à constituição

---

<sup>62</sup> Idem, p. 258-259.

<sup>63</sup> Idem, p. 260.

<sup>64</sup> Idem, p. 248-249.

<sup>65</sup> CASTILHO, José Manuel Tavares. *A Idéia de Europa no Marcelismo*. Lisboa: Assembléia da República, 2000.

de grandes espaços econômicos sem restrições aduaneiras, Oliveira não se deixa iludir. Chega mesmo a afirmar que, ao menos naquilo que concerne à “vocação geográfica” de Portugal, as opiniões Marcello Caetano eram muito semelhantes às dos segmentos mais conservadores do Estado Novo. Neste sentido, uma aproximação crescente com o continente europeu não deixava de se constituir em um perigo uma vez que uma “participação mais ativa nos movimentos de integração europeia aumentaria as pressões para a redemocratização do regime, para a liberalização econômica e, inevitavelmente, para a descolonização”<sup>66</sup>. Talvez o tom de modernidade aqui estivesse na ideia de que eram tanto europeus quanto atlânticos. Ao tempo de Salazar é possível que o regime se visse mais ou exclusivamente atlântico... Ainda que a advertência de Fernando Rosas acerca da relativa “autonomia” do *currículo* pretérito do político e de sua prática em momentos de transição continue valendo, é fato que em questões determinantes para uma eventual transição Marcello Caetano ou bloqueou ou foi ainda mais conservador com relação a opiniões expressas anteriormente. Por exemplo, na reforma constitucional e, neste caso, na possibilidade ou não de alguma alteração democratizante<sup>67</sup> e na política ultramarina<sup>68</sup>.

A transição política portuguesa, vista a partir dos eventuais esforços modernizantes do governo Marcello Caetano é entendida, pois, pela historiografia portuguesa de forma ambivalente. Por um lado, é reconhecido um certo empenho no sentido de alteração do atraso estrutural do país. Alteração esta que veio acompanhada inclusive, como no caso de seu ministro da Educação,

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A política externa. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 322-323.

<sup>67</sup> CARVALHO, Rita de Almeida. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89; FERNANDES, Tiago. Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-oppositions. The end of the Portuguese dictatorship (1968-1974) in comparative perspective. In: Democratization, Vol. 14, No. 4, 2007. ; \_\_\_\_\_. Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974), Lisboa, D. Quixote/ Assembleia da República, 2006; REIS, Joana. A transição impossível: a ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

<sup>68</sup> MACQUEEN, N. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p...

de algum discurso democratizante ou ao menos “participativo” da sociedade. Mas a tensão modernizadora do regime a partir do final da década de 1960 não é necessariamente democrática, haja vista a existência de inúmeras correntes, ainda que modernizadoras, em nada comprometidas com a democracia. Em outras palavras, ser *moderno* não significa ser democrático<sup>69</sup>. Por outro lado, permanece a indagação acerca das reais intensões democratizantes de Marcello Caetano. Já sabemos que a história é pródiga em exemplos de reformistas com passado autoritário e de autoritários com passado reformista. Marcello Caetano foi responsável pelo retono ao país de importantes opositores do regime então exilados. Aproximou-se, ainda que com as reservas “Atlânticas”, da Europa ocidental. No entanto é fato também que foi diretamente responsável pelo bloqueio de qualquer possibilidade pluralista e democrática. Quem sabe, então, não é exatamente esta ambivalência a chave para o entendimento do marcelismo?

## 2.2 A historiografia da transição: qual Revolução?

Se a transição portuguesa, vista a partir do consulado de Marcello Caetano é ambígua do ponto de vista das análises historiográficas, não menos complexas são as interpretações acerca do caráter do 25 de Abril e de seus desdobramentos e consequências para o Portugal Contemporâneo. Os problemas interpretativos têm início no próprio conceito de Revolução. Afinal de contas, conforme lembra Maria Manuela Cruzeiro, o termo *revolução*, entendido como *ruptura* ou de *marco zero*, data apenas do final do século XVIII, inaugurado que fora pela Revolução Francesa. Até então, “revolução” era entendida como um percurso circular, de permanente retorno, de “regresso ao ponto de partida”. E os movimentos políticos e/ou sociais marcados pela ação violenta recebiam o nome de revolta, rebelião, agitação ou guerra civil. Nos dois últimos séculos movimentos de matrizes e origens diversas foram entendidos como

---

<sup>69</sup> Para um bom debate acerca da relação modernidade/autoritarismo, ver: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos Europa ou o concerto das nações. Idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886). Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 1993

“Revolução”. Trata-se, pois, de uma polissemia que merece atenção e cuidado por parte dos estudiosos<sup>70</sup>. Outro problema, ainda de caráter metodológico, levantado por Rui Martins, encontra-se na concepção de *transição* que deve ser entendida a seu ver (e remetendo a Reinhart Kesselck), como um momento histórico marcado pela simultaneidade de histórias, ritmos e valores diversos<sup>71</sup>. Martins afirma ainda que esta simultaneidade não se extingue completamente a partir do momento em que a transição é concluída. Daí as dificuldades e os problemas teóricos para o estabelecimento de um *tempo novo*<sup>72</sup>.

Ainda assim, alguns historiadores insistem na demarcação. É o caso, por exemplo, da já citada Maria Manuela Cruzeiro. Sua análise começa por criticar os modelos interpretativos de Hanna Arendt e de François Furet acerca da ideia de revolução. Tanto a filósofa alemã quanto o historiador francês seriam responsáveis por um tipo de revisionismo histórico que vê na Revolução Francesa um modelo inaugural, por certo, mas dos males que conduziram tanto ao terror de 1793-94 quanto ao Gulag soviético<sup>73</sup> (acrescentaria eu – e curiosamente esquecido por Cruzeiro – ao nazismo igualmente e a todas as formas de revolução que contemplaram os movimentos de direita). Esta literatura e os valores nela contidos teria chegado a Portugal. Cruzeiro cita nomeadamente o recente trabalho de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*<sup>74</sup>. Critica a concepção presente no referido livro de que a Revolução portuguesa nada mais foi que um desimportante sobressalto, “um desvio de rota a tempo corrigido”. A democracia viria, pois naturalmente, sem o risco de implantação de uma outra ditadura. A seu ver, no lugar de Michellet, Rui Ramos (o responsável

---

<sup>70</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. “Revolução” e revisionismo historiográfico: o 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). Portugal, 1974: Transição, política e perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-99.

<sup>71</sup> MARTINS, Rui Cunha. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). Portugal, 1974: Transição, política e perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19.

<sup>72</sup> p. 21-22.

<sup>73</sup> CRUZEIRO, p. 111-112.

<sup>74</sup> RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno. História de Portugal. 5ª Edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

pela análise do Portugal contemporâneo no livro), seria o Tocqueville português na medida em que o discurso da ruptura não passaria de uma ilusão de mudança<sup>75</sup>. Se há continuidades entre o Antigo Regime e Bonaparte, entre o czarismo e o regime soviético, por quê não haveria igualmente traços de continuidade entre o Estado Novo e o consulado de Vasco Gonçalves, por exemplo? Cruzeiro faz, na contramão das teses acima referidas, questão de afirmar a revolução portuguesa como um momento de ruptura, de construção de um novo tempo na História portuguesa. Ironias da vida, seu artigo encontra-se no mesmo livro organizado por Martins, com todas as suas questões a respeito da simultaneidade e da transição. Ao mesmo tempo em que afirma a ruptura, Manuela Cruzeiro critica aqueles que se afastam crescentemente dos “ideais de Abril”<sup>76</sup>. Curiosa análise essa que vê homogeneidade nos projetos que levaram à Revolução dos Cravos. É como se Mário Soares, Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho ou Ernesto de Melo Antunes compartilhassem todos da mesma agenda política. Ou haveria entre eles sinceros e insinceros? Estaria esta historiadora a defender a existência de um *verdadeiro* 25 de abril?

Menos esquemático que Cruzeiro, mas ainda assim defensor da tese de ruptura, mesmo que parcialmente bloqueada, é Fernando Rosas. Afirma mesmo que a democracia institucionalizada em 1976, com a aprovação da nova Constituição portuguesa “é por ela – a Revolução dos Cravos - genética e decisivamente marcada”. Por este motivo, e assim como Cruzeiro, critica os diversos revisionismos que tentam tirar-lhe esta marca<sup>77</sup>. A universalização dos direitos, a integração à Europa e as diversas formas de poder local posteriormente consagradas institucionalmente foram conquistas que se mantiveram apesar da legalidade jurídica que se impôs sobre a legalidade revolucionária. Sobretudo por que a democracia portuguesa, longe de ter sido outorgada, foi conquistada na rua, na *revolução* que se seguiu ao golpe de 25 de abril de 1974<sup>78</sup>. Esta conquista democrática pode ser exemplificada no

---

<sup>75</sup> CRUZEIRO, p. 126-127.

<sup>76</sup> p. 123.

<sup>77</sup> ROSAS, Fernando. Pensamento e ação política: Portugal, Século XX (1890-1976). Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 138.

<sup>78</sup> 154-155.

comportamento popular a partir da queda do regime: invasão da sede da PIDE, dos órgãos de censura, concentração em frente aos fortes de Peniche e Caxias exigindo a libertação de todos os presos políticos. Por fim, as conquistas das liberdades fundamentais que se mantiveram após 1976. Em diversos aspectos e momentos, a radicalização popular ultrapassou a vontade e os programas dos partidos políticos, que em muitos casos tentaram conter a ação “autônoma” da população<sup>79</sup>. Isto para não falar das lutas em torno da reforma agrária e da ocupação de apartamentos e casas nos centros urbanos, nomeadamente Lisboa<sup>80</sup>.

As análises acima apresentadas, umas mais outras menos esquemáticas apontam, pois, para o 25 de abril como um momento de ruptura para com o passado. Um novo tempo que surgia. Muito provavelmente não deixam de ter razão. Ainda assim, necessário é atentar para a *construção histórica* deste marco zero. O fato de a tradição ser *inventada*, como dizem Hobsbawm e Ranger<sup>81</sup>, não significa que seja ela ilegítima. Esta é a perspectiva apontada por António Costa Pinto. Para este historiador, a revolução portuguesa (de fato revolução) foi um processo marcado por ambiguidades e contradições. Por projetos que tanto se aproximavam quanto divergiam. Por este motivo, o olhar e o comportamento sobre a data inaugural, o 25 de Abril, foram alterados de acordo com a conjuntura. Assim, permanece um discurso generalizante a respeito do 25 de Abril como uma data símbolo, merecedora do feriado que lhe foi outorgado em substituição ao 28 de maio. No entanto, a hegemonia de setores mais ou menos radicais, mais ou menos moderados ou mais ou menos conservadores permitiram ações que se alteraram com o tempo. Saneamentos contra funcionários do “regime fascista” ou anistias políticas, criação de espaços de memória, como é o caso do Museu da Resistência, ou a alteração do nome da ponte 25 de Abril (outrora Oliveira Salazar) decorrem de disputas

---

<sup>79</sup> 138-143.

<sup>80</sup> Sobre o tema da reforma agrária, ver: ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Aviz. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. Sobre as ocupações urbanas: HAMMOND, John L. Building Popular Power: Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution. New York: Monthly Review Press, 1988.

<sup>81</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra, 1984.

pela memória. Sempre inconclusas e sempre em busca de uma legitimidade que necessariamente se altera com o passar do tempo e dos anos<sup>82</sup>. Esta é, entretanto, uma perspectiva de análise ainda pouco explorada mas que aponta no sentido da quebra da forçada dicotomia entre *verdadeira* e *falsa* revolução.

## Conclusão

As análises aqui apresentadas a respeito dos autoritarismos e das transições brasileira e portuguesa, naturalmente que não se esgotam. Temas como os do processo de modernização do capitalismo brasileiro ou do colonialismo português (ambos mereceriam um texto à parte) foram proposadamente deixados de lado. Procuramos, nesta “provocação” inicial apresentar as principais investigações que abordam, criticamente, os problemas conceituais da *transição* e da natureza dos regimes autoritários e democráticos. Em particular, preocupou-nos os debates acerca da memória produzida pelas sociedades bem como sua influência nos discursos historiográficos. Esperamos que os legados do abril brasileiro e do abril português continuem a ser motivo de novas investigações e análises de historiadores e de cientistas sociais.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. *A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Aviz*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

BARBOSA, Márcio. Cabral, os spinolistas e a (dis)solução do marcelismo. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 139-177.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

---

<sup>82</sup> COSTA PINTO, António. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar (Coordenação). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.



- CANEDO, Letícia Bicalho *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005
- CASTILHO, José Manuel Tavares. *A Idéia de Europa no Marcelismo*. Lisboa: Assembléia da República, 2000.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Alvorada em Abril*. 3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- CARVALHO, Rita Almeida de. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A revolução portuguesa e sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.
- CORKIL, David. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.
- COSTA PINTO, António. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar (Coordenação). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.
- \_\_\_\_\_. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- COSTA PINTO, António & TELXEIRA, Nuno Severiano. *A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. “Revolução” e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-134.
- FERNANDES, Tiago. Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-oppositions. The end of the Portuguese dictatorship (1968-1974) in comparative perspective. In: *Democratization*, Vol. 14, No. 4, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Nem Ditadura, nem Revolução*. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974), Lisboa, D. Quixote/Assembleia da República, 2006 .
- FREIRE, Américo. “Ditadura, democracia e estado de exceção”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, n.º 47, p. 223-6, jan-jun.2011.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004
- \_\_\_\_\_. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 47, 2004
- GRECO, Heloisa A. *Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia*. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009.
- HAMMOND, John L. *Building Popular Power: Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Montly Review Press, 1988.
- HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001

- HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições* (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- . IOKOI, Zilda. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009.
- MACQUEEN, N. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p...
- MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Texto Editores, 2009.
- MARTINHO, Francisco C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, Francisco C. P. & LIMONCIC, Flávio (Organizadores). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.
- MARTINS, Rui Cunha. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19-29.
- O'DONNEL, Guilherme. Delegative democracy. *Journal of Democracy*. 5 (1): 55-69, jan. 1994.
- O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe C; WHITEHEAD, Lawrence (Editores). *Transições do regime autoritário: Sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFERLÉ, Michel. *Un Homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Gallimard, 1993
- OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A política externa. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.301-337.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Os limites da ‘Abertura’ e a Sociedade Civil”. In FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília, Universidade de Brasília, 1988.
- PROENÇA, Maria Cândida. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.233-261
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno. *História de Portugal*. 5ª Edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Joana. *A transição impossível: a ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.
- RODRIGUES, Teresa. População. In: ROSAS, Fernando & BRANDÃO de BRITO, J. M. (Orgs.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II, M-Z, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 786-788.
- ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v.
- ROSAS, Fernando. *Pensamento e acção política: Portugal, Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- \_\_\_\_\_. Marcelismo: ser ou não ser. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 09-26.

\_\_\_\_\_. *Salazarismo e fomento económico: o primado do político na História Económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009, 2 v.

SCHMITTER, Philippe C. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências*. São Paulo: Alameda, 2004.

SOARES, Gláucio, D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.) *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

\_\_\_\_\_. *Europa ou o concerto das nações. Idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886)*. Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

TORGAL, Luís Reis. Marcelismo, “Estado social” e Marcello Caetano. In: *Estado Novo, Estados Novos*. Volume I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p. 615-673.

TORNADA, Joana de Matos. Do fim e dos homens: o ponto de vista dos militares sobre os últimos meses do Estado Novo. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 179-206.

VALENTE, Vasco Pulido. O “25 de Abril”. In: VALENTE, Vasco Pulido. *Portugal: ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alethéia, 2009, p. 279-301.

(Página deixada propositadamente em branco)

# MODELOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA. DA FORMAÇÃO ENCICLOPÉDICA À ESPECIALIZAÇÃO (1901-1957)

LUÍS MOTA

ANTÓNIO GOMES FERREIRA

## Clarificação e problemática de um objeto de estudo

O reconhecimento da proposta de trabalho que nos foi endereçada pela comissão organizadora do colóquio *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX*, enquadrada no painel denominado *Instituições e organizações de produção, reprodução e divulgação de discursos historiográficos*, incorpora, desde logo, a consciência da sua complexidade em face dos condicionalismos presentes em qualquer produção historiográfica. Uma complexidade que envolve, só por si, as condicionantes exteriores aos historiadores e às historiadoras e aquelas que lhe são mais próximas, servindo para tanto as elencadas por Amado Mendes<sup>1</sup>, como sejam as de índole biográfica – a origem, a formação, as vivências e convivências, as atividades e as responsabilidades.

É certo que temos hoje disponíveis importantes contributos, dos quais nos autorizamos a salientar, entre outros os de Amado Mendes<sup>2</sup>, Sérgio Campos

---

<sup>1</sup> Cf. Mendes, J. Amado – Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 161. ISBN 972-42-1384-6.

<sup>2</sup> Mendes, J. Amado – A História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Investigação e Ensino (1911-1926). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do*

Matos<sup>3</sup> ou a reflexão crítica de Oliveira Marques sobre a sua passagem como discente e docente da Faculdade de Letras de Lisboa<sup>4</sup>, apresentados no já longínquo congresso da História da Universidade (1991), e um conjunto de trabalhos de Carvalho Homem<sup>5</sup>. Inclusivamente, estes autores prosseguiram o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da história da história, seja com produtos da sua investigação, seja ao nível da orientação, como adiante relevaremos. Mais recentes, do último lustro do século passado, um estudo que resultou de uma dissertação de mestrado, sob orientação de Amado Mendes, apresentada por Avelãs Nunes<sup>6</sup> à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e a hoje incontornável, *História da História de Portugal*<sup>7</sup>. Já no nosso século, em textos de caráter mais memorialista e num tom a espaços autobiográfico, as leituras de António de Oliveira<sup>8</sup> ou de Joaquim Romero de

---

*Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 477-498.

<sup>3</sup> Matos, Sérgio Campos – O Curso Superior de Letras e a Vulgarização Histórica em Portugal: Projetos em Confronto (1858-1901). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 367-388.

<sup>4</sup> Marques, A. H. de Oliveira – A Universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário. In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 5. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 431-442.

<sup>5</sup> Homem, A. L. Carvalho – Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente. In *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Volume IV, Porto, 1987, pp. 293-307; idem – A história que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. In *Revista de História do Centro de História da Universidade*. Volume XI. Porto, 1991, pp. 227-240; idem – A Idade Média nas universidades portuguesas (1911-1987). Legislação, ensino, investigação. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Volume IV, Porto, 1993, pp. 351-361; idem – Os historiadores, esses desconhecidos. In *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXIX, 1994, pp. 33-53; idem – Revistas universitárias de História no Portugal do século XX. In *Revista de História das Ideias. História, Memória, Nação*. Volume 18. 1996, pp. 339-372.

<sup>6</sup> Nunes, João Paulo Avelãs – *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico: 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. 349 p. ISBN 972-9380-54-6.

<sup>7</sup> Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 719 p. ISBN 972-42-1384-6.

<sup>8</sup> Oliveira, António de – As Histórias da Minha Geração. Uma Perspetiva Historiográfica. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 83-98.

Magalhães<sup>9</sup>, ou, mais recente, o estudo de Carvalho Homem, a propósito dos currículos da licenciatura em história, de 1957 e 1968<sup>10</sup>, são de nomear porque nos dão interessantes informações. Destaque que não quer, de modo algum, opacizar um conjunto de outros trabalhos, não menos relevantes, de dimensão e âmbito muito diversos, assinados, por exemplo, por Oliveira Marques, Vítor de Sá ou Vitorino Magalhães Godinho<sup>11</sup> ou, noutro plano, aqueles resultantes de dissertações de mestrado, apresentadas às Faculdades de Letras, da Universidade de Coimbra<sup>12</sup> e de Lisboa<sup>13</sup>. Ainda assim, não é menos verdade que sabemos pouco sobre diversos domínios, onde faltam, por exemplo, estudos sistemáticos sobre a larga maioria dos nossos historiadores e das nossas historiadoras<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Magalhães, Joaquim Romero de – Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano letivo: 16 de Setembro de 2009. Coimbra: FEUC, 2009, 16 p.

<sup>10</sup> Homem, A. L. Carvalho – Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em *história* (1957 e 1968). *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade*. IV Série. Volume 1. Porto, 2011, pp. 23-27.

<sup>11</sup> Dos trabalhos destes historiadores sobre a historiografia portuguesa, a mero título de exemplo, destaquemos: Godinho, Vitorino Magalhães – *Ensaio III. Sobre Teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971; Marques, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editoras, Lda., 1988; Sá, Victor de – *Notas Sobre o Ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto*. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. Disponível em U. R. L. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2046.pdf> [Consultada a 2-8-2011].

<sup>12</sup> Cf. Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

<sup>13</sup> Does, H. G. – *A História da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/Departamento de História, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em U. R. L.: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/424> [Consultado em 13-2-2013]; Tavares, L. F. R. – *Curso Superior de Letras: Inventário*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/Departamento de Ciências da Documentação e Informação. 2009. Relatório de Estágio/Mestrado. Disponível em U. R. L.: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/432/1/21367\\_ulfl071255\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/432/1/21367_ulfl071255_tm.pdf) [Consultado em 13-2-2013]; Ainda a dissertação de doutoramento de: Couvaneiro, João L. S. F. – *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/Departamento de História. Dissertação de doutoramento em História (Especialidade: História Contemporânea). Disponível em U. R. L.: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7500> [Consultada a 13-2--2013].

<sup>14</sup> Cf. Mendes, J. Amado – Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 161. ISBN 972-42-1384-6. Ainda

O painel onde nos inserimos encontra-se, de forma incontornável, configurado pela ideia de instituições. O vocábulo *Instituição*, que terá entrado na língua portuguesa no século XV, compagina dois atos, o de instruir ou educar e o de instituir, reenviando-nos para estabelecimento, criação, instauração. Como se compreende, a sua polissemia<sup>15</sup> remete-nos para qualquer organismo público ou privado, estabelecido e regulado por leis ou estatutos, englobando, aqui, os estabelecimentos destinados ao ensino e à educação, afinal, as escolas, os institutos, ou associações e sociedades<sup>16</sup>. Na impossibilidade de, ainda assim, abrangermos a totalidade destas instituições, focalizámos a nossa atenção nas instituições que compaginam a investigação, a divulgação científica e a formação de nível superior, cuja origem, no Portugal Contemporâneo, remonta à segunda metade do século XIX, com a criação do Curso Superior de Letras e que posteriormente se atualiza na iniciativa republicana das faculdades de letras, das diferentes universidades de Coimbra e as, então criadas, de Lisboa e do Porto.

No plano institucional centramo-nos sobre os modelos de cursos de «instrução superior» em história, entendendo-se por modelo uma representação simplificada do real, construída com base em variáveis selecionadas, com finalidades analíticas e sem qualquer caráter normativo<sup>17</sup>. No ensino da história na *Universidade* procuramos captar os modelos de formação pelo viés da sua estrutura orgânica, nomeadamente, finalidades e objetivos, componentes de formação e a estrutura curricular, realizando aproximações ao ensino praticado e

---

assim, destaque-se uma dissertação de mestrado, dedicada a Vitorino Magalhães Godinho: Sousa, J. M. Guedes de – Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, 2012. Dissertação de mestrado em História (História Moderna e Contemporânea). Disponível em U. R. L.: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6905/1/ulfl122521\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6905/1/ulfl122521_tm.pdf) [Consultado a 19-2.2013].

<sup>15</sup> Correia, Margarita - Homonímia e polissemia - contributos para a delimitação dos conceitos. In *Palavras*, n.º 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português. Disponível em U. R. L.: [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia\\_polissemia.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia_polissemia.pdf) [Consultada a 13-9-2011].

<sup>16</sup> Cf. Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tomo IV FRE-MER*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 2109-2110. ISBN 972-42-2809-6

<sup>17</sup> Ferry, G. – *Le trajet de la formation: les enseignants entre la théorie et la pratique*. Paris: Dunod, 1983.



às concepções de história e às perspectivas pedagógicas presentes, socorrendo-nos de programas, sumários e manuais quando acessíveis. Intentamos através da compreensão da história docência clarificar dimensões na história ciência, procurando mapear leituras e salientar eventuais (con)sequências resultantes das opções curriculares. O primeiro modelo objeto de análise remonta a 1901, não tanto por nesse sentido apontar o título do Colóquio mas mais por ter constituído o momento de afirmação definitiva do Curso Superior de Letras enquanto instituição de formação científica mas também, a partir dessa reforma, de preparação profissional. Encerramos o nosso trajeto analítico em 1957, concluindo com a reforma que conferiu a plena especialização da formação em história, esboçando assim o trajeto percorrido, pela história docência, a partir do momento em que se configurou a formação em humanidades, de caráter enciclopédico e eclético, compaginando-se o ensino da história com o da filologia e o da filosofia. No período de 1910 a 1957, debruçamo-nos sobre o primeiro modelo de ensino da História, nas Faculdades de Letras, fixado em 1911, génese do curso de ciências histórico-geográficas, sobre o de 1930, da licenciatura em ciências históricas e filosóficas, e o modelo de 1957, aquele que primeiro consagrou a licenciatura em história.

### Prolegómenos

Por iniciativa de D. Pedro V<sup>18</sup>, em 1858, é criado em Lisboa, o Curso Superior de Letras (CSL), esboço de uma futura Faculdade de Letras, como o próprio rei reconheceria em carta dirigida ao seu ministro da Fazenda<sup>19</sup>,

---

<sup>18</sup> Sobre D. Pedro V, em geral, e as suas preocupações com a instrução, veja-se: Mónica, Maria Filomena – *D. Pedro V. Casais de Mem Martins/Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates*, 2007. Em particular chamamos a atenção para os anexos, onde a autora publica um manuscrito de D. Pedro, existente na Biblioteca da Ajuda, sugestivamente intitulado «Considerações sobre a instrução pública», datado de Fevereiro e Março de 1856, pp. 277-317.

<sup>19</sup> Carta de El-Rei D. Pedro V a António José de Ávila, seu Ministro da Fazenda. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de sciencias moraes, politicas e bellas lettras. Tomo III. Parte II*. Lisboa: Typografia da Academia, 1865, p. 24. Transcrita em: Aguilar, Manuel Busquets – *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa, 1939, pp. 9-12.

tendo como preocupação a difusão dos «conhecimentos de literatura, história e filosofia»<sup>20</sup>. Ideia que fez caminho em Portugal na centúria de oitocentos na tentativa de criação de *Cursos ou de uma Faculdade de Letras*, mas cujas origens podemos remontar ao Plano de Instrução Nacional (1799), de Francisco Garção Stockler<sup>21</sup>, e que teve continuidade em propostas e projetos como as *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública*, de Luís Mouzinho de Albuquerque<sup>22</sup>, os projetos de lei de Dias Pegado<sup>23</sup>, de José Maria de Abreu ou o de António José Teixeira<sup>24</sup>. Para responder a desafios de internacionalização, como hoje diríamos, coube a Adolfo Coelho, de resto, seu professor, escrever a primeira monografia do Curso Superior de Letras, resultante de uma *encomenda* para a exposição Universal de Paris (1900)<sup>25</sup>, iniciativa que repetiria para a exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908)<sup>26</sup>. Na década de trinta, constituindo a primeira obra de grande fôlego dedicada ao CSL, encontramos a dissertação de doutoramento apresentada por Manuel Busquets de Aguilar<sup>27</sup>. No campo historiográfico salientem-se os trabalhos de A. H. Oliveira Marques<sup>28</sup> e Sérgio Campos Matos<sup>29</sup> já acima referenciados. Noutro

---

<sup>20</sup> Cf. *Colecção de leis, regulamentos, portarias e ordens relativas ao Curso Superior de letras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

<sup>21</sup> Cf. Braga, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza. Tomo IV*. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902.

<sup>22</sup> Cf. Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre – *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora, 1984, pp. 323-357.

<sup>23</sup> Pegado, Guilherme José António Dias – *Projecto de lei da organização geral da universidade de Portugal, dedicádo a Nação portugueza [...]*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1835.

<sup>24</sup> Cf. Gomes, Joaquim Ferreira – *Novos Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986, pp. 67-96.

<sup>25</sup> Coelho, F. Adolfo – *Le Cours Supérieur de Lettres – mémoire*. Paris/Lisbonne: Aillaud & Cie, 1900.

<sup>26</sup> Idem – O Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário. In *Notas sobre Portugal*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, pp. 437-447.

<sup>27</sup> Aguilar, Manuel Busquets – *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa, 1939.

<sup>28</sup> Neste domínio particular referimo-nos a: Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961). In *Ocidente*. N.º 79, agosto-outubro, 1970, pp. 1-74. Republicado: Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1988, pp. 123-198.

<sup>29</sup> Matos, Sérgio Campos – ob. cit.

plano, não podemos deixar de assinalar, por essencial ao trabalho de historiadores, o relatório de estágio, realizado no âmbito do curso de mestrado, do Departamento de Ciências da Documentação e Informação, por Lúcia Tavares, onde a autora nos apresenta o inventário do CSL e, entre outros aspetos, descreve o fundo documental resultante das atividades do Curso e as condições de acesso e utilização da referida documentação<sup>30</sup>. Finalmente, no ano transato, uma atualização do olhar historiográfico sobre a instituição, a dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, por João Couvaneiro<sup>31</sup>, sob orientação de Sérgio Campos Matos. Neste recente estudo, Couvaneiro compagina a abordagem do ensino das *humanidades*, do contexto e das condições em que este ocorre, no âmbito da instituição, com a ação e o percurso dos seus atores, professores e alunos.

O CSL foi criado num contexto em que a História mantinha, no ensino secundário, um lugar subalterno e não constituía um saber autónomo no plano de estudos, surgindo associada à Geografia e à Cronologia. Já nas instituições de ensino superior, emergia como matéria preliminar ou preparatória nas Faculdades de Teologia, Cânones e Leis ou, se quisermos, como propedêutica dos saberes sintético-compendiários<sup>32</sup>, para recolocar a questão, no tempo e nos termos em que foi institucionalizada no ensino superior, pelos Estatutos da Universidade, na época da reforma pombalina, em 1772. De resto, era esta a conceção assumida pelo professor da Faculdade de Direito, Manuel Emídio Garcia, também conhecido pela defesa e divulgação do positivismo em Portugal que, no contexto do debate sobre a criação e localização do CSL, controversia a que não foram alheios os interesses da Universidade de Coimbra<sup>33</sup> mas também preocupações com a existência de um corpo docente

---

<sup>30</sup> Tavares, Lúcia F. R. – ob. cit.

<sup>31</sup> Couvaneiro, João L. S. F. – ob. cit.

<sup>32</sup> Cf. Mota, Luís – *A reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites*. Separata da Revista de História das Ideias. Volume 22. Coimbra: Faculdade de Letras, 2001, p. 492.

<sup>33</sup> Cf. Matos, Sérgio Campos – O Curso Superior de Letras e a Vulgarização Histórica em Portugal: Projetos em Confronto (1858-1901). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Atas 1. Congresso História da Universidade*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, pp. 371-373.

qualificado, como o próprio rei reconheceria<sup>34</sup>, defendia a ideia da importância dos estudos filosóficos, históricos e literários como preparação para os cursos das *faculdades superiores*<sup>35</sup>. Prolongando uma tradição que podemos remontar ao século XIII, à Faculdade de Artes que já no período medieval era percebida como uma escola propedêutica para as principais faculdades e que viria a ser extinta precisamente pela reforma pombalina. Nos planos de estudos da Universidade de Coimbra, depois de 1772, saliência para duas disciplinas de história, uma em cada uma das faculdades de Teologia e de Cânones e Leis. No Curso Superior de Letras o ensino da História surgiu associado à Literatura e à Filosofia, tendo o seu currículo conhecido um conjunto de reformas que foram introduzindo, sucessivamente, novas disciplinas (1859, 1877, 1878, 1893) e outras tantas propostas de alteração do plano de estudo (1867, 1879, 1889) que não passaram disso mesmo e que, nalguns casos, tiveram de aguardar pela reforma de 1901 para virem a ser concretizados.

### O Curso Superior de Letras (1901-1911)

Reforma estruturante, esta de 1901, já definida como radical e positiva<sup>36</sup> e que constituiu, desde logo, uma extensão e um complemento da reforma do ensino secundário (1895), tendo tido ambas o mesmo protagonista, Jaime Moniz (1837-1917), precisamente professor do Curso Superior de Letras. O CSL aproximou-se, nesta altura, do *fácies* desejado desde a sua génese, o de uma escola normal para o ensino secundário ou liceal e, a sua reformulação à época, aproximou-o, simultaneamente, do que alguns entendiam ser uma faculdade letras. O preâmbulo da lei não deixava dúvidas quanto às preocupações centrais do legislador. No artigo 1º explicitava-se, claramente, que o

---

<sup>34</sup> Cf. Carta de El-Rei D. Pedro V a António José de Ávila, seu Ministro da Fazenda. *Memo-rias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de sciencias moraes, politicas e bellas lettras. Tomo III. Parte II*. Lisboa: Typografia da Academia, 1865, p. 24. Ver também Aguilar, Manuel Busquets – *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa, 1939, p. 12.

<sup>35</sup> Cf. Garcia, Manuel Emídio – Importância dos estudos históricos nas ciências jurídico-sociais e o ensino da história em Portugal. In *O Instituto*, volume XIX, n.º 4, 1874, pp. 151-153.

<sup>36</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1988, p. 131.

CSL tinha por fim habilitar para o magistério no curso e para o magistério das disciplinas de letras e humanidades do plano de estudo dos liceus – geografia, língua latina, língua nacional, língua francesa, língua inglesa e língua alemã, história e filosofia – e para cursos, estudos ou funções públicas que leis ou regulamentos viessem a determinar. Contudo, atribuíam-se, nos termos da lei, outras duas finalidades à instituição, o contributo para o progresso dos diferentes ramos de conhecimento e a sua vulgarização, o mesmo será dizer que o CSL se transformava numa instituição de investigação, divulgação e formação de nível superior<sup>37</sup>. A nova oferta educativa, para além do curso do magistério, passava a incluir um curso geral, um outro de bibliotecário arquivista e um terceiro, de habilitação para a carreira diplomática, dotando o CSL de um carácter prático que lhe conferiu uma utilidade social com repercussões imediatas na sua frequência<sup>38</sup>.

O plano de estudos com onze cadeiras comuns e, pontualmente, algumas cadeiras específicas, no total de catorze, apresenta uma arrumação clássica das humanidades – filologias (clássica, românica e germânica), geografia, história e filosofia – e embora excluindo as ciências sociais emergentes<sup>39</sup>, a abertura assinalada no âmbito da filologia e a criação da área da geografia<sup>40</sup>, antecipava o processo curricular das faculdades de letras. O currículo de cariz semi-enciclopédico possuía um reduzido grau de diferenciação de saberes e não acolhia espaço para subespecializações, nomeadamente no âmbito da história<sup>41</sup>. Ele incluía três cadeiras de história, anuais, em todos os cursos, *História Antiga*, no 1º ano, no 2º, *História da Idade Média e Moderna* e *História Pátria*, no 3º ano. O conhecimento histórico é igualmente reforçado em todos os cursos pela criação da cadeira bianual de geografia – *Geografia I e II*, respetivamente no 1º e no 2º ano – e que, segundo o que determinava o legislador, «o estudo da geografia, na parte histórica» deveria ter «por um de seus principais assuntos os

---

<sup>37</sup> Cf. Decreto n.º 5, de 24 de dezembro. In *Diário de Governo*. N.º 224, de 28 de dezembro de 1901.

<sup>38</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1988, p. 131.

<sup>39</sup> Cf. Nunes, J. P. Avelãs – ob. cit., p. 22.

<sup>40</sup> Cf. Torgal, Luís Reis – Ensino da História. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., p. 483.

<sup>41</sup> Cf. Nunes, J. P. Avelãs – ob. cit., p. 22.

descobrimientos portugueses»<sup>42</sup>. O curso de habilitação ao magistério incluía, ainda, no seu 3º ano, a cadeira de *História da Pedagogia e em especial da metodologia do ensino a partir do século XVI em diante*.

O regulamento de 8 de outubro de 1902, no que se refere a métodos de ensino, previa que o conhecimento, nas disciplinas, fosse transmitido nas suas dimensão teórica e na prática, prevendo lições de uma hora com duas lições semanais por cadeira, com exceção de História Pátria que teria três<sup>43</sup>. A dimensão prática emerge, pontualmente, na realização de excursões, à semelhança das promovidas por Silva Teles, em 1904, à Estremadura e Beira Litoral tendo, por essa ocasião, sugerido a visita a monumentos históricos e à serra de Monchique (Algarve). O método de ensino, pelo menos nas lições, seria o expositivo, sustentado numa história de caráter narrativo e muito dependente da arte oratória do professor que, nas palavras de Aguilar, captava o interesse da audiência mais pela eloquência do que pela lição de história. Teria sido Adolfo Coelho que, ao introduzir o sistema de lição científica, o método alemão, contribuiu para tornar o ensino mais eficiente. Na história da instituição, também Jaime Moniz intentara, por via da adoção de livros de texto que permitiriam o acesso a autores e a sua exploração individual, colocar um ponto final nas *lições tipo conferência*. Contudo, na verdade, a generalidade das apreciações dos professores, por discípulos ou condiscípulos, são a capacidade de atração do público, a fluência da oratória, o método e a lucidez da exposição as características sempre relevadas, em detrimento da apreciação do valor intrínseco da lição<sup>44</sup>. Ainda assim, exceção para a apreciação das aulas de Oliveira Ramos (1862-1931), a quem foi reconhecido que mobilizava métodos científicos modernos no ensino da história<sup>45</sup>. A avaliação prevista no diploma legal, pelo seu lado, ao assentar exclusivamente num exame por cadeira, compaginada com metodologias expositivas de ensino, deixa antever uma preocupação voltada para a capacidade de memorização e a mera reprodução de conhecimentos, distante, de resto, do desenvolvimento da aprendizagem, do estudo e da pesquisa em história.

---

<sup>42</sup> Artigo 5º, do decreto n.º 5, de 24 de dezembro.

<sup>43</sup> Cf. Aguilar, Manuel Busquets – ob. cit., pp. 117-118.

<sup>44</sup> Cf. Couvaneiro, João L. S. F. – ob. cit., pp. 135-147.

<sup>45</sup> Cf. Aguilar, Manuel Busquets – ob. cit., p. 287.

Quanto aos conteúdos estudados, se em história da pedagogia o nome da própria cadeira apontava uma orientação para a linha de conteúdos – *em especial da metodologia do ensino a partir do século XVI em diante* –, nas restantes o legislador explicitava que no estudo da história antiga, idade média e moderna, se devia privilegiar a romana e a moderna, em detrimento do período medieval. Já para a história pátria, em consonância com as concepções da escola *metódica*, que conheceu o seu apogeu no último quartel do século XIX e início do século XX<sup>46</sup>, indicava a história política, a diplomática, a colonial e as instituições nacionais<sup>47</sup>. O elenco de professores parece indiciar esta asserção. Na cadeira de *História Antiga e História da Idade Média e Moderna* foram professores Zófimo Consiglieri Pedroso<sup>48</sup> (1851-1910), entre 1902 e 1904, Manuel Maria de Oliveira Ramos (1862-1931), de 1904 a 1911 e Agostinho José Fortes (1869-1940), no ano letivo de 1910-1911. A leção de *História Pátria* coube a Consiglieri Pedroso de 1903 até ao seu falecimento e, depois, Manuel Oliveira Ramos. Já as aulas de *História da Pedagogia* foram sempre conduzidas por José Maria de Queirós Veloso (1860-1952), desde o seu início, em 1904, até 1910. As cadeiras de Geografia I e II tiveram como seus professores, Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924), de 1901 a 1904 e de 1904 a 1910, a Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930)<sup>49</sup>.

### **O curso de ciências históricas e geográficas (1911-1930)**

Criadas no quadro da afirmação do generoso discurso republicano sobre a educação, as faculdades de letras, das universidades de Coimbra e Lisboa, articulavam como finalidades a promoção da alta cultura intelectual com a preparação científica para o exercício de profissões, no domínio das humanidades,

---

<sup>46</sup> Cf. Mendes, J. M. Amado – Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., p. 169.

<sup>47</sup> Artigo 5º, do decreto n.º 5, de 24 de dezembro.

<sup>48</sup> Cf. Nunes, L. R. M. – *Zófimo Consiglieri Pedroso. Vida, obra e ação política*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1993. Dissertação de mestrado. Vejam-se particularmente as páginas dedicadas à vertente pedagógica, pp. 81-109.

<sup>49</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1988, pp. 167-168.

isto é, da filosofia, da filologia, da história e da geografia<sup>50</sup>. A formação de professores para o ensino liceal, as escolas normais primárias e para as recém-criadas escolas primárias superiores, foi transferida para as escolas normais superiores, anexas às respetivas universidades, Coimbra e Lisboa, que exigiam, como pré-requisito, o bacharelato pelas faculdades de ciências e de letras. Atualizando a matriz do CSL, desde logo na oferta educativa, ampliando os cursos para quatro anos e diversificando bacharelatos e graus académicos, as faculdades de letras reproduziam-no quer no plano organizacional, quer ao nível da hierarquização e estruturação dos saberes – visível na configuração dos saberes humanísticos – e, inclusivamente, permanecendo impermeáveis à penetração das ciências sociais ou de outras áreas científicas ministradas noutras faculdades<sup>51</sup>.

As faculdades de letras foram organizadas em seis grupos, constituindo o quarto e o quinto, respetivamente, o de história e o de geografia que, por sua vez, davam origem a uma de cinco secções, a d), de ciências históricas e geográficas – associação disciplinar à semelhança do ensino secundário ou liceal<sup>52</sup> – que conferia os graus de bacharel e doutor<sup>53</sup>. O currículo, de dupla certificação, revelava, no número de cadeiras, a preponderância da História, que de resto mantinha nas demais secções da faculdade um papel não desprezível, a subordinação da Geografia, assunto que adiante retomaremos, e ao completar-se com cadeiras de outras três secções – filologia românica e clássica e filosofia – e duas ministradas nas faculdades de ciências, assumia um cariz (quási) enciclopédico. A presença de cadeiras cuja justificação aparenta

---

<sup>50</sup> Cf. Decreto de 9 de maio de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume I. Lisboa, pp. 816-820.

<sup>51</sup> Cf. Nunes, J. P. Avelãs – ob. cit., p. 22.

<sup>52</sup> Veja-se: Matos, S. C. – *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

<sup>53</sup> Para o grau de doutor na secção de ciências históricas e geográficas a legislação prevê provas de história geral, de história de Portugal e de geografia, bem como a defesa de uma dissertação. Cf. Decreto de 9 de maio de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume I. Lisboa, pp. 816-820. Posteriormente, as alterações introduzidas por legislação de 1918, para efeitos de doutoramento a seção subdivide-se em duas, a de ciências históricas e a de ciências geográficas. Cf. Decreto n.º 4:651, de 14 de julho. *Diário de Governo*. Iª Série. N.º 157, de 14 de julho de 1918.



passar pelo apoio documental à ciência dominante, as chamadas *ciências auxiliares da história*, parece autorizar a crescente afirmação do paradigma metódico e positivo.

**Quadro 1**

ANO	DISCIPLINAS	1.º SEMESTRE		2.º SEMESTRE	
		1.º T	2.º T	3.º T	4.º T
1.º	História antiga		2	2	
	História geral da civilização		3	3	
	Geografia geral		2	2	
	Geografia física		2		
	Filologia portuguesa		2	2	
	Filosofia		2	2	
2.º	História medieval		2	2	
	História de Portugal		3	3	
	Geografia de Portugal e colónias			2	
	Curso de desenho aplicado à Cartografia			2	
	Etnologia		3		
	Filosofia		2		
3.º	História moderna e contemporânea		2	2	
	Epigrafia	2			
	Paleografia		3		
	Numismática			2	
	Diplomática				1
	Geografia política e económica		2	2	
	Literatura Portuguesa		2	2	
	História da filosofia antiga		2		
4.º	História das religiões		1	1	
	Arqueologia		2	2	
	Filologia clássica		2	2	
	História da filosofia moderna		2		
	Estética; história da arte		2	2	

O plano de estudos, constante do quadro 1<sup>54</sup>, que configurava a proposta de organização sugerida aos alunos pela faculdade de letras, apresentava onze cadeiras do quarto grupo, divididas entre as disciplinas históricas – História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea,

<sup>54</sup> Fonte: Regulamento das Faculdades de Letras. Decreto de 19 de agosto de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume II. Lisboa, pp. 1617-1634. O número de horas assinaladas reporta-se às lições magistrais previstas no regulamento.

História Geral da Civilização, História de Portugal e História das Religiões – e as *ciências auxiliares da história* – Arqueologia, Diplomática, Epigrafia, Numismática e Paleografia. O quinto grupo contribuía com quatro cadeiras, Etnologia, Geografia Geral, Geografia Política e Económica e Geografia de Portugal e Colónias, a que se associavam as lecionadas na faculdade de ciências, Geografia Física e Desenho Cartográfico. O elenco de disciplinas, do plano de estudos, ficava completo com o contributo de outros três grupos, o de filologia clássica – Filologia Clássica –, de filologia românica com Filologia Portuguesa e Literatura Portuguesa, de filosofia – Filosofia I e II, Filosofia Antiga e História da Filosofia Moderna – e com a cadeira anexa de Estética e História da Arte.

O bacharelato em ciências históricas e geográficas, como contraponto da reforma de 1901, não deixa de representar um aprofundamento no âmbito da história, com visibilidade na criação das quatro disciplinas de história geral acrescidas da de História das Religiões e a de História de Portugal, cumprindo, de alguma maneira, os sucessivos pedidos do CSL<sup>55</sup>. Apesar disso foi, contudo, objeto de crítica a opção de dedicar apenas uma cadeira ao estudo da história portuguesa. A crítica proveniente do antigo aluno do Curso Superior de Letras, Fidelino Figueiredo<sup>56</sup>, ideologicamente marcada pela preocupação de desenvolver um ensino de carácter nacional, constituiu um libelo contra a manutenção da matriz generalista e enciclopédica, em detrimento da promoção da necessária especialização essencial para a produção científica original, e que, ainda em seu entender, passaria pela criação de diferentes cadeiras, em diferentes semestres, dedicadas aos estudos históricos e literários portugueses<sup>57</sup>. Lacuna que o legislador pareceu querer colmatar, em parte, quando em 1916 criou as disciplinas bianuais de História de Portugal e de Literatura Portuguesa, e a anual de Geografia de Portugal e Colónias<sup>58</sup>. Existem contudo,

<sup>55</sup> Does, H. G. – ob. cit., pp. 43-45.

<sup>56</sup> Cf. Figueiredo, F. – As Faculdades de Letras. Revista de História. Volume 1, 1912.

<sup>57</sup> Cf. Does, H. G. – ob. cit., pp. 45-46.

<sup>58</sup> Cf. Lei n.º 639 de 20 de novembro de 1916. *Diário de Governo*. 1ª Série. N.º 234, de 20 de novembro. Novas alterações na secção de ciências históricas e geográficas resultaram de legislação de 1918. O novo plano de estudos introduziu novas cadeiras, casos das de Propedêutica histórica (1.º ano/1.º semestre) e História dos descobrimentos e da colonização portuguesa

em nosso entender, dois aspetos que aqui merecem ser equacionados, enquanto atenuantes do impacto pela decisão adotada, sem deixar de reconhecer, naturalmente, que a opção por uma matriz generalista e enciclopédica constituiu, obviamente, impeditivo para a especialização e que se revelaria determinante nas opções adotadas a jusante. Na realidade parece-nos plausível, desde logo, reconhecer alguma preocupação com a importância atribuída ao estudo da história nacional quando se conferiu à cadeira de História de Portugal um peso diferente em relação à generalidade das demais (3 horas semanais em vez das 2 horas). Um argumento de outro cariz é a aparente constatação da desarticulação entre a designação da cadeira e os conteúdos que foram objeto de lecionação, tendo por vezes acontecido que ao arrepio de se tratar de uma disciplina de história geral, a linha de conteúdos terá incidido, na verdade, sobre a história portuguesa<sup>59</sup>.

De maior significado consideramos ter sido a introdução das *ciências auxiliares da história* que se é verdade, não o escamoteamos, pode ser lida como a crescente afirmação de um determinado paradigma historiográfico, não deixa de traduzir uma preocupação de natureza metodológica no sentido de dotar os estudantes de um aparato crítico, essencial ao ofício de historiador, no questionamento dos documentos. Em consonância com esta asserção terá estado o legislador ao prever que o ensino fosse ministrado através de trabalhos práticos e exercícios de investigação científica, para além das lições magistrais. Se estourtas se destinavam à transmissão de conhecimento metódico e completo, já os trabalhos práticos remetiam para exercícios escritos

---

(1.º ano/1.º semestre), no 4.º grupo, e no grupo de geografia, a de Antropogeografia geral (1.º ano/1.º semestre). De sublinhar, ainda, o reforço da duração de algumas das ditas *ciências auxiliares da história*, como foi o caso de Paleografia (3.º ano), Diplomática (4.º ano) e Numismática e esfragística (4.º ano), cuja duração passou, respetivamente, para anual e semestrais. Aparentemente, os alunos veem a sua autonomia restringida ao perderem a capacidade de arrumarem as cadeiras ao longo do seu percurso académico. O artigo 4.º, do decreto, fixa a vigência do plano de estudos para quatro anos. O destaque final para o desdobramento dos doutoramentos em duas secções, ciências históricas e ciências geográficas. Do exposto devemos sublinhar, no âmbito do bacharelato e particularmente na história, o crescente peso das temáticas da expansão e descobrimentos portugueses e a preocupação em promover alguma reflexão sobre teoria da história. Cf. Decreto n.º 4:945, de 1 de novembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 241, 7 de novembro de 1918.

<sup>59</sup> Veja-se: Nunes, J. P. A – ob. cit., particularmente as pp. 91-141.

realizados pelos alunos, fora (a partir de abordagens realizadas na aula) ou dentro da sala de aula, exercícios práticos versando «textos, documentos históricos, objetos arqueológicos e suas reproduções ou modelos apresentados pelo professor». Incluíam-se, aqui, visitas a museus e bibliotecas, excursões simultaneamente de interesse científico e promotoras do crescimento cultural dos alunos, bem como exercícios de investigação científica que deveriam ocorrer no âmbito do Instituto de Estudos Históricos, cuja criação, de resto, a legislação determinava em cada faculdade de letras<sup>60</sup>.

No plano pedagógico e científico, as faculdades de letras, que foram criadas num tempo de crença na capacidade reformadora da escola e na plasticidade humana, atravessada pelos discursos de *self-government*<sup>61</sup>, pretendiam constituir-se em espaço de autoformação cultural e científica, numa lógica explicitada com clareza por Durkheim na articulação de liberdade e autoridade, onde ser responsável por si próprio, era saber agir pela razão e cumprir com o seu dever<sup>62</sup>. O regulamento de 1911 ilustrava bem este sentido, desde logo, ao entregar aos alunos a liberdade, e a responsabilidade, de escolherem o ano e o semestre em que desejariam frequentar as cadeiras, considerando que as faculdades apenas aconselhavam um plano de estudos, com o objetivo do maior aproveitamento dos alunos. A ausência de precedências acentuava o exercício dessa responsabilidade. Nesta perspetiva se inseriam, também, o carácter facultativo atribuído às lições magistrais, das quais se proibia expressamente a adoção de textos para as lições e se tornava obrigatórias as referências bibliográficas sobre os principais autores, bem como a presença nos trabalhos práticos e nos exercícios de investigação, sublinhando uma importância atribuída à articulação entre a teoria e a prática<sup>63</sup>.

É ineludível o tom de educação nova, visível na procura de um ensino prático e concreto, através do apelo a uma atitude ativa dos estudantes no estudo da história, orientando-os na construção dos seus próprios conhecimentos a

---

<sup>60</sup> Cf. Capítulo II, da organização e natureza dos cursos. Regulamento das Faculdades de Letras. Decreto de 19 de agosto de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume II. Lisboa, pp. 1617-1634.

<sup>61</sup> Cf. Sérgio, A. – Educação Cívica. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984 [1914].

<sup>62</sup> Durkheim, É. – *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70 Lda., 2009, p. 70.

<sup>63</sup> Cf. Regulamento das Faculdades de Letras [...]

partir de observações, experiências e pesquisas, presentes nos exercícios práticos e nos de investigação, onde não falta a mobilização de um conjunto de suportes educativos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus. Parece-nos ser essa a essência da mensagem ao país, do conselho escolar da Faculdade de Letras de Coimbra<sup>64</sup>, e que nos permite realizar alguma aproximação ao processo de ensino e de aprendizagem no bacharelato em ciências históricas e geográficas. No domínio das ciências históricas, o conselho considerava, desde o início, que o objetivo era elevar a história à dignidade de ciência procurando conduzir os alunos à compreensão do passado e à sua reconstituição com recurso a «rigoroso processo crítico». Em seu entender, o ensino da história tinha-se caracterizado por ser objetivo, crítico e atualizado. Objetivo, na medida em que as lições ter-se-iam socorrido da análise direta de fontes e de bibliografia específica, traduzindo, mais do que uma «exposição catedrática de resultados», um momento colaborativo e de iniciação aos processos do trabalho científico, em que o professor envolvia o aluno e se afastava de um ensino dogmático. Ao invés de «atrofiar a iniciativa intelectual do aluno» procurava-se despertá-la e criar «vocações de investigadores». Crítico pois, afirmava-se, o ensino se apoiava numa dupla crítica, a dos documentos e a

---

<sup>64</sup> Importa ter presente que a publicação desta *declaração ao país* pelo conselho escolar da Faculdade constituía uma tentativa de refutação de acusações, de que tinha sido alvo, e foram produzidas num momento de conflito aberto com o então ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra, e que esteve na origem da anexação da Faculdade de Letras à Universidade do Porto. No diploma que produz a desanexação da Universidade de Coimbra, o ministro destacava a importância do ensino secundário para a formação do caráter dos jovens e considerava que quem não tivesse conhecimento prático da vida não podia ser bom educador. Depois de comparar os meios sociais de Coimbra e Porto sublinhava a sua convicção das limitações do primeiro ao nível das diferentes atividades socioeconómicas, considerava-o «um meio essencialmente universitário» com o corpo docente embrenhado em «trabalho especulativo». Encerrava os considerandos do decreto emitindo opinião sobre o que entendia serem as preferências da Faculdade de Letras de Coimbra por uma «erudição livresca» ao invés de «especulações originais do espírito moderno» e concluía afirmando que as obras de professores e alunos laureados, daquela instituição, tinham uma «quási completa orientação tomista de forma escolástica» (Decreto n.º 5:770, de 10 de maio. *Diário de Governo*. 1ª Série. N.º 98, 10 de maio de 1919). Datado de 1919, o libelo do conselho escolar da Faculdade de Letras de Coimbra, é posterior às alterações legislativas introduzidas em 1918 no primeiro modelo de formação republicano que aqui analisamos. Assinale-se que essas alterações não só não são tidas em conta na análise como, na sua totalidade ou em parte, ainda não tinham sido operacionalizadas. Cf. *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1919.

dos factos, procurando assim, estimular o desenvolvimento científico através do «exercício da crítica heurística» e, pela compreensão e definição do «sentido da evolução histórica», só possível com a crítica dos factos, desempenhar «uma função de cultura». Finalmente, atualizado, na medida em que as referências bibliográficas eram atuais e, simultaneamente, nas aulas se mobilizavam temas e problemas em debate na opinião pública. O ensino da história na faculdade de letras da Universidade de Coimbra, ajustado ao assunto e ao professor, vinha sendo, desde 1910, nos termos das opções descritas, mais em profundidade do que em extensão, no sentido de criar ciência e não se ficar pela anedota, tendo-se optado por educar «possíveis aprendizes de historiadores na severa disciplina do método histórico» em vez de «superficiais declamadores»<sup>65</sup>.

A propósito dos exercícios práticos, depois de assegurar que todos se tinham realizado e que os escritos se encontravam arquivados, em conformidade com a lei, sublinhava aquele conselho que, no âmbito da cadeira de História de Portugal, «que mais especialmente se presta com a de Paleografia», os exercícios teriam versado trabalhos originais de investigação, no Arquivo da Universidade ou de história local. A *declaração ao país* explicitava, ainda, os objetivos que o professor da cadeira perseguia, sublinhando que seriam os de formar investigadores, o de reunir os materiais da história da Universidade e o de reformar a história local. Simultaneamente, na congénere da Universidade de Lisboa, os referidos exercícios concretizaram-se no manuseamento do espólio da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional, muito em função da proximidade geográfica, existente naquela época, entre as três instituições<sup>66</sup>, parecendo corroborar o que em 1919 testemunhava o conselho escolar da faculdade de letras coimbrã. De resto, o mesmo conselho, para além de nos dar conta do material de ensino adquirido ao longo dos oito anos de existência – coleções de mapas e modelos em relevo, o salão de exercícios de investigação histórica, as coleções paleográficas, a galeria epigráfica, a coleção de esfragística e a de numismática romana e portuguesa – destacava o trabalho desenvolvido no domínio científico como sejam, entre outras, as

<sup>65</sup> *A Faculdade de Letras* [...], pp. 33-35.

<sup>66</sup> Dores, H. G. – ob. cit., p. 43.

publicações de António de Vasconcelos e de Gonçalves Cerejeira, bem como das que se encontravam em vias de publicação, da autoria dos alunos, nomeadamente, o «mapa estatístico da frequência da Universidade, entre a reforma joanina (1537) e a pombalina (1772)», um estudo sobre o Colégio dos Militares e variadíssimas monografias locais<sup>67</sup>. Em jeito de síntese, vale a pena atentarmos nalgumas passagens de uma entrevista concedida por Eugénio de Castro, à época professor da faculdade de letras da Universidade de Coimbra, ao Diário de Notícias de 12 de junho de 1919, em que o poeta professor religa a orientação do estudo da história com os seus professores:

Quanto ao ensino doutrinal, êle é acentuadamente *crítico* – crítica das fontes e dos factos. Dá disso exemplo o dr. Vasconcelos, sempre ansioso de renovar a matéria dos seus cursos e algo de novo para a história. [...]

O assistente dr. Cerejeira é o encarregado do curso da *história medieval*, e, em contacto com o que há de mais moderno, tem feito um ensino de alta crítica, procurando, como resultado nos seus alunos, não tanto *saberem história* como *compreendê-la*. [...] O professor dr. Alves dos Santos rege, nesta secção, *História moderna e contemporânea*. Repugna-lhe ensinar *história feita* e compraz-se, como despertador de ideias, em descobrir vocações e iniciar os seus discípulos na crítica das fontes originais e narrativas. A sua orientação pode talvez resumir-se em duas palavras: síntese e crítica<sup>68</sup>.

A passagem da entrevista de Eugénio de Castro resume e ilustra bem, em nosso entender, senão a realidade do ensino da história na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, pelo menos oferece-nos algumas achegas da leitura e imagem que os professores daquela instituição pretendiam passar para o exterior. À semelhança de sumários, textos das aulas e outros documentos, este – com limitações tal como os demais –, permite-nos captar linhas de compreensão da envolvente pedagógica bem como conteúdos lecionados e a prática letiva dos docentes.

<sup>67</sup> *A Faculdade de Letras* [...], pp. 35-37.

<sup>68</sup> Castro, E. – A questão da Universidade. O ensino na Faculdade de Letras. Entrevista do professor dr. Eugénio de Castro. *A Faculdade de Letras* [...], p. 122.

A análise do bacharelato em ciências históricas e geográficas torna inevitável um olhar sobre o papel e a atividade da outra ciência, parceira *menor* na dupla certificação, a geografia. Na verdade, apesar dos esforços desenvolvidos por Silva Teles, professor do CSL e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na opinião de Orlando Ribeiro, o «introdutor do ensino universitário da geografia»<sup>69</sup> entre nós, que identificava o objeto de estudo da geografia nos «fatores naturais da Terra e humanos na sua relação com o meio natural»<sup>70</sup>, próximo das ciências naturais, a geografia seria apartada destas ciências. Por influência do ensino francês em Portugal, a legislação de 1911 arruma-a nos saberes humanísticos e agregada à história, denunciando uma perceção da sua dependência face aos estudos históricos, algo que nem as alterações legislativas de 1916 e 1918 lograriam modificar. Na sua exposição ao país em 1919, o conselho escolar da faculdade de letras da Universidade de Coimbra, no espaço que dedica às «sciencias geograficas», denuncia as consequências deste entendimento subserviente do papel da geografia, denunciando, como consequências, a impreparação dos alunos no final do ensino secundário e o conseqüente abandono do estudo da geografia. Sem deixar de reconhecer as relações entre ambas as ciências, interrogava-se aquele conselho, se podia «um geógrafo contentar-se com a exposição da sua sciência, tão breve quanto seja suficiente para atender ás conexões com a história?». Concluía-se pela necessidade do «ensino da *geografia como geografia*»<sup>71</sup>. A subordinação da geografia à história para além de evidente pelo desequilíbrio patente no número de disciplinas, já acima referido, era ainda, por vezes, visível nos conteúdos lecionados, de que era exemplo a cadeira de Geografia Política e Económica, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que incluía o estudo de «questões como a da partilha de África»<sup>72</sup>, mantendo uma tradição que remonta ao CSL. No plano pedagógico e científico, as cadeiras de geografia, à semelhança das demais

---

<sup>69</sup> Ribeiro, O. – Opúsculos. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 141-161.

<sup>70</sup> Dores, H. G. – ob. cit., p. 66.

<sup>71</sup> *A Faculdade de Letras* [...], pp. 42-43.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, p. 42.



de história, acentuavam a ligação da teoria com a prática, procurando promover uma atitude ativa no estudo da geografia, conduzindo e orientando os alunos na construção dos seus próprios conhecimentos socorrendo-se dos recursos educativos e da observação do espaço exterior para o efeito, através dos exercícios práticos ou dos de investigação, seja na realização de exercícios sobre coordenadas geográficas, no estudo e realização de perfis longitudinais de rios, colaborando no estudo do clima de Portugal ou, como era referido no caso da Etnologia, na sua iniciação aos métodos e técnicas seguido de observação e estudo dos caracteres físicos<sup>73</sup>.

Não devemos perder de vista que, *assunto e professor*, na linha do que admitia o conselho escolar da faculdade de letras, em 1919, teriam um peso não despreciando na condução das lições magistrais e dos exercícios. Na verdade, um olhar mais atento sobre as esferas de decisão permite ir um pouco mais longe na apreciação. Ao nível das cadeiras e até de alguns aspetos relativos ao processo de ensino e de aprendizagem, como sejam os diferentes exercícios e a frequência com que estes ocorriam, encontravam o seu nível de decisão no ministério da tutela. Já, por exemplo, a arrumação das cadeiras ao longo do percurso de aprendizagem era, como assinalámos, da exclusiva competência de cada aluno. Como limite, apenas a imposição da duração de 8 semestres antes da sua apresentação a exames de bacharelato. Para além da designação da cadeira e do número mínimo de exercícios por semestre/ano, o professor poderia desenvolver, pelo menos a avaliar pelo que a documentação nos permite conhecer, a sua ação e as suas opções em segura liberdade, nomeadamente, sobre os conteúdos a lecionar. Vale por isso a pena tentar procurar perceber algumas diferenças e, quiçá, semelhanças, através de uma breve análise da cadeira de História de Portugal, opção nossa que foi muito determinada pela natural importância da cadeira e por se tratar daquela em que mais fácil, atendendo a circunstâncias e contextos, seria os professores realizarem investigação e promoverem o envolvimento dos alunos.

Nos anos letivos de 1912-1913 a 1916-1917, coube a António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941) lecionar a cadeira de História de Portugal, na faculdade de letras da Universidade de Coimbra, tendo colocado como limites

---

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, pp. 38-45.

cronológicos para as suas lições, o período pré-romano e o reinado de D. Duarte. Nos sumários compendiam-se questões metodológicas, temas de história institucional, política e militar e alguns versando história económica e social, tendo adotado o critério dinástico para a periodização, reconhecendo-se a importância atribuída à ação dos «grandes homens», aos «grandes acontecimentos» e às «grandes instituições»<sup>74</sup>. A mesma disciplina, em Lisboa, assegurada por Manuel de Oliveira Ramos (1862-1930), o que se pode supor, com base em pontos das provas orais (1914-1915) e do conhecimento do pensamento do autor através da sua produção científica, é que este se tenha centrado no estudo da medievalidade portuguesa, numa abordagem muito marcada pelo magistério e obras de Alexandre Herculano, onde não terão deixado de estar presentes as teses das origens e da formação de Portugal, a temática das origens étnicas de Portugal, da organização e evolução dos concelhos e a problemática da existência, ou não, de feudalismo em Portugal<sup>75</sup>. Na verdade, mesmo com elevado grau de incerteza, podemos supor uma assinalável diferença entre os conteúdos estudados pelos bacharéis em ciências históricas e geográficas, das duas faculdades de letras do país. Mas regressemos a Coimbra, à Faculdade de Letras na década de vinte, onde Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) lecionou História de Portugal dois anos letivos consecutivos. No primeiro, 1926-1927, a sua análise centrou-se nos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III. Começou por abordar, inicialmente, a situação da Europa e de Portugal, entre 1495 e 1580, e depois, discute as diretrizes da política nacional, da política externa, de questões de cultura e «civilização» portuguesa, de religiosidade, bem como de natureza económica, ao longo destes três reinados mas conferindo centralidade à discussão do «problema judaico»<sup>76</sup>. No ano subsequente, Cerejeira iniciou a leção por um

<sup>74</sup> Cf. Nunes, J. P. A – ob. cit., pp. 111-112.

<sup>75</sup> Cf. Soares, H. G. – ob. cit., pp. 106-110, 133.

<sup>76</sup> Cf. Livro de sumários da disciplina de História de Portugal, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra (ano letivo de 1926-1927). Transcrito em Nunes, J. P. A – ob. cit., pp. 111-112. A terminologia e a fraseologia ao longo dos sumários levam-nos a conferir algum grau de concordância com a interpretação avançada por Avelãs Nunes no sentido de uma eventual postura de anti-judaísmo de Gonçalves Cerejeira, na regência da cadeira, e que apresentaria uma lógica de justificação e legitimação das políticas de D. João II, D. Manuel I e D. João III neste domínio.

conjunto de reflexões epistemológicas e metodológicas, apresentando uma conceção metódica e empirista da história. Comentou as principais histórias de Portugal à época – as de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas – e apresentou uma divisão da história de Portugal, segundo um critério estrutural, recusando propostas de periodização assentes somente em «vicissitudes políticas»<sup>77</sup>. Concluiu o curso com a análise e caracterização de um período da história de Portugal, incidindo, neste ano letivo, sobre o período que decorre desde o início da reconquista e o surgimento de Portugal como país independente<sup>78</sup>.

Para além do elencar dos conteúdos e da orientação dada na sua exploração, no âmbito da cadeira de História de Portugal, a síntese deduzida permite-nos sublinhar a complexidade do objeto de estudo, bem como reafirmar a importância do conhecimento dos professores e das suas práticas, para a compreensão do ensino da história. Na verdade, a formação dos bacharéis em ciências históricas e geográficas, no âmbito da cadeira de História de Portugal, revelou-se dissemelhante não só entre faculdades de universidades diferentes, mas inclusivamente no âmbito da mesma faculdade onde se registaram diferenças substantivas, seja pelo viés do paradigma historiográfico mais ou menos conscientemente assumido pelos professores, mas particularmente pelas temáticas, assuntos e períodos que convocam, mesmo com assinaláveis, e até surpreendentes, diferenças entre anos letivos ainda que mantendo-se o mesmo professor, como foi o exemplo de Manuel Gonçalves Cerejeira, entre 1926 e 1928. Na verdade, os objetivos gerais da formação – consignados em lei –, eram dotados de elasticidade que lhes permitia acolherem diferenças de especial relevância a esse nível e, paralelamente, as preocupações de uma lógica de curso e de objetivos mais específicos para a formação, aparentavam estar ausentes das tomadas de decisão das faculdades, em geral, e dos professores em particular.

---

<sup>77</sup> Machado, F. F. – *História de Portugal. Símula das lições magistrais de História de Portugal (1º Ano) pelo Exmo. Professor Doutor Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927-1928, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tipografia da Gráfica Conimbricense, 1928, p. 12. Citado por Nunes, J. P. A – ob. cit., p. 116.

<sup>78</sup> Cf. Nunes, J. P. A – ob. cit., pp. 114-120.

## A licenciatura em ciências históricas e filosóficas (1930-1957)

O novo modelo de formação no domínio das ciências históricas, no âmbito das faculdades de letras, surge num contexto de afirmação definitiva do salazarismo e na emergência da Ditadura Nacional, cuja legitimidade política foi transferida para a educação e o ensino, e se norteou pelo binómio redução e controlo, como forma de conformação de atores e estruturas republicanas, de que a extinção das escolas normais superiores constitui um exemplo. Após uma fase de procura de um rumo a dar ao ensino universitário, em geral, e às faculdades de letras, em particular, visível na publicação de legislação sucessiva<sup>79</sup>, circunstâncias, de resto, semelhantes às experienciadas e já identificadas nos demais níveis de ensino, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) almejou publicar, em 1930<sup>80</sup>, a legislação que iria moldar a formação de quadros, no âmbito da história, *lato sensu*, no quarto de século subsequente<sup>81</sup>.

A finalidade do novo diploma, pelo menos a proclamada, foi adequar a legislação às exigências imperativas do Estatuto Universitário, de março de 1929, e, por certo pensando na geografia, como adiante veremos, o

---

<sup>79</sup> As alterações aos Estatutos Universitários determinaram alterações, mais ou menos profundas, na orgânica e currículos das faculdades de letras. Em tempo de Ditadura Militar, a primeira alteração foi subsequente ao novo Estatuto Universitário Português (Decreto n.º 12462, de 2 de outubro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 220, de 2 de outubro de 1926) e ocorreu em 1926 (Decreto n.º 12677, de 12 de novembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 220, de 17 de novembro de 1926), cujas alterações compaginavam a licenciatura em ciências históricas e geográficas com aquela em ciências históricas e filosóficas. Aquando da publicação de novo estatuto universitário (Decreto n.º 16623, de 18 de março. *Diário de Governo*. I Série. N.º 62, de 18 de março de 1929), Gustavo Cordeiro Ramos publicaria nova legislação para as faculdades de letras (Decreto n.º 17063, de 3 de julho. *Diário de Governo*. I Série. N.º 149, de 3 de julho de 1929). A sua saída do governo precipitaria a revogação da legislação ainda antes do fim do verão e nunca entrou em vigor (Decreto n.º 17305, de 5 de setembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 204, de 5 de setembro de 1929).

<sup>80</sup> De regresso ao ministério da instrução pública seis meses mais tarde, Gustavo Cordeiro Ramos retomou, no diploma de 1930 muito do que tinha definido em julho anterior. Sobre um possível conflito de personalidades com Francisco Xavier da Silva Teles, para além das questões aqui destacadas, veja-se Soares, H. G. – ob. cit., pp. 58-60.

<sup>81</sup> Decreto n.º 18:003, de 25 de fevereiro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 46, de 25 de fevereiro de 1930.

desenvolvimento e conseqüente reorientação de alguns ramos de ensino. Não se tratava, do ponto de vista do poder político, de uma reforma. O legislador reconhecia-o, a reforma deveria ter como objetivo oferecer condições aos docentes do ensino superior para que estes só se preocupassem apenas com o ensino e a investigação, proporcionando-lhes «uma maior concentração de estudos» e «uma especialização mais efetiva dos seus trabalhos», contudo, essa só chegaria apenas quando estivessem reunidas as «condições económicas e financeiras do País»<sup>82</sup>. As condições para a reforma tardariam e o modelo de formação perdurou 27 anos.

O reconhecimento de que a geografia se tinha alcançado à «categoria de organização científica autónoma», uma ciência da terra a par da geologia, conferia-lhe um estatuto contraditório, e mesmo incompatível, com a sua posição de ciência auxiliar da história, pelo que se optava pela criação de uma licenciatura em ciências geográficas assumindo-se que se tratava de uma acomodação ao estado dos conhecimentos. Na licenciatura em ciências históricas e filosóficas, esse «conúbio monstruoso», nas palavras de Virgínia Rau<sup>83</sup>, cuja criação, recorde-se, remontava aos inícios da Ditadura Militar<sup>84</sup>, procurou-se um maior equilíbrio e reciprocidade entre o 4º grupo (ciências históricas) e o 6º (ciências filosóficas) e simultaneamente retirou-se o seu caráter enciclopédico. O equilíbrio é alcançado com a redução do número de disciplinas do 4º grupo, nomeadamente, História de Portugal II, Propedêutica da História e História das Religiões e introduzindo três cadeiras semestrais do grupo de ciências filosóficas, História da filosofia em Portugal, Moral e Teoria do Conhecimento. Paralelamente desapareciam as cadeiras anuais de História da Literatura Portuguesa I e II e eram retiradas do plano de estudos a disciplina de Estudos Brasileiros e a cadeira anexa. Já Etnologia foi substituída por Geografia humana. O plano de estudos, constante do quadro 2, apresentava, assim, onze cadeiras do 4º grupo, sendo sete de história e quatro das ditas *ciências auxiliares* da história. O grupo de ciências filosóficas contribuía com

---

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p. 363.

<sup>83</sup> Citada por Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 438.

<sup>84</sup> Cf. Decreto n.º 12677, de 12 de novembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 220, de 17 de novembro de 1926.

nove disciplinas – duas das quais do âmbito da psicologia, ficando o plano de estudos preenchido com a cadeira anexa de Estética e História da Arte e com a disciplina de Geografia Humana.

**Quadro 2**

ANO	DISCIPLINAS	ANUAL	SEMESTRAL
1.º	História da antiguidade oriental História da antiguidade clássica História da filosofia antiga Geografia humana Psicologia geral Epigrafia	A  A	S S  S S
2.º	História medieval História de Portugal História da filosofia medieval Lógica e metodologia Paleografia e diplomática	A A A A A	
3.º	História moderna e contemporânea História dos descobrimentos e da colonização portuguesa História da filosofia moderna e contemporânea História geral da civilização Numismática e esfragística	A A  A A	    S
4.º	História da filosofia em Portugal Teoria do conhecimento Psicologia experimental Moral Arqueologia Estética; história da arte	  A  A A	S S  S

No domínio da história, as cadeiras suprimidas eram «julgadas menos necessárias» e afirmava-se no diploma que, paralelamente, se procurava «garantir uma mais sólida aprendizagem da história», pelo que se destacava a importância de propiciar aos alunos o contacto permanente com os arquivos e para a utilização das bibliotecas. O arquivo, em particular, era tido como fundamental para a «iniciação dos futuros licenciados nas delicadas operações de reconstituição do passado pelo contacto com o documento vivo dos factos e das tradições», o que compaginado com a extinção da cadeira de Propedêutica Histórica – disciplina

focalizada em questões de natureza epistemológica, teórica e metodológica – denuncia uma conceção mais erudita e metódica de conceber a produção, o ensino e a divulgação da história, onde as questões colocadas pelo historiador às fontes são irrelevantes e se louva o seu apagamento em face destas<sup>85</sup>.

O ensino deveria ser teórico e prático, no primeiro caso, consistiria em lições magistrais e conferências e o segundo, de trabalhos práticos que, sublinhava-se, deveriam ser intensificados. A definição da duração das lições magistrais era competência dos conselhos das faculdades, num intervalo de 2 a 3 horas semanais. Os trabalhos práticos poderiam consistir em exercícios escritos ou orais sobre textos ou fontes, investigações e excursões científicas. Os trabalhos práticos de investigação histórica teriam lugar, em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional ou na Biblioteca da Ajuda e, em Coimbra, no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra<sup>86</sup>.

Ensino determinado pela lei e que os conselhos escolares distribuía, a avaliar por testemunhos de experiências vividas na faculdade de letras da capital<sup>87</sup>, muitas vezes sem docentes em número suficiente e preparados cientificamente para o assegurarem. Vitorino Magalhães Godinho, que ali foi aluno entre 1936 e 1940, considerou que os professores e assistentes eram «mal escolhidos e pouco dedicados», num «ambiente bafiento» com «um ensino no conjunto obsoleto»<sup>88</sup>. A esta apreciação não é alheio o facto de o corpo docente daquela faculdade se ter mantido entre as duas e três dezenas durante

---

<sup>85</sup> Cf. Bourdê, G; Martin, H. – As escolas históricas. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012, pp. 93-114.

<sup>86</sup> Cf. Decreto n.º 18:003, de 25 de fevereiro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 46, de 25 de fevereiro de 1930.

<sup>87</sup> Cf. Saraiva, J. H. – *Álbum de memórias. 3ª e 4ª décadas (anos 40 e 40). A década da esperança e o tempo das campanbas*. [s.l.]: Edições «Sol», 2007. Não cabe aqui tratar as relações da história com a memória. Vejam-se: Ferreira, A. G.; Mota, L. – Memories of life experiences in a teacher training institution during the revolution. In *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education*. DOI: 10.1080/00309230.2012.750375. 2013, pp. 1-18 (link <http://dx.doi.org/10.1080/00309230.2012.750375>); Ferreira, A. G.; Mota, L. – Memória(s) 30 anos depois. (Entre)vistas a pretexto da formação de professores no PREC. In *Estudos do Século XX*. N.º 11, 2011, pp. 69-85.

<sup>88</sup> Godinho, V. M. – Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos. In Godinho, V. M. – Ensaio e estudos – compreender o mundo de hoje. Volume II. Lisboa: Sá da Costa: 2010, p. 503-515. Citado por Sousa, J. M. Guedes de – ob. cit., p. 21.

os anos vinte e cinquenta do século XX<sup>89</sup>, confrontando-se no último lustro da década de quarenta com um aumento significativo do número de alunos a que se associava a crescente degradação das instalações, no antigo espaço do convento de Jesus, no piso inferior do edifício da Academia das Ciências de Lisboa. Na época em que Magalhães Godinho por ali passou, um reduzido número de professores – cerca de seis – asseguravam o serviço docente de história, num *ratio* de cerca de três a quatro cadeiras por docente, de temas e épocas variadas, de que só poderia resultar na falta de preparação dos professores e conduzir a um ensino generalista<sup>90</sup>. A apreciação de Oliveira Marques, que frequentou os bancos de estudante quinze anos mais tarde, entre 1952 e 1956, em texto marcado pelo pendor memorialista e autobiográfico, não é muito diferente, considerava que as instalações de uma escola do século XVIII não seriam piores que as instalações no piso térreo do convento de Jesus e, aos professores, classificava-os como «mediócras ou mesmo francamente maus»<sup>91</sup>. Já sobre os métodos e o estudo, Oliveira Marques dá-nos conta que na época não existiam sebentas na faculdade de letras, o que classificava como um aspeto positivo, e que os alunos da licenciatura em ciências históricas e filosóficas estudavam a partir de apontamentos das aulas e da «vasta» bibliografia, sobre importantes fontes e manuais. Na sua maioria em francês, referenciando o autor, coleções como a «Que sais je?» ou a «Philosophes», bem como os manuais da «Clio», a «Peuples et Civilisations», da «Histoire Générale» ou da «Évolution de L'Humanité», concluindo que «permitiam colmatar as deficiências do ensino e adquirir conhecimentos sólidos e atualizados»<sup>92</sup>.

Para ambos os reputados historiadores, as vivências e os espaços de socialização criados na faculdade, ainda que por razões e processos muito diversos, parecem ter-se revelado importantes para a sua aprendizagem e formação. Na época de Magalhães Godinho, a «faculdade dos alunos»<sup>93</sup> constituiu um campo

---

<sup>89</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1988, pp. 158-163.

<sup>90</sup> Cf. Sousa, J. M. Guedes de – ob. cit., pp. 19-22.

<sup>91</sup> Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 433.

<sup>92</sup> Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 435.

<sup>93</sup> Expressão usada por Mário Soares que foi aluno da Faculdade de Letras naquela época. Soares, M. – *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974, p. 41.



de aprendizagem, de intervenção e de socialização. Um ambiente marcado por uma cultura de resistência com referências culturais próprias, como foi o caso da imprensa periódica, exemplo disso foram *O Diabo*, a *Seara Nova* – António Sérgio constituía uma referência cultural e cívica – ou a tantas vezes efémera imprensa universitária. Os cafés, mas também os protestos e as manifestações dos inícios de quarenta, constituíram espaços de socialização, numa rede social com regras próprias, muitas vezes com ligações políticas a organizações clandestinas, como era o caso do PCP. Este ambiente propiciou, a toda uma geração de alunos, uma importante dimensão formativa, vincadamente autodidata e que, de resto, Godinho não deixou de destacar<sup>94</sup>. De outro teor e natureza são as asserções de Oliveira Marques, para quem as aprendizagens se prolongavam para além das aulas, sendo frequentes os contactos informais entre professores e alunos – «um aspeto positivo do ensino» –, passeando nas ruas ouvindo os «mestres», em deslocações a casas destes ou em tertúlias de café, existindo professores «deficientes na cátedra» que se revelavam «exce-lentes conversadores e bons pedagogos» fora do espaço escolar. No cômputo global, ainda assim, Oliveira Marques, como que responsabilizando o «conúbio monstruoso», chega a comparar as onze cadeiras de história que realizou com as cerca de vinte e uma da licenciatura em história, nos alvares da década de noventa do século passado, considerando que a preparação era deficiente, particularmente nos temas de história e história da filosofia dos séculos XVI a XX – reduzidas a uma cadeira em cada ramo – e igualmente em história de Portugal, sendo comum o que considerava ser «o vício do começar pelo princípio», resultando no conhecimento dos «primeiros tempos de cada período considerado, com ignorância total dos médios e derradeiros»<sup>95</sup>, de que resultava invariavelmente, dizia, que os programas nunca se cumprissem.

---

<sup>94</sup> Cf. França, J.-A. – *Memórias para o ano 2000*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; Godinho, V. M. – ob. cit.; Serrão, J. – Os anos 40. Condicionismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação. In *Os anos 40 na Arte Portuguesa. A cultura nos anos 40. Colóquios*. Volume VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 13-31; Soares, M. – ob. cit., pp. 35-59. Como salienta Guedes de Sousa os textos de José-Augusto França, Joel Serrão, Mário Soares e Vitorino Magalhães Godinho apontam para a importância do autodidatismo das suas formações. Sobre as ideias que aqui explanamos veja-se: Sousa, J. M. Guedes de – ob. cit., pp. 22-25.

<sup>95</sup> Idem, ibidem, pp. 433-436.

O «vício de começar pelo princípio» pode ajudar a explicar a razão pela qual, em momentos em que a história de Portugal tinha caráter bianual, os programas se mantiveram quase exclusivamente no período medieval<sup>96</sup>, obrigando-nos a complexificar a nossa análise, constatando que a simples duplicação das cadeiras de história pátria não significaria, necessariamente, o alargamento do período histórico estudado, para o que concorreria entre outros aspetos, nesta época, o caráter *subversivo* que o Estado Novo conferia ao estudo da história contemporânea e a que também não seria alheio o posicionamento epistemológico e metodológico da larga maioria do corpo docente, perfilhando o paradigma historicista metódico e positivo. Do ponto de vista global da formação em História de Portugal, a análise não pode ser confinada a uma mera questão de número de disciplinas, tanto mais, como salienta Reis Torgal, a introdução da dissertação para conclusão da licenciatura, implicaria, na maioria das vezes, o desenvolvimento de um processo de investigação no âmbito, precisamente, da História de Portugal<sup>97</sup>. No quadro disciplinar, em Coimbra, neste segundo período de vigência da licenciatura em ciências históricas e filosóficas, nos anos letivos de 1931-1932 a 1955-1956, o programa incluía o estudo da formação da nacionalidade até à crise nacional, a crise de 1383-1385, com predomínio dos «grandes acontecimentos e personalidades», da «história institucional, política e militar e da história da cultura erudita»<sup>98</sup>. Na década de cinquenta do século XX, em Lisboa, no âmbito da mesma disciplina, abordar-se-iam, fundamentalmente, temas como «as origens, o condado portugalense, a reconquista e, às vezes, a crise de 1383-1385»<sup>99</sup>. A avaliar pelas fontes e testemunhos que aqui mobilizamos parece ter existido uma proximidade, aparente ou não, entre os conteúdos estudados em ambas as universidades, ainda assim, não é desprezível a importância e a autonomia que cada docente teria no tratamento dos mesmos. Sobre o papel de cada

---

<sup>96</sup> Nunes, J. P. A. – ob. cit., p. 112.

<sup>97</sup> Cf. Torgal, Luís Reis – Ensino da História. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., p. 484.

<sup>98</sup> Cf. Nunes, J. P. A. – ob. cit., p. 123.

<sup>99</sup> Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 434.

docente e a sua importância para a formação do corpo docente escrevia Oliveira Marques:

Um bom elenco de professores poderia, eventualmente, melhorar a fraca preparação de base, insistindo em aspectos metodológicos e leccionando, quer visões de conjunto quer um ou dois temas monográficos exemplificativos. Mas não sucedia assim<sup>100</sup>.

Dez anos antes, durante a sua efémera passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa como professor extraordinário contratado, Godinho, pelo seu empenho nas tarefas pedagógicas, pelos seus métodos e pela sua produção científica teria satisfeito os quesitos de Marques. Na linha da dispersão que já assinalámos na distribuição de serviço docente, Godinho lecionou História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Clássica, História Medieval, Numismática e esfragística, as aulas práticas – e por falta de professor, igualmente as teóricas – de História dos descobrimentos e da colonização portuguesa e de História moderna. Como destaca o estudo de Guedes de Sousa, nomeadamente a partir das fichas de sumário das aulas de Magalhães Godinho, este privilegiou a leitura e o comentário de fontes procurando desenvolver o sentido crítico em relação às fontes históricas e, simultaneamente, estimulando os alunos a abandonarem o papel passivo na sala de aula, apontando, por um lado, a necessidade de interrogar a fonte e desenvolver a capacidade de interpretação e, por outro, privilegiando a apresentação de trabalhos ao longo das aulas. Recorrendo a aulas de discussão sobre um tema dado, Godinho promoveu a reflexão sobre a história e a historiografia, instigando o debate em torno do ofício de historiador. Uma das vertentes características do seu magistério foi precisamente o estimular a reflexão epistemológica e metodológica da história. De salientar, ainda, a consonância entre a atividade docente e a produção científica do historiador. Posicionamento, naturalmente contra-hegemónico, que encerraria com uma saída polémica de Magalhães Godinho da Faculdade de Letras, de que resultou um abaixo-assinado dos alunos contra a sua saída,

---

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, p. 433.

com a não renovação do seu contrato por razões que fontes recentes parecem apontar para justificações de natureza político-ideológica, como o historiador defendeu<sup>101</sup>.

### Quadro 3

INSCRIÇÕES NAS DISCIPLINAS	PRECEDÊNCIAS
História medieval	História da antiguidade oriental
História moderna e contemporânea	História medieval
História da filosofia medieval	História da filosofia antiga
História da filosofia moderna e contemporânea	História da filosofia antiga História da filosofia medieval

Já no domínio da avaliação, a legislação revelava-se particularmente normativa. Estabelecia um conjunto de precedências (quadro 3<sup>102</sup>) e definia, para admissão a exame final, a presença em dois terços do total de lições magistrais, igual número em sessões de trabalhos práticos e como média de frequência nestes últimos, no mínimo, de dez valores. Já a classificação de catorze valores nos trabalhos práticos determinava a dispensa de exame. O exame, realizado por disciplina, constava de prova escrita (escrita e oral para os alunos voluntários) que deveria exigir «duas séries de trabalhos: respostas a um questionário e elaboração de um exercício sobre um ponto do programa»<sup>103</sup>. O grau de licenciado adquiria-se por meio de prova de defesa de uma dissertação e provas nas disciplinas de História geral, História de Portugal, Psicologia experimental, História da filosofia moderna e contemporânea e Lógica e metodologia. No penúltimo ano de vigência deste modelo, o então aluno Oliveira Marques, realizou quatro exames orais e um exame escrito de Lógica e metodologia, sobre pontos fixados antecipadamente mas cujos temas não tinham sido tratados ao

<sup>101</sup> Cf. Sousa, J. M. Guedes de – ob. cit., pp. 25-41; 158.

<sup>102</sup> Cf. Decreto n.º 18:003, de 25 de fevereiro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 46, de 25 de fevereiro de 1930.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*.

longo do curso. A propósito da apresentação e defesa da dissertação, Oliveira Marques testemunha:

Escolhi um tema vastíssimo, *A Sociedade em Portugal nos séculos XII a XVI*, mas tive a sorte de encontrar documentação de arquivo praticamente inédita que ajudou a compensar o absurdo do tema e a má orientação recebida<sup>104</sup>.

O testemunho permite-nos assinalar, reforçando ideia já expressa, que, neste caso, a temática da dissertação incidiu sobre a história de Portugal como, provavelmente, terá acontecido na maioria das vezes. Por outro lado, ilustra o trabalho de arquivo solicitado aos estudantes de ciências históricas e filosóficas, no âmbito da história, e que permitiu a Oliveira Marques utilizar «documentação de arquivo praticamente inédita». O seu curto comentário leva-nos a destacar estoutro tema, o da orientação, muito relevante e significativo no que refere à produção, reprodução e divulgação da história, na medida em que nos permitiria aceder a processos e formas de construção do conhecimento histórico, e sobre a qual o conhecimento é limitado ou inexistente. Seria interessante desenvolver uma investigação nesta área, pois sob ela, impende o risco de perda definitiva, um elemento que poderia revelar-se importante para a compreensão da *fabricação* da história, traço essencial da memória coletiva. Situação tanto mais premente, quando pensamos em épocas mais recuadas, na medida em que, muito provavelmente, por ausência de registos escritos, só a recolha de testemunhos orais permitirá captar essa dimensão da formação em história, com base em relatos da orientação das dissertações (licenciatura e doutoramento para este período).

Entre 1930 e 1957, o título de doutor na secção de ciências históricas era conferido ao licenciado que fosse aprovado nas provas de História geral, História de Portugal e História dos descobrimentos e da colonização portuguesa e realizasse, simultaneamente, a defesa de uma dissertação que constituísse um trabalho original e expressamente para o efeito, versando naturalmente as temáticas do âmbito da secção<sup>105</sup>. Ora, as dissertações, de licenciatura e de

<sup>104</sup> Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 437.

<sup>105</sup> Cf. Decreto n.º 18:003, de 25 de fevereiro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 46, de 25 de fevereiro de 1930.

doutoramento, constituem um indicador da produção científica universitária e, no caso de se revelarem inovadoras, parece-nos que seria relevante compreender o seu processo de construção e desenvolvimento bem como constrangimentos e condicionalismos ou apoios relevantes, dimensões importantes para captar o ambiente e o trabalho universitário, neste caso particular, no domínio da história. Neste período e contexto, com carácter renovador, já têm sido destacados os contributos de Virgínia Rau (1907-1973) e de Jorge Borges de Macedo (1921-1996)<sup>106</sup>.

Destaquemos aqui Virgínia Rau, com carácter paradigmático, pelo facto de ter realizado todo o seu percurso no quadro deste modelo de formação. Medievalista, Rau desempenhou papel relevante na renovação metodológica da história, em Portugal, e desde cedo terá tido contactos com o movimento de transformação da historiografia francesa, liderado por Marc Bloch e Lucien Fèbvre, durante uma *viagem de estudo* na Europa, que terá tido início em 1927, com permanências em França e na Alemanha. Autora, de vasta bibliografia, desenvolveu estudos pioneiros no âmbito da história económica e social nomeadamente, sobre o Antigo Regime. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa, de 1939 a 1943, tendo concluído com a dissertação de licenciatura, hoje um clássico, intitulada *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*<sup>107</sup>. Doutora em 1947, com a dissertação *Sesmarias Medievais Portuguesas*<sup>108</sup>, foi professora extraordinária e obteve a cátedra em 1952. A sua obra é sustentada numa sólida base documental, com recurso à análise quantitativa, em que emerge uma preocupação em articular o económico e social com fatores de diversa ordem, denunciando uma atualização metodológica, visível no entendimento e empenho na construção de uma história global<sup>109</sup>.

---

<sup>106</sup> Cf. Mendes, J. M. Amado – A renovação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., pp. 277-344; Rau, Virgínia – *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Introdução e organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1984; Macedo, J. Borges de – *Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

<sup>107</sup> Lisboa: Editorial Presença, 1983 [1943].

<sup>108</sup> Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, 1946. Dissertação de doutoramento.

<sup>109</sup> Cf. Mendes, J. M. Amado – A renovação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., pp. 294-297; Rau, Virgínia – ob. cit., 1984.

## A licenciatura em história (1957-1968)

A nova estrutura de estudos humanísticos para as faculdades de letras surgiu num contexto de mudança estrutural da formação social portuguesa (demográfica, económica e social) e de ajustamento do papel de Portugal no mundo, em face das transformações ocorridas após 1945. Sem perder de vista a preocupação da inculcação ideológica, o ensino emergia, agora, investido da função de contribuir para o crescimento e modernização económica, num ambiente de procura otimista da educação, através da preparação de mão-de-obra qualificada. Francisco de Paula Leite Pinto, à data Ministro da Educação Nacional (1955-1961), cuja ação, a par com o seu antecessor, Pires de Lima (1947-1955), foi responsável pela mudança de orientação da política educativa, articulou a preocupação com o planeamento educativo, visível na participação de Portugal no Projeto Regional do Mediterrâneo, com um discurso de *generalização* da educação, sintonizado com a ideologia político-educacional própria do desenvolvimento capitalista europeu, acomodando o *ocedeísmo* a Portugal<sup>110</sup>.

O preâmbulo do decreto começava por considerar que a estrutura dos estudos humanísticos se mantinha, genericamente, a estabelecida em 1911. Salientava-o, especificamente, referenciando o plano de estudos, o elenco das disciplinas e o regime docente. Contudo, no entender do legislador, a evolução das ciências do espírito, mobilizando aqui uma classificação das ciências que se filiava em Wundt e fora a utilizada precisamente na arrumação das ciências em 1911, considerando que a evolução, em termos de métodos, de recursos – bibliográficos e instrumentais – e de ramificação do campo do saber, exigiam, naquele momento, a especialização. Sem perder de vista o caminho percorrido, considerava que o campo das humanidades, *lato senso*, em termos institucionais, estava «longe de ser atualizado e eficiente», quer fosse no domínio do ensino ou no da investigação, o que tornava a renovação das faculdades de letras num «dos mais urgentes problemas nacionais»,

---

<sup>110</sup> Cf. Mota, L. – *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História*. Tomo I. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2006. Dissertação de doutoramento. Veja-se particularmente o ponto 2, do capítulo II, pelo sentido da análise e pelas referências bibliográficas de que a interpretação é devedora, pp. 119-191.

pelo que se impunha a reforma da sua «Lei Orgânica». A missão destas faculdades passaria a ser a de formar especialistas mas acautelavam-se os limites dessa especialização, esta teria de ser compaginada com a tradição cultural universitária e integrada numa ampla formação cultural, limitando o tecnicismo e o conseqüente cercear de horizontes. Acometiam-se-lhes três finalidades, desde logo, a formação de uma elite em humanidades, de «um escol» na retórica do diploma, a preparação profissional, em especial, de professores do ensino secundário, em geral, e liceal, muito em particular, mas também de peritos para outras áreas da vida cultural e, finalmente, o treino para a investigação científica no domínio das diferentes disciplinas de letras. No âmbito deste quadro analítico discutiam-se «os grandes inconvenientes» do regime de estudos definido em 1930, para se concluir pelo sentido e alcance da reforma das faculdades de letras que consignava modificações em diferentes planos, desde o organograma da faculdade e no quadro das disciplinas, nos planos das licenciaturas, no regime de frequência, no regime de exames – incluindo o ato de licenciatura e das provas de doutoramento<sup>111</sup>.

Considerando a multiplicidade e a heterogeneidade das disciplinas dividiam-se as Faculdades de Letras em duas secções, ciências filológicas e ciências históricas, geográficas e filosóficas, que por sua vez eram constituídas por seis grupos, sendo o de história o 4º grupo, existindo um conjunto de cadeiras anexas – História do Cristianismo (anual), em Coimbra, História da Música e Língua Hebraica (bianual), e em Lisboa, Estudos Camonianos (anual) e Língua Árabe (bianual) – e quatro disciplinas de história da cultura, catalogadas como não agrupadas – clássica, medieval, moderna e portuguesa. Estas últimas constituiriam a charneira da especialização. O decisor político, com base no que considerava ser a avaliação da experiência, ilustrada nos «inconvenientes pedagógicos», bem como o desejo de uma «maior especialização» e uma «mais eficiente» preparação – que implicaria, só por si, o aumento de um número de disciplinas – determinava a criação de uma licenciatura em história e uma outra em filosofia. Contudo, o sentimento de

---

<sup>111</sup> Decreto n.º 41341, de 30 de outubro. In Diário do Governo. I Série. N.º 246, de 30 de outubro de 1957.



que era «tão precisa ao historiador a formação filosófica como o saber histórico ao especialista de filosofia», o legislador optou por criar quatro cadeiras de história da cultura de âmbito «filosófico e historiográfico», alcançando o que considerava ser uma situação equilibrada<sup>112</sup>.

Quadro 5

ANO	DISCIPLINAS	1.º ANO		2.º ANO		3.º ANO		4.º ANO		5.º ANO				
		1.º S	2.º S	3.º S	4.º S	5.º S	6.º S	7.º S	8.º S	3.º S	4.º S			
		T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	
1.º	Teoria da História	2	2	2	2									
	Pré-História	2	2	2	2									
	História da Antiguidade Oriental	2	2	-	-									
	História da Civilização Grega	-	-	2	2									
	Paleografia e Diplomática	2	2	2	2									
	Introdução à Filosofia	2	2	2	2									
2.º	História da Civilização Romana			2	2	2	2							
	História da Cultura Clássica (disciplina não agrupada)			2	1	2	1							
	Arqueologia			2	2	2	2							
	História da Arte			2	2	2	2							
	Epigrafia			2	2	-	-							
	Numismática <i>Disciplina de opção</i>			-	-	2	2							
3.º	História da Idade Média					2	2	2	2					
	História da Cultura Medieval (disciplina não agrupada)					2	1	2	1					
	História de Portugal I					2	2	2	2					
	História da Arte Portuguesa e Ultramarina					2	2	2	2					
	<i>Disciplina de opção</i>					-	-	-	-					
4.º	História Moderna e Contemporânea							2	2	2	2			
	História da Cultura Moderna (disciplina não agrupada)							2	1	2	1			
	História de Portugal II							2	2	2	2			
	História da Expansão Portuguesa							2	2	2	2			
	História do Brasil							-	-	2	2			
	<i>Disciplina de opção</i>							-	-	-	-			
5.º	História da Cultura Portuguesa (disciplina não agrupada)										2	2	2	2
	História do Cristianismo (cadeira anexa)										2	2	2	2
	<i>Disciplina Seminário</i>										-	-	-	-

<sup>112</sup> Idem, ibidem.

O plano de estudos, constante do quadro 5<sup>113</sup>, apresenta uma alteração na duração do ciclo de estudos, passando a licenciatura em história a ter a duração de cinco anos. No que se refere às cadeiras, observa-se um claro reforço da formação e das disciplinas do grupo de história (cerca de 61,5% do plano de estudos, se se considerarem apenas as cadeiras do 4º grupo e sem incluir o seminário), num total de dezasseis sendo que dez eram anuais, uma bianual – História de Portugal I e II – e cinco semestrais<sup>114</sup>. Com exceção da Introdução à Filosofia, do 6º grupo, e da generalidade das opções disponíveis, as demais entravam na distribuição de serviço do 4º grupo. O plano de estudos contemplava, ainda, as quatro disciplinas não agrupadas, as histórias da cultura e uma cadeira não anexada – História do Cristianismo, ou seja, vinte e duas disciplinas encontravam-se pré-definidas, a que acresciam mais três opções a realizar no 2º, 3º e 4º ano, e disponibilizadas de entre um conjunto especificamente estabelecido para a licenciatura em história (quadro 6<sup>115</sup>). A oferta de opções para a licenciatura em história compunha-se de cadeiras provenientes de todos os grupos da Faculdade de Letras. O plano ficava completo com o curso de seminário, destinado especialmente à orientação das dissertações de licenciatura e ao ensino prático dos métodos de investigação<sup>116</sup>.

Numa análise mais detalhada das transformações ocorridas no sentido da especialização, destaca-se, desde logo, o reforço de História de Portugal e de História da Colonização Portuguesa com as disciplinas de História de Portugal I e II (3º/4º ano), História da Cultura Portuguesa (5º ano), História da Expansão Portuguesa (4º ano) – cuja alteração de designação pode estar relacionada com o quadro político internacional e a adequação do discurso diplomático do Estado Novo<sup>117</sup> –, História do Brasil (8º semestre) e História da Arte Portuguesa e Ultramarina (3º ano). De igual modo, foram reforçadas, no número de disciplinas, a história da arte e a arqueologia. De assinalar a

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>114</sup> Em 1967, por alteração legislativa, as disciplinas anuais de Arqueologia, História da Arte e de História da Arte Portuguesa e Ultramarina, passam a constituir um subgrupo. Cf. Decreto n.º 47609, de 27 de março. *Diário de Governo*. I Série. N.º 73, de 27 de março de 1967.

<sup>115</sup> Idem *ibidem*.

<sup>116</sup> Idem *ibidem*.

<sup>117</sup> Cf. Nunes, J. P. A. – *ob. cit.*, pp. 84-85.

**Quadro 6**

DISCIPLINAS DE OPÇÃO PARA A LICENCIATURA EM HISTÓRIA	
Língua Latina - I e II	Língua Hebraica - I e II
Literatura Latina - bial	Língua Árabe - I e II
Literatura Portuguesa - I, II e III	Geografia Humana - bial
Literatura Brasileira	Etnologia Geral
Língua Inglesa - trienal	Etnologia Regional
Língua Alemã - trienal	História da Filosofia Antiga
Língua e Literatura Espanhola	História da Filosofia Medieval
Língua e Literatura Italiana	História da Filosofia Moderna e Contemporânea - bial
História da Cultura e das Instituições Inglesas	Estética e Teorias da Arte
História da Cultura e das Instituições Alemãs	

introdução de uma cadeira, Teoria da História, que versava sobre os aspetos de epistemologia e metodologia da história, ainda que o seu posicionamento, no início do curso ou no fim – para onde foi transferida pelas alterações introduzidas pelas alterações de 1968<sup>118</sup> –, justifique um questionamento sobre o entendimento do legislador para esta cadeira, se uma abordagem pelo viés metodológico, aparentemente mais consentânea com a arrumação que lhe foi dada em 1957 ou, ao invés, uma proposta de leitura mais focalizada numa «teoria do acontecer histórico»<sup>119</sup>. Esta nossa análise não ficaria concluída sem uma referência à História do cristianismo cuja importância resultava de ser obrigatória e estar localizada no 5º ano, constituindo, em Coimbra, uma espécie de apologia do cristianismo católico<sup>120</sup>, e em Lisboa, revelava-se pouco

<sup>118</sup> Cf. Decreto n.º 48627, de 12 de outubro. Diário de Governo. I Série. N.º 241, de 12 de outubro de 1968.

<sup>119</sup> Cf. Homem, A. L. Carvalho – ob. cit., 2011, pp. 23-27. Veja-se, sobre a disciplina de Teoria da História, a análise, com base nos sumários, de Catroga, F. – Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira no ensino de Teoria da História. In *Revista Portuguesa de História*. Tomo 36. Volume II, 2002-2004, pp. 125-134.

<sup>120</sup> Cf. A asserção de Avelãs Nunes tem por base a análise dos livros de sumários. Nunes, J. P. A. – ob. cit., p. 86.

científica e «muito mais catecismo alargado do que outra coisa»<sup>121</sup>. Assinale-se a manutenção das designadas ciências auxiliares da história, sempre servindo mais este ou aquele período da história, nomeadamente a pré-história e a história da antiguidade, casos da Epigrafia e Numismática, e o período medieval, a Paleografia e Diplomática, constituindo a Arqueologia um veículo de estudo do período charneira entre estes dois, de resto, bem representados no currículo<sup>122</sup>. Constância, muito significativa, foi a manutenção do reduzido espaço concedido à história contemporânea, visível em duas ausências, primeiro de autonomia do estudo do Portugal Contemporâneo, ilustrada pela existência de uma cadeira de história moderna e contemporânea e, depois, na inexistência de uma história da cultura contemporânea em contraponto com as restantes dedicadas à época clássica, medieval e moderna. Um alhear do estudo da época contemporânea, a que não será estranha a aversão intrínseca do regime e da qual não terá descolado o próprio ensino e aprendizagem, como o parecem demonstrar as linhas de conteúdos, nomeadamente as de história de Portugal<sup>123</sup>.

### Quadro 7

INSCRIÇÕES NAS DISCIPLINAS	PRECEDÊNCIAS
História da Civilização Romana	História da Antiguidade Oriental História da Civilização Grega
História da Idade Média	História da Civilização Romana
História Moderna e Contemporânea	História da Idade Média
História do Brasil	História da Expansão Portuguesa
História da Expansão Portuguesa	História de Portugal I
História da Arte Portuguesa e Ultramarina	História da Arte

<sup>121</sup> Cf. Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 437.

<sup>122</sup> Homem, A. L. Carvalho – ob. cit., 2011, p. 24.

<sup>123</sup> Cf. Nunes, J. P. A. – ob. cit., p. 87.

Detenhamo-nos um pouco nas informações disponíveis para as cadeiras de História de Portugal I e II. Na Faculdade de Letras, em Coimbra, a renovação da cadeira, agora bianual, parece ter ficado a cargo de Luís Ferrand de Almeida, no ano letivo de 1958-1959. História de Portugal II terá iniciado o estudo nos antecedentes de 1640 e concluído com o reinado de D. João V, tendo sido abordadas temáticas de história económica e social e história das mentalidades, suportadas por uma bibliografia de diferentes épocas e correntes historiográficas. De 1959 a 1963, a disciplina de História de Portugal I, versou temas desde a formação da nacionalidade à crise do século XIV, sofreu contudo uma redução cronológica no período subsequente (1963-1964 a 1967-1968). A cadeira do 4º ano debruçou-se sobre a história de Portugal, desde os antecedentes da Restauração ao reinado de D. José I. De igual modo, em Lisboa, em História de Portugal II no final do programa, estudava-se o tempo pombalino, eventualmente, a guerra peninsular<sup>124</sup>. No seu conjunto, a orientação epistemológica e temática surgiam marcadas pelo historicismo neometódico e, como refere Avelãs Nunes, a propósito do espaço dedicado à história económica e social, ele varia, consoante o docente e sem explicação aparente<sup>125</sup>. Esta dimensão constitui, em nosso entender, uma invariante nos diferentes modelos que vimos estudando e que já aqui mencionámos. Ao atribuir, do que podemos avaliar, a esfera de decisão – ou muito desse poder – sobre os conteúdos, exclusivamente ao arbítrio individual de cada docente, não podemos deixar de nos interrogar até que ponto a unidade e a lógica organizadora do plano de estudos não era confrontada com contradições e orientações divergentes contrariando precisamente o que a manutenção das precedências<sup>126</sup> (quadro 7) poderia deixar supor. Temos no momento, neste campo, mais interrogações do que certezas. O legislador determinava, ainda assim, que os programas das disciplinas deveriam constituir um plano conjunto, a rever pelo menos de três em três anos, proposto pelo conselho escolar e sujeitos a aprovação por despacho ministerial mediante parecer da Junta Nacional de Educação.

---

<sup>124</sup> Homem, A. L. Carvalho – ob. cit., 2011, p. 24.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, p. 123-124.

<sup>126</sup> Fonte: Decreto n.º 41341, de 30 de outubro. In Diário do Governo. I Série. N.º 246, de 30 de outubro de 1957.

No âmbito da licenciatura com a criação de um quinto ano surgiram os cursos de seminário que se destinavam, particularmente, à orientação das dissertações de licenciatura e ao ensino prático dos métodos de investigação. Competiria às faculdades produzir uma proposta de regulamentação que, depois de parecer favorável da Junta Nacional de Educação, seria objeto de despacho ministerial<sup>127</sup>. Em 1961, por portaria, seriam regulamentados os cursos de seminário, anuais, com três horas semanais de trabalho e cujo número dependeria de proposta do diretor da faculdade, ouvido o conselho escolar, e autorizados pelo ministro. A matrícula num seminário revestia-se de caráter obrigatório e, mesmo os alunos voluntários, teriam de marcar presença, pelo menos, num terço das sessões de trabalho. A direção de cada seminário caberia ao professor catedrático – em caso de necessidade a um professor catedrático contratado ou um professor extraordinário – mediante proposta do diretor da faculdade. A dissertação da licenciatura seria orientada pelo diretor do seminário ou por um professor ou assistente por ele designado, sendo o tema uma escolha do aluno, de acordo com o diretor<sup>128</sup>.

Em termos organizacionais, para os alunos ordinários, as aulas teóricas e práticas eram de frequência obrigatória e mais de um terço de faltas determinava a perda de frequência na disciplina. Os elementos de avaliação consistiam na informação sobre os trabalhos práticos, os exames de frequência, de natureza escrita e por semestre, e os exames finais, a terem lugar em junho e julho, compostos por provas escritas, com a duração de três horas, e orais de trinta minutos, quarenta e cinco, no caso das disciplinas bianuais. Os conteúdos objeto de avaliação nos exames de frequência e finais teriam de versar assuntos estudados nas aulas. A licenciatura era concluída com o ato de licenciatura que consistia na defesa de uma dissertação escrita, perante um júri de três elementos, numa prova com a duração de trinta a sessenta minutos<sup>129</sup>. As normas e regras de avaliação denunciam

---

<sup>127</sup> Cf. Decreto n.º 41341, de 30 de outubro. In Diário do Governo. I Série. N.º 246, de 30 de outubro de 1957.

<sup>128</sup> Cf. Portaria n.º 18785, de 23 de outubro. Diário de Governo. I Série. N.º 246, de 23 de outubro de 1961.

<sup>129</sup> Cf. Decreto n.º 41341, de 30 de outubro. In Diário do Governo. I Série. N.º 246, de 30 de outubro de 1957.

que, às faculdades de letras, estava cometida a função de avaliar e certificar a formação adquirida.

As faculdades, pela legislação de 1957, conferiam o grau de doutor em vários domínios, de que destacamos em História e em Arqueologia e História da Arte. As provas de doutoramento eram compostas pela discussão de uma dissertação perante um júri – com a duração de noventa minutos – e dois interrogatórios, com a duração de trinta a sessenta minutos, sobre dois pontos, que no doutoramento em História deveriam versar História Geral e História de Portugal e da Expansão Portuguesa, e do Brasil e, em Arqueologia e História da Arte, as matérias deveriam tratar Arqueologia e História da Arte<sup>130</sup>.

No âmbito do magistério universitário neste período, no plano de renovação historiográfica, seja pelo viés da lecionação de disciplinas, de responsabilidade nos cursos de seminário ou das orientações de dissertações de licenciatura e doutoramento ou na sua arguição, deveremos destacar, a título de ilustração, na faculdade de letras de Lisboa, Jorge Borges de Macedo (1921-1996) e, em Coimbra, José Sebastião da Silva Dias (1916-1994)<sup>131</sup>. Com uma marcante dissertação para a historiografia portuguesa, *A situação económica no tempo de Pombal*<sup>132</sup>, Borges de Macedo concluiu a licenciatura em ciências históricas e geográficas (1944). Iniciou a sua atividade docente e de investigador universitário, em 1957, e obteve a cátedra em 1969. A sua atividade científica diversificou-se por quatro grandes áreas, história económica e social e biografia, história política e diplomática, história da cultura e teoria da história e historiografia. Para além da diversidade de temáticas, incorporou, desde o início, a teorização e a preocupação explicativa, por contraponto à mera descrição. Na sua investigação mobilizou fontes diversificadas

---

<sup>130</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>131</sup> A escolha, com mero sentido ilustrativo, de Jorge Borges de Macedo e de Sebastião Silva Dias justifica-se pela existência de informação disponível. Para além do reconhecido contributo para a renovação historiográfica, início da sua atividade docente, nas respetivas faculdades foi coincidente com o modelo de formação cuja apresentação concluímos. Mobilizamos aqui apenas algumas notas respigadas na *História da História de Portugal*, Cf. Mendes, J. M. Amado – A renovação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., pp. 297-299 e 304-311.

<sup>132</sup> Cf. Macedo, J. Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Alguns aspetos. Lisboa: Moraes Editores, 1982 [1951].

e suportada sempre em diferentes correntes historiográficas, nomeadamente, a anglo-saxónica. Atividade que partilhou com o exercício do magistério, tendo contribuído para formar e influenciar academicamente um conjunto vasto de alunos, tanto pela docência como pela orientação/arguição de dissertações. Silva Dias teve formação jurídica obtida na faculdade de direito, da Universidade de Coimbra, em 1941. Ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra quase duas décadas depois, em 1958, e tornou-se seu professor catedrático em 1970. Centrou a sua investigação inicial em áreas como a religião, a política e a sociedade, vindo a destacar-se como historiador da cultura e da história das ideias, campo que procuraria fixar. Oriundo do direito, a sua formação teórica, epistemológica e metodológica ter-se-á realizado, quicá mais visível do que noutros, no exercício da pesquisa. Inicialmente a sua produção científica surge marcada por preocupações com a heurística tendo evoluído no sentido de uma crescente atenção dispensada à teoria e à filosofia da história acompanhada de um recurso à interdisciplinaridade, na produção de uma história que concebia totalizante. Iniciando a atividade docente com a recém-criada, em 1957, História da Cultura Portuguesa, coube-lhe ainda reger História da Filosofia em Portugal e História da Cultura Moderna. A partir de 1961 passou a dirigir o curso de seminário de cultura portuguesa. Compaginando investigação e magistério, revelou, ainda, «capacidade organizativa e dinâmica de ação como gestor, no âmbito da pesquisa histórica» como o seu percurso académico e profissional bem ilustra, a par com o facto de «ter criado escola»<sup>133</sup>.

Apesar do destaque deste contributo inovador a apreciação e avaliação que estoutro professor da Universidade de Lisboa, Oliveira Marques, fez da *reforma* de 1957, não foi propriamente positiva. Considerava-a desfasada do seu tempo e atribuía-lhe um carácter «marcadamente clerical e reacionário»<sup>134</sup>, concedia-lhe, contudo, algumas vantagens e destacava o facto de ter separado a História da Filosofia. Neste seu texto, a que já nos tínhamos referido anteriormente, Oliveira Marques reporta-se ao período em que foi docente

---

<sup>133</sup> Mendes, J. M. Amado – A renovação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – ob. cit., pp. 297-299 e 304-311.

<sup>134</sup> Marques, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1991, p. 437.



da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre novembro de 1957 e 1964, onde, para além de descrever o seu serviço docente, reflete sobre a carreira universitária e avalia o peso da obtenção do grau de doutor no percurso académico e no serviço docente nestes termos:

*Mas, para além de regências, presidências de júris e orientações de teses, o doutoramento pouca autonomia nos concedia. Os doutores mantinham a denominação de «assistentes» – Primeiros Assistentes – e todo o poder e capacidade de decisão continuavam nas mãos dos catedráticos. Eram eles que administravam a Faculdade, que compunham o Conselho Escolar e que elegiam um dos seus membros para Secretário. O Director era, evidentemente, um deles, mas de nomeação governamental. Eram eles ainda quem distribuía o serviço docente, ao sabor de conveniências e caprichos, muitas vezes sobrepostos ao saber científico real. Quando os catedráticos eram especialmente autoritários e ciosos, até ao exagero, das suas prerrogativas, os doutorados podiam sofrer vexames e humilhações superiores até à dos Segundos Assistentes. Só com a situação de Professor Extraordinário, o que requeria nova tese e novas provas públicas, se ingressava no quadro e se conseguia, enfim, uma relativa independência<sup>135</sup>.*

Para concluir esta nossa abordagem dos modelos de formação em história, mais do que aferir, eventualmente até pelo cruzamento de fontes, o conteúdo da apreciação de Oliveira Marques, não podemos negar que este é um outro aspeto que não pode ser arredado de uma reflexão sobre as instituições de produção, reprodução e divulgação de discursos historiográfico, tanto mais que ele se interliga, nomeadamente com a ação que referenciámos em Jorge Borges de Macedo e Sebastião Silva Dias. O testemunho vem reforçar o que Adérito Sedas Nunes sublinhava há mais de quatro décadas, quando discutia problemas epistemológicos e de pragmática das ciências sociais e referenciava, necessariamente para efeitos analíticos, a necessidade de se considerar a ciência como corpo de conhecimentos e resultados bem como sistema de

---

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*, p. 438.

produção<sup>136</sup>. Na verdade, é importante termos presente que o conhecimento das instituições de produção, reprodução e divulgação da história passava pela compreensão de que o corpo de conhecimentos e resultados da história, dependia (e depende), do seu sistema de produção, isto é, de quem eram (ou são) os historiadores, dos meios de produção que mobilizavam (ou mobilizam) (métodos, conceitos e teorias disponíveis, instrumentos materiais, técnicas de pesquisa, recursos, etc.) e do que eram (e são) as faculdades de letras, enquanto estruturas e instituições sociais, por relação à opinião expressa por Oliveira Marques, sendo importante conhecer a sua estrutura interna de poderes e quais os mecanismos da sua gestão administrativa e científica.

## Conclusão

Como breves notas finais destaques algumas linhas de força que ao longo da narrativa fomos desfiando. Desde logo uma invariante, os modelos de ensino e de aprendizagem da história estiveram sempre associados à procura e oferta educativa de professores no ensino secundário ou liceal, a par com a preocupação da formação cultural e científica de outros quadros para a formação social portuguesa. Desde as alterações introduzidas por Jaime Moniz no Curso Superior de Letras, em 1901, ao diploma de Leite Pinto (1957) que, como vimos, sublinha a necessidade de melhoria da formação dos professores do ensino secundário, em geral, e do liceal em particular. Constitui outra invariante, a tendência irreversível, pelo menos no âmbito da política educativa do período estudado, para a especialização, com o conseqüente aprofundamento do estudo da história, em termos disciplinares e com o alargamento dos períodos mas também das temáticas.

Nas faculdades de letras durante o meio século que analisámos, existiram duas realidades organizacionais distintas. Uma, pensada na lógica do *self-government* compaginando liberdade e responsabilidade, visível na autonomia dos estudantes para a arrumação das disciplinas, na ausência de precedências,

---

<sup>136</sup> Cf. Nunes, A. Sedas - Questões preliminares sobre as ciências sociais. In *Análise Social*. Volume VIII. N.º 30-31. 1970, pp. 211-215.

no caráter facultativo das lições magistrais, na obrigatoriedade de participação nos trabalhos práticos e nos exercícios de investigação, constituindo uma oferta educativa que pretendia conferir uma formação cultural e científica para a intervenção e modernização da sociedade. Estoutra, espaldada no controlo e na conformação ideológica dos estudantes, e professores, presente-se na fixação do plano de estudos, na introdução das precedências, na obrigatoriedade das aulas, nos conteúdos lecionados mas, provavelmente, também na ambiência e no relacionamento entre alunos, entre os docentes e nas relações entre ambos. As vivências que assinalámos para a Faculdade de Letras de Lisboa parece ser exemplo do que afirmamos. A alteração do mandato para educação produziu uma evolução neste segundo modelo organizacional, focalizado não tanto no plano ideológico mas mais na preparação técnica e científica como resposta às necessidades do mercado de trabalho e à introdução da planificação em educação, muito visível na alteração do processo de avaliação, emergindo a preocupação com a certificação da formação adquirida em face do aumento significativo do número de alunos a frequentar a faculdade de letras, em geral e, em particular, as licenciaturas em ciências históricas e filosóficas e em história. Invariante no plano organizacional foi a autonomia em certos domínios, aparentemente sem restrições, de cada docente. Conteúdos, e necessariamente sobre os objetivos das cadeiras, repousavam sobre o arbítrio individual de cada docente. A questão não deixou de nos interpelar na justa medida em que essa autonomia se articulava, ou não, com a unidade e a lógica organizadora do plano de estudos, tanto mais que, dependendo do grau, se poderia tornar contraditória com a existência de precedências.

A presença exuberante das ciências auxiliares da história que, se não deixa de traduzir uma preocupação de natureza metodológica no sentido de dotar os estudantes de um aparato crítico, a manutenção do seu peso significativo denuncia as opções do historicismo neo-metódico e incrementou o estudo dos períodos desde a pré-história à época medieval. Simultaneamente, como se compreende, contribuiu para marginalizar o estudo da história contemporânea, em consonância com a desconfiança intrínseca do Estado Novo, por razões ideológicas e políticas. Ainda assim, como assinalámos, a historiografia portuguesa não deixou de se afirmar por paradigmas contra-hegemónicos, como foram os casos por nós elencados, de Virgínia Rau, Jorge Borges de

Macedo e José Sebastião da Silva Dias. Neste âmbito específico, embora também noutros, a orientação permitir-nos-ia aceder ao conhecimento de procedimentos e conteúdos, constituindo uma desocultação reveladora de dimensões importantes no domínio da produção, reprodução e divulgação da história.

Por último, as dimensões da educação informal e não formal. Na verdade, as vivências e os espaços de socialização criados, não na faculdade mas muitas vezes a partir da faculdade, ainda que por razões e processos muito diversos, parecem ter-se revelado importantes para a aprendizagem e formação dos nossos historiadores. A análise biográfica e prosopográfica é, como bem sabemos, uma importante dimensão do estudo da aprendizagem da história como, uma vez mais, fica comprovado.

### Referências bibliográficas

#### Legislação

Decreto de 19 de agosto de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume II. Lisboa, pp. 1617-1634.

Decreto de 9 de maio de 1911. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Volume I. Lisboa, pp. 816-820.

Decreto n.º 12462, de 2 de outubro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 220, de 2 de outubro de 1926

Decreto n.º 12677, de 12 de novembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 220, de 17 de novembro de 1926.

Decreto n.º 16623, de 18 de março. *Diário de Governo*. I Série. N.º 62, de 18 de março de 1929.

Decreto n.º 17063, de 3 de julho. *Diário de Governo*. I Série. N.º 149, de 3 de julho de 1929.

Decreto n.º 17305, de 5 de setembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 204, de 5 de setembro de 1929.

Decreto n.º 18:003, de 25 de fevereiro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 46, de 25 de fevereiro de 1930.

Decreto n.º 4:651, de 14 de julho. *Diário de Governo*. Iª Série. N.º 157, de 14 de julho de 1918.

Decreto n.º 4:945, de 1 de novembro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 241, 7 de novembro de 1918.

Decreto n.º 41341, de 30 de outubro. In *Diário do Governo*. I Série. N.º 246, de 30 de outubro de 1957.

Decreto n.º 47609, de 27 de março. *Diário de Governo*. I Série. N.º 73, de 27 de março de 1967.

Decreto n.º 48627, de 12 de outubro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 241, de 12 de outubro de 1968.

Decreto n.º 5, de 24 de dezembro. In *Diário de Governo*. N.º 224, de 28 de dezembro de 1901.

Decreto n.º 5:770, de 10 de maio. *Diário de Governo*. Iª Série. N.º 98, 10 de maio de 1919

Lei n.º 639 de 20 de novembro de 1916. *Diário de Governo*. Iª Série. N.º 234, de 20 de novembro.

Portaria n.º 18785, de 23 de outubro. *Diário de Governo*. I Série. N.º 246, de 23 de outubro de 1961.

**Fontes impressas e bibliografia**

- A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1919.
- Aguilar, Manuel Busquets – *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa, 1939
- Bourdé, G; Martin, H. – *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.
- Braga, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*. Tomo IV. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902.
- Catroga, F. – Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira no ensino de Teoria da História. In *Revista Portuguesa de História*. Tomo 36. Volume II, 2002-2004, pp. 125-134.
- Coelho, F. Adolfo – *Le Cours Supérieur de Lettres – mémoire*. Paris/Lisbonne: Aillaud & Cie, 1900.
- Coelho, F. Adolfo – *O Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário*. In *Notas sobre Portugal*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, pp. 437-447.
- Colecção de leis, regulamentos, portarias e ordens relativas ao Curso Superior de letras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.
- Correia, Margarita - Homonímia e polissemia - contributos para a delimitação dos conceitos. In *Palavras*, n.º 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português. Disponível em U. R. L.: [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia\\_polissemia.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia_polissemia.pdf) [Consultada a 13-9-2011].
- Couvaneiro, João L. S. F. – *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/Departamento de História, 2012. Dissertação de doutoramento em História (Especialidade: História Contemporânea). Disponível em U. R. L.: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7500> [Consultada a 13-2-2013].
- Dores, H. G. – *A História da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/Departamento de História, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em U. R. L.: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/424> [Consultado em 13-2-2013]
- Durkheim, É. – *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70 Lda., 2009
- Ferreira, A. G.; Mota, L. – Memória(s) 30 anos depois. (Entre)vistas a pretexto da formação de professores no PREC. In *Estudos do Século XX*. N.º 11, 2011, pp. 69-85.
- Ferreira, A. G.; Mota, L. – Memories of life experiences in a teacher training institution during the revolution. In *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education*. DOI: 10.1080/00309230.2012.750375. 2013, pp. 1-18 (link <http://dx.doi.org/10.1080/00309230.2012.750375>)
- Ferry, G. – *Le trajet de la formation: les enseignants entre la théorie et la pratique*. Paris: Dunod, 1983.
- França, J.-A. – *Memórias para o ano 2000*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Garcia, Manuel Emídio – Importância dos estudos históricos nas ciências jurídico-sociais e o ensino da história em Portugal. In *O Instituto*, volume XIX, n.º 4, 1874, pp. 151-153.
- Godinho, V. M. – Saudade de lutar pelo futuro. Fernando Piteira Santos. In Godinho, V. M. – *Ensaio e estudos – compreender o mundo de hoje*. Volume II. Lisboa: Sá da Costa: 2010, p. 503-515.
- Godinho, Vitorino Magalhães – *Ensaio III. Sobre Teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971
- Gomes, Joaquim Ferreira – *Novos Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986, pp. 67-96.

Homem, A. L. Carvalho – A história que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. In *Revista de História do Centro de História da Universidade*. Volume XI. Porto, 1991, pp. 227-240

Homem, A. L. Carvalho – A Idade Média nas universidades portuguesas (1911-1987). Legislação, ensino, investigação. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Volume IV, Porto, 1993, pp. 351-361

Homem, A. L. Carvalho – Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente. In *Revista da Faculdade de Letras*. II Série. Volume IV, Porto, 1987, pp. 293-307

Homem, A. L. Carvalho – Os historiadores, esses desconhecidos. In *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXIX, 1994, pp. 33-53

Homem, A. L. Carvalho – Revistas universitárias de História no Portugal do século XX. In *Revista de História das Ideias. História, Memória, Nação*. Volume 18. 1996, pp. 339-372.

Homem, A. L. Carvalho – Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em história (1957 e 1968). *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade*. IV Série. Volume 1. Porto, 2011, pp. 23-27.

Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tomo IV FRE-MER*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 2109-2110. ISBN 972-42-2809-6

Macedo, J. Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspetos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982 [1951].

Macedo, J. Borges de – *Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

Machado, F. F. – *História de Portugal. Súmula das lições magistrais de História de Portugal (1º Ano) pelo Exmo. Professor Doutor Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927-1928, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tipografia da Gráfica Conimbricense, 1928.

Magalhães, Joaquim Romero de – Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano letivo: 16 de Setembro de 2009. Coimbra: FEUC, 2009.

Marques, A. H. de Oliveira – A Universidade do Estado Novo. Memórias de um percurso universitário. In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 5. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 431-442.

Marques, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editoras, Lda., 1988

Matos, S. C. – *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Matos, Sérgio Campos – O Curso Superior de Letras e a Vulgarização Histórica em Portugal: Projetos em Confronto (1858-1901). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Atas 1. Congresso História da Universidade*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, pp. 371-373.

Matos, Sérgio Campos – O Curso Superior de Letras e a Vulgarização Histórica em Portugal: Projetos em Confronto (1858-1901). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 367-388.

- Mendes, J. Amado – A História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Investigação e Ensino (1911-1926). In *Universidade(s). História. Memória. Perspetivas. Actas do Congresso “História da Universidade” (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Volume 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 477-498.
- Mendes, J. Amado – Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 161-217.
- Mendes, J. M. Amado – A renovação da historiografia portuguesa. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 277-344
- Mónica, Maria Filomena – *D. Pedro V. Casais de Mem Martins/Rio de Mouro*: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2007.
- Mota, L. – *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História*. Tomo I. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2006. Dissertação de doutoramento.
- Mota, Luís – *A reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites*. Separata da Revista de História das Ideias. Volume 22. Coimbra: Faculdade de Letras, 2001.
- Nunes, A. Sedas - Questões preliminares sobre as ciências sociais. In *Análise Social*. Volume VIII. N.º 30-31. 1970, pp. 211-215.
- Nunes, João Paulo Avelãs – *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico: 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- Nunes, L. R. M. – *Zófimo Consiglieri Pedroso. Vida, obra e ação política*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1993. Dissertação de mestrado.
- Oliveira, António de – As Histórias da Minha Geração. Uma Perspetiva Historiográfica. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 83-98.
- Pegado, Guilherme José António Dias – *Projecto de lei da organização geral da universidade de Portugal, dedicado a Nação portuguesa [...]*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1835.
- Rau, Virgínia – *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Introdução e organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- Ribeiro, O. – Opúsculos. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 141-161.
- Sá, Victor de – Notas Sobre o Ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. Disponível em U. R. L. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2046.pdf> [Consultada a 2-8-2011]
- Saraiva, J. H. – *Álbum de memórias. 3ª e 4ª décadas (anos 40 e 40). A década da esperança e o tempo das campanhas*. [s.l.]: Edições «Sol», 2007.
- Sérgio, A. – Educação Cívica. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984 [1914].
- Serrão, J. – Os anos 40. Condicionalismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação. In *Os anos 40 na Arte Portuguesa. A cultura nos anos 40. Colóquios*. Volume VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 13-31.
- Soares, M. – *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974.

Sousa, J. M. Guedes de – Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, 2012. Dissertação de mestrado em História (História Moderna e Contemporânea). Disponível em U. R. L.: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6905/1/ulfl122521\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6905/1/ulfl122521_tm.pdf) [Consultado a 19-2-2013].

Tavares, L. F. R. – *Curso Superior de Letras: Inventário*. Lisboa: Universidade/Faculdade de Letras/ Departamento de Ciências da Documentação e Informação. 2009. Relatório de Estágio/Mestrado. Disponível em U. R. L.: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/432/1/21367\\_ulfl071255\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/432/1/21367_ulfl071255_tm.pdf) [Consultado em 13-2-2013]

Torgal, Luís Reis – Ensino da História. In Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 431-489.

Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre – *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora, 1984.



## HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA PROFISSÃO DOCENTE: ESTUDOS EM CIRCULAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL (1990-2010)

LIBANIA XAVIER

ANA WALESKA MENDONÇA

Visando contribuir para o debate sobre a historiografia portuguesa e brasileira no século XX e XXI, o presente capítulo destaca as contribuições de estudos de caráter sócio-histórico, em circulação no Brasil e em Portugal que, nos últimos trinta anos, têm exercido influência na definição de questões, temas e referências teóricas na produção acadêmica sobre a história da profissão docente. O texto se encontra estruturado em cinco tópicos. O primeiro versa sobre a produção sociológica de língua francesa que vem sendo apropriada pelos pesquisadores de ambos os países, com destaque para as contribuições de François Dubet e Claude Dubar. O segundo tópico aborda duas pesquisas de língua inglesa que contemplam a temática do ponto de vista dos *modos de produção* das identidades docentes. O terceiro tópico contempla pesquisas que abordam as condições de desenvolvimento do trabalho docente, centrando o foco sobre as ambiguidades que permeiam a questão da autonomia profissional e os processos que confluem para o *mal estar profissional* e a *proletarização*. O quarto tópico destaca a contribuição do pesquisador português António Nóvoa sobre a *profissionalização docente*, numa abordagem geral sobre a construção social e histórica da profissão na Europa Ocidental. O quinto e último tópico aborda a produção historiográfica recente, resultante do intercâmbio entre pesquisadores portugueses e brasileiros.

Nas considerações finais são avaliadas as potencialidades teóricas e práticas do conjunto de estudos selecionados.

### 1. A sociologia francesa aplicada ao estudo da profissão docente

A referência à abordagem sociológica francesa sobre socialização e identidade profissional tem orientado boa parte dos estudos sobre profissão docente, no Brasil e em Portugal. Nesses estudos, prevalece a preocupação por explicar a ideia recorrente de crise das instituições escolares e compreender suas repercussões sobre o trabalho docente. Tais questões acabam por incentivar o estudo das negociações identitárias, chamando atenção para os processos de construção – individual e coletiva – das identidades docentes. Os pesquisadores estão buscando perceber em que medida a observação das negociações em torno da construção de identidades profissionais por parte dos docentes podem revelar aspectos ainda pouco explorados a respeito dos constrangimentos políticos, das interações sociais e das dimensões simbólicas que permeiam as dinâmicas identitárias desse grupo profissional. Nessa linha, destaca-se a publicação de François Dubet, publicado na França em 2002, ainda sem tradução para o português, mas circulando em língua espanhola em reedição de 2006. Outra contribuição destacada provém do livro intitulado *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, de Claude Dubar, publicado em 1997 em Portugal pela Porto Editora e, no Brasil, pela Martins Fontes em reimpressão de 2005.

A abordagem de Dubet (2002) sobre as profissões vinculadas à educação, à saúde e ao serviço social o leva a caracterizar a profissão docente, assim como a dos profissionais da saúde e da assistência social, como profissões que se remetem ao *trabalho sobre o outro*, ou seja, *atividades assalariadas, profissionais e reconhecidas que visam explicitamente a transformar o outro*, ou, *conjunto das atividades profissionais que participam da socialização dos indivíduos* (opus cit, p. 9). A categoria proposta pelo autor de *trabalho sobre o outro* não só nos parece explicativa de certas especificidades da profissão docente, como é sugestiva a diferenciação que este autor estabelece entre os professores primários (*instituteurs*) e os professores secundários

(*professeurs*), remetendo-se, particularmente, à situação francesa. Partindo do pressuposto de que o *trabalho sobre o outro*, nas suas origens, foi concebido como parte importante de um *programa institucional*, que designa particularmente um modo de socialização e um *tipo de relação com o outro*.

Nesse aspecto, Dubet estabelece distinções entre a forma como se configurou o trabalho do professor primário e o do professor secundário. Conforme assinalou o autor, após a fase inicial de constituição da escola primária na França, em finais do século XIX, início do século XX, em que o professor primário se configurou como o *instituidor da República* (daí a sua própria denominação), esta escola sofreu uma mudança significativa no seu *programa institucional*, passando os professores desse segmento a se constituir em *especialistas da infância, da psicologia e da didática* (idem, p. 94). Para o sociólogo, o que identifica, nos dias atuais, o professor primário é o *cuidado com a criança*.

Na sua perspectiva, a situação é bem diferente no caso da escola secundária, percebida nas suas origens (e não só) como escola da *grande cultura* e da *elite*. A esse respeito, Dubet faz uma afirmativa desafiadora, quando assume que *no ensino secundário, todos os atores, ou quase todos sentem a nostalgia de um liceu tradicional, aquele que eles conheceram ou aquele com que eles sonharam* (ibidem, p. 131). Para o autor, *neste programa institucional, a vocação dos professores se definiu menos pelo ofício (métier) e pela pedagogia, do que pela disciplina ensinada* (ibidem, p. 132). Embora avalie que essa imagem encontra-se, hoje, *entre a crise e a mutação*, sob o choque da massificação do ensino, esta ainda estaria impactando a prática desses professores divididos entre o seu *estatuto* (lugar que lhe é atribuído no sistema) e o seu *ofício* (= *métier* - a maneira como ele realiza seu trabalho). Esta distinção é particularmente importante, porque aponta para a necessidade de se levar em conta as diferenças internas desse grupo profissional, quando se consideram os diversos segmentos do ensino.

No referido livro, Dubet assinala que, há quase meio século, a escola se viu submetida a duas críticas, ambas radicais. A primeira reduz a instituição e o trabalho escolar a uma vontade de poder e de dominação. Mais liberal e mais política, a segunda crítica opõe a índole fechada das instituições à diversidade e ao fluxo constante das demandas sociais, de informações e de políticas

públicas. Frente a esses fluxos, as instituições se mostram como burocracias rígidas, testemunhos de um passado dominado pelo Estado centralizador. Como observou o autor, a consciência de viver em um mundo aberto, pluralista e desagregado também provém de que a maior parte das instituições escolares perdeu o seu monopólio sobre a difusão de conhecimentos socialmente relevantes. Isto porque, na atualidade, as crianças encontram acesso a muitos outros meios que lhes abrem distintos universos culturais e a cultura escolar se torna uma cultura entre outras, mais exigente e oficial, mas não é mais a única. Ele explica que essa perda do monopólio cria um sentimento de diminuição da legitimidade e da influência da escola e dos professores, quando, jamais, os aparatos escolares tiveram tanto poder e tanta influência sobre o destino de cada um.

Para este autor, a sociologia crítica também afetou as instituições escolares, na medida em que os profissionais adquiriram uma dificuldade a mais para lidar com a indisciplina. Esta se transformou num problema, porque aqueles responsáveis por impor a disciplina, os professores, devem, também, percebê-las como manifestações justas. Assim, ao mesmo tempo em que sofreram uma perda de legitimidade de sua autoridade, os professores se viram obrigados a lidar com o aumento das resistências dos usuários dessas instituições em submeter-se às normas da disciplina escolar, muito frequentemente distantes das referências culturais de seu meio de origem. O controle da disciplina tem requerido dos professores um trabalho de justificação permanente, para o que eles necessitam mobilizar constantemente os seus atrativos pessoais. Tal situação já seria suficiente para se falar, não apenas na crise de identidade perante demandas variadas e não raro divergentes a que estão sujeitos os professores na sociedade contemporânea, como também indica a emergência de aspectos típicos do que se convencionou chamar de *mal estar profissional*. Voltaremos a este assunto no tópico 4.

A outra referência a que aludimos anteriormente é a do sociólogo francês Claude Dubar (1997; 2005). No livro *A Socialização*, o autor analisa os mecanismos de construção das identidades profissionais que se desenvolvem ao longo toda a trajetória profissional dos indivíduos e se articulam ao próprio processo de socialização. O tema é abordado a partir de dois eixos fundamentais, a saber: 1) um eixo sincrônico, ligado a um contexto de ação e a uma

definição de situação, em um espaço culturalmente marcado, e 2) um eixo diacrônico ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal, socialmente construída. Como demonstra o autor, é na articulação desses dois eixos que cada um se define simultaneamente, como ator de um sistema determinado e produto de uma trajetória específica.

A elucidação das formas de identificação socialmente pertinentes em uma dada esfera de atuações – objetivas, subjetivas e reconhecidas socialmente, as quais o autor denomina *formas identitárias* – articula dois sentidos dos termos socialização e identidade: a socialização relacional dos atores em interação em um contexto de ação (as identidades para o outro) e a socialização biográfica dos atores engajados em uma trajetória social (as identidades para si). Resultam, por fim, em uma concepção de ator que se define a um só tempo pela estrutura de sua ação e pela história de sua formação. Desse modo, a teoria sociológica apresentada por Dubar tem como ponto central a articulação entre dois processos identitários heterogêneos. O primeiro, que diz respeito à atribuição de identidade pelas instituições e pelos agentes diretamente em interação com o indivíduo, deve ser analisado dentro dos *sistemas de ação* no qual o indivíduo está inserido e resulta de relações de força entre os atores envolvidos e da legitimidade das categorias utilizadas, que são impostas coletivamente e que levam a formas variáveis de *etiquetagem*. O outro processo refere-se à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos, e só pode ser analisado considerando-se as *trajetórias sociais* por meio das quais os indivíduos constroem *identidades para si*. Nesse caso, a legitimidade irá depender daquilo que tem subjetivamente importância para o indivíduo.

Nessa linha, a construção das identidades se faz, portanto, na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades *virtuais* e as trajetórias vividas pelos sujeitos, por meio e no seio das quais se formam as identidades *reais*, em um processo constante de negociação, que se realiza dentro de um determinado *campo de possibilidades*. Para esse autor, tanto as esferas do trabalho e do emprego, quanto a da formação constituem domínios pertinentes das identificações sociais dos indivíduos, sempre pensadas como configurações relativamente estáveis, mas igualmente evolutivas. Essa análise nos parece particularmente sugestiva numa dupla direção: a relação entre biografia e identidade profissional e, igualmente, a relação inter-geracional.

Dubar considera que todas as identidades são construções históricas – sociais e de linguagem – e, como tal, são acompanhadas por racionalizações e reinterpretções que às vezes se fazem passar por essências intemporais. Mesmo considerando que a formação da identidade constitui essencialmente um problema de geração, ele alerta que cada geração a constrói com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar. Esta construção identitária adquire uma importância particular nos campos do trabalho, do emprego e da formação, nos quais os indivíduos buscam conquistar o reconhecimento de sua competência profissional, ao mesmo tempo em que participam na atribuição dos status sociais a indivíduos e grupos.

Em que pese o caráter sociológico de seus estudos, tanto Dubet quanto Dubar atribuem forte ênfase à abordagem histórica dos processos de construção social das profissões. Nessa perspectiva, enquanto o primeiro enquadra a consolidação e a crise das instituições escolares e da valorização social do professor nos limites do projeto de constituição da modernidade ocidental, o segundo chama a atenção para a cadeia geracional que constrói e remodela, incessantemente, as identidades profissionais, os desenhos institucionais e as dinâmicas sociais que se definem e reconfiguram os modos de atuação pessoal e profissional. Nesse aspecto, tanto o pesquisador britânico Martin Lawn, quanto a norte-americana Mary Dalton desenvolvem uma abordagem que se apoia na análise dos mecanismos de gestão ou, de modo mais enfático nos *modos de fabricação* das identidades docentes. De modo inverso, Ivor Goodson chama atenção para a importância do foco sobre os indivíduos e suas subjetividades, apoiado no estudo das histórias de vida de professores.

## **2. Abordagens em língua inglesa sobre as identidades docentes**

Uma abordagem que incide sobre a questão da produção e gestão da identidade docente provém dos estudos de Martin Lawn (2000), para quem o Estado promove a produção de identidades dos docentes através de suas Leis e Regulamentos, de seus discursos e intervenções na mídia, dos programas

de formação, certificação e qualificação de professores, das políticas de publicação dirigidas aos professores, entre outras formas de intervenção. Lawn destaca, ainda, que a produção de uma dada identidade é móvel e flexível o suficiente para se adaptar aos projetos políticos em curso, de modo a recompor o controle do Estado sobre a ação e o trabalho docente, adotando estratégias variadas de acordo com o contexto em que se inscreve.

Como assinala o autor, os professores são parte importante de um projeto educativo e podem aparecer como sombras, representantes ou sujeitos. Aparecem em destaque quando algo foge ao contrato de neutralidade política e comportamental estabelecido entre os docentes e a sociedade representada pelo Estado, desencadeando um estado de *Pânico Moral* acionado pela desconfiança no poder que os professores detém sobre a parte fraca da sociedade, ou seja, sobre suas crianças. Por meio desse tipo de abordagem, torna-se possível desenvolver estudos que objetivem explicitar os imperativos práticos e ideológicos da gestão do Estado sobre a identidade dos professores, identificadas por meio da observação de determinadas regras de conduta profissional, das condições de ingresso, desempenho e valorização da carreira, bem como pela atribuição de certas qualidades, funções e papéis sociais que os documentos governamentais, tais como os materiais de orientação curricular e as propostas pedagógicas oficiais declaram esperar destes profissionais.

Outros estudos demonstram que o Estado não detém o controle exclusivo da gestão das identidades dos professores. Conforme demonstrou a pesquisadora norte-americana, Mary Dalton (1996), o cinema de Hollywood em particular, se coloca como outra instância capaz de gerir a identidade docente. A autora analisou 26 filmes veiculados nos Estados Unidos, nos quais a imagem do bom professor e da boa professora é construída com base no tipo heroico que, dotado de uma personalidade especial, luta contra a instituição escolar e os colegas acomodados para desempenhar seu papel dentro do mais alto nível de comprometimento *estético-ético-político*. Retratados como tipos renegados, indivíduos fora do convencional, o bom professor / boa professora dos filmes de Hollywood se envolve pessoalmente com seus alunos, quase sempre rompendo com as regras institucionais para ajudá-los a completarem a transição entre a escola e o mundo exterior. No entanto, conclui a autora, os professores aparecem como tipos heroificados e individualizados. Jamais atuam em grupo,

não concebem a escola e o ensino como um trabalho coletivo. Por isso, esses filmes rendem belos “espetáculos”, porém, os professores neles retratados jamais conseguirão promover mudanças duráveis na instituição escolar porque não acreditam na escola como instituição pública e tampouco conseguem articular um projeto coletivo de mudança da escola e do ensino.<sup>1</sup>

Mais preocupado em entender os currículos escolares em suas relações com as histórias de vida dos professores, Ivor Goodson (2010) destaca a importância das vozes do professor no processo de investigação sobre a escola, defendendo que a análise das questões curriculares e das práticas pedagógicas pode se beneficiar da atenção para com a história de vida dos educadores e com o que eles tem a falar, pois a sua forma de atuar dentro do contexto escolar está diretamente ligada às suas experiências. O autor argumenta que os dados sobre as vidas dos professores constituem fatores importantes para os estudos de investigação educacional. As razões que ele apresenta para tal residem no fato de que os *estilos de vida* dos professores, dentro e fora da escola, bem como as suas *identidades e culturas ocultas* têm impacto sobre os modelos de ensino assim como sobre as práticas educativas. De igual modo, ele considera que os *estágios e decisões referentes à carreira* só podem ser analisadas no seu próprio contexto (Goodson, 2010:72), o que nos leva a concluir que os entrelaçamentos entre estilos pessoais e subjetivos com os contextos institucionais e as prescrições profissionais interferem nas concepções e práticas docentes e será a análise desses dados que permitirá ao pesquisador compreender *elementos únicos* do processo de ensino. Para o autor, os estudos referentes às vidas dos professores situam o indivíduo em relação com a história do seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da história de vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, as escolhas, contingências e opções que constituem os contextos de ensino, em suas práticas e representações.

Na confluência das contribuições de Goodson, Isabel Lélis (2008:56) considera que a história social dos professores se apresenta como um terreno permeado por diversas histórias que se entelaçam, remetendo-nos para a

---

<sup>1</sup> Dentre os filmes analisados pela pesquisadora, se encontram: Ao Mestre com Carinho; Mr. Holland: adorável professor; Escola da desordem; dentre outros.



construção do campo intelectual da educação e da profissão; das relações entre os professores e o Estado; da construção da escola e dos saberes que nela circulam e da própria história dos professores como sujeitos ativos no processo de construção da profissão. Se o estilo pessoal e os recursos advindos de sua história particular ganham peso na definição das identidades desses profissionais, as suas inserções institucionais e posições sociais também interferem nas concepções de mundo, do conhecimento e do ofício – compondo outro traço forte na definição dos atributos desses profissionais. Afirma-se, por meio desse tipo de abordagem, o caráter subjetivo da própria profissão, que pode ser observado por meio do estudo das trajetórias docentes, recomposta tanto no âmbito individual, como nos contextos institucionais.

Se tomarmos as contribuições destes autores para refletirmos sobre a condição docente nos dias atuais, seremos levados de volta ao sentimento de mal estar-profissional, já referido anteriormente. O processo de expansão das oportunidades escolares tem levado ao aumento das responsabilidades sociais dos professores, ampliando, também, as exigências sobre os resultados do seu trabalho, obrigando os professores a modificarem o modo como vinham desenvolvendo o seu ofício. Isso requer um processo de renegociação identitária, colocando o professor diante de seus limites profissionais. Esse processo exacerba, também, o sentimento de desamparo dos professores frente às autoridades governamentais que, muitas vezes, não têm respostas para o encaminhamento de problemas cotidianos, tal como o da violência urbana (dentre outros) que tem interferido, cada vez mais, na dinâmica das escolas situadas em locais de risco.

Outro aspecto que aparece como pano de fundo dos estudos citados tem relação com o que Dubet (2006) chamou de *declínio da instituição*. Trata-se, em linhas muito gerais, de encarar o crescente descrédito nos benefícios da modernidade, com suas promessas de inclusão e ascensão social pela escola, bem como de enfrentar o questionamento ao credo no potencial redentor do conhecimento científico. Acrescente-se a essas questões, o fim das utopias políticas apoiadas na exemplaridade de sociedades organizadas segundo o modelo comunista e socialista. É claro que todos esses processos são dinâmicos e passíveis de reversão intelectual, política e profissional. Contudo, constituem ingredientes que, no mínimo, exercem um efeito negativo para

a conformação de identidades engajadas, otimistas e confiantes no valor da ação de seu trabalho e, logo, de sua atuação profissional, agravando o sentimento de mal-estar profissional.

### 3. O pêndulo profissionalização / proletarização

A esse respeito, os estudos do pesquisador espanhol José Manoel Esteve (1999) têm sugerido uma atenção especial para as relações entre as novas demandas educacionais e a saúde dos professores. O autor associa essa sensação de mal estar a um conjunto de mudanças sociais que ocorreram nos últimos anos, tais como o advento da escola de massas; o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola, a mudança nas expectativas em relação ao sistema de ensino e o aumento das exigências em relação ao trabalho do professor, provocando a ruptura do consenso em torno aos objetivos do ensino, ao papel da escola e às funções do professor. Tal situação foi agravada, por um lado, pela difusão das críticas sociológicas ao funcionamento da escola no sistema capitalista, como nos referimos anteriormente, assim como pela desvalorização salarial do professor que agravou a desvalorização social. Os reflexos mais visíveis do *mal estar* que atinge os professores podem ser observados na grande incidência de pedidos de licença para tratamento de saúde, em particular aquelas atribuídas a transtornos psíquicos que estão sendo tratados como síndrome do esgotamento profissional, também conhecida como *burnout*.

Tais efeitos foram agravados nos últimos anos pela adoção de políticas de caráter democratizante. Se, por um lado, essas políticas expressam importantes avanços dos movimentos sociais e da própria democracia, a sua implantação tem sido feita, muitas vezes, de modo demagógico, desconsiderando as necessidades de se criarem condições adequadas para sua efetivação e continuidade. Assim, ao mesmo tempo em que trazem ganhos para a população em geral, também representam maior instabilidade para a categoria docente - que se vê obrigada a ampliar o seu raio de atuação, participando da gestão administrativa e político-social e, ao mesmo tempo, submeter o seu trabalho à apreciação pública não especializada. Conforme observou a pesquisadora

da Universidade Federal de Minas Gerias, Dalila Andrade Oliveira (2004), essa situação configura os processos de *flexibilização* e *precarização* do trabalho docente, confluindo para a sua *desprofissionalização*.

Os estudos selecionados consideram, ainda, as mudanças provocadas na organização do trabalho pedagógico e nas representações sobre a profissão docente, operadas nos últimos 50-60 anos com o advento da escola de massas. As consequências da progressiva universalização do ensino sobre o trabalho dos professores da educação básica originaram questões centrais nos estudos sobre a profissão docente, em especial nos estudos de caráter sociológico. Como observou Nóvoa (2002), nos últimos cinquenta anos, o processo de universalização do ensino levou a que a escola e os professores assumissem uma importância cada vez maior e, ao mesmo tempo, mais complexa. Por isso mesmo, os professores também se encontram cada vez mais expostos à avaliação pública e, acrescentamos nós, vêm sendo submetidos a diferentes esquemas de medição dos resultados de seu trabalho, submetidos a um sem número de avaliações, índices e rankings para medir o nível de aprendizagem dos alunos e definir a posição da escola, do sistema ou do país nas escalas hierárquicas produzidas pelos organismos de regulação da educação.

Por outro lado, os processos de estabilização e aprofundamento democrático têm reforçado as expectativas de inclusão social por meio da escolarização. Nesse processo, a adoção de políticas de diversidade, tendo em vista garantir os direitos de grupos específicos está atuando sobre as orientações políticas para a educação, introduzindo novas demandas ao trabalho do professor, como por exemplo, a ampliação de conhecimentos e disposições para atuar sobre alunos com *necessidades especiais*, tais como deficiências físicas e psíquicas; grupos beneficiados por cotas raciais, grupos que abrangem políticas de diversidades sexuais, dentre outras demandas. Este processo tem contribuído para uma exacerbação das tarefas docentes e, diante da falta de infraestrutura para apoiar os professores no atendimento a essas novas demandas, temos assistido a um processo de precarização do trabalho escolar (Oliveira:2004), com consequências negativas na saúde dos professores (Esteve:1999).

A questão sinalizada nos leva a outro tipo de abordagem que tem exercido forte influência nas análises históricas e sociológicas sobre a profissão docente. Esta provém das chamadas teorias da *proletarização*. Os artigos

publicados no Brasil, ainda na década de 1990, em um dossiê temático da Revista *Teoria e Educação* (1994) apresentam as linhas gerais desse debate teórico, identificando seus principais autores e suas teses centrais, envolvendo pesquisadores de nacionalidades diversas.

Um autor central nesse debate é o pesquisador norte-americano, Michel Apple (2000). Ele aborda a perda de controle dos professores sobre a seleção, organização e produção dos saberes que constituem a matéria prima de seu trabalho, identificando aí, um dos principais fatores de sua *desqualificação profissional*. Por sua vez, o pesquisador espanhol, Mariano Enguita (1994) observa o aspecto de ambigüidade da docência que, segundo o autor, estaria a meio caminho entre a *profissionalização* e a *proletarização*. Compartilhando características de ambos os extremos, os docentes encontram-se submetidos à autoridade de seus empregadores ao mesmo tempo em que lutam para ampliar sua margem de autonomia no processo de trabalho e suas vantagens em relação à distribuição de renda, ao poder e ao prestígio. Tal situação é demonstrada a partir da análise das características dos grupos profissionais solidamente constituídos: competência, vocação, licença, independência e auto-regulação. A tese central de Enguita é a de que os docentes encontram-se submetidos a processos cuja característica e resultado são os mesmos para a maioria dos trabalhadores assalariados : a *proletarização*.

De modo geral, os teóricos da proletarização identificam como principal fator desse processo a lógica racionalizadora do capital que impõe a *rotinização do trabalho*, o *excesso de especialização*, e a *hierarquização*, contribuindo para a *desqualificação* (separação entre concepção e execução do trabalho) e *falta de autonomia* (perda de controle e de poder decisório sobre o próprio trabalho) dos professores. De certo modo, Marta Jiménez Jáen (1994) problematiza as teorias da proletarização docente, ressaltando que esse processo assume formas específicas que nem sempre permitem a assimilação dos professores à classe operária. Assim, enquanto os teóricos da proletarização consideram as analogias com a classe operária nas quais as diferenças existentes entre as duas categorias tendem a desaparecer, a autora lembra que, de modo inverso, as diferenças encontradas são reveladoras das especificidades do processo sofrido por esta categoria profissional. O próprio Enguita (1994:44) afirma que (...) *nada permite esperar que os docentes venham a se*

*converter em um grupo profissional ou em um segmento a mais do proletariado, no sentido forte desses dois conceitos, pois eles se movem dentro de um leque de possibilidades cujos extremos continuam contidos dentro dos limites da ambiguidade própria das semi profissões.*

A definição dependerá, sobretudo, da capacidade da categoria alcançar uma unidade e solidariedade positivas no sentido de *resistir* às pressões postas pelos manipuladores do poder. A esse respeito, vários autores têm assinalado a importância da gestão coletiva do trabalho docente. Assim, por exemplo, Antonio Nóvoa (2002) chama a atenção para o modo tradicional de organização do trabalho docente nas instituições de ensino, destacando, por um lado, o caráter solitário e pessoal do ofício docente e, por outro, alertando para a importância da dimensão coletiva do trabalho escolar, denunciando, ainda, a inexistência, nesta, de espaços e tempos de partilha entre pares. Sem deixar de reconhecer as diferenças que marcam a identidade particular de cada instituição de ensino, outros autores como Hutmacher (1992) e Perrenoud (1993) fazem referência à existência de uma cultura dominante que, em geral, não permite a circulação de idéias e dificulta a auto-organização e cooperação entre os docentes. Em tal ambiente, os professores acabariam assumindo uma postura de resistência às possíveis mudanças.

Por esse ponto de vista, a abordagem sócio-histórica do processo de profissionalização docente tem colocado para os pesquisadores a necessidade de enfrentar a compreensão de uma situação extremamente ambígua, pois, ao mesmo tempo em que os professores alcançaram relativa estabilidade e regularidade em seu processo de trabalho, eles também se encontram submetidos ao controle do Estado, coerente com a condição de funcionários públicos. Desse modo, a legitimidade intelectual e a visibilidade social, então adquiridas, se chocam com os mecanismos de controle e de gestão das identidades profissionais dos professores, limitando a sua autonomia. Essa ambivalência que caracteriza a profissão docente – metade intelectuais (livre-pensadores) e metade representantes do Estado (burocratas) – representa, de certa forma, um dilema na definição da identidade profissional desse grupo. Nesse aspecto, a construção de uma abordagem sócio-histórica da temática em questão representa um avanço para a compreensão das particularidades que constituem o processo de profissionalização da categoria docente.

#### 4. A história da profissionalização docente na longa duração

Partindo de uma abordagem que chama de *sócio-histórica*, o pesquisador português, Antonio Nóvoa (1987) propõe um conceito de profissão que aponta para uma nova chave de leitura dessa problemática, que se faz a partir de uma dupla dimensão e da percepção da existência de quatro etapas ou momentos do processo de profissionalização da atividade docente, que podem ser estudadas tanto numa perspectiva diacrônica quanto numa perspectiva sincrônica. Para Nóvoa, pode-se definir profissão como o (...) *conjunto dos interesses que se relacionam com o exercício de uma atividade institucionalizada, da qual o indivíduo extrai seus meios de subsistência, atividade que exige a posse de um corpo de saberes e de saber-fazer e a adesão a condutas e a comportamentos, notadamente de ordem ética, definidos coletivamente e reconhecidos socialmente*. (Nóvoa, 1987: 49)

As duas dimensões sempre presentes em uma profissão referidas por Nóvoa são, respectivamente, o saber e a ética. Para este autor, uma profissão se caracteriza, por um lado, por um conjunto de conhecimentos e técnicas adquiridos pela experiência e, sobretudo, através de uma formação prévia. A posse de um corpo de saberes e de saber-fazer próprio, específico e autônomo com relação aos outros domínios do conhecimento, é uma das dimensões essenciais do processo de profissionalização de uma atividade; bem como a formalização dos saberes condiciona mudanças na própria organização do trabalho. Este corpo de conhecimentos e técnicas deve ser passível de ser reproduzido e transmitido a outros e não pode ser analisado de forma desligada das suas condições de produção e difusão. A competência técnica e científica concedida pelo domínio deste corpo de conhecimentos é um dos principais argumentos utilizados pelos praticantes de uma determinada atividade para profissionalizar as suas funções e melhorar o seu status sócio-econômico. Este corpo de saberes, entretanto, não é jamais um produto acabado; está em uma constante reelaboração e é fruto de uma conjugação entre os projetos do grupo profissional e as demandas da sociedade onde se encontra inserido. Desta perspectiva, a análise sócio-histórica de um grupo profissional implica que se preste grande atenção às mudanças nas suas relações com o saber.

A outra dimensão assinalada é a dimensão ética ou deontológica. O exercício de uma profissão remete-se a normas e a comportamentos éticos que orientam a prática profissional e as relações que se estabelecem entre os próprios praticantes e entre eles e os demais atores sociais. O *código deontológico*, seja ele formal ou informal, é portador de valores de ordem ideológica ou moral que visam defender e melhorar o status e o prestígio social dos membros do grupo profissional. Da mesma forma que o corpo de saberes, esta ética não é imutável, está em constante transformação, acompanhando, por um lado, a evolução dos saberes e, por outro, as mudanças nas relações entre o grupo profissional e os diferentes grupos sociais com os quais interage.

De outro ponto de vista, a profissionalização deve ser entendida como um longo processo que compreende quatro etapas fundamentais: o exercício em tempo integral, a licença estatal, a formação e a associação. Estas etapas não se sucedem linearmente ao longo do tempo. Correspondem aos *grandes movimentos* de um grupo profissional, mesmo reconhecendo que eles se caracterizam por progressos e recuos, de forma frequentemente contraditória. Para Nóvoa, estes *momentos fortes* marcam o processo de profissionalização de uma atividade e através da sua análise é possível reconstruir o seu percurso histórico.

A primeira etapa do processo de profissionalização consiste, portanto, na prática de uma determinada atividade em tempo integral, ou ao menos, enquanto ocupação principal. A questão da profissionalização só se coloca a partir do momento em que certo domínio social é ocupado por um conjunto de indivíduos que lhe consagram a maior parte do seu tempo de trabalho, buscando desta forma a sua subsistência. A segunda etapa supõe a criação, pelas autoridades públicas ou estatais, de um suporte legal para o exercício da atividade, sob a forma, por exemplo, de uma licença ou diploma. Este momento é particularmente importante para as profissões de tipo funcionário ou burocráticas, como é o caso da profissão docente, porque ela define um quadro legal de acesso à profissão. Normalmente, este quadro estabelece as condições necessárias, particularmente as que se relacionam com as competências exigidas para o ingresso na profissão, bem como institui procedimentos de recrutamento bem definidos. A definição do conteúdo destas

competências será objeto de disputa entre o Estado e os diferentes grupos profissionais. Por outro lado, o status legal delimita o campo de exercício profissional e se constitui em um dos mais importantes instrumentos de que os profissionais dispõem tanto para a proteção e melhoria dos seus privilégios, quanto para a reivindicação do monopólio da atividade que exercem. A terceira etapa supõe o estabelecimento de procedimentos para a aquisição do corpo de saberes e de saber-fazer próprio da profissão, através de uma formação específica, especializada e longa. Do ponto de vista do autor, esta formação não pode ser adquirida apenas pelo aprendizado prático e deve conter referências teóricas e, em princípio, deve ser oferecida em um quadro acadêmico e institucionalizado. As instituições de formação não transmitem apenas conhecimentos e técnicas, mas contribuem também para a difusão de normas éticas e deontológicas e para o desenvolvimento de um espírito de solidariedade entre os futuros membros do corpo profissional. A quarta etapa se constitui na organização de associações profissionais com múltiplos objetivos: definir as normas de acesso á profissão; controlar o seu exercício; permitir a demarcação, preservação e alargamento do campo social de exercício da profissão; defender os interesses sócio-econômicos e profissionais dos seus membros; proteger as normas éticas e deontológicas estabelecidas. Estas associações podem ter status e papéis muito diferenciados, de acordo com as diferentes profissões e seu poder é também bastante heterogêneo. De qualquer forma, a sua constituição significa um momento importante no processo de organização de uma profissão.

Nóvoa chama atenção para o fato de que estas dimensões e etapas devem ser estudadas em estreita relação com a evolução do status social dos membros de uma profissão, já que não se pode esquecer que o processo de profissionalização é um empreendimento coletivo de mobilidade social. Assim, a história de um grupo profissional deve tomar como eixo central a inserção e as funções sociais do grupo em questão, bem como os projetos de sociedade de que são portadores. Desta perspectiva, igualmente, deve-se abandonar totalmente a idéia da existência de um tipo ideal de profissão que se configuraria como um parâmetro para se estudar o processo de institucionalização de um determinado grupo profissional. Cada grupo deve ser estudado em sua própria gênese e desenvolvimento.



## 5. Breve balanço da produção recente

Para além das matrizes teóricas aqui destacadas, é importante identificar, ainda que de modo indicativo e pontual, os avanços atuais e as perspectivas futuras que se colocam em relação ao estudo da história da profissão docente no Brasil e em Portugal. Começaremos por apresentar um balanço retrospectivo que incide, sobretudo, na produção de estudos publicados até os anos 1990 e procura atualizar algumas afirmações pertinentes a esse período, para, posteriormente, vislumbrar perspectivas atuais e tendências futuras.

Com base em um levantamento preliminar, nós constatamos algumas características comuns no que tange à produção acadêmica sobre o tema mais geral: Profissão Docente. Em ambos os países, chama a atenção a grande quantidade de estudos que se voltam para o tema da profissão docente, sendo mais numerosa no que se refere às suas condições atuais no que tange à sua história. Nesse conjunto constatamos, uma maior incidência de estudos sobre a formação docente, em detrimento de temáticas que se voltam para a carreira profissional, condições de trabalho e associativismo docente.<sup>2</sup>

Embora não tenhamos uma investigação sistemática sobre o período mais recente, podemos afirmar que os estudos voltados para o associativismo docente, ganharam maior coerência e consistência em função dos Encontros ligados à formação de uma rede internacional de pesquisas sobre associativismo e sindicalismo docente, organizados no Rio de Janeiro, nos anos de 2009; 2010 e 2011. Tais encontros contribuíram para reunir a dispersa produção de pesquisas sobre esta temática num site próprio, além de viabilizarem a publicação de uma coletânea sobre o mesmo tema (Dal Rosso:2011).<sup>3</sup>

Em Portugal, balanço realizado por Áurea Adão, publicado em 1993, registra que, até o início dos anos 1990, a preocupação com a formação de professores suplantou o interesse pelo estudo do associativismo docente, embora

---

<sup>2</sup> Em pesquisa anterior, foram levantados 26 artigos publicados nas três principais revistas brasileiras da área da Educação (segundo avaliação da CAPES), cobrindo os anos de 2000 a 2006. Nessa amostra, foi possível observar uma acentuada preocupação com o problema da formação docente (70%), em detrimento dos estudos que analisavam questões relacionadas com a carreira e as experiências de associativismo docente (30%).

<sup>3</sup> Cf <http://nupet.iesp.uerj.br/rede.htm> acesso em 05 de junho de 2012, 22 h.

este último tema se faça presente em estudos de natureza mais abrangente, mas que, no escopo de suas análises, acabavam atribuindo atenção especial às experiências de associativismo, tal como o demonstram os estudos de Fernandes (1987); Nóvoa (1987) e Adão (1984), dentre outros.<sup>4</sup>

Outro aspecto que, segundo a autora, se fazia comum no âmbito da produção sobre profissão docente até os anos 1990 remete-se ao predomínio de estudos que se voltam para os professores primários, relegando o estudo sobre os professores secundários (ou do ensino médio) a um segundo plano. A esse respeito, é possível atualizar o balanço da produção em História da Educação tomando como base o texto de Jorge Ramos do Ó (2007) no qual o autor analisa a produção de pesquisas ligadas à pós-graduação em educação em instituições portuguesas, desenvolvidas entre 1990 e 2004. Entre aquelas que versam sobre os atores escolares, o autor identifica algumas temáticas-chave, a saber: Associativismo Docente (Amado:2000); Formação de Professores (Mogarro: 2001) e Cultura Docente (Araújo:1993; Felgueiras: 2002 e Resende : 2001). Alguns desses estudos têm circulado no Brasil, desde os anos 1990, em função dos intercâmbios estabelecidos entre pesquisadores portugueses e brasileiros interessados no estudo da História da Educação, conforme detalharemos adiante. A formação de redes de pesquisadores interessados em temáticas comuns, bem como nas histórias conectadas tem levado à publicação de um conjunto variado de estudos, em ambos os países.

Exemplar do intercâmbio entre pesquisadores é o livro intitulado *História da Escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*, organizado por Joaquim Pintassilgo, Marcos Cezar de Freitas, Maria João Mogarro e Marta Maria Chagas de Carvalho, publicado em 2006. No referido livro, a existência de uma seção relativa à *cultura impressa e circulação*

---

<sup>4</sup> Áurea Adão (1993) reconhece que, em Portugal, a história da formação docente tem merecido maior atenção que o estudo de outros aspectos a ela referentes. Segundo a autora, até a década de 1990, poucos foram os estudos sobre o associativismo docente, localizando, no início da década de 1970, o primeiro estudo sobre o tema (Gomes Bento. História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1891 a 1932), que veio a ser refundida e ampliada após o 25 de abril de 1974, incluindo o associativismo dos professores primários. Já na década de 1980, despontam os estudos de Áurea Adão (1984) e Antonio Nóvoa (1987) dedicaram capítulos especiais ao tema, enquanto Rogério Fernandes ocupou-se das primeiras tentativas de organização dos professores, nos inícios do século XIX.

*de saberes pedagógicos* apresenta resultados de pesquisas relativas aos modelos pedagógicos e culturais em circulação no Brasil e em Portugal, observando as suas formas de apropriação pelos atores sociais implicados na vida escolar. Nessa linha, são analisados manuais pedagógicos de formação de professores e outros impressos e equipamentos como livros, bibliotecas e revistas especializadas, utilizados por professores atuantes nos dois lados do Atlântico. Seguem-se a este, mais dois livros, o primeiro, organizado por Joaquim Pintassilgo e Lurdes Serrazina (2009), analisa o aspecto institucional na formação de professores em perspectiva histórica e contém estudos em parceria com pesquisadores brasileiros (Cf: Mogarro e Martinez; Mogarro e Zaia). A esta publicação, seguiu-se a publicação do livro intitulado *Formação de Professores em Portugal*, organizado por Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro e Raquel Henriques (2010), centrando foco no percurso histórico da formação de professores em Portugal, nos séculos XIX e XX.

No Brasil, a utilização dos impressos como fonte para o estudo da história da educação em geral e para o estudo da profissão docente em particular se apresenta como uma linha de pesquisa bastante profícua, inclusive na perspectiva comparada. Sobre esta linha de pesquisa, cabe citar o estudo pioneiro de Denice Catani (2003) que, a partir da análise da *Revista de Ensino*, reconstituiu a história da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, articulando temas como o associativismo docente e a utilização dos impressos na organização do ensino nesse estado. Merece registro, ainda, a publicação de Vicentini e Lugli (2009), sob o título *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*, resultado do esforço por sistematizar a história dos movimentos docentes no Brasil dos séculos XIX e XX, em especial por meio da identificação de suas associações profissionais. Nesse empenho, logram mapear um campo de estudos ainda pouco explorado pela produção de pesquisas no âmbito da história da educação. Dentre os estudos que tomam como base as fontes impressas, há os que optam por trabalhar com os manuais pedagógicos e a circulação de saberes (Correia e Batista, 2002); com os livros e revistas para professores e a circulação de modelos pedagógicos (Bastos e Mogarro: 2009; Xavier e Mogarro: 2011) ou, ainda com a análise comparada de revistas de educação e ensino no Brasil e em Portugal (Fernandes: 2008; Carvalho et al: 2007), além de outras abordagens em curso.

Ainda na linha da produção resultante de intercâmbios Brasil-Portugal, merece registro o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais que desenvolvem estudos articulados sobre a história da profissão docente. Desse modo, possibilitam o conhecimento simultâneo dos processos de construção social da profissão docente a partir de recortes temporais e espaciais específicos. Nessa linha, já se encontram em circulação estudos sobre os impactos das Reformas Pombalinas no processo de profissionalização docente (Cardoso:2002; Mendonça e Cardoso: 2008; Mendonça: 2010 e 2011); sobre emergência das escolas normais (Lopes e Martinez: 2007; Mogarro e Martinez:2009); sobre o associativismo docente em contextos de construção democrática (Lelis e Xavier: 2009; Xavier:2011); sobre valores católicos e representações de professores (Magaldi e Neves:2007), dentre outros.

Os estudos comparados sobre a história da profissão docente desenvolvido por brasileiros e portugueses apresentam aos interessados diferentes perspectivas e instrumentos de análise que poderão compor um instigante repertório teórico-metodológico de incursão no tema. Conforme observaram Souza e Martinez (2009:210), tais estudos apresentam, hoje, um olhar problematizador, tendo como denominador comum a análise das práticas discursivas que operam no interior dos diferentes espaços sociais, muitas das quais priorizam as práticas que estiveram ligadas ao processo de institucionalização das chamadas ciências da educação nos dois países.

### **Considerações Finais:**

Com relação à temática da história da profissão docente, cumpre destacar, fazendo nossas as palavras de Catani (2000), que só muito recentemente o termo *história da profissão docente* vem sendo formalmente utilizado nos trabalhos que se debruçam, de uma perspectiva histórica, sobre as questões referentes à formação de professores, aos saberes e atividades docentes, e mesmo à organização da categoria do magistério. Para ela, o que a expressão possui de elucidativo é, justamente, *a noção unificadora das várias dimensões do exercício profissional do magistério, cuja concepção exige a análise simultânea e integrada dessas mesmas dimensões* (opus cit, p. 587).

Remetendo-se à análise da produção sobre o tema apresentada nos encontros acadêmicos da área, Catani aplica a esta produção a avaliação de Nunes (1998) acerca do conjunto de trabalhos apresentados por pesquisadores brasileiros ao I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, para a primeira ainda perfeitamente válida. Segundo Nunes (opus cit), apesar da inegável renovação da área nos anos mais recentes, esta se caracteriza por uma dispersão temática e mesmo metodológica, que fragiliza os resultados obtidos. Na visão desta última autora, a área de história da educação ainda não apresenta (referindo-se à situação brasileira) um acúmulo de produção que aponte para a existência de campos de pesquisa especializados, claramente delimitados.

Em que pesem as lacunas ainda existentes no âmbito dos estudos sobre a história da profissão docente, as tradições de pesquisa em circulação aqui identificadas representam avanços importantes no que tange à produção de uma percepção diferenciada acerca de determinadas representações e expectativas em torno do papel do professor e das potencialidades e limites da escola. Este é, a nosso ver, o ponto a partir do qual esses estudos provocam o redimensionamento das análises vigentes sobre a função da escola e o papel do professor. Nesses trabalhos, tornou-se possível perceber alguns princípios centrais que contribuem para melhor compreendermos a problemática da profissão docente. Dentre estes, destacamos: 1) a importância por reconhecer que a escola e o professor são construções históricas e, portanto, nem sempre foram vistos ou se fizeram perceber da forma como são vistos hoje em dia; 2) a percepção de que a escola é responsável pela permanente criação de um público, ou seja, pela socialização dos indivíduos, que, cada vez mais, dependem da experiência escolar e, portanto, da intervenção do professor para se tornarem pessoas capazes de conviver em sociedade; 3) a constatação de que, nos dias atuais, a escola e o professor estão assumindo uma importância cada vez maior e, ao mesmo tempo, tendem a se tornar alvo de duras críticas, sendo, frequentemente, responsabilizados pelos insucessos escolares. Por fim, devemos ressaltar a importância de se considerar as potencialidades, os limites e as particularidades da atuação do professor e do trabalho escolar de modo a evitar tratá-los como panacéia para a solução de todas as mazelas sociais. Só assim será possível atenuar a culpa que

o chamado senso comum atribui ao professor e à escola quando as crianças não aprendem, alimentando a falsa idéia de que a escola e o professor podem superar os obstáculos interpostos aos excluídos em uma sociedade desigual e injusta.

### Referências Bibliográficas

- ADORNO, Teodor (1995). Tabus acerca do magistério. In *Educação e emancipação*. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- APPLE, Michael (W. (2006). Ideologia e Currículo. Porto Alegre, Artmed.
- BRANDÃO, Margarida (1999). *Modos de ser Professor*. Lisboa, Educa.
- CATANI, Denice Bárbara (2000). Estudos de História da Profissão Docente. In LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista, EDUSF.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy (2002). *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista, EDUSF.
- CARVALHO, L. M; FERNANDES, A. L. C; XAVIER, L. N.(2007). Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963). In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 15, pp. 79-99.
- CORREIA, Antonio Carlos da Luz e SILVA, Vivian Batista da (2002). Manuais Pedagógicos – Portugal / Brasil, 1930 a 1971 – produção e circulação internacional de conhecimentos pedagógicos. Lisboa, Educa.
- DALTON, Mary, (1996). O currículo de Hollywood: quem é o “bom” professor, quem é a “boa” professora? In: *Educação & Realidade*, vol. 21, n. 1, Porto Alegre (pp.97-122).
- DUBAR, Claude. (1997). *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- \_\_\_\_\_ (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: *Educação e Sociedade*. Campinas: Unicamp/Cedes, v. 19, n. 62, abr., p. 13-30.
- DUBET, François (2002). *Le Déclin de l’Institution*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Traducción de Luciano Padilla. Barcelona: Gedisa, 2006.
- ENGUIITA, M. F. (1989). *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_ (1991) A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: *Revista Teoria & Educação*, n. 4. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora Ltda, p. 41-61.

ESTEVE, Manoel (1999) *O mal estar docente*. Santa Catarina. EDUSC.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha (2008). O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana e XAVIER, Libania (2008). In: *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro, Sete Letras.

GOODSON, Ivor F (1995). *Currículo, teoria e história*. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_ (2010). A representação dos docentes: trazer de volta os professores. In: *Conhecimento e vida profissional: estudos sobre educação e mudança*. Porto, Porto Editora.

HUTMACHER, Walo, (1992). *A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento*, In: Antônio Nóvoa (coord.), *As organizações escolares em análise*. Public. Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional. Lisboa.

JAEN, Marta Jiménez (1991). Os docentes e a racionalização do trabalho em educação: elementos para uma crítica da proletarização do trabalho docente. In: *Teoria e Educação*, n. 4. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora Ltda, p. 74-18.

LAWN, Martin (2000). Os professores e a fabricação de identidades. In A. Nóvoa & J. Schriewer (Eds.). *A difusão mundial da escola* (pp.69-84). Lisboa: Educa.

LÉLIS, Isabel (2008) A construção social da profissão docente no Brasil: uma rede de histórias. In: TARDIFF, M. e LESSARD, C. *O Ofício de Professor*. Petrópolis, Vozes, p.54-66.

\_\_\_\_\_ e XAVIER, L. N (2009). O Ofício docente na voz de suas lideranças sindicais. In *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*. Universidade de Lisboa. <http://sisifo.fpce.ul.pt/>

LOPES, S. e MARTINEZ, S. (2007) A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. In *Revista Brasileira de História da Educação-SBHE*. Nº 15.

MAGALDI, A. e NEVES, C. V. (2007). Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950). In *Revista Brasileira de História da Educação-SBHE*. Nº 15.

MENDONÇA, Ana Waleska (2011). A construção da identidade do professor do ensino secundário, normal e profissional: uma abordagem comparativa. Projeto de pesquisa. Mimeo.

\_\_\_\_\_ (2011). A Reforma Pombalina dos estudos menores (1759-1794) e o processo de profissionalização dos professores secundários no mundo luso-brasileiro In: *História da Profissão Docente no Brasil* (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).1 ed.Vitória/ES : EDUFES, v.7, p. 37-58.

\_\_\_\_\_.(2010) A fragmentação dos estudos secundários e seus efeitos sobre o processo de profissionalização dos professores. *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, n.11, p.5 - 14.

\_\_\_\_\_ E CARDOSO, T. F. (2007). A gênese de uma profissão fragmentada. In *Revista Brasileira de História da Educação-SBHE*.

MOGARRO, M. J. e MARTINEZ, S. (2009). Os primeiros estudantes do ensino normal: origens sociais e formação de professores na segunda metade do século XIX em Portugal. In *A Escola Normal de Lisboa e a formação de Professores*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 61-78.

MOGARRO, M. J. e ZAIA, I. B. (2009).Do Palácio ao Calvário: escolas de formação de professores em Portugal na segunda metade do século XIX. In *A Escola Normal de Lisboa e a formação de Professores*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 41-60.

NOVOA, A. (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Lisboa, Educa.

\_\_\_\_\_ (1998). *La Profession enseignante en Europe: Analyse historique et sociologique*. Lisboa: Educa, 1998, pp. 147-185.

\_\_\_\_\_ (1994). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*. n.4, p.109-139.

\_\_\_\_\_ (1987). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII- XX siècle)*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 v.2.

Ó, Jorge Ramos do (2007) – Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. In PINTASSILGO, Joaquim e outros (org.) – A História da Educação em Portugal. Balanço e perspectivas. Porto: Edições Asa.

PINTASSILGO, J.; ALVES, L. A.; CORREIA, L. M. e FELGUEIRAS, M. (orgs.) (2007) *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*. Porto, Editora ASA, pp.35-72.

\_\_\_\_\_ FREITAS, M.; MOGARRO, M.; e CARVALHO, M.. (2006). *História da Escola no Brasil e em Portugal: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa, Edições Colibri.

\_\_\_\_\_ e SERRAZINA, L. (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a formação de Professores*. Lisboa, Edições Colibri.

\_\_\_\_\_; MOGARRO, M. e HENRIQUES, R.P.;(2010). *A formação de Professores em Portugal*. Lisboa, Edições Colibri.

PERRENOUD, P.(1993) *Práticas pedagógicas profissão docente e formação: perspectivas sociológicas*. Tradução de Helena Faria, Helena Tapada, Maria Carvalho, Maria Nóvoa. Lisboa: D. Quixote.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: *Educação e. Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, set./dez. p. 1127-1144. <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>

SANCHES, Maria de Fátima Chorão (2004). A construção discursiva da liderança escolar dos professores: da práxis revolucionária ao tempo de normalização. *Revista Portuguesa de Educação*. Universidade do Minho, número 17 (2), pp. 132-178.

SOUZA, Donald Bello e MARTINEZ, Silvia Alícia (orgs.) (2009). *Educação Comparada, rotas de além mar*. São Paulo, Xamã (pp. 167-220).

XAVIER, Libania Nacif (2011). Identidade docente nos jogos de poder: um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In ROSSO, Sady dal. *Associativismo e Sindicalismo em Educação*, Brasília, Paralelo 15.

\_\_\_\_\_ e MOGARRO, Maria João (2011). Itinerários Profissionais de Professores no Brasil e em Portugal: Redes de Intercâmbio no Contexto de Expansão do Movimento da Escola Nova. In *Revista da ASPHE*, 15 (36), Pelotas, (pp.117-136).



## EDUCAÇÃO HISTÓRICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ISABEL BARCA

CIED, UNIVERSIDADE DO MINHO

Em países de língua portuguesa é frequente encontrar-se uma confusão conceptual entre duas áreas de pesquisa educacional que por vezes se cruzam, mas são diferentes entre si: a Educação Histórica e a História da Educação. Tendo embora estas áreas algumas possibilidades ocasionais de enfoque convergente – por exemplo, sobre a discussão de modelos de Ensino da História no passado - no seu âmago elas têm objetos, metodologias e finalidades distintas. Se a História da Educação investiga diversas problemáticas educacionais em diversos tempos e lugares, segundo metodologias essencialmente historiográficas e com a finalidade de contribuir para a compreensão da Educação numa perspectiva diacrónica, a pesquisa em Educação Histórica focaliza-se no ensino e aprendizagem da História em contextos atuais, utiliza metodologias que abrangem diversos procedimentos empíricos das Ciências da Educação (que assentam nos das Ciências Sociais) e tem por finalidade contribuir - e intervir - diretamente para uma inovação refletida das práticas de ensino e aprendizagem da História.

### **Investigação em Educação histórica**

Na abordagem de Educação Histórica, centrada portanto em situações de ensino e aprendizagem atuais, a pesquisa encontra-se na interface de

vários saberes: a Teoria Curricular, a História, a Epistemologia da História, a Metodologia das Ciências Sociais, a Psicologia da Aprendizagem. Procura-se entender como é que os sujeitos - sobretudo os alunos - constroem o conhecimento em História, e que caminhos poderão ser mais frutuosos para aprofundar a qualidade dessa construção. Por tudo isto, a área de investigação em Educação Histórica reivindica um estatuto científico específico que tem como objeto principal as concepções históricas dos vários tipos de sujeitos que, no diálogo mental entre as suas ideias de senso comum e uma conceptualização mais sistematizada pelo contacto com a ciência histórica, vão evoluindo (ou não) no seu pensamento histórico. Estes princípios convergem com vários estudos educacionais em diversas disciplinas, de teor construtivista, que é considerado um paradigma que melhor responde às questões e necessidades de formação dos seres humanos na sociedade atual (ARENDS, 1997; FOSNOT, 1999). De realçar que o paradigma construtivista em Educação, embora tenha evoluído a partir de princípios que defendem metodologias de trabalho dos alunos (como as pedagogias de Freinet e de Paulo Freire), se distancia de modelos de aula ativa que não se orientem para a qualidade conceptual alojada na ciência de referência. Também se distancia do modelo exclusivamente transmissivo, que até pode ser altamente motivador:

*Não há talvez ciência mais própria para entusiasmar os jovens do que a história, mas a história animada, plástica, cheia de personagens vivas, que pensem, falem, gesticulem, obrem, se agitem, perante os olhos fascinados do neófito, em uma corrente viva e rápida, consoante com o pulsar juvenil do seu coração.* Cecília Schmidt Branco, 1891 (in TORGAL, 1996, p. 470)

Este excerto da pedagoga Cecília Schmidt remete-nos para a possibilidade da exposição docente – que deve existir mas não deve constituir-se como modelo hegemónico ao longo processo de ensino e aprendizagem – eventualmente se confundir com uma aula ativa por excelência só porque se mostra cativante para os alunos. Ao analisarmos o texto, compreendemos que a autora defende que uma temática histórica vibrantemente exposta pelo/a professor(a) causará certamente adesão e entusiasmo nos jovens que assistem a esta exposição, com “olhos fascinados”. E claro, também hoje se considera fundamental a aposta em

ganhar os jovens para a relevância de entender o pulsar da História, tão próximo das suas e nossas vidas. Contudo, se queremos desenvolver nos jovens a construção de ideias históricas, a exposição docente por mais arrebatada que seja é uma condição necessária mas não suficiente para que os jovens, além de gostarem de História, também a compreendam e relacionem de forma válida com as suas vidas. Permito-me lembrar aqui algumas memórias pessoais de quando era professora de História no ensino não superior:

*Defensora da escola ativa e da pedagogia do trabalho (ainda não se falava de construtivismo), tinha como princípio remeter para trabalhos de grupo o início da compreensão das estruturas históricas, por meio de tarefas de análise e interpretação de fontes sobre a História local e global, a partir das quais se construíam inferências de síntese; reservava a minha exposição sobretudo para os episódios narrativos com “personagens vivas, que pensem, falem, gesticulem, obrem, se agitem”, como propunha Cecília Schmidt no século XIX. Era um feliz alvoroço na sala: os alunos participavam, apoiavam ou recusavam as ações das suas personagens favoritas ou malditas. Contudo... Nos testes de avaliação sumativa não era visível uma compreensão histórica que acompanhasse esse entusiasmo geral. E um dia fiz a experiência: no final da minha exposição, propus aos alunos que narrassem, por palavras suas, a situação histórica que eu lhes contei e a que pareciam aderir tão vivamente. Percebi então que, de facto, se uma parte dos alunos se apropriava de alguns elementos significativos da trama, na esmagadora maioria as suas narrativas detinham-se em detalhes avulsos ou então as personagens e ações ganhavam contornos perigosamente ficcionais. Foram experiências como esta que me levaram a procurar respostas sistemáticas às minhas perplexidades e embrenhar-me na investigação educacional focalizada na compreensão das ideias dos agentes educativos em concreto.*

Na investigação em cognição histórica – que dá resposta a essas perplexidades - a agenda investigativa inverte a pirâmide normal das preocupações em Educação: dá-se mais destaque à busca de compreensão das ideias históricas de alunos e de professores, em aula ou fora dela, deixando para segundo plano (mas não rejeitando) os estudos sobre manuais, currículos e outros documentos de política educativa (Figura 1).



Figura 1. Enfoques da pesquisa em Educação histórica, por ordem decrescente.

Esta linha de pesquisa, que nasce em Inglaterra na década de 1970, parte do princípio de que é possível a construção de ideias históricas gradualmente mais sofisticadas pelas crianças e jovens no que respeita a natureza do conhecimento histórico, se o Ensino for orientado nesse sentido. Este pressuposto tem sido confirmado em vários estudos essencialmente qualitativos, em que a análise dos dados empíricos é feita em profundidade (ASHBY, LEE & SHELTON, 2005; BARCA, 2007a; COOPER & CHAPMAN, 2009; SCHMIDT, 2009). Confere uma especial atenção às concepções meta-históricas a partir da leitura que o investigador faz das ideias substantivas. A essa conceptualização meta-histórica costuma também chamar-se “ideias de segunda ordem”, na expressão proposta por Peter Lee em vários dos seus trabalhos, para sinalizar noções que estão imersas na compreensão da história substantiva e que tecem a natureza deste saber específico. Assim, para além de conteúdos e respectivos conceitos particulares acerca de determinado passado em estudo - por exemplo, a Independência do Brasil ou de Portugal - na análise desses saberes procura-se perscrutar que tipo de conhecimento histórico os sujeitos vão construindo. Indaga-se, então, particularmente no âmbito da cognição histórica dos alunos:

- Qual a natureza da compreensão histórica que os sujeitos manifestam – uma simples descrição sem relações entre tempos, uma listagem pré-estabelecida e desconexa de “causas” e ou “consequências”, uma narrativa explicativa fechada, ou uma outra mais pessoal, problematizada mas historicamente válida?
- Que usos fazem das várias fontes disponíveis para o estudo de um certo passado: simples transcrição, soma de informações convergentes, ou cruzamento inferencial e contextualizado de mensagens diversificadas?
- Até que ponto são considerados e “pesados” argumentos discordantes?

- Que sentidos de mudança estão inerentes às suas próprias produções (mais ou menos) históricas: progresso, retrocesso, ciclo, dialética?
- Que relevância ('significância') para a atualidade atribuem à História?

À preocupação de compreender como as crianças e jovens constroem as suas ideias em torno dos conceitos que dão consistência ao saber histórico, juntou-se na década de 1990 a de se explorar a consciência histórica dos jovens, uma ideia que se fundamenta em reflexões filosóficas de Jörn Rüsen (RÜSEN, 1993, 2001; SCHMIDT, BARCA & MARTINS, 2010). O debate filosófico de Rüsen assenta no pressuposto de que há uma necessidade de orientação temporal intrínseca nos seres humanos que se alimenta das relações conceptuais entre perspectivas de passado, presente e futuro que cada sujeito constrói. Aprofundando a compreensão em torno das inter-relações de diversos segmentos temporais com base na interpretação das fontes à maneira do historiador (uso da evidência histórica, um conceito contra-intuitivo longe de ser óbvio), os seres humanos percebem-se como parte de um contexto humano muito maior do que as suas próprias vidas e adquirem ferramentas conceptuais para (melhor?) se orientarem e se constituírem como agentes do seu próprio tempo.

Na discussão aprofundada do conceito de consciência histórica, Rüsen (1993) cartografa numa matriz conceptual a sua leitura das relações entre o saber histórico e a vida prática (*lebenpraxis*): a História com as suas teorias, métodos e formas alimenta-se dos interesses e funções da vida prática, sendo desejável que esta seja, por sua vez, por ela alimentada de forma consistente (Figura 2).

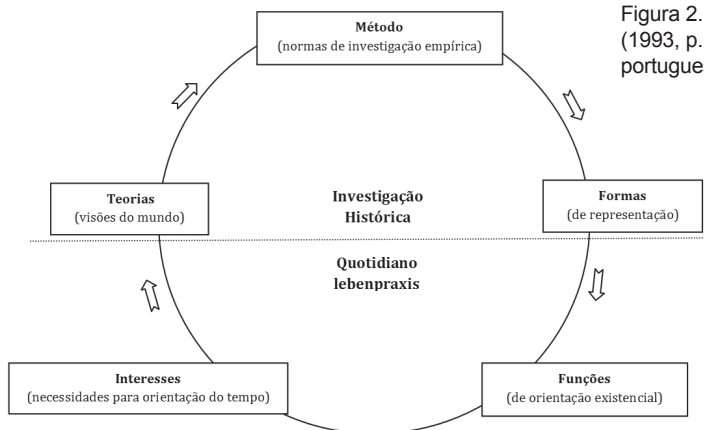


Figura 2. Matriz de Rüsen (1993, p. 6), tradução portuguesa.

A consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte e progressivamente interiorizada se torna parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no quotidiano pessoal e social. Neste contexto, a narrativa (não necessariamente apenas textual) é entendida como a face da consciência histórica, enquanto forma usual de produção dentro de qualquer escola historiográfica. Tal não significa que tudo vale como narrativa histórica. Numa postura que reconhece a validação intersubjetiva no seio da comunidade científica (MARTIN, 1998; FULBROOK, 2002), existem critérios metodológicos que tornam possível a discussão e a avaliação relativa das produções historiográficas.

### **Educação histórica: investigação em Portugal e no Brasil**

Em consonância com a investigação mais frutuosa em educação histórica que encontra a sua primeira fonte de inspiração nas pesquisas de Denis Shemilt, Martin Booth, Peter Lee e Alaric Dickinson no Reino Unido, em Portugal e no Brasil a pesquisa tem-se centrado na exploração analítica das ideias substantivas e de segunda ordem, especialmente dos alunos:

- Evidência ou interpretação cruzada de fontes diversificadas, incluindo as que contêm divergência (CARVALHO, 2010; FRONZA, 2011; PINTO, 2007; SIMÃO, 2007);
- Explicação intencional e multiperspectivada (BARCA, 2000; DIAS, 2007; FERNANDES, 2009);
- Narrativa e consciência histórica (BARCA, 2007a; CARDOSO, 2011; COMPAGNONI et al., 2006; GAGO, 2011; GEVAERD, 2011; SCHMIDT, 2008).

Discutir-se-ão aqui alguns resultados desses estudos, realizados no âmbito dos Projetos HICON (Consciência Histórica - Teoria e Práticas)<sup>1</sup> sobre narrativas de jovens colhidas em escolas de países lusófonos, nomeadamente em

---

<sup>1</sup> Projetos *Hicon I*, 2003-2007, e *Hicon II*, 2007-2011, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

Portugal e no Brasil<sup>2</sup> (BARCA, 2011; COMPAGNONI et al., 2006; RIBEIRO, 2011; SADDI & SILVA, 2011; SCHMIDT, 2008).

### **Método investigativo**

Os estudos aqui relatados, que se centraram na exploração de “narrativas históricas” numa abordagem qualitativa, tiveram como sujeitos participantes jovens portugueses e brasileiros em final de escolaridade básica (idades entre 14 e 17 anos). Com o objetivo de se garantir alguma heterogeneidade da amostra participante, realizou-se uma amostragem estratificada por regiões em cada país, selecionando-se duas turmas de escolas por cada região, de acordo com a disponibilidade das escolas. Em recolhas de dados entre 2005 e 2011, as turmas participantes pertenciam a escolas na periferia de cidades localizadas em áreas diversas: a) no Brasil, duas turmas em Curitiba, duas turmas em Goiânia e duas turmas em São Paulo; em Portugal, duas turmas em Braga, duas turmas em Faro, duas turmas em Lisboa e duas turmas no Porto.

Relativamente aos instrumentos e sua aplicação em ambiente de aula de História, e com a colaboração de professor(a) a quem os investigadores entregaram instruções procedimentais, propôs-se aos alunos a realização de duas tarefas individuais, escritas: imaginando que se encontravam num encontro de jovens de todo o mundo pedia-se, em primeiro lugar, “*Conta a História do teu país nos últimos cem anos*” e, após recolha da tarefa, pedia-se “...*Conta a História do Mundo nos últimos cem anos*”. Aos alunos estrangeiros era dada oportunidade de narrarem a história nacional do país de origem ou de acolhimento<sup>3</sup>. Cada tarefa teve uma duração de cerca de 30 minutos.

### **Narrativas de jovens portugueses e brasileiros**

A análise indutiva das produções dos jovens orientou-se pela prospeção de ideias em torno de núcleos conceptuais: estrutura narrativa, marcadores substantivos, marcos cronológicos, consciência histórica. Apresentam-se e

---

<sup>2</sup> Nos projetos referidos, investigaram-se também narrativas de jovens de Cabo Verde e Moçambique, não discutidos neste artigo.

<sup>3</sup> Foram muito raros os casos em que os alunos optaram por contar a História do seu país, pelo que aqui não serão discutidos.

discutem-se, neste artigo, alguns dos resultados em torno do núcleo conceitual “consciência histórica”. Dentro deste núcleo, exploraram-se os sentidos das mensagens dos alunos relativos a:

- Identidade e consciência histórica
- Mudança
- O sujeito na História

### **Identidade e consciência histórica**

Nas produções dos jovens portugueses, um dos resultados mais nítidos, que se manifestou com acentuada regularidade ao longo das várias etapas de recolha, foi o de as histórias nacionais se mostrarem mais estruturadas e substanciadas do que as histórias mundiais. Com efeito, embora algumas produções sobre o país aparecessem como simples listas (a)cronológicas ou como narrativas genéricas ou fragmentadas, muitas delas podem considerar-se como narrativas históricas descritivo-explicativas, parte delas de carácter “emergente” (quando narram com consistência uma “fatia” significativa do período em causa), outras “completas” (no sentido de procurar dar conta, de forma autónoma, de um fio da história ao longo dos últimos cem anos). Destas últimas é exemplo a do Jorge, de 16 anos, a frequentar uma escola do Porto, em 2011<sup>4</sup>:

*Bem há cerca de 100 anos começou a república, com a queda da monarquia. Salazar governou o país numa ditadura que inspirou medo a todo o país. Torturava pessoas, e viviam num país não livre. Governou-o durante vários anos. Salazar teve um acidente e ficou incapacitado de governar o país, passando esse ‘poder’ a Marcelo Caetano, que governou segundo as bases de Salazar, mas tentou ‘suavizar’ um pouco as coisas. Portugal, farto da ditadura, organizou uma Revolução dos Cravos ou 25 de Abril. Ao longo dos anos, o país foi enfrentando vários problemas. Em 2001, foi criada a moeda atual da União Europeia, o Euro. Agora, em 2011, estamos a enfrentar uma enorme crise económica, que se alastra por Portugal.*

---

<sup>4</sup> Os nomes dos alunos aqui apresentados são fictícios e as suas produções apenas foram alteradas no que respeita a alguma ortografia e pontuação.



Já sobre a História mundial, entre os jovens portugueses não aparecem narrativas a que possamos chamar completas. As produções apresentam-se frequentemente como comentários genéricos ou listagens; no máximo, surgem narrativas emergentes como a de José, de 15 anos, que giram sobretudo em torno das duas guerras mundiais, saltando quase de seguida para acontecimentos da atualidade:

*Em 1914 ocorreu a 1ª Guerra Mundial que perdurou até 1918. Essa guerra trouxe imensas consequências para todos os países que nela intervieram, nomeadamente sociais, económicas e políticas. Na década de 30, em alguns países surgiram regimes extremistas, como em Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, liderados respectivamente por Mussolini, Hitler, Franco e Salazar. No outro extremo da Europa (Rússia) apareceu um regime comunista, primeiro governado por Lenine e depois por Estaline. Entre 1939 e 1945 deu-se a 2ª Guerra Mundial. Após isto deu-se um processo de reconstrução dos países da Europa.*

*Nos últimos anos tem-se vivido um clima de terrorismo causado pelo atentado feito pela Al-Qaeda em 2001 às torres gémeas em Nova York. Assim, tem-se assistido a guerras em que os EUA aparecem envolvidos, mais especificamente no Afeganistão e no Iraque.*

A maior qualidade das narrativas nacionais em termos de estrutura e substância parece indiciar uma identidade nacional mais forte e até mais positiva do que a identidade global. A mensagem nuclear mais recente que tacitamente emerge de forma transversal a quase todas as produções é a de que, em Portugal, o povo conquistou a liberdade sobre a ditadura mas agora encontra-se mergulhado numa profunda crise económica; no mundo, permanecem as guerras e catástrofes ambientais e naturais (embora vários alunos apontem também avanços tecnológicos e científicos). Poder-se-á então dizer que a consciência histórica destes alunos portugueses é usada como fator que tende a fortalecer a identidade nacional, sem que isso signifique uma visão exclusivista da História: os jovens saúdam a liberdade contra a opressão, uma liberdade que se construiu em luta contra inimigos internos e que aceita a cooperação com outros povos. Já o vasto mundo aparece sobretudo como um lugar de perigos vários, um pouco distanciado deste lugar português.

As primeiras produções de jovens brasileiros, que seguiram a mesma proposta de duas tarefas sobre o país e o mundo contemporâneo (COMPAGNONI ET AL., 2006; SCHMIDT, 2008), apresentam sempre alguma trama narrativa - não aparecem simples listagens cronológicas. As narrativas mais consistentes têm uma estrutura de tipo comparativo entre o passado e o presente, com alusão a situações e eventos históricos nesses dois grandes segmentos temporais (passado/presente), sem marcos cronológicos precisos. Estas narrativas de tempo binário tendem a acentuar uma comparação por “temáticas” (conquista de direitos, melhoria de condições de vida...):

*Antes as mulheres não tinham o direito de votar, não podia fazer tudo o que queria, não tinha um bom salário, era o pai quem escolhia com quem a filha ia casar, falta de empregos... Hoje em dia as pessoas já têm um emprego melhor, as mulheres já tem direito de voto, todas as pessoas quando completam 16 anos já podem votar, a mulher já pode escolher seu próprio marido, o salário já é melhor, tem mais empregos, etc.*

*Antes também havia muitas pessoas racistas os negros eram chicoteados, comiam somente pão e água, não ganhavam salários, não tinham direitos. Hoje isso também mudou, todos os cidadãos têm direitos, seja negro, branco, mas também tem deveres, os negros hoje são bem tratados, além de ainda existir pessoas racistas, todos devem cumprir e exigir seus direitos.*

*O Brasil já mudou muito de lá para cá, apesar de ainda haver muitas injustiças em nosso país, muitos políticos corruptos. Há muita coisa que o Brasil precisa mudar. (Rita, 14 anos)*

Nas produções de jovens brasileiros surgem também algumas narrativas a que se tinha convencionado chamar ‘narrativas emergentes’, por mostrarem consistência lógica e validade global mas tratarem apenas de alguma ‘fatia’ do período da História solicitado na tarefa. Estas narrativas centram-se em marcadores de um ou outro período e, quase de seguida, em comentários sobre o presente:

*No começo do século o clima político não estava bom, o Federalismo fortaleceu o poder das oligarquias porque atendiam o desejo dos cafeicultores*

*paulistas, que apoiavam a queda da monarquia... O Brasil não teve grandes progressos por causa da corrupção política.*

*Mas o Brasil também é um lugar bom com lugares maravilhosos e até bastante avançado, não tem tanta tecnologia, mas tem. O Brasil é um bom país, também já houve coisas boas nele como a queda do regime militar, e o Brasil também vem crescendo a cada ano. (Jéssica, 14 anos)*

Em relação ao Mundo, as narrativas de jovens brasileiros apresentam uma estrutura formal semelhante às nacionais. Sugerem uma mensagem nuclear em que se reconhece a existência de guerras, terrorismo e desigualdades entre países, mas também alguma interligação do país com o mundo, bem como o avanço tecnológico e científico, a evolução de costumes e as preocupações ecológicas.

Dados mais recentes recolhidos em São Paulo (RIBEIRO, 2011) e em Goiânia (SADDI & SILVA, 2011), e analisados em colaboração com os mesmos investigadores, revelam que a estrutura narrativa se mantém dentro das categorias estabelecidas anteriormente. Embora a tarefa divirja ligeiramente da proposta inicial do Projeto *HICON I* – centra-se sobre a “história do país” mas numa temporalidade mais abrangente - a maior parte das narrativas nacionais mantém formatos ou comparativo ou emergente. Entre as narrativas emergentes, em que apenas algumas fatias do passado são exploradas, conta-se a do João, de 15 anos:

*Em 1500 o Brasil foi descoberto que antes era dominado por índios que hoje em dia é a grande minoria mais todos os Brasileiros tem rastros indígenas no sangue.*

*Mais a independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. Muita tentativas anteriores ocorreram e muitas pessoas morreram na luta por este ideal, Tiradentes foi executado pela coroa portuguesa por defender a liberdade de nosso país durante o processo da inconfidência mineira. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta da corte de Lisboa exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta idéia pois pretendiam colonizar o Brasil e a presença de D. Pedro respondeu negativamente os chamados de Portugal e proclamou “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digo ao povo que fico”.*

Origens, colonização e independência são os marcadores históricos significativos que marcam a identidade nacional deste e doutros jovens brasileiros pesquisados recentemente, mostrando uma perspectiva de progresso sobretudo no plano de valores em torno da liberdade.

### **Sentidos de Mudança**

Em Portugal, as ideias sobre mudança histórica implícitas nas narrativas juvenis variam de direção, conforme se trate de narrativas nacionais ou mundiais, ou de narrativas nacionais até 2008 ou a partir de 2009. Se até 2008 os jovens viam o seu país com confiança, numa perspectiva de progresso quase linear (pelo menos sobre a fase histórica a partir do derrube da ditadura), nas produções mais recentes – sobretudo de 2010 e 2011 - o reconhecimento da crise torna-se mais nítido. A história nacional já não é uma saga de triunfo sobre condições adversas; contém agora um sentido menos positivo, revelando-se tacitamente num movimento pendular de progresso-crise-progresso-crise. Contudo – e este dado é relevante porque mostra conceitos de mudança relativamente complexos - cada fase manifesta-se com características e dimensões específicas, não se podendo ver aí um sentido estereotipado de ciclo fechado, ou de mera repetição da História.

Como exemplo das narrativas até 2008, veja-se a da Joana, considerada narrativa emergente por centrar-se apenas num ou dois segmentos temporais do período de cem anos proposto:

*Eu diria que a História de Portugal sofreu muitas mudanças sobretudo no 25 de Abril quando o país se tornou independente, isto é, um país democrático, em 1978 [1974]. Desde então tudo foi diferente, as mulheres foram autorizadas a votar para o governo, os Portugueses puderam expressar a sua opinião enquanto antes do 25 de Abril as pessoas não eram autorizadas a falar sobre o governo e aqueles que se atrevessem a fazê-lo, vinha a polícia política e prendia-os, por vezes matava-os. Não havia liberdade de expressão, nós Portugueses tínhamos que fazer o que eles ordenassem, mas tudo isso mudou, houve uma revolução, houve o 25 de Abril, desde então podemos falar sobre qualquer assunto que nos apeteça. E agora aqui estamos nós, os Portugueses.*

Esta narrativa é paradigmática da crença no progresso do país que os jovens manifestavam anteriormente. Em 2010 e 2011, os jovens reconhecem uma nova fase, de *“enorme crise económica que se alastra por todo Portugal”*.

Quanto a sentidos de mudança nas narrativas brasileiras, nestas há desde o início uma ideia de desenvolvimento e progresso mais equilibrado e complexo em relação ao país e ao mundo do que nas narrativas portuguesas, ao mostrar, e por vezes questionar e problematizar, aspetos negativos em relação ao seu país, a “corrupção”, como dizem vários. Discutem também as relações do Brasil com outros povos, algo que não está tão presente nas narrativas portuguesas (apenas alusões breves à União Europeia). A colonização do Brasil é encarada por alguns de forma muito crítica, como mostra a Mari, de 15 anos, de São Paulo, *“acredito que Portugal lucrou muito com a exploração dos bens do Brasil conseqüentemente o Brasil não pode se desenvolver em relação a bens, pois esses deviam ser destinados a Portugal”*. Mas nem sempre a colonização é encarada com uma atitude de mero criticismo; é o caso de Marco, 16 anos, também de São Paulo, que reconhece que uma consequência dessa colonização *“é um tipo de ligação entre os dois países, a língua, a história tem uma ligação muito grande principalmente para o Brasil. Costumes, linguagem, eles ajudaram a escrever nossa história”*.

Este excerto da narrativa do Marco indicia a emergência duma consciência que M. Auxiliadora Schmidt (2011) designa como “criticogenética”, na reflexão dialógica que apresenta sobre as teorias de Paulo Freire e Jörn Rüsen.

### **O sujeito na História**

Nos dados fornecidos pelos jovens portugueses e brasileiros, explorou-se também o lugar do sujeito na História sob duas perspectivas: o eventual protagonismo de grupos ou de indivíduos (heróis, vilões e outros de sentido neutro), e o papel interventivo na História que cada jovem toma para si, ou não. Numa análise transversal e aberta, vê-se que são raros os indivíduos que aparecem nas ‘histórias’ dos jovens, sobretudo nas dos portugueses (embora nestas entre quase sempre um vilão no país – Salazar). No plano da intervenção pessoal, nas produções até 2008 encontrou-se uma diferença substancial entre a atitude passiva, de espectador da História, do jovem

português, e a atitude pró-ativa de intervenção crítica, por parte do jovem brasileiro<sup>5</sup>. De realçar, porém, que no caso das produções portuguesas mais recentes (sobretudo em 2011), a atitude interventiva do aluno enquanto sujeito da História emerge já com frequência, face a uma crise que ele começa a sentir na pele. O jovem português vai deixando a sua postura de espectador da História, confortável herdeiro de conquistas politicosociais no passado (como no caso da Joana, na narrativa atrás transcrita). Entre vários testemunhos que exprimem preocupação pelo presente e futuro próximo, há alguns que apontam algum caminho, como o do Jorge, através da sua narrativa vagamente temporalizada:

*O meu país, Portugal, nestes últimos 100 anos tem evoluído a nível de tecnologia e estilo de vida, somos um país médio pois há países piores do que o meu como também há países mais evoluídos. O meu país também está em crise, já estivemos pior, é um facto, mas eu com os meus 15 anos nunca vi uma crise, ou seja, isto para mim está mau e é uma novidade pois agora tenbo que me privar de muitas coisas, é uma coisa que eu odeio. Esta crise deu-se ao facto de o povo português não tomar uma atitude, o povo português é daqueles que “ab, está mal? Deixo andar”. Mas também ao facto de termos políticos [...], o povo está a dormir e vai ter que acordar o mais rápido possível.*

Este jovem, em maio de 2011, avisa que o povo “*vai ter que acordar o mais rápido possível*”. Por coincidência (ou não), em manifestações culturais ou cívicas de protesto popular perante as violentas medidas de austeridade impostas ao país por certos poderes, é a canção “Acordai” de Fernando Lopes Graça (1906-1994) que mais se ouve em coro, ao longo de 2012. Quando a opinião pública parecia ainda paralisada perante o avolumar das dificuldades do país, alguns jovens, afinal, indiciavam já uma vontade de intervenção enquanto sujeitos que querem participar na construção da História, no sentido humanista de que fala o filósofo Rüsén. Este sentido humano constitui um dos fundamentos essenciais da consciência histórica, a não perder de vista no

---

<sup>5</sup> Uma nova recolha de dados no Paraná, no âmbito de um estudo conduzido por M. A. Schmidt (UFPR), poderá trazer nova luz a esta questão.

nosso tempo de incertezas. Algumas vozes juvenis talvez nos ajudem nesse tipo de orientação temporal para o futuro.

### **O perfil docente: do professor ator ao professor investigador**

De realçar que a investigação em Educação histórica não deverá ser apenas praticada a um nível científico e ‘meta-científico’ por quem tem estatuto de investigadores experientes. Para que as pistas apontadas pelos resultados não permaneçam como meras prescrições de quem não conhece o terreno, é necessário que os métodos e princípios essenciais destas pesquisas sejam progressivamente apropriados pelos professores que acorrem à formação em Educação histórica, seja inicial, contínua ou pós graduada a nível de mestrado, doutoramento ou pós doutoramento (BARCA, 2007b; CAINELLI & LOURENÇATO, 2011; SCHMIDT, 2009).

Uma das apostas formativas é a da construção gradual do perfil de “professor investigador social”, isto é, do docente que procura compreender a progressão conceptual dos seus alunos com lentes próprias da natureza da História e não apenas em termos de correção e quantidade de conteúdos. Um modelo de formação do “professor investigador social” na área de Educação histórica em Portugal integra preocupações várias (BARCA, 2004), nomeadamente com:

- O perfil do aluno como co-investigador;
- A conceção e implementação da ‘aula oficina’ construtivista;
- A monitorização das aprendizagens, desde o diagnóstico à metacognição, estabelecendo-se assim uma relação visível entre os níveis de progressão conceptual encontrados e as metas das aprendizagens a avaliar sumativamente;
- A conquista da auto-estima do aluno e do professor.

O modelo de formação aqui sugerido, e que tem dado frutos positivos para aqueles que o abraçam na aula de História, envolve várias fases, sendo cada uma delas composta por um conjunto de tarefas, algumas relativamente complexas. Nos cursos de iniciação a este perfil, costuma ser proposto aos professores:

1. A recolha inicial de dados sobre as ideias prévias dos alunos acerca de um conceito substantivo, selecionado dentro de uma determinada unidade em estudo numa das suas turmas .
2. A análise das ideias prévias dos alunos segundo um modelo (simplificado) de progressão conceptual: categorização das ideias de alunos desde ideias incoerentes e alternativas até às relativamente válidas.
3. O desenho, planeamento e implementação de uma unidade temática em ambiente de “aula oficina”, tendo em conta um refinamento progressivo das ideias históricas dos alunos que foram previamente diagnosticadas.
4. A recolha de dados sobre as ideias dos alunos *a posteriori*, aplicando o mesmo instrumento do momento inicial.
5. A análise comparativa das ideias dos alunos nos momentos inicial e final da intervenção.
6. A aplicação de um instrumento de metacognição aos alunos e análise das respostas como mais um elemento de monitorização do processo de ensino e aprendizagem.

No seu conjunto, o modelo de formação docente aqui enunciado tem como objetivo central envolver os formandos/professores na aplicação da teoria à prática, proporcionando-lhes âncoras na autoconstrução do perfil de professor-investigador social. Não se advoga um modelo de não diretividade com autonomia total para os formandos ou alunos, que corre o risco de reproduzir práticas e ideias convencionais. A orientação docente, o apoio de outras fontes e a troca de experiências e ideias entre pares são fundamentais para a mudança conceptual positiva do profissional e investigador. Esse perfil de profissionalidade avançada requer um refinamento das competências de análise de dados teoricamente guiada pela reflexão epistemológica sobre a História. As categorias de análise, numa linha de progressão de ideias em História, poderão (deverão) refletir-se depois, de forma aproximada, na avaliação convencional dos resultados de aprendizagem dos alunos – se esta aprendizagem for orientada para a qualidade do pensamento histórico, envolvendo interpretação de fontes e problematização de relações entre passado, presente e horizontes de futuro. Resta acrescentar que, em Portugal como no Brasil, tem havido alguns resultados positivos, concretos, com esta *praxis*. Para esta



mudança conceptual, à semelhança do que aconteceu no Reino Unido (incluindo a Irlanda do Norte), em Portugal muito têm contribuído novas abordagens em manuais e nos exames nacionais de História. Mas esta mudança não está ainda alargada, e também não se pretende um percurso de sentido único - os desafios que se colocam no presente passam por tentar reforçar a comunidade de Educação histórica e partilhar vias diversificadas mas válidas que sejam consistentes e eficazes na promoção de uma consciência histórica orientada para o desenvolvimento humano.

### Referências

- ARENDS, R. *Aprender a ensinar*. Lisboa: Mc Graw Hill de Portugal, 1997.
- ASHBY, Rosalyn; LEE, Peter; SHEMILT, Denis. Putting Principles into Practice: Teaching and Planning. In: DONOVAN, M. Susanne; BRANSFORD, John (Eds.), *How students learn: history in the classroom*. Washington: National Academies Press, 2005, p. 79-178.
- BARCA, Isabel. *O Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: CEEP, Universidade do Minho, 2000.
- BARCA, Isabel. Aula oficina: do projecto à avaliação. In BARCA, Isabel (Org.), *Para uma Educação Histórica de Qualidade*. Braga: CIEd, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, p.115-126, 2007a. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articulos/barca.htm>. Acesso em 16 abril 2012.
- BARCA, Isabel. Investigação em educação Histórica: fundamentos, percursos e perspectivas. In OLIVEIRA, Margarida, CAINELLI, Marlene; OLIVEIRA, A. F. (Orgs.), *Ensino de História: Múltiplos Ensinos em Múltiplos Espaços*. Natal RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007b, p. 23-32.
- CAINELLI, Marlene; LOURENÇATO, Lidiane. O ensino da História na transição da quarta para quinta série. Um estudo com a metodologia da educação histórica. In: BARCA, Isabel (Org.), *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Braga: Universidade do Minho/ Associação de Professores de História, 2011, p. 311-326.
- CARDOSO, Ronaldo. *Aprender História com Sentido para a Vida – consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, Brasil, 2011.
- CARVALHO, Manuela. *A Competência de interpretação de fontes em História, em países da Europa: um estudo com alunos portugueses, islandeses e italianos no final da escolaridade básica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2010.
- COMPAGNONI, Almir, FERNANDES, L., NETTE, A., THEOBALD, Henrique & SCHMIDT, M. Auxiliadora (2006). Perspectivas da Consciência Histórica em Jovens Brasileiros. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino da História – ENPEH* Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, p. 1-13, 2006.

- COOPER, Hilary; CHAPMAN, Arthur. *Constructing history 11-19*. Londres: Sage, 2009.
- DIAS, Paula (2007). As explicações de alunos sobre o Conflito Israelo-Árabe: um estudo no 3º ciclo do Ensino Básico. *Currículo Sem Fronteiras*, 7 (1), 86-114. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 1, p. 86-114, 2007. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/dias.htm>. Acesso em 16 abril 2012.
- FERNANDES, Cármen. *A Explicação Histórica com Base em Artefactos Museológicos*. Um Estudo com Alunos do 7º Ano de Escolaridade. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2009.
- FOSNOT, Catherine, *Construtivismo e Educação*. Lisboa: Edições Piaget, 1999.
- FRONZA, Marcelo. Os jovens e as ideias de objetividade e verdade na aprendizagem histórica sobre o passado a partir das histórias em quadrinhos. In: BARCA, Isabel (Org.), *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Braga: Universidade do Minho/Associação de Professores de História, 2011, p. 179-200.
- FULBROOK, Mary. *Historical Theory*. Londres: Routledge, 2002.
- GAGO, Marília. Sentido de tempo ou tempo com sentido(s) – ideias de alunos acerca de identidade e orientação temporal. In: BARCA, Isabel (Org.), *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Braga: Universidade do Minho/Associação de Professores de História, 2011, p. 53-63.
- GEVAERD, Rosi. A ideia de escravidão: da narrativa do manual didático às narrativas produzidas pelos alunos. In: BARCA, Isabel (Org.), *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Braga: Universidade do Minho/Associação de Professores de História, 2011, p. 159-177.
- MARTIN, Raymond. Progress in historical studies. In Fay, B.; Pomper, R.; Vann, R. (Eds.), *History and Theory: Contemporary Readings*. Malden, MA: Blackwell Press, 1998, p. 377-403.
- PINTO, Helena. Evidências patrimoniais para a educação histórica: uma experiência educativa no centro histórico de Guimarães. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, p.171-185, 2007. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/pinto.htm>. Acesso em: 16 abril 2012.
- PROJECTO “Consciência Histórica – Teoria e Práticas [HICON], (2003-2007). Fundação para a Ciência e Tecnologia. Disponível em: [http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/vglobal\\_projecto?idProjecto=49106&sapiens=2002](http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/vglobal_projecto?idProjecto=49106&sapiens=2002). Acesso em: 16 abril 2012.
- PROJECTO “Consciência Histórica – Teoria e Práticas II” [HICON II], (2007-2011). Fundação para a Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://webs.ie.uminho.pt/conscienciahistorica>. Acesso em: 16 abril 2012.
- RIBEIRO, Regina. Análise de dados de narrativas de jovens em São Paulo. Texto para publicação, 2011.
- RÜSEN, Jörn. The development of narrative competence in historical learning: an ontogenetic hypothesis concerning moral consciousness. In DUVENAGE, Peter (Ed.), *Studies in metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993, p. 63-84.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- SADDI, Rafael; SILVA, Conceição. Análise de dados de narrativas de jovens na cidade de Goiânia. Texto para publicação, 2011.

SCHMIDT, M. Auxiliadora. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. *Revista Tempos Históricos*. Cascavel (PR): Editora Unioeste, v.12, n.1, ano X, 2008, p.81-96.

SCHMIDT, M. Auxiliadora. Investigando para ensinar História: contribuições de uma pesquisa em colaboração. In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, M. Auxiliadora (Orgs.), *Educação Histórica: Investigação em Portugal e no Brasil*. Atas das V Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2009, p. 29-43.

SCHMIDT, M. Auxiliadora. A cultura como referência para investigação sobre consciência histórica: diálogos entre Paulo Freire e Jörn Rüsen. In: BARCA, Isabel (Org.), *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Braga: Universidade do Minho/Associação de Professores de História, 2011, p. 29-40.

SCHMIDT, M. Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estêvão Rezende (Orgs.), *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2010.

SIMÃO, Ana Catarina. *A construção da evidência histórica: concepções de alunos do 3.o ciclo do ensino básico e secundário*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2007.

TORGAL, Luís Reis. Ensino da História: o despertar para um campo de investigação. In: TORGAL, LUÍS REIS, MENDES, J. AMADO & CATROGA, FERNANDO (Eds.), *História da História em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 431-489.

(Página deixada propositadamente em branco)

**“SÃO PAULO É A CABEÇA DA NAÇÃO”**  
**– HISTORIOGRAFIA REGIONAL E HISTÓRIA NACIONAL**  
**NO BRASIL REPUBLICANO**

MARLY MOTTA

*Um dilema impõe-se: ou essa província [São Paulo] assume decisiva preponderância no governo do país de modo a fazê-lo instrumento de seu progresso particular, isto é conquista a hegemonia política necessária à conservação da hegemonia econômica já adquirida, ou separa-se, usando do direito de secessão”.*

(Monteiro Lobato, 1920)<sup>1</sup>

Compreender o pensamento historiográfico como elemento importante do debate político de sua época é o ponto de partida desse trabalho. Retomo aqui algumas questões apresentadas em minha dissertação de mestrado<sup>2</sup> sobre as disputas entre as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, então capital federal, pelo lugar de “cabeça da nação brasileira”. O pressuposto é que a construção de uma *memória histórica* por ocasião da comemoração do centenário da independência, em 1922, teve como um de seus principais objetivos “redescobrir” o passado a partir de uma leitura que identificasse a história de São Paulo com a história do Brasil. Ao rejeitar o rótulo de “historiografia

---

<sup>1</sup> Monteiro Lobato, O direito de secessão, em *Na antevéspera*, São Paulo, Brasiliense, 1958, p. 209 (1 ed. 1920).

<sup>2</sup> Marly S. Motta, *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1992.

regional”, essa produção visou a ocupar um espaço hegemônico na reflexão histórica sobre a formação da nação brasileira.

### Tempos de comemoração e de “salvação nacional”

Monteiro Lobato, ao reivindicar para São Paulo “a preponderância no governo do país”, inserindo inclusive a hipótese de, em caso negativo, o estado buscar o caminho da “secessão”, fazia coro com a intensa mobilização da “*minorité agissante*”<sup>3</sup> que, no raiar da década de 1920, buscava um novo modelo para a nação brasileira.<sup>4</sup> Além de Monteiro Lobato, intelectuais como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Oliveira Vianna, Tristão de Ataíde, Lima Barreto, Licínio Cardoso, dentre outros, ao mesmo tempo em que reconheciam os “graves” problemas do país, se declaravam empenhados na busca de novas alternativas para a “salvação nacional”. Filiada a diversas concepções de brasilidade e de modernidade, essa intelectualidade partilhava a crença de que a construção de uma sociedade moderna dependia de um projeto de (re) construção da nação brasileira.<sup>5</sup>

Na qualidade de portadores dessa “missão salvacionista”, os intelectuais se voltaram prioritariamente para a criação de um saber próprio sobre o país. Ocupando amplos espaços na imprensa, lócus privilegiado do debate

---

<sup>3</sup> O termo é empregado por Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 21.

<sup>4</sup> Sobre nação e nacionalismo, ver, além da obra acima citada, Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, Rio de Janeiro, Ática, 1979; José Ramón Recalde, *La construcción de las naciones*, Madri, Siglo XXI, 1982. Da historiografia brasileira sobre o tema, destacaria, entre outros, Lucia Lippi Oliveira, *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967; Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1986. Gostaria ainda de citar as revistas *Estudos Históricos*, nº 2, 1988 e *Tempo Brasileiro*, nº 87, 1986, especialmente dedicadas à discussão da identidade nacional no Brasil.

<sup>5</sup> Sobre as correntes de pensamento do início dos anos 1920, ver, além dos autores já citados, Eduardo Jardim de Moraes, *A brasilidade modernista*, Rio de Janeiro, Graal, 1978; e Roberto Romano, *O conservadorismo romântico*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

político-intelectual da época, envolveram-se em um processo de questionamento da identidade nacional e, em consequência, de elaboração de novos ideais e modelos, por vezes vagos e contraditórios, mas que se cristalizaram na medida em que se tornaram núcleos em torno dos quais se estruturaram as aspirações nacionais. Um bom exemplo, a meu ver, é o “dilema” proposto por Lobato: São Paulo é o progresso, e, por isso mesmo, deve servir de modelo para o país. Ou São Paulo se torna hegemônico, ou o país estaria condenado ao “atraso”.

O centenário da independência, em 1922, foi avaliado como o momento ideal para acelerar o debate sobre a centenária nação brasileira, marcada, no entanto, pelo “atraso” em relação às “nações adiantadas” da Europa, conforme expressões usadas à época. Ao articular passado/presente/futuro, e mobilizar diferentes vertentes do movimento intelectual na busca de uma nação “brasileira e moderna”, o centenário não se reduziu à celebração de uma data memorável. Afinal, tem sido bem estudado o papel da constituição de uma memória comum no delicado processo de construção das nações.<sup>6</sup> *Lugar de memória* da nação brasileira, depois de um difícil processo de consolidação no início da República,<sup>7</sup> o 7 de setembro de 1922, ao ensejar o balanço obrigatório dos acontecimentos passados, a avaliação dos feitos presentes e a perspectiva de realizações futuras do país, promoveu a disputa entre diferentes projetos intelectuais que tinham como objetivo diagnosticar os “males” do país e, ao mesmo tempo, indicar a medicação necessária para a sua salvação. Amantes do campo ou da cidade, industrialistas ou ruralistas, tradicionalistas ou vanguardistas, as diferentes correntes de pensamento julgavam ser, cada uma a seu modo, porta-vozes do mundo moderno do pós-guerra.

No Brasil, a leitura dessa modernidade significou, antes de tudo, a busca por idéias singulares, não comprometidas com a “artificialidade” da importação

---

<sup>6</sup> Ver, entre outros, Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République, Paris, Gallimard, 1984; Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger (org.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Manoel Luiz S. Guimarães, Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988.

<sup>7</sup> Ver Edgard Leite Ferreira Neto, *O improviso da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, Niterói, UFF, 1989 (dissert. Mestrado-mimeo).

dos valores da *Belle Époque*, considerada falida após a guerra de 1914. Claro que se deveria manter a Europa como referência, mas não como mera cópia, e sim por meio de uma integração seletiva e crítica das novas idéias que por lá circulavam. Embora correndo o risco de uma simplificação excessiva, ou mesmo de uma dicotomia por vezes artificial, pode-se dizer que duas grandes correntes marcaram o debate sobre a construção do Brasil moderno ao longo da década de 1920. Uma delas, ligada às idéias vanguardistas européias, rompia com os valores “clássicos”, e buscava sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial. A outra, de caráter conservador, guiava-se pelos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, cosmopolita e litoralista. Ambas as correntes se uniam, no entanto, contra as pretensões da razão universal derrotada na guerra, e a favor da originalidade de cada nação.<sup>8</sup>

Pouco mencionado pela historiografia que tomou a questão nacional como objeto de estudo, um dos temas que mais se destacaram no debate sobre o Brasil moderno dos anos 1920 foi a busca de uma nova “cabeça” para a nação capaz de conduzi-la ao progresso e à modernidade. A imagem que Lobato construiu para São Paulo como a “locomotiva que arrastava rampa acima os 19 vagões irmãos”,<sup>9</sup> apontava para um projeto que visava a substituir a cidade do Rio de Janeiro no lugar de centro produtor da identidade nacional.

### A “cabeça” da nação

Liberta dos limites ditados por uma abordagem para a qual contavam apenas as mudanças de caráter econômico, a cidade deixou de ser simplesmente sinônimo de capitalismo, mercado, industrialização e urbanização. Vista como parte integrante de um mundo de símbolos entrelaçados, passou a ser entendida não apenas pelo que seu traçado e distribuição física permitiam ver, mas principalmente como símbolo de identidade de um espaço geográfico e

<sup>8</sup> Para uma análise mais detalhada dos diferentes projetos, ver Marly S. Motta, op. cit., cap. 1.

<sup>9</sup> Cf. Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*, São Paulo, Brasiliense, 1958, p. 299 (1 ed. 1918).



social, como forma, ao mesmo tempo, expressiva de conteúdo histórico e representativa de conceitos e valores. Representação visual de conteúdos históricos e culturais, a cidade, como nos ensina o belíssimo livro de Ítalo Calvino, é um discurso filosófico, literário e político.<sup>10</sup>

A matriz dessa concepção está em Lewis Mumford que, no seu *The culture of cities*, publicado em 1938, afirmava que a marca original da cidade havia sido a de um “ponto de encontro” que, além de satisfazer as necessidades imediatas do ser humano, teria gerado “instituições cívicas”, como o teatro ou a universidade.<sup>11</sup> A esta corrente analítica se filiou Giulio Argan – arquiteto, historiador da arte, prefeito comunista de Roma –, pioneiro no tratamento especial conferido ao surgimento das *ciudades-capitais*,<sup>12</sup> intimamente relacionado ao processo de estabelecimento das monarquias absolutistas européias no século XVII. Sedes da autoridade do Estado, dos órgãos do governo e da administração pública, comandando o movimento militar, controlando as principais rotas de comércio e a distribuição de recursos financeiros, monopolizando a arte, a cultura e o gosto, as *ciudades-capitais* revelaram-se um objeto particularmente atraente para um tipo de abordagem que as analisa como o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória.

Símbolo da vontade de fazer da nação um só ser, a *cidade-capital* funda seu prestígio sobre a elaboração de uma memória, construída em mitos de fundação, monumentos e prédios, cerimônias e rituais, que a torna o retrato vivo da história nacional. Esse processo de construção da capital como centro formador do “espírito nacional” precisava contar com uma intelectualidade capaz de, como bem percebeu Angel Rama, organizar um discurso sobre a formação, composição e definição da nação.<sup>13</sup> Por isso

---

<sup>10</sup> Ver Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

<sup>11</sup> Lewis Mumford, *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 1982. Publicado pela primeira vez em 1961, este livro é uma versão ampliada e atualizada de *A cultura das cidades*, de 1938.

<sup>12</sup> Ver Giulio Argan, *L'Europe des capitales*. Génève, Albert Skira, 1964.

<sup>13</sup> Ver Angel Rama. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 93.

mesmo, reconstruir o passado e escrever a biografia da nação seriam tarefas indispensáveis à constituição do Estado Nacional brasileiro ao longo do século XIX. Identificados com a política centralizadora, coube aos *regressistas* a iniciativa de criar instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Imperial. Seria na articulação das histórias regionais com a história nacional que mais nitidamente se observaria o florescer desse projeto claramente centralista e unitário. A partir do IHGB, no Rio de Janeiro, deveria ser – e efetivamente foi – empreendida a leitura das histórias regionais, desprovidas de suas potencialidades/especificidades políticas, evidenciando que era na capital que se operava o sistema de representações que definia as regiões. Daí a ênfase conferida ao debate regional no âmbito do IHGB, bem observada, aliás, por um contemporâneo: “Estranhas umas às outras, falta às nossas províncias a força do laço moral, o nexa da nacionalidade espontânea que poderia prender os habitantes dessa imensa peça.”<sup>14</sup>

Não é difícil, pois, entender por que a transferência da capital de uma cidade para outra encerra, em si mesma, a aspiração de marcar um reinício, gerando uma intensa polarização entre a “nova” e a “antiga” capital, já que esta seria a expressão de uma tradição que se pretendia transformar em passado. A construção de São Petersburgo, iniciada em 1703 sob o patrocínio de Pedro, o Grande, é um bom exemplo. Voltada para o Báltico, base naval estratégica e importante centro de comércio, a cidade deveria ser para o Império Russo, em termos físicos e simbólicos, “uma janela para a Europa”.<sup>15</sup> Planejada por arquitetos europeus com um padrão arquitetônico de desenho retilíneo e geométrico, utilizado no Ocidente desde a Renascença, a nova capital, em contraposição à “velha” Moscou, berço das antigas tradições e guardiã da fé religiosa, deveria ser o lar da cultura secular e oficial. Prodigamente decorada e embelezada com fachadas de padrão ocidental, consideradas como “capas de civilização”, São Petersburgo foi, portanto, a expressão histórica de uma opção política e cultural que elegeu o modelo

<sup>14</sup> Citado por Manoel L. S. Guimarães, op. cit., p. 14.

<sup>15</sup> Marshall Bermann, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 171.

ocidental – racional, matemático e abstrato – como um ideal a ser atingido. Desse modo, a nova capital representou, no movimento pendular da sociedade russa, o momento em que a balança se inclinou favoravelmente à ocidentalização como a via capaz de transportá-la em direção ao futuro.

Embora a transferência efetiva da capital do Rio de Janeiro para São Paulo nunca tenha sido discutida institucionalmente, o que estava em jogo naquele momento de balanço do país era a afirmação de um novo lócus produtor da identidade nacional. Fundamental no processo de consolidação da hegemonia paulista (a “locomotiva”) no conjunto nacional (os “vagões”) seria a elaboração e a difusão de determinadas imagens, bem como a produção de certas representações,<sup>16</sup> as quais, ao mesmo tempo em que deslegitimavam a “contemplativa” capital federal, qualificavam a “operosa” São Paulo como a nova “cabeça” da nação brasileira. A imagem da “cidade maravilhosa” à margem dos trilhos da modernidade, por onde correria a “locomotiva paulista”, fixou-se indelevelmente na memória coletiva, e se incorporou definitivamente ao imaginário nacional.

### **Tradição e vanguarda, teu nome é São Paulo.**

Arranha-céus/Fordes/Viadutos/um cheiro de café/no silêncio emoldurado.  
(Oswald de Andrade)

Oriunda de diferentes regiões do país, uma parte expressiva da intelectualidade brasileira, partindo de modelos diferentes de nação, convergia na avaliação de que o Rio de Janeiro não representava mais as aspirações do Brasil moderno. Litoralista, desligada dos valores nacionais, passadista, dependente do Estado, a capital federal deveria ser substituída no seu tradicional papel de “cabeça da nação”. A candidata a esse posto era São Paulo.

No entanto, o sucesso desse empreendimento dependeria da elaboração de uma argumentação sólida e abrangente, de caráter político, econômico,

---

<sup>16</sup> Para o conceito de representações, ver Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

social e, sobretudo, histórico, capaz de garantir a São Paulo o lugar privilegiado de formador do “espírito nacional”. Para tanto, seria indispensável que o “regionalismo paulista” fosse reconfigurado em favor de seu aspecto “nacionalista”. A questão, no entanto, não era abandonar o regional, mas simplesmente ressuscitá-lo como nacional. Desse modo, a expansão para o Oeste, a lavoureira cafeeira, a industrialização, deveriam se tornar temas predominantes na historiografia nacional, desde que claramente vinculados aos paulistas. Para firmar sua hegemonia, São Paulo precisava estabelecer uma clara identificação entre a sua própria história e a história do Brasil.<sup>17</sup>

A tese da predominância exclusiva dos interesses econômicos paulistas, traduzida na conquista da hegemonia política de São Paulo na federação brasileira ao longo da I República (1889-1930), tem sido contestada por vários estudos.<sup>18</sup> As acirradas disputas políticas que marcaram o pleito presidencial de 1922 são um bom indicativo de que essa hegemonia ainda estava em jogo.<sup>19</sup> A estratégia de mobilização do eleitorado encetada pela oposição ao mineiro Artur Bernardes, indicado pelo governo, atingiu mais fortemente a população da capital federal, cujos principais jornais acabaram se engajando a favor do fluminense Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana. A resposta do jornal *Correio Paulistano* contra a propaganda do candidato opositor viria em uma dupla direção. Primeiro, ao defender a predominância “natural” de São Paulo e Minas Gerais contra as denúncias de que significaria um “regionalismo nefando e grosseiro”, o “imperialismo dos grandes estados”: “[São Paulo] que contribui com a maior parte das rendas que sustenta a federação (...) e Minas, com os sete milhões de habitantes (...) não têm o direito de lembrar um nome para candidato à presidên-

---

<sup>17</sup> Ver Monica Velloso, *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993; e Maria de Lourdes Janotti, *Historiografia, uma questão regional – São Paulo no período republicano*, um exemplo, em Marcos A. da Silva (coord.), *República em migalhas – história regional e local*, S.Paulo, Marco Zero, 1990.

<sup>18</sup> Ver, entre outros, Eduardo Kugelmas, *Difícil hegemonia – um estudo sobre São Paulo na I República*, São Paulo, USP, 1986 (tese de doutorado); Claudia Viscardi, *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*, Belo Horizonte, C/Arte, 2001.

<sup>19</sup> Ver Marieta de Moraes Ferreira, *Em busca da Idade do Ouro*

cia da República?”<sup>20</sup> Em seguida, ao investir contra o caráter “desordeiro e despolitizado” da população carioca, que havia vaiado estrondosamente Bernardes, e “trocado beijos” com Nilo Peçanha. O caráter racista fica evidente na observação do jornal de que não mereceria respeito o candidato que “andava aos beijos com a negrada”.<sup>21</sup> E concluía em outro artigo: “o Édipo de Piratininga aniquilará o monstro carioca”.<sup>22</sup>

A tese da “inevitabilidade” da supremacia industrial de São Paulo também cedeu espaço a outras interpretações que apontam uma predominância duramente disputada com a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ao longo da década de 1920. O trabalho de Maria Antonieta Leopoldi questiona o alegado esvaziamento industrial carioca, ao destacar que a produção das indústrias da capital continuou a crescer nas três primeiras décadas do século XX, embora em um ritmo mais lento que o do parque industrial de seu mais sério competidor. E mais: a comparação cidade-a-cidade era vantajosa para o Rio, já que o Censo de 1920 apontava que o valor da produção anual das indústrias cariocas era de 677 mil contos contra os 504 mil das indústrias paulistanas.<sup>23</sup>

Seria, no entanto, no campo das ideias, e, sobretudo, no terreno fluido da memória do passado, que se travariam os mais duros combates em favor da “metrópole bandeirante”, não por acaso no momento em que, por força das comemorações do centenário da independência, buscava-se uma nova matriz capaz de conciliar os valores da modernidade dos “arranha-céus, fordes, viadutos”, e da brasilidade do “cheiro do café”. Ao combinar, em um mesmo espaço geográfico, os elementos dinâmicos da *cidade* e os valores tradicionais do *campo*, São Paulo se credenciaria a ser o novo coração do Brasil, simultaneamente “brasileiro e moderno”.

---

<sup>20</sup> *Correio Paulistano*, 21/10/1921, citado em Marly S. Motta, op. cit., p. 90.

<sup>21</sup> *Correio Paulistano*, 9/11/1921, id. *ibid.*, p. 90.

<sup>22</sup> *Correio Paulistano*, 3/12/1921, id. *ibid.*, p. 91.

<sup>23</sup> Cf. Maria Antonieta Leopoldi, Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: Rio de Janeiro, de 1844 a 1914, *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, I (3):53-74, Mai-Ago, 1986.

**“São Paulo se agita com a comemoração do centenário.”<sup>24</sup>**

*“(...) por ela se fez a primeira conquista (...); por ela penetrou na América a civilização latina (...); por ela, os patriarcas da nossa emancipação política conduziram dom Pedro I ao grito de ‘Independência ou morte’; por ela, a escravidão voltou à liberdade; por ela, galvanizou o Brasil com os clarões de sua fé republicana (...).”*

Em artigo publicado no *Correio Paulistano* de 8 de setembro de 1922, Julio Prestes, futuro presidente do estado de São Paulo (1927-30), apresentava as razões pelas quais a capital paulistana deveria ser o centro das comemorações do centenário da independência. É fácil perceber que a construção dessa *memória* se assenta na confluência de elementos da geografia e da história, combinados de uma maneira especial para firmar a crença de que São Paulo era o “berço da nação”.

Seguindo o roteiro traçado por Prestes, São Paulo foi apresentado como centro irradiador da “primeira conquista” do território da colônia (vila de São Vicente), e eixo de penetração da “civilização latina” no interior (as bandeiras). Afastados do litoral pela barreira da Serra do Mar, atraídos pelos rios que corriam para o “sertão”, os bandeirantes de Piratininga, longe dos olhos da Coroa, puderam desenvolver, graças a essas peculiares circunstâncias geográficas, um *ethos* próprio, baseado em valores como “amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação e ao pragmatismo”.

No entanto, essa *invenção de tradição*<sup>25</sup> demandava um movimento mais amplo. Importante seria atualizar a imagem do bandeirante – “pioneiro, desbravador e empreendedor” –, restaurando uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Herdeira desses valores, a liderança paulista estaria, mais do que qualquer outra, apta a guiar o país em busca de novos rumos que o levassem ao mundo moderno. Agora, o fundamental seria transitar da

---

<sup>24</sup> Mario de Andrade, citado por Aracy Amaral, *Artes plásticas na Semana de 1922*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, p. 65.

<sup>25</sup> O termo está em Eric Hobsbawm e Terence Ranger (org.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

identidade particular (a “paulistanidade”) para a identidade do todo (a nacionalidade). Ou seja, o caráter “bandeirante” deveria se entranhar na alma brasileira, e definir o até então fugidio “caráter nacional”.

É sabido que o principal centro das comemorações do centenário seria a capital federal, onde se realizaria, entre outros eventos, a Exposição Universal do Centenário da Independência.<sup>26</sup> São Paulo, no entanto, não ficaria para trás, e, como revela Mário de Andrade, a cidade “se agitava com a aproximação do Centenário”. Essa “agitação” refletia a compreensão de que esse seria um momento-chave para a afirmação da capital paulista diante da “outra” capital. A construção de um monumento dedicado aos bandeirantes foi sugerida pelo então presidente do estado, Washington Luiz, para o que constituiu uma comissão composta por Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade.

Garantia de perenidade, promessa de eternidade, o monumento histórico trabalha pela continuidade de uma representação da história, e define uma ordem simbólica do passado.<sup>27</sup> Não foi diferente com o Monumento das Bandeiras. O escultor Victor Brecheret, bastante admirado nos meios modernistas, foi encarregado de apresentar um projeto. No memorial que acompanhou a maquete, bem como nos elogios que a ela foram dedicados, é possível perceber que a força simbólica do Monumento residia em dois aspectos. Ao evocar “a vida, o martírio e a morte dos plasmadores da nossa nacionalidade”, forjava a imagem dos “bravos paulistas como a expressão máxima do heroísmo e da glória da raça brasileira”. Ao ser concebido como um grande bloco reforçava o conceito simbólico das bandeiras como “uma força expandida em desvendar e integralizar o arcabouço geográfico da Pátria”. Acima de tudo, no entanto, o Monumento das Bandeiras era arte paulista com certeza, já que conjugava brasilidade e modernidade. De acordo com a avaliação de Menotti del Picchia, arte “tropical e indígena”, “forte e espontânea”, distante da “velharia e do arcaísmo” que costumavam enfeitar os salões da capital federal.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Ver Marly S. Motta, op. cit., cap. 3.

<sup>27</sup> Ver Jacques Le Goff, *História e memória*, Campinas, Unicamp, 1990.

<sup>28</sup> Menotti Del Picchia, Monumento das Bandeiras, *Correio Paulistano*, 27/7/1920.

Os bandeirantes eram apenas um dos trunfos que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na disputa pela memória da nação centenária. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do Monumento do Ipiranga, destinado a fixar no bronze a lembrança do lugar onde o príncipe dom Pedro havia proferido o grito libertador, e outorgado ao país a sua maioria política. Inaugurado em 7 de setembro, ainda que inacabado, o Monumento teria cumprido a sua missão, qual seja a de recuperar a “verdade histórica”, colocando São Paulo no palco principal dos eventos comemorativos de 1922. Afinal, para os paulistas a data tinha o caráter duplo de uma celebração local e nacional.

Por meio dos fios da continuidade, São Paulo tecia a sua tradição. Inventou as bandeiras desbravadoras do território nacional, e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, elevando-os à condição de eventos e personagens fundadores da história nacional. Transformou o riacho do Ipiranga em solo sagrado da pátria livre, e José Bonifácio no “patriarca da independência”. Brasileiro nascido em Santos (São Paulo), Bonifácio foi elevado à condição de “mentor” do 7 de setembro, já que teria “conduzido” o jovem príncipe ao grito de “Independência ou morte”. Se o fato de ser “paulista” contribuiu para seu ingresso no panteão dos “pais da pátria”, é certo que a defesa que Bonifácio fazia da ordem e da centralização, na direção oposta ao “idealismo liberal” vigente na Constituição republicana de 1891, agradava àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país.<sup>29</sup>

Essa invenção do passado era acompanhada, como de praxe, por apostas no presente e no futuro. Os “moços de São Paulo” – Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, entre outros – pretendiam transformar a comemoração do centenário em marco inaugural da hegemonia cultural de São Paulo. Foi Mário quem alertou: “A hegemonia artística da Corte [Rio de Janeiro] não existe mais. No comércio como no futebol, na riqueza como nas artes, São

---

<sup>29</sup> Sobre José Bonifácio como “patriarca da independência”, ver Marly Motta, *1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão*. Texto apresentado no Colóquio Internacional *A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil*, organizado pelo CEIS-20, da Universidade de Coimbra, e pelo CPDOC-FGV, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Leiria, entre 5 e 7 de maio de 2010.



Paulo caminha na frente”.<sup>30</sup> O desafio à supremacia cultural até então irrefutável do Rio de Janeiro – ironicamente chamada de *camelote* – seria o elo que uniria variadas vertentes do modernismo paulista na montagem do evento conhecido como Semana de Arte Moderna, realizado no Teatro Municipal, entre 13 e 17 de fevereiro de 1922.

Diante do desafio de criar uma nação moderna, a “geração de 1922” investiu na produção de interpretações sobre o Brasil que inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e perspectivas de futuro. Com raízes fíncadas nesse debate, a disputa pelo lugar de “nova cabeça da nação” implicou uma releitura do passado nacional, que visava a colocar São Paulo em posição privilegiada na qualidade de “modelo” para o Brasil que se preparava para comemorar seus cem anos de independência. A memória histórica então construída não apenas formou discípulos e seguidores na conformação de um pensamento historiográfico nacional, como foi elemento de consolidação da posição hegemônica de São Paulo no cenário nacional nas décadas seguintes.

#### BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 1922*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Ática, 1979.
- ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Génève, Albert Skira, 1964.
- BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *O improviso da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, Niterói, UFF, 1989 (dissert. Mestrado-mimeo).
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro*

---

<sup>30</sup> Mario de Andrade, Notas de arte, *A Gazeta*, 13/2/1922.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz S.. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_ & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. Historiografia, uma questão regional – São Paulo no período republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). *República em migalhas – história regional e local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia – um estudo sobre São Paulo na I República*. São Paulo, USP, 1986 (tese de doutorado).
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*, Campinas, Unicamp, 1990.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: Rio de Janeiro, de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, I (3):53-74, Mai-Ago, 1986.
- LOBATO, Monteiro J.B.. O direito de secessão. In: *Na antevéspera*, São Paulo, Brasiliense, 1958, p. 209 (1 ed. 1920).
- \_\_\_\_\_. *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*. São Paulo, Brasiliense, 1958, p. 299 (1 ed. 1918).
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro, Graal, 1978
- MOTTA, Marly S.. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1992.
- MOTTA, Marly. *1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão*. Texto apresentado no Colóquio Internacional *A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil*, organizado pelo CEIS-20, da Universidade de Coimbra, e pelo CPDOC-FGV, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Leiria, entre 5 e 7 de maio de 2010.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. vol. I, La République, Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Madri, Siglo XXI, 1982.
- ROMANO, Roberto. *O conservadorismo romântico*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VELLOSO, Monica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.
- VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte, C/Arte, 2001.

## MUSEUS MARÍTIMOS E CONSERVAÇÃO MEMORIAL A EXPERIÊNCIA DE PROJECTO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO

ÁLVARO GARRIDO – HISTORIADOR. INVESTIGADOR DO CEIS20  
CONSULTOR DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO

Imaginemos uma comunidade marítima, sobretudo piscatória, subitamente destruída por um *tsunami*. De repente, o terrível avanço do mar arrasa todas as casas do velho porto, deposita montanhas de lama onde havia ruelas e praias de areia branca, faz desaparecer todos os barcos. Tudo foi na enxurrada: pequenos motores, redes, armadilhas, anzóis e os demais aparelhos de caçar peixe. Eram objectos obsoletos, “sem valor”, mas depressa alguém os declarou portadores de um saber milenar, a preservar e a exhibir segundo uma certa lógica de turismo cultural. Depressa seriam declarados *objectos mnemónicos*, porque de repente se lhes atribuiu um imenso valor simbólico-narrativo, como se nesses objectos modestos habitasse uma história injuntiva, de inestimável valor colectivo.

Indefesos, os velhos pescadores desapareceram quase todos. Na pequena cidade da antiga Ceilão, havia um pequeno “museu de costumes”, que um comerciante inglês arvorado em etnólogo tratara de construir com base numa insólita colecção de físgas e de outros aparelhos artesanais de pescar. Até à data da tragédia, o sítio sempre tivera poucos turistas; nunca criara condições para os acolher, o que significa que os locais nunca tinham precisado de explorar o negócio de vir e ficar nem haviam tomado as suas memórias como um bem-mercadoria.

Afáveis e enrugadas, as mulheres deixavam-se fotografar. Gostavam de indicar aos forasteiros onde era o “museu do Inglês”, também ele engolido pelas ondas gigantes. Até então invisíveis, as mulheres locais eram agora agentes de uma certa economia cultural – de um processo de musealização prática e simbólica destinado a um certo “consumo exótico”. O certo é que, de entre os locais, descontando os velhos que há meio século haviam ajudado a erguer o casebre que veio a servir de museu, poucos lá tinham entrado. Todos achavam que o Inglês se dera ao trabalho de fazer um museu porque se tomara de amores por aquelas paragens e porque gostava de mostrar as suas velharias aos amigos britânicos. O Museu local não era, portanto, coisa que dissesse respeito à “gente da praia”. Apenas uma ideia excêntrica, muito própria do colonizador europeu. Por essa e por outras razões, nunca o museu vencera a indiferença da comunidade indígena nem tão pouco se preocupara em conquistá-la.

Tudo mudou com a tragédia e o luto: o sítio – em breve convertido num lugar de culto porque de *memória* –, as pessoas e, sobretudo, as relações que se estabeleciam entre elas e o lugar. Ou seja, por força de um acidente natural depressa se alterou o jogo complexo das afiliações, aquilo a que chamamos a *identidade* e os seus modos de produção mais imperceptíveis – os processos identitários ou a relação dinâmica entre o *Nós* e o *Outro*.

### **Museus e retórica patrimonial**

Lugares da memória individual e colectiva, os museus desempenham nas sociedades contemporâneas, imersas num processo de “standardização” da cultura que implica uma ânsia de retorno à comunidade<sup>1</sup>, uma função identitária evidente, muitas vezes exagerada no plano da retórica patrimonial.

Por razões socioculturais diversas, por excesso e presunção, hoje tudo se espera de um Museu. Museólogos mais e menos avisados, quadros técnicos

---

<sup>1</sup> Elsa Peralta, “Museus e Comunidades: um ensaio antropológico a propósito da história do Museu Marítimo de Ílhavo”, in Álvaro Garrido e Ângelo Lebre, *Museu Marítimo de Ílhavo – um Museu com História*, Lisboa, Âncora Editora/Câmara Municipal de Ílhavo, 2007, pp. 219-236.

e tutelas, todos declaram o museu como o lugar de excelência do jogo social da memória, das frustrações e dinâmicas identitárias, enfim, da panaceia do património, cuja ideia se tornou aberta mas totalizante, quase patológica.

De forma paradoxal e por isso mesmo significativa, esta crença exagerada nas possibilidades dos museus é tanto mais cultivada quanto os projectos museológicos têm escassas possibilidades de serem pensados de forma autónoma. Isto é, quando os museus vivem menos condicionados pela asfixia instrumental das tutelas e resistem ao apetite de elites locais que por eles se interessam (por ambições de reprodução social ou por interesse económico), o romantismo social dos projectos tende a ser menor e, em sentido contrário, a consistência cultural dos programas museológicos tende a reforçar-se.

De meros aglomerados de colecções de peças mais ou menos exóticas que se exibiam para deleite da aristocracia, os museus foram reconfigurando a sua vocação à medida que as sociedades desenvolvidas procuraram mobilizar a memória como elemento estruturante da identidade. Como têm salientado diversos filósofos do património, o acto de conservar não exprime apenas uma nostalgia do passado; a conservação “participa de um verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em irreversível desaparecimento”<sup>2</sup>.

Ilusoriamente, os jogos cruéis do esquecimento e os processos subtis da memória decorrem mais do que nunca nos museus, quer por necessidade de legitimação das instituições, quer por expectativa social. Segundo esta dupla ilusão conservacionista, ou esta busca de reconforto memorial nos Museus e noutros lugares da memória instituída, o passado torna-se um valor-refúgio votado a reconstruções fictícias que se reivindicam autênticas ou mesmo recriadoras do tempo social vivido – *representações*, no sentido mais literal da palavra.

Frequentemente, estes discursos e técnicas de invocação do passado obrigam os poderes públicos e os grupos sociais interessados em explorar as potencialidades do Museu como lugar de poder e sala de espelhos de uma dada comunidade a prepararem uma herança. Se este comportamento tipifica as sociedades pós-industriais em que o Estado pesa nas políticas do património e onde as classes médias se ressentem da falta de uma cultura comum com evidência social, o que se passa com os grupos que têm ou tiveram um

---

<sup>2</sup> Marc Guillaume, *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras (trad.), 2003, p. 39.

território e uma identidade fortes, ou que sempre se distinguiram dos demais, a exemplo dos pescadores?

Neste como noutros domínios, devem colocar-se duas questões preambulares, de natureza quase radical: preservar património para quê e para quem? “Musealizar” porquê?

Se um “museu da pesca” erigido por iniciativa pública num dado local pode reforçar a coesão da comunidade que evoca pelo facto de recolher memórias com rigor científico e respeito ético pelos actores vivos, também é provável que enquite uma visão anti-cultural dos patrimónios locais. Esse reverso acontece amiúde pelo facto de os poderes públicos – e mesmo a sociedade civil – não estarem interessados em compreender que a cultura se vive, não podendo confundir-se com o património, conceito e prática a que sempre preside uma ideia de luto ou de rendição à finitude. Esta ambivalência de sentido de qualquer activação patrimonial-museológica e a especificidade dos “museus marítimos” obrigam-nos a discutir o que se entende por *culturas marítimas* e o que se pede, ou o que se poderá pedir, a um “museu marítimo” imaginado nos tempos que correm.

### **Portugal e o mar – relações históricas e imaginárias**

A relação de Portugal com o mar parece acomodada em discursos ambivalentes. Volvido o imaginário mítico de uma grandeza ultramarina multissecular e confirmado o declínio da expressão económica das “indústrias marítimas nacionais”, as imagens mais comuns dessa histórica dialogia são de decadência e perda. Na impressiva convergência de tais diagnósticos, refunda-se um vago apelo ao “regresso de Portugal ao mar”. Axioma velho, muito preso à retórica salazarista de resgate da “tradição marítima nacional”<sup>3</sup>, tem reaparecido em contextos diversos: numa exaltação ora associada a celebrações de modernidade (caso da Expo 98), ora presumindo novos rumos económicos e novas teias de interesse (caso da teoria do “hipercluster do mar” que vem sendo proposta em

---

<sup>3</sup> Numa perspectiva de história política e cultural, já discutimos este património de ideias recente: “O Estado Novo e a recriação historicista de uma tradição marítima nacional”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 327-355.

sedes diversas e que hoje surge acolhida na Estratégia Nacional para o Mar que se anuncia até 2020).

É levemente irónica e um tanto bizarra a identificação destes discursos neo-maritimistas. Ninguém parece interessado em interpretar tais narrativas. Poucos actores se detêm num debate profundo e aberto sobre os caminhos que o mar pode abrir a Portugal enquanto colectivo social e Estado europeu. Ante o vazio de discussão e o habitual silêncio sobre o papel da cultura e dos museus neste exaltado maritimismo, não estranha que os juízos estratégicos relativos ao destino do “mar português” – entidade mítica que apenas existiu na imaginação poética e nas alegorias nacionalistas da ideologia salazarista – evoquem três argumentos frágeis e nostálgicos: 1) A pretensão de que um decidido programa nacional (público e privado) de revigoramento da “economia marítima” será capaz de acelerar o crescimento económico português por força do factor geopolítico e de outras vantagens singulares; 2) A insinuação de que só uma economia marítima mais expressiva e integrada permitirá a Portugal garantir a sua soberania e ultrapassar a sua inelutável pequenez europeia<sup>4</sup>; 3) A declaração dogmática de uma identidade nacional essencialmente marítima.

Todas essas narrativas maritimistas se propõem volver o aperto e a pequenez das fronteiras em que se constringe o velho Estado-Nação valendo-se do mar como recurso estratégico. Estado de fachada atlântica (até 1974), depois arquipelágico (de 1977 em diante, quando passou a deter uma imensa Zona Económica Exclusiva<sup>5</sup>, dezoito vezes maior do que a área terrestre), durante cinco séculos Portugal confinou por lei a sua soberania a uma estreita faixa do Oceano, embora por fantasia a estendesse a um vasto império ultramarino.

Subjacente a este eterno retorno do mar à agenda identitária portuguesa<sup>6</sup>, o binómio “país atlântico ou europeu” há muito se achou redutor. Ainda assim, o

---

<sup>4</sup> Veja-se o *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos – O Oceano: Um Designio Nacional para o Século XXI*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros (2004).

<sup>5</sup> Lei nº 33/77, de 28 de Maio.

<sup>6</sup> O mar como tópico central da meta-identidade portuguesa foi objecto de uma dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural que tomou o caso de Ílhavo e do respectivo museu marítimo como observatório. Ver Elsa Peralta, *A Memória do Mar. Património, Tradição e (Re) imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Lisboa, ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

exaltado atlantismo que perpassa em múltiplos artigos de imprensa e no discurso político mais conservador, resiste à prova histórica: tal como a imaginaram os seus pais fundadores após a Segunda Guerra Mundial, a Europa foi e é, acima de tudo, um projecto continental. Embora o mar haja sido um molde da “civilização europeia”, a importância geo-política do Oceano desde a época do *sea-power*; as vivências marítimas e o contributo das pescas para a identidade cultural dos povos europeus são tópicos olvidados no projecto europeu<sup>7</sup>.

Não se conhecem estudos sobre a cultura marítima dos portugueses e são raras as instituições que procuram promovê-la. Depois da exposição universal de Lisboa dedicada ao tema dos Oceanos e após a extinção da Comissão dos Descobrimentos Portugueses, nada de vigoroso ficou neste imenso campo cultural e cívico. A única excepção fulgurante – mas, por trágica ironia, bem elucidativa dessa colectiva noção de perda de um passado marítimo recente – tem sido a do “comércio” de memórias marítimas, cujo consumo parece em curva ascendente. Na verdade, de forma desconcertada e ao ritmo de dinâmicas e interesses locais, o apetite cultural pelos patrimónios marítimos alimenta entre nós um incipiente turismo dos lugares de memória que amiúde se reivindica guardião de tradições autênticas. Num balanço de economia cultural, estaremos ainda perante dinâmicas culturais irrelevantes, mesmo à escala local. Mas a sua procura potencial é já superior à oferta e, por isso, receptiva a investimentos criativos e a alguma imaginação empresarial. Menos competitivas e culturalmente violentas serão sempre as iniciativas baseadas em retóricas patrimoniais e museológicas, mais tarde ou mais cedo detectadas.

### **Culturas marítimas**

Entendo por *culturas marítimas* quaisquer formas de expressão material ou simbólica da relação entre grupos humanos e o mar, num determinado território e numa certa temporalidade. As *culturas marítimas* não são trans-históricas nem a-geográficas, embora tendam a ser classificadas da terra para

---

<sup>7</sup> Ver Michel Mollat du Jourdin, *A Europa e o Mar*, Lisboa, Editorial Presença (trad.), 1995, pp. 258-270.



o mar, por intrusos que as não entendem e que em regra as exotizam<sup>8</sup>. As *culturas marítimas* são frágeis e, embora mitificadas pela singularidade dos seus tipos humanos e pela riqueza fascinante da sua “cultura material” – barcos e toda a sorte de artefactos destinados às fainas do mar e às lides da praia e do porto –, são quase invisíveis na medida em que persistem marginais.

Se quisermos entender a vida marítima, seja por sensibilidade apurada no convívio com a gente do mar, seja por meio da observação directa ou através de sofisticados métodos científicos, importa que a percepção das formas de cultura material e imaterial de uma dada comunidade de pescadores renuncie às tipificações mitificadoras da literatura etnográfica, de modo a favorecer uma memória crítica, construída e reconstruída a diversas vozes. Ou seja, importa reconhecer que além da aparente intemporalidade dos mitos e “representações” que se hajam estabelecido sobre uma dada comunidade (narrativas que tendem a alimentar imaginários essencialistas), os colectivos marítimos evoluem num espaço e numa cronologia onde as categorias convencionais do tempo linear se expressam contundentemente: passado, presente e futuro; vida e morte.

É justamente aqui, nesta injunção de tempos, que devemos definir os modos de perceber a memória, tomando-a como conceito-chave de qualquer projecto de museologia marítima que aspire a ter nas colecções e nos patrimónios a descobrir na esfera do imaterial um forte elemento de diálogo com a sua comunidade de públicos. O Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) oferece bons argumentos para debate.

### **Memória e memórias**

As memórias não são puras; são tensas, dinâmicas e plurais. Num só indivíduo podem coexistir memórias pessoais, de família, de grupo ou mesmo de classe; memórias locais, nacionais e outras - todas em permanente reconstrução e confronto com o esquecimento<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. Inês Amorim, “Homens da Terra ou Homens do Mar – um percurso historiográfico”, in F. Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pp. 27-70.

<sup>9</sup> Marc Augé, *Les Formes de L'Oubli*, Paris, Éditions Payot & Rivages, 2001.

Durkheim e Halbwachs proclamaram a dimensão colectiva e social da memória<sup>10</sup>, colocando em evidência a fenomenologia social da memória. Mal compreendido no seu tempo, Halbwachs legou aos museus o desafio de procurarem investigar e mostrar de que modo as sociedades recordam, o que recordam e porque recordam.

O apelo é particularmente pertinente para inquéritos memoriais a grupos socioprofissionais cujas memórias parecem especialmente densas ou eminentemente produzidas no seio dos próprios, a exemplo dos pescadores. A este recurso prévio dos “museus do mar e de pesca” acresce o potencial de atracção narrativa que a vida marítima exerce sobre as sociedades que lhe são estranhas ou que dela se afastaram. Basta notar o retorno do mar ao novelismo literário e ao romance histórico que hoje se regista um pouco por toda a parte após um longo divórcio.

A ilusão de que se vive num eterno-presente, a erosão da memória nas sociedades actuais e a cooptação turística dos testemunhos do passado acentuou o declínio do historicismo, ou das grandes memórias organizadoras da vida social. Mas em contraponto, o turbilhão pós-moderno reabilitou a importância integradora do local, reanimou as pequenas e singulares narrativas, como despertou o interesse por certos grupos sociais marginalizados.

Porém, a “crise da memória” e o modo como nos lamentamos de viver em sociedades amnésicas podem ser juízos precipitados. Julgo que a ideia de Museu encontra menos embaraços nessas tendências difusas de declínio do passado do que desafios e oportunidades. A descoberta do museu como “lugar de memória”, que ocorreu nos anos oitenta do século XX com o historiador Pierre Nora<sup>11</sup>, juntou-se poucos anos depois às vantagens ciclópicas da sociedade digital, cujas tecnologias ofereceram aos processos de inventário e arquivo de documentos, ao ordenamento de memórias e testemunhos de cultura material, incomparáveis possibilidades. Se bem usada, a alquimia

---

<sup>10</sup> Fernando Catroga, *Os passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 11-16. Sobre o conceito de “memória social”, vide James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o Passado*, Lisboa, Teorema (trad.), 1994.

<sup>11</sup> Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, 7 vols., Paris, Gallimard (1984-1993).

narrativa das palavras ditas, dos gestos, das imagens e dos próprios objectos invocados em qualquer projecto de museologia marítima resulta numa extraordinária pluralização memorial.

Cabe aos museus observar todos estes traços do tempo vivido através de processos criativos e futuristas, nomeadamente em diálogo com as artes, em geral, e com a arte contemporânea, em particular, que muitas se rejeita por se crer antirealista. Se a cultura se pretende viva e geradora de afiliações, os museus só concorrem para ela se assentarem os seus projectos numa conjugação da *herança* com a *criação*<sup>12</sup>. Assim entendemos o conceito de *memória cultural*.

### A ideia de conservação memorial

Os museus baseiam-se em contratos sociais em torno de memórias (ou activações memoriais) proclamadas como heranças, ou seja, como patrimónios de índole quase sagrada, como se não pudessem prescrever ou como se não deixassem de interessar a “comunidade”, dando lugar a outros.

O Museu Marítimo de Ílhavo, fundado em 1937 e refundado em 2001, não foge à regra. A consciência de transitoriedade da pesca do bacalhau como emblema patrimonial do Museu, conduziu a uma pluralização desse referente cultural assente nas colecções de objectos e documentos de modo a garantir uma efectiva maritimização do projecto museológico. Esse processo tem sido alcançado por meio da imaginação programática, constantemente recriada através de projectos de investigação capazes de narrativizar patrimónios imateriais pouco mais que difusos, a exemplo do que fizemos na exposição temporária *A Diáspora dos Ílhavos*<sup>13</sup>. Mas também através de parcerias diversas com museus e universidades, que deram ao museu um efeito de rede, e por meio da incorporação, a título de depósito, do arquivo particular mais rico

---

<sup>12</sup> Guilherme d'Oliveira Martins, *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*, Lisboa, Gradiva, 2009, pp. 7-11.

<sup>13</sup> Vide o respectivo catálogo, no qual se inclui um texto de investigação da antropóloga Márcia Carvalho: *A Diáspora dos Ílhavos*, Ílhavo, Câmara Municipal de Ílhavo, 2006, pp. 9-27.

que se conhece em Portugal na área dos estudos marítimos, o arquivo do arquitecto Octávio Lixa Filgueiras<sup>14</sup>.

O MMI é um lugar de encontros; de memórias, meta-memórias e de dinâmicas identitárias nem sempre consequentes, dado que estas não ocorrem dentro do Museu, mas no território social mais vasto dos grupos que se reconhecem no trabalho memorial que o Museu activa e promove. Não é nem deve ser um museu de cultura náutica ou navalista, opção muito mais fechada, reprodutora e elitista, que tende a silenciar o discurso dos principais actores das culturas marítimas: os pescadores. Compreender-se-ia tal opção num museu de tutela militar dotado de vastas colecções de instrumentação náutica, barcos e cartografia, a exemplo dos museus de marinha nacionais.

Não cabe aos museus do mar de âmbito local ou regional replicar a monumentalidade épica desses admiráveis museus marcados pela ideologia navalista formulada por Alfred Mahan em finais do século XIX – o navalismo geopolítico das armadas e nacionalismos imperiais -, mas seguir por outros caminhos. Nomeadamente, suscitando problemáticas de fundo cívico que, embora ancoradas no discurso dos objectos memoriais, falem do presente e do futuro, como que reactualizando o dito de Santo Agostinho que classificou a memória como “o presente das coisas passadas”. Um bom exemplo reside, talvez, no potencial de interpelação de objectos que sinalizam técnicas depredatórias de exploração dos recursos marinhos. A questão pode ser colocada ao visitante através de um modelo de uma rede de arrasto ou exibindo uma sonda eletrónica em confronto com um grosseiro prumo de mão destinado a perscrutar a natureza dos fundos e a adivinhar a presença de peixe nos mares mentalmente cartografados.

Os apelos de crescimento do MMI colocados pela ampliação e renovação do edifício, em 2001, e pela abertura, no mesmo ano, do pólo navio-museu Santo André, um antigo arrastão bacalhoeiro recuperado para fins patrimoniais, exigiram uma profunda revisão do projecto museológico, até então

---

<sup>14</sup> Para uma súpula da vida e obra de O. Lixa Filgueiras, veja-se o livro de actas resultante do Colóquio internacional realizado no Museu em 2008, prestes a ser publicado: Álvaro Garrido e Francisco Alves (org.), *Octávio Lixa Filgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas*, Lisboa, Âncora Editora, 2009.

limitado às práticas reprodutoras de um museu etnográfico de cariz regional que nos anos noventa do século XX iniciara um tímido processo de maritimização. Aberto o “museu novo”, era muito claro que a arquitectura do seu belo edifício não deveria alimentar a fantasia moderna de uma criação *ex-nihilo*, como se de um novo começo se tratasse<sup>15</sup>.

Em Janeiro de 2003, o programa cultural do MMI foi reorientado para as tarefas da *conservação memorial*. E de acordo com as ambições da tutela municipal, a gestão do Museu foi orientada para o crescimento e diversificação de públicos no sentido de legitimar o investimento realizado e de obter ganhos de imagem política no âmbito local e regional.

O projecto expositivo foi então colocado no eixo da dinâmica museológica e da comunicação regular com os públicos. “As Artes de pesca, as Pescas e a Arte” foi o tema aglutinador da agenda de exposições temporárias do triénio 2003-2005, na qual se incluiu a exposição temporária *Estética e Ideologia da Faina Maior*, cujo catálogo foi editado em cd-rom. Tema de múltiplos sentidos, supôs a intenção de mostrar algumas representações estéticas e ideológicas, de índole nacional e local, sobre as actividades marítimas expressas nas colecções do Museu. Mais do que esse propósito-chave, o MMI tem procurado aproximar-se do mundo académico e das artes; tem-se empenhado em valorizar o que exhibe fazendo bom uso do edifício onde habita.

Entre 2003 e 2008, produzimos catorze exposições temporárias e publicámos cerca de vinte catálogos, boa parte deles em parceria com editores comerciais e alguns bilingues, facto que garantiu a esses projectos outra visibilidade e que trouxe ao Museu uma certa projecção externa.

A exposição temporária *Caixa da Memória – Tributo aos homens que foram ao bacalhau*, um registo de instalação e fotografia próximo da linguagem estética da arte contemporânea, revelou-se um êxito e despertou um movimento de interacção vivaz com diversas comunidades piscatórias do país. Entre 2005 e 2009, este projecto baseado numa iniciativa de restauro digital de documentos (cerca de vinte mil fichas de inscrição de tripulantes bacalhoiros no respectivo Grémio, ou “sindicato corporativo”, entre 1935 e 1974) e

---

<sup>15</sup> Este processo encontra-se descrito e debatido num dos subcapítulos finais da citada história do MMI. Cf. Álvaro Garrido e Ângelo Lebre, *ob. cit.*, pp. 167-173.

numa simples ideia de partilha de memórias (rostos e nomes inscritos numa enorme caixa de luz) conheceu diversas itinerâncias. Essas viagens com escala permitiram ao Museu um diálogo inédito com a sua comunidade de públicos mais preciosa – as comunidades marítimas do litoral português e das ilhas açorianas. Processo em curso, que requer as maiores atenções.

Quase tudo se baseou na aplicação prática do conceito filosófico de *conservação memorial*. Nestes e noutros projectos expositivos do Museu escorados em investigações criativas, de entre os quais se destaca o Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau, tem sido evidente que a activação memnónica desperta afiliações identitárias. Mas há que reconhecer que, noutros casos e muitas vezes de modo imprevisível, o trabalho memorial dos museus encontra resistências porque fere as identidades. As tarefas da “conservação memorial” são tão fascinantes quanto delicadas. Exigem um conhecimento preciso da teoria patrimonial e uma consciência muito apurada sobre os limites éticos dos “museus-laboratório”. Acima de tudo, exige cultura, criatividade e bom-senso.

Considerando os repetidos lamentos sobre o declínio da importância do mar na economia portuguesa – lamúrias pouco justificadas, dado que se assiste a uma reconversão das actividades marítimas tradicionalmente expressivas e de maior peso simbólico<sup>16</sup> -, que papel pode assumir um museu marítimo?

Essencialmente um, salvaguardadas as especificidades locais e de projecto de cada instituição: promover uma consciência crítica sobre a relação que estabelecemos com o mar e sobre aquela que queremos construir para dar futuros ao passado de uma história de dependências e cumplicidades umbilicais. Dois exemplos relativos a saltos de discurso que o MMI ainda não fez: a evocação da pesca do bacalhau por veleiros e botes de um só homem, pesca tão épica quanto mítica, foi objecto de uma abordagem nostálgica entre 1992 e 2001, claramente expressa no título “Faina Maior”, designação muito próxima de um discurso navalista que naturalmente satisfaz a elite local de oficiais náuticos; entre 2003 e 2008, o drama épico da “grande pesca” foi abordado numa perspectiva memorialista (de memória humana e memória

---

<sup>16</sup> Cf. Álvaro Garrido (coord.), *A Economia Marítima Existe*, Lisboa, Âncora Editora, 2006, em especial o artigo de Nuno Valério, pp. 95-110.

estética) que privilegiou a pluralização das lembranças, inscrevendo na esfera pública visões muito diversas do mesmo património, inclusivamente representações estrangeiras.

De 2009 em diante, julgo que o MMI deverá privilegiar as representações artísticas contemporâneas como forma de questionamento das comunidades marítimas que se revêem no trabalho memorial promovido pelo Museu. Neste mesmo sentido, o Museu enriquecerá o seu projecto se for capaz de transitar do ordenamento de memórias para iniciativas de criação ficcional e documental sobre as narrativas que entretanto compôs. A promoção de discursos e saberes sobre a pesca do bacalhau, acerca das pescas e dos pescadores em geral, através do cinema, do teatro e da banda desenhada, são tentativas em curso que carecem de aprofundamento.

## **Conclusões**

O MMI tem como vocação principal preservar, de forma competente e criativa, patrimónios marítimos representados nas suas colecções. Recentemente, o Museu assumiu uma vocação mais ampla e socialmente audaz – a de instituição promotora de uma cultura marítima capaz de pluralizar memórias e de alimentar identidades.

No que respeita ao processo de “maritimização” do Museu, ou à redefinição da sua vocação temática-patrimonial, o balanço é altamente positivo. Aduzimos três argumentos fundamentais:

A transição do antigo “Museu Marítimo e Regional de Ílhavo” – assim designado até 1999 - para um “museu marítimo” por excelência foi concretizada com êxito. A centralidade que os patrimónios relativos à pesca do bacalhau vinham adquirindo desde meados dos anos noventa do século XX tem permitido abordá-los criativamente, no âmbito de uma desejada polissemia conceptual da memória.

A renovação do edifício do Museu, baseada num projecto de arquitectura do gabinete ARX Portugal, bem como a abertura do navio-museu Santo André, deram ao Museu uma escala mais ampla, que acabou por ser causa e efeito da estratégia de crescimento e qualificação programática adoptada a partir de 2001.

A renovação do programa museológico, definida no primeiro semestre de 2003 e assente nos eixos dinâmicos da investigação, do projecto expositivo e da comunicação externa, permitiu um efeito de rede e um processo de abertura que resultaram na construção de uma comunidade de públicos bastante mais vasta e socialmente diversificada do que anteriormente. Entre 2002 e 2009, o MMI registou uma média anual de cinquenta e três mil visitantes. Em 2008 ultrapassou os sessenta e cinco mil. Em 2009, os dados disponíveis permitem estimar um número outra vez superior a sessenta mil visitantes.

Deve um museu marítimo ser um lugar de culto do passado, como acabou por suceder na história que construímos a abrir este texto? Ou, pelo contrário, espera-se que um museu que fala do mar seja um lugar de memória dinâmico e carismático, onde as comunidades se podem questionar e onde o público comum se pode interessar por outras culturas e saberes a ponto de intervir socialmente para as proteger ou contestar?

Actuando desta última forma, por meio de um projecto interpelante, o MMI não só continuará a pagar a dívida da memória, como a transmitirá mais rica e menos unívoca às próximas gerações. Em boa medida, é o desafio de contar histórias em permanente reciclagem que distingue os museus inquietos dos museus acomodados.

Talvez a experiência do MMI demonstre que é possível satisfazer as expectativas das tutelas apresentando resultados legitimadores de público sem subordinar o *essencial* – ou a concepção substantiva do projecto cultural do Museu – ao *instrumental*. Tudo depende do discurso estratégico e conceptual, da capacidade negocial dos responsáveis e, obviamente, da reacção dos públicos, como em qualquer sistema integrado. No nosso caso, o móbil da reinvenção permanente dos patrimónios do Museu e a seiva deste projecto singular na área das culturas marítimas vieram sempre da investigação. Caminho que não poderá ser alterado, sob pena de o Museu se refugiar na pobre missão de um lugar público de entretenimento, inevitavelmente aberto aos mais diversos populismos patrimoniais.



## PATRIMÔNIO ONTEM E HOJE: O CASO BRASILEIRO<sup>1</sup>

LUCIA LIPPI OLIVEIRA

O tema do patrimônio no Brasil será tratado ao longo do século XX dando-se destaque a dois tempos. O primeiro, chamado de “tempos heroicos”, é o da criação da agência federal (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Sphan) em 1937, diretamente voltada para a preservação do patrimônio histórico da nação. Mencionaremos as estratégias de construção do campo baseadas no que foi chamado de “retórica da perda” e o seu sucesso em legitimar ações de tombamento/preservação de bens que foram selecionados pelo critério de “excepcional valor”.

O segundo momento, que se configura após a Constituição de 1988, é quando se adota uma nova categoria para designar os bens que configuram o patrimônio – bens imateriais. É considerado bem imaterial ou intangível aquele que depende de sujeitos para sua atualização, que depende de uma *performance*. São incluídos nessa categoria os saberes, as celebrações, as formas de expressão que configuram bens “vivos”, que precisam da salvaguarda do Estado através do registro.

Pode-se dizer que no primeiro tempo o tombamento institui o patrimônio, no segundo o registro reconhece o patrimônio.

Por fim, vamos mencionar o momento contemporâneo quando as cidades, espaço para além da nação, concentram as narrativas de patrimonialização, estetização, espetacularização e *gentrificação* entre outras. A cidade do Rio de

---

<sup>1</sup> Apresentado no Colóquio Internacional Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Coimbra, 13 a 16 de setembro de 2011

Janeiro pode nos oferecer um caso de atuação conjunta do governo local, do mundo empresarial e do turismo, operando demandas por maiores e melhores espaços públicos através de equipamentos de lazer, pela realização de eventos, pela revitalização de espaços até então abandonados. Nesse contexto o passado passa a ser objeto de fruição e ganha concretude o conceito de “glocal”, que junta globalização e localismo. O patrimônio continua sendo relevante na medida em que vai conferir alguma qualificação especial, um “plus” para a cidade na competição entre outras cidades também globalizadas.

Podemos começar voltando ao que diz Benedict Anderson em seu consagrado livro *Comunidades imaginadas* (2. Ed., 2005) quando menciona três instituições relevantes na criação dos Estados nacionais: o censo, o mapa e o museu. Segundo o autor haveria uma gramática comum que estaria presente nas três instituições que, mesmo inventadas antes, moldaram a forma como o Estado imaginava sua soberania baseada na quantidade de seres humanos que governava, na geografia de seus territórios e na legitimidade de sua ancestralidade. Ainda que o autor esteja se referindo aos aparatos burocráticos do Estado colonial na Ásia em sua passagem para Estados nacionais após a descolonização, podemos tomar tais sinalizações pensando as colônias ibéricas no Novo Mundo.

No caso do Brasil o Estado nacional se encontra em construção a partir de 1822, quando tem origem a criação ou migração de algumas instituições da antiga metrópole para a ex-colônia. Podemos mencionar o Museu Nacional fundado em 1818 e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848) este último voltado para a produção de uma história nacional e, em menor grau, para a produção de um conhecimento geográfico, geológico e de mapas. Os relatos dos viajantes estrangeiros e nacionais, é preciso ressaltar, foram fundamentais na constituição de mapas, imaginários ou realistas, sobre o território do país. O censo da população do Império do Brasil somente se realiza a partir de 1872 já que a enorme população escrava colocava problemas quase insolúveis. O censo, segundo Anderson, envolvia o conhecimento da população do território mas importava sobremaneira para saber quantos estavam sujeitos à pagar tributos. Vale lembrar que censos nacionais no Brasil passaram a ser realizados somente a partir de 1920 e deveriam ser repetidos a cada 10 anos.

O censo de 1930 acabou não sendo realizado devido à eclosão da Revolução de 1930 e a contagem voltou a ser feita em 1940 quando enfim a burocracia do Estado passou a contar com organismo especialmente voltado para isto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado em 1939.

Assim o órgão responsável pelo conhecimento do espaço territorial da nação e de sua população é instituído quase simultaneamente à criação do primeiro órgão federal dedicado a cuidar do patrimônio nacional, o Sphan, de 1937.

Vamos falar do patrimônio nacional dando destaque, como já foi mencionado, a dois tempos e a seus principais artífices. É preciso lembrar que foi escrita uma narrativa oficial sobre o patrimônio, a dos vencedores, dos criadores do Sphan, grupo de intelectuais composto em sua maioria pelos mineiros (Rodrigo Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade) e pela figura do arquiteto moderno Lucio Costa.

Rodrigo, que presidiu o Sphan por 30 anos, foi quem criou e dirigiu a *Revista do Patrimônio*; Afonso Arinos foi quem pensou, refletiu e orientou o grupo através de textos e conferências; Carlos Drummond foi quem, entre outras atividades, organizou o arquivo do Sphan e, por fim, Lúcio Costa, era aquele que decidia o que tombar. Seus argumentos apresentados em seus pareceres ao Conselho Consultivo do Sphan, oferecem fonte fundamental para os estudiosos do assunto.

Tal narrativa, como já foi destacado pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves dos Santos, era fundamentada no que chamou de “retórica da perda”, a que alertava sobre os riscos e perigos de se deixar os vestígios do passado desaparecerem. A narrativa oficial definia a atuação do grupo como portadora de uma missão salvadora daquilo que estava prestes a desaparecer caso nada fosse feito. Afirmava também que nada existira antes, o que não é exatamente correto, já que algumas iniciativas estaduais tinham sido tomadas nos anos 1920 e uma iniciativa ao nível federal teve lugar no Museu Histórico Nacional (criado em 1924).

Este apagamento de iniciativas anteriores teve a ver com uma luta entre os chamados “neocoloniais” (movimento que buscava valorizar em toda a América a presença espanhola e portuguesa e que foi nomeado como “Casa Colonial” em Portugal) e os modernos. O movimento neocolonial no Brasil

teve no arquiteto português Renato Severo, cunhado de Santos Dumont, uma das figuras importantes. Renato Severo, José Mariano e Gustavo Barroso compõem o grupo neocolonial que esteve em alta por ocasião das comemorações dos 100 anos de Independência em 1922.

O grupo moderno veio a se tornar hegemônico dentro do serviço do patrimônio e o modernismo arquitetônico sob influência de Le Corbusier se tornou o principal estilo arquitetônico assumido pelo Estado brasileiro nos anos 1930 com a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde (sob a direção de outro mineiro, Gustavo Capanema). O modernismo arquitetônico teve continuidade na urbanização de um bairro – Pampulha- na capital mineira, Belo Horizonte e, por fim, na construção da nova capital – Brasília- no final da década de 1950, ambas sob a égide de outro político mineiro, Juscelino Kubitschek.

Voltando ao Sphan de seus primórdios, ao chamado Primeiro tempo – o de Rodrigo Melo Franco de Andrade- devemos lembrar que foram os intelectuais do Sphan que conseguiram constituir um “patrimônio nacional”, ao definirem quais os “vestígios deveriam fazer parte do patrimônio, ou seja, deveriam ser tombados, preservados, restaurados”. Pode-se dizer que o mais importante nessa operação intelectual foi a afirmação de que o Brasil não era só natureza, trópico, como fora acentuado durante o século XIX pelo romantismo.

Ao elegerem as ruínas de um tempo, o Brasil colonial, ficava estabelecido que o país tinha sim um passado cultural que seria a origem da nação. Tais ruínas tinham um local particular, estavam localizadas principalmente em uma parte do território nacional, Minas Gerais. E assim foram tombadas cidades inteiras além de monumentos em outras cidades. O passado “memorável” estava presente em prédios, bens de pedra e cal. Arte, História e tradição produziram uma identidade nacional.

O passado “memorável” nacional foi considerado o barroco, ainda que barroco não seja um estilo nacional. Mas os intelectuais do Sphan vão destacar no colonial mineiro uma versão particular/autêntica do barroco brasileiro. Este passado nacional nos colocava dentro da história da arte ocidental. Garantia nosso pertencimento ao Ocidente. Não éramos só uma natureza exótica.

Ao tombarem cidades coloniais criaram quase “cidades-museu”. Os primeiros museus de História criados pelo Sphan também estavam articulados ao

passado colonial como o Museu dos Inconfidentes, ressaltando a Inconfidência Mineira, e o do Ouro ou o Museu das Missões (atuação dos jesuítas). A atuação do Sphan no campo dos museus foi relativamente limitada já que foram poucos os museus criados e também muito pouco foi feito no sentido de transformar os existentes. A relação dos intelectuais do Sphan com o campo dos museus ainda não foi suficientemente estudada...

O Segundo momento a partir dos anos 1970 – o de Aloísio Magalhães – alargava o escopo do passado memorável que passa a estar presente também em festas, em ritos, no “saber-fazer”. Esta “nova” interpretação do que se devia proteger se deu pelo retorno a figura de Mário de Andrade, importante figura modernista dos anos 1920. Aloísio, talvez para marcar sua diferença com Rodrigo, voltou-se para um tempo anterior, o de Mário de Andrade.

A relação de Mario de Andrade com o Sphan foi múltipla. Foi ele, pode-se dizer, quem primeiro realizou uma ação no espaço da cultura ao dirigir o Departamento Cultural da Prefeitura da Cidade de São Paulo em 1935. Seu interesse pelo folclore, pelo saber popular está registrado nas viagens que fez ao Norte e Nordeste no final dos anos 1920. Foi ele quem escreveu, a pedido de Capanema, um anteprojeto para o Serviço. Realizou pesquisas para o Spahn, deu assessoria, preocupou-se em organizar a regional do Sphan em São Paulo.

Nos anos 1920 e 1930 os modernistas estiveram ocupados em modernizar e/ou construir a “cara” do SER brasileiro. *Macunaíma* de Mário de Andrade pode ser considerado um caso exemplar deste tipo de empreendimento. Mário escreve *Macunaíma* ao mesmo tempo viaja pelo Norte e Nordeste recolhendo cantigas, manifestações populares dessas regiões esquecidas ou decadentes. Seu interesse em mapear, seu interesse pela coleta folclórica, vai estar presente no Departamento Cultural da cidade de São Paulo.

Nos anos iniciais do modernismo ainda era marcante a divisão entre o saber culto e o popular. Culto era identificado a estrangeiro, vindo de fora. Popular, por outro lado, era visto como ingênuo, pitoresco, rude. Mário queria abolir, ou melhor, minimizar tal distinção e erguer as “partes que estavam nas sombras” pelo exame da diversidade, pelos levantamentos monográficos. Sua concepção quanto ao trabalho tanto no Departamento de Cultura quanto no

Sphan era o de captar todo o universo da produção cultural. Daí suas viagens etnográficas e as suas “descobertas do Brasil”, entre elas, a do barroco brasileiro. Tudo isto correspondia ao que ele entendia ser o dever do artista: ser útil à sociedade. As cartas de Mário aos companheiros de geração constituem um enorme patrimônio e apresentam sua perspectiva sobre a missão do intelectual naquele tempo e lugar.

Mário de Andrade promove e busca uma nova conceituação do folclore como processo de conhecimento, daí seu empenho em abrir cursos para formar folcloristas. No Departamento Municipal de Cultura de São Paulo em 1935, Mário inaugurou um curso de folclore que visava entre outros fins ensinar como apreender a cultura do caipira do interior. Ocupou-se assim em tratar o folclore como um processo de conhecimento, abrindo curso para formar folcloristas, e em elaborar uma nova conceituação do folclore guiado pela etnografia. Por sua iniciativa é criada a Sociedade de Etnografia e Folclore e em seu Boletim são publicadas comunicações apresentadas nas reuniões da Sociedade.

Para Mário de Andrade o conceito europeu de folclore teria que ser alargado para o caso do Brasil. Seria necessária uma nova conceituação para povos de civilização e cultura importadas, mas, essa nova conceituação deve ser “científica”. Era preciso separar o que é folclórico do que é apenas popularesco. Para ele, o folclore, expressão da nossa brasilidade, ocupava um lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional.

Sabemos que no Sphan a vertente folclórica sob inspiração de Mário de Andrade não foi vitoriosa. Venceu a perspectiva que ligava, que situava as origens da “civilização” brasileira no tempo colonial e em um espaço – Minas Gerais. A singularidade brasileira poderia assim estar integrada ao Ocidente através do conhecimento e reconhecimento dos vestígios do barroco. A autenticidade procurada assim como a busca do exótico formaram, por assim dizer, as duas faces de uma mesma moeda.

O Segundo tempo, o marcado por Aloísio Magalhães, foi tributário de outra importante experiência que traz conseqüências para a área de patrimônio – a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. O objetivo do CNRC era *“mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil. As referências da dinâmica cultural brasileira seriam então*

*incorporadas e articuladas em bancos de dados – realidades virtuais – e deveriam ser devolvidas às comunidades.”*

De 1975 a 1979 foram desenvolvidos pelo CNRC projetos reunidos em quatro programas: artesanato, levantamentos socioculturais, história de tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil. Entre os projetos especialmente valorizados por Aloísio Magalhães estavam: Estudo multidisciplinar do cajú, Museu ao ar livre de Orleans (imigração italiana); Cerâmica de Amaro de Tracunhaém; Tecelagem em teares de quatro pedais do Triângulo Mineiro; Fabricação e comercialização de lixeiras – um artesanato de transformação. Tais projetos levaram em conta a avaliação do impacto ambiental de projetos e se ocuparam com a indexação e microfilmagem da documentação em depósito do Museu do Índio, o que permitiu mais tarde a demarcação de terras indígenas.

Ou seja, tais projetos tinham pouca ou nenhuma relação com patrimônio no sentido de autenticidade ou tradição como realizado na fase heróica do Sphan e sim valorizavam a capacidade de invenção do artesão brasileiro. A proposta era realizar o inventário de um saber-fazer.

Pode-se creditar às experiências pioneiras de referenciar o saber popular desenvolvidas no CNRC a criação de instrumentos de proteção como os consignados no Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, como mencionaremos adiante. Os levantamentos socioculturais que produziram as propostas de tombamento até então, segundo Aloísio Magalhães, valorizavam os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico, mas que expressavam a criação individual. Daí terem ficado de fora o fazer popular, coletivo inserido no cotidiano, e que expressavam os bens culturais vivos. Sua proposta é então voltar ao projeto original de Mário de Andrade de “tradições móveis”. Aloísio evita trabalhar com a noção de “cultura popular” ou de “folclore” já que para ele os bens culturais não devem ser considerados como sobrevivências do passado. Nos anos 1980 ele cunha a expressão “patrimônio cultural não-consagrado”, para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais.

Assim, o tempo de Aloísio Magalhães no patrimônio que, como já mencionamos, teve como precursor uma experiência notável do CNRS operou uma

mudança na concepção do órgão dedicado ao tema. Passou-se a falar de referência cultural. Tudo isto produziu em um primeiro momento a ampliação do que deveria ser considerado patrimônio nacional. Foi então que nos anos 1970 e 1980 houve ampliação do bem considerado patrimonializável. Outros passados como o Terreiro de Casa Branca, primeiro terreiro de umbanda em Salvador, Bahia, foi tombado pelo Iphan. Estações ferroviárias passaram a ser consideradas bens patrimoniais do passado já que expressavam a modernização do século XIX.

Para se falar do patrimônio nos dias de hoje deve-se retornar à Constituição de 1988 quando é instituída oficialmente a diversidade de bens. Vai se valorizar a cultura popular e o folclore (que também têm uma história no país). Passa-se a falar em resgate, em registro dos bens imateriais. Isto tudo certamente produz uma identidade de grupos sociais até então esquecidos ou marginalizados do território nacional.

O Decreto 3.551 de 2000 institui o Inventário e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O registro de bens culturais de natureza imaterial tornou realidade a concepção ampliada de patrimônio cultural expressa na no artigo 216 da Constituição de 1988. A partir de então outros tipos de bem passam a merecer a atenção, como a pintura corporal dos índios que habitam uma parte do território da nação; a feitura de panelas de barro de Goiabeiras do interior do estado do Espírito Santo entre outros. Apenas vale notar que é difícil pensar em construir uma identidade nacional a partir desses bens. São bens de pouca “ressonância”, dificilmente serão reconhecidos como bens materiais ou imateriais da nação. Podem ser expressões das nações ou dos povos indígenas das Américas...

A nova concepção de patrimônio chamada imaterial ou intangível vai se referir a lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, entre outras manifestações. E o procedimento principal vai ser fazer o registro dessas práticas e o acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Há um número especial da *Revista do Patrimônio* que trata especialmente do patrimônio imaterial.



O registro reflete o reconhecimento do valor das expressões culturais, o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Estabelece também, para o Estado, o compromisso de garantir sua salvaguarda pela documentação, acompanhamento e apoio.

Segundo o antropólogo Ricardo Gomes Lima é preciso anotar que o registro não é um certificado de origem, é certificado de consagração, é titulação, é “selo de qualidade” que permite que o grupo responsável por aquele bem passe a receber apoio da prefeitura ou de outro poder. Permite também que o artesão possa receber pensão devido à qualidade de seu artesanato.

Para maiores detalhes operacionais do processo de Registro pode-se consultar a publicação *Encontros e Estudos* n. 6 (2005) do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). No “dossiê de Registro” devem constar a investigação e descrição do surgimento da manifestação, sua história e sua trajetória. Também os bens associados, o contexto e a rede de atores e relações sociais que propiciam sua existência. Completam o dossiê um guia de fontes documentais e bibliografias, documentos visuais, fonográficos e audiovisuais sobre a manifestação cultural.

Para maiores detalhes operacionais do processo de Registro consultar a publicação *Encontros e Estudos*, acima mencionada, que traz artigos relatando os casos concretos de Registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras; do registro do Círio de Nazaré; do samba de roda; do ofício das baianas do acarajé e da viola-de-cocho.

Tais casos nos mostram como é possível a avaliação do conjunto de bens que devem receber o registro. Ou seja, quais são os critérios da seleção e da atribuição de valor patrimonial.

O plano de salvaguarda, ou seja, a atuação do Estado até agora tem seguido quatro linhas:

1. Ações de apoio às condições de transmissão e reprodução. Melhoria das condições de produção, circulação, transmissão e manutenção dessas expressões.
2. Ações de valorização e promoção que procuram consolidar e/ou reforçar sua sustentabilidade.
3. Ações de defesa de direitos. Campo complexo e pouco desenvolvido já que envolve instrumentos jurídicos destinados ao reconhecimento e ao exercício de direitos coletivos.

4. Ações de acompanhamento, avaliação e documentação, ou seja, a pesquisa da manifestação, o diagnóstico de avaliação de impactos econômico, sociais e culturais. A documentação produzida permite o registro e o acompanhamento de suas transformações.

Tudo isto torna necessário a presença de especialistas capazes de empreender a pesquisa e tornar possível a avaliação do conjunto de bens que devem receber o registro. Ou seja, os critérios da seleção e da atribuição de valor patrimonial, assim como o plano de salvaguarda oferecem um campo privilegiado para a atuação dos antropólogos, assim como o tempo da valorização dos bens de “pedra e cal” da fase heróica do Sphan foi campo preferencial para os arquitetos.

O campo do patrimônio imaterial não é pacífico, recebe críticas de diferentes matizes. Algumas dúvidas acompanham o registro dos bens imateriais. Vale citar como exemplos de dificuldades:

- Um ritual, uma vez registrado, nunca mais deve ser modificado?
- Um prato típico não pode ser alterado?
- Um falar popular não é passível de ser atualizado?

Vale o exemplo da revista Rio Show do jornal O Globo (19/03/2010) com artigo que apresenta e discute a lista de bens (jongo, capoeira, batida de coco, vendedor de mate, botequim...) que a Prefeitura do Rio estaria reconhecendo e declarando como patrimônio imaterial. Entre as referências cariocas estão desde a folia de reis, o bumba-meu-boi (nomeadas como folclóricas), a bossa-nova e seu espaço original (o Beco das Garrafas), as matrizes do samba (o partido-alto, o samba-de-terreiro e o samba-enredo) e o Cacique de Ramos, a obra de Noel e o bloco Escravos da Mauá, instituições como o Cordão do Bola Preta, a Banda de Ipanema, a torcida do Flamengo, os fotógrafos de jardim (chamados de lambe-lambe), a Saara (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), a Feira de São Cristóvão e por ai vai... Dentro do corpo da matéria na revista a manchete usada é “samba do patrimônio doido”. O artigo discute também a banalização do instrumento na medida em que as autoridades podem listar um bem como patrimônio e ninguém o reconhecer como tal. Aqui já estamos no universo do reconhecimento, da “ressonância” do bem.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) por sua longa experiência no campo de celebrações e saberes da cultura popular têm dado importante suporte ao Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, responsável pelo Registro.

As propostas de Registro são avaliadas levando em conta a importância da manifestação como referência cultural para grupos sociais; a fragilidade ou situação de risco em que se encontra; a localização em regiões distantes e pouco atendidas por outras políticas no campo da cultura.

Vale notar que no lugar da ideia de autenticidade – originalidade e permanência - que guiava o campo da preservação, agora o que é tomado como parâmetro são as noções de referência cultural e de continuidade histórica.

O tombamento ontem e o registro hoje inscrevem os bens no patrimônio nacional. E isto confere reconhecimento, o que é extremamente importante na luta simbólica.

Por fim, vamos mencionar o momento contemporâneo quando as cidades são o espaço de maior destaque e concentram as narrativas de patrimonialização, estetização, espetacularização e *gentrificação* entre outras. O Rio de Janeiro pode nos oferecer um caso de atuação do governo local, do mundo empresarial e do turismo, de demandas por maiores e melhores espaços públicos através de equipamentos de lazer, da realização de eventos, da revitalização onde ganha concretude o conceito de “glocal” (a junção de globalização e localismo). O patrimônio local continua relevante na medida em que vai conferir alguma qualificação especial, um “plus” para a cidade na competição entre outras cidades globalizadas.

Mais globalização, menos nação. Mais culturas transnacionais, mais locais, mais regionais. O interesse pelo passado aumenta, vivemos um tempo, como diz Andreas Huyssen, em que estamos “seduzidos pelo passado”. Se ontem o patrimônio era apresentado como memória da nação, hoje o patrimônio emerge como memória de diversos e diferentes grupos e etnias, há assim uma pluralidade de memórias. E mais, o passado recapturado pela memória aparece como objeto de fruição, de consumo.

Segundo Ulpiano Bezerra ontem era o tombamento que instituía o patrimônio, hoje o tombamento reconhece o patrimônio. Mas em ambos os casos

não podemos esquecer que as imagens espaciais não devem ser esquecidas. Os bens materiais ou imateriais são localizáveis, estão materializados nas coisas, nas pedras. E não devemos esquecer as relações entre “as pedras e os homens”!

### Referências bibliográficas:

O campo do patrimônio no Brasil tem merecido a atenção de inúmeros cientistas sociais bastando citar as teses de doutorado de Maria Cecília Londres Fonseca (socióloga formada na UnB), Mariza Velloso (antropóloga da Unicamp), José Reginaldo Gonçalves (antropólogo formado nos USA), Márcia Chuva (arquiteta e historiadora da UFF), Antonio Augusto Arantes (antropólogo formado nos USA) entre outros.

Antônio Augusto Arantes fez de Campinas um ponto de irradiação onde orientou trabalhos sobre patrimônio como o de Silvana Rubino e é considerado figura central na introdução da noção de “patrimônio imaterial” na Constituição de 1988. Maria Cecília Londres e Marcia Chuva, quadros do Iphan, passaram também a ter importante papel na formação de pesquisadores dentro da Instituição. A Antropologia, até pela valorização dos bens imateriais, tem dado atenção especial à área de patrimônio valendo citar Manuel Ferreira Lima Filho, Mário Chagas e Regina Abreu. Destacam-se também pelas reflexões, pelas pesquisas, pela formação de pessoal e criação de instituições no campo de Museus (IBRAM, criação da revista *Musas*). Entre os historiadores o campo começa agora a crescer e se destaca a figura de Ulpiano Bezerra de Menezes.

O número de teses, artigos, livros cresce cotidianamente e vamos aqui apenas mencionar alguns textos que podem ajudar a despertar o interesse pela pesquisa sobre o tema:

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez. 2003, pp 313-333.

LIMA, FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego. A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTÃO, Jane Felipe (org.). *Antropologia e patrimônio cultural – Diálogos e desafios contemporâneos*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Blumenau: Nova Letra, 2007.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil; entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/ Faperj, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

BRAGA, Vanuza Moreira: “Relíquia e Esperança: Ouro Preto e as Políticas de Preservação do patrimônio no Brasil.” IN: FERREIRA, M. M. (org.) *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p 186 - 219.

**A PRIMEIRA HISTORIOGRAFIA  
DA INDÚSTRIA PORTUGUESA (1881-1930).  
UMA SÍNTESE**

MANUEL FERREIRA RODRIGUES

*Reunir, catalogar por assim dizer, todos os aspetos e memórias  
da nossa vitalidade industrial, que se acham dispersos pelos livros  
e documentos, quer-nos parecer que é uma empresa patriótica*  
(Sousa Viterbo, 1892)

**Autores, textos e contextos**

Uma vez que para a utopia romântica, de caráter retrospectivo, o horizonte ideológico era a *ressurreição da alma nacional*, apenas uma história era possível: a história da pátria, a história do *génio da Nação*, uma história vocacionada para «inspirar a ação política e reforçar o consenso nacional» (Catroga, 1993: 550). Desse modo, a atração pela Idade Média, tida como Idade do Ouro, como «época da robustez moral da nação» (Herculano, 1886: 134), como «cadinho das liberdades burguesas, núcleo da nobreza de caráter e da honra, origem de guerreiros ilustres e da índole portuguesa» (Ferreira, s.d.: 96), morigeradora de um presente tido como decadente, vai conduzir a geração de Herculano e Garrett (e as dos seus discípulos diretos) a um desinteresse por uma história recente, se excetuarmos alguma literatura com preocupações sociais e uma «historiografia da atualidade», mais de natureza

política, que surgiu, como refere Fernando Catroga (1993: 549 e 557), «ideologicamente interessada em analisar ou em carrear informações que pudessem servir de ponto de partida para a explicação e legitimação histórica do novo regime». Mesmo na literatura da primeira metade de Oitocentos, como diz Alberto Ferreira (*op. cit.*: 99), «não é possível pensar em poesia do quotidiano (Cesário), nem em capacidade inspiradora do progresso material (Guilherme de Azevedo)».

De certo modo, esse programa historicista estrutura, também, a *História de Portugal nos séculos xvii e xviii* (1860-1871) de Rebelo da Silva, discípulo confesso de Herculano. Ao valorizar o século xvii e a Restauração – entendida como uma refundação da pátria –, Rebelo da Silva parte de alguns dos pressupostos ideológicos e epistemológicos anteriores, que sustentavam o apego do primeiro romantismo à Idade Média (Macedo, 1971; Catroga, 1985 e Torgal, 1989). A divergência é protagonizada pela «geração nova». Os homens da Geração de 70, com destaque para Antero e Oliveira Martins, divergiram de Herculano na forma como olhavam a Idade Média, não escondendo o seu fascínio pela Renascença e pelos Descobrimentos (Catroga, 1982: 31). Nesse contexto, seria muito difícil a emergência de uma historiografia *da indústria*, mesmo que perseguisse, justificadamente, o fim último da historiografia herculaniana.

As importantes comemorações camonianas (1880) e pombalinas (1882), os inquéritos industriais de 1881 e de 1890, as sonhadas reformas do ensino industrial (de 1884 e 1888), as exposições distritais (Aveiro, 1882; Guimarães e Coimbra, 1884), a conjuntura internacional e os seus efeitos no nosso país, testemunham, especialmente após a grave crise de 1890-1892, um olhar diferente sobre o presente e sobre o passado. De resto, a industrialização do final de Oitocentos vai desempenhar um papel decisivo nessa mudança. Como salientam Leonor Freire Costa *et al.* (2011: 313) «a característica mais importante do desenvolvimento da economia portuguesa ao longo do século xix foi a sua progressiva, embora lenta, industrialização», pois «o setor industrial passou de 13% do produto interno bruto, em 1850, para cerca de 27%, em 1910». No entanto, não obstante o produto industrial ter crescido «cerca de 2,6% ao ano, quando o setor agrícola cresceu apenas à taxa de 0,7%», «a industrialização da economia acabou por não ser suficiente para recuperar do atraso

relativamente aos países mais industrializados da Europa» (*ibidem*), acabando, desse modo, por alimentar os discursos decadentistas finiseculares.

A primeira historiografia da indústria portuguesa nasce num contexto, primeiro, de crítica e, depois, de crise do liberalismo, e encontra algumas das suas referências matriciais em autores mais conotados com a defesa da industrialização e da modernização de Portugal do que pelo seu labor historiográfico, como Acúrsio das Neves (1766-1834), Oliveira Marreca (1805-1889), Pereira Caldas (1818-1903), Fradesso da Silveira (1825-1875), Brito Aranha (1833-1914), Gerardo Augusto Pery (1835-1893), e, de outro modo, Oliveira Martins (1845-1894) e Teófilo Braga (1843-1924). Essa historiografia dá os primeiros passos na década de 1880, no quadro da crescente importância que a indústria adquire nas estratégias e nos discursos políticos, sob pressão dos ecos da industrialização europeia e das exposições mundiais da indústria.

O nacionalismo constitui, sobretudo a partir do trauma de 1890-1891, uma avassaladora força centrípeta. A nascente historiografia da indústria não ficou indiferente a esse fenómeno. Todavia, penso que existe uma inter-relação complexa e indeterminada entre textos e contextos, isto é, se as conjunturas modelaram o olhar e o discurso desta historiografia, ela constitui, outrossim, um elemento fortemente estruturador desse contexto, pelas suas características perlocutivas, porque alguns dos seus autores se assumiam e eram aceites como *clerics* da nova sociedade. Esses textos, bem como os seus subscritores, pelas suas singularidades biográficas, como pela sua diversidade prosopográfica, parecem constituir parte significativa dos *traços estruturais* do período considerado. A situação política, económica e social, o relacionamento entre centros e periferias, os mecanismos de produção, difusão e receção das ideias, a topografia social e geográfica dos historiadores estudados, constituem, por certo, um amplexo de fenómenos que se conexionam de forma diversa, alheia a qualquer tipo de univocidade ou determinação. Por essa razão, só em conjunto os textos estudados ganham sentido e permitem perceber as suas virtudes e debilidades individuais. A historiografia, como forma cultural e expressão sociocultural de uma época, regista como um sismógrafo as grandes convulsões da sociedade; quando o não faz de forma explícita, fá-lo pela omissão, pelo silêncio. A este propósito, E. H. Carr é categórico: «Não existe indicador mais significativo do

caráter de uma sociedade do que o tipo de história que se escreve ou não consegue escrever» (Carr, 1986: 37).

Entre 1881 e 1930, foi possível reunir seis dezenas de estudos sobre história da indústria, assinados por 25 autores. Estes números devem ser entendidos de forma lata, mais como uma amostra da produção historiográfica de uma época do que um inventário, como, de resto, tive de proceder em relação ao conceito de indústria que, nesta época, é bastante imprecisa (Rodrigues, 1993). Assim, é possível discordar da inclusão de alguns textos, como os que seriam mais facilmente catalogados como história da arte, ou os extensos inventários de nomes de artífices perdidos na documentação de arquivo, ou, ainda, os estudos de Lobo d'Ávila, Fernando Emídio da Silva ou Campos Lima, como se poderá estranhar não ter considerado estudos como os de João Gomes de Oliveira Guimarães (1886), Ramalho Ortigão (1891), António Augusto Gonçalves (1898), João Faustino Nazoni da Costa (s. d.), ou o de H. P. Taveira (1923), indicados na bibliografia. De fora ficou a análise das concepções historiográficas do *Boletim do Trabalho Industrial* (1906-1939) que, não obstante ter destacado os contributos de José de Oliveira Simões e de Aníbal Ferreira Cabido, merece tratamento autónomo, ou os muitos artigos e entradas sobre empresas, empresários, técnicos e operários, publicados nos dicionários e obras coletivas deste período – com destaque para o *Dicionário* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues –, cujo inventário e estudo continuam por fazer.

Os textos reunidos apresentam a seguinte distribuição, por décadas: 1881-1890: 10; 1891-1900: 10; 1901-1910: 13; 1911-1920: 15; e 1921-1930: 13 estudos. A temática mais frequente é a cerâmica artística (olaria, louça e azulejos), mas marcante é a diversidade, incluindo têxteis, tapeçaria, tinturaria, papel, vidro, cristal, metais, fundição, ourivesaria, armas, moagem, marcenaria, calçado, etc. O que Carlos da Fonseca diz sobre Esteves Pereira em boa medida poderia ser dito sobre muitos destes estudiosos: «A atividade investigadora de Esteves Pereira é duma fertilidade extraordinária. Entre monografias, artigos, ou simples apontamentos, engloba as indústrias de palitos, rocas, alfinetes, móveis, sabão, fósforos, penas de escrever, gravatas, papel, vidro, azulejos, porcelana, lanifícios, chapéus, etc. [...]» (Fonseca, 1979).

Estes textos foram inicialmente publicados em jornais – esta é outra das razões da sua difícil contabilização –, revistas, catálogos de exposições,



relatórios, etc., ou apresentados perante públicos alargados, em palestras e conferências, ou em relatórios setoriais, realizados por iniciativa própria, por determinação governamental, a pedido de associações, clubes, etc. A sua cronologia está em estreita relação com os calendários de feiras e exposições industriais, de impacte nacional ou regional, e com a crescente importância do conhecimento estatístico de Portugal. Importava estudar estes escritos em conexão com esses eventos, como convinha ver de que modo constituem instrumentos de identidade local ou regional. A sua compilação e posterior publicação na forma de livros ou de pequenas brochuras decorrem de outro tipo de fenómenos, a que não é alheia, certamente, a emergência de novas elites e a afirmação de alguns espaços municipais ou regionais. São trabalhos individuais – apenas dois resultaram de uma parceria –, embora os seus autores se conhecessem pessoalmente e publicassem conjuntamente em revistas que fundaram ou dirigiram.

Pela sua natureza, muitos destes estudos inscrevem-se numa história local, mais devedora do magistério de Herculano que de uma ideologia regionalista difusa. O «velho» Mestre sonhava com uma «história local», elaborada em «normas uniformes» de modo que um dia se pudesse «formar um grande e amplo repositório», «uma fonte de abundantes materiais para se reconstruir a história pátria», um «monumento» que perpetuasse «a vida e a finalidade da nossa gloriosa Nação» (*apud* Mendes, 1993: 176).

Não sendo estudos de história da indústria como a concebemos hoje – nem a disciplina possuía estatuto autónomo –, os seus autores raramente eram referidos como historiadores. O mesmo se poderia dizer da História Económica e dos seus cultores. Adriano Antero (1907:7), irritado com a confusão entre História Económica e Economia Política, recusando o epíteto de «economista», retorquia: «não somos economista, somos apenas um humilde historiador».

Ao contrário das gerações anteriores, maioritariamente formadas na Universidade de Coimbra, os historiadores recenseados têm uma formação académica muito diversificada: saíram também dos institutos industriais e comerciais, do Curso Superior de Letras, de escolas superiores de artes, medicina, ou de engenharia, portuguesas ou estrangeiras. Há-os mesmo sem formação superior, como Marques Gomes ou Joaquim Barosa. São médicos, advogados, engenheiros, gestores, jornalistas, padres, militares, bibliotecários,

funcionários públicos, etc. Todos autodidatas, no tocante à história das atividades transformadoras, artesanais ou industriais. Por isso, a sua intervenção cultural é, no conjunto, igualmente diversificada. A par da atividade profissional, estes autores dedicaram-se à tradução, ao romance, à crítica de arte, ao colecionismo (de natureza «patriótica» e científica), e até nos domínios da poesia e da ficção romanesca, ou teatral, deixaram marca assinalável.

Na investigação histórica cultivaram, a par da temática industrial (com interesse esmagador pelas atividades oficinais), a arqueologia, a história dos Descobrimentos, a história das corporações e ofícios, a diplomática, a epigrafia, a etnografia, a numismática, a biografia e a genealogia, mas, também, a história da música, a história da mulher e a história económica, a história das festas, dos usos e costumes, a história do movimento operário, chamando a atenção para o lamentável estado em que se encontravam os arquivos, nomeadamente os municipais, e para a necessidade de se valorizar o ensino industrial.

Os historiadores das duas primeiras décadas pertencem, sob diversos pontos de vista, à Geração de 70. Não espantará, assim, o predomínio das concepções organicistas, evolucionistas e transformistas. O organicismo krausiano, inimigo do liberalismo como do socialismo, defendendo a livre associação como panaceia para a solução do conflito capital-trabalho, pugnando por um Estado-árbitro de múltiplas atividades federadas, segundo o princípio da *harmonia*, parece constituir justificação bastante para o alheamento do emergente mundo da Fábrica. Explicar-se-ia, assim, a escassez de olhares sobre o «interior» das fábricas, sobre produção, tecnologia, operários, acidentes de trabalho, greves, etc. Alguns textos do *Boletim do Trabalho Industrial* e os estudos de Emídio da Silva, Lobo d'Ávila e Campos Lima revelam uma tímida mudança de atitude, mas já então se fazia sentir a influência das correntes neorromânticas do final de Oitocentos e início de Novecentos (Pereira, 1983: 845).

Nos primeiros anos da I República, os estudos históricos mostram uma maior preocupação com os problemas sociais e políticos decorrentes da implantação do novo regime e dos efeitos da Guerra. Nos anos 20, surgem trabalhos de uma enorme variedade, quando a exaltação nacionalista se aproxima do paroxismo. Os lugares comuns do historicismo oitocentista servem então, cada vez mais, desígnios de natureza antiparlamentar, antipartidária e antiurbana. Surgem as primeiras reações contra esses paladinos da glorificação

nacionalista da História, enquanto se desenvolvem estudos etnográficos e histórias locais de cariz «bairrista». É notório um empobrecimento ao nível das fontes, da metodologia, como da teorização.

Entre os 25 nomes inventariados (ver Quadro anexo), três merecem destaque, pela inovação e pelo pioneirismo em muitos domínios do imenso e probo labor que nos legaram: Joaquim de Vasconcelos, Sousa Viterbo e Esteves Pereira.

É consensual a importância do contributo de Joaquim de Vasconcelos para a História da Arte em Portugal (românico, artes decorativas, torêutica nacional, etc.), como são reconhecidos os méritos da sua atividade como arqueólogo, etnólogo, filólogo, historiador da música e da literatura, mas raramente é reconhecida a importância do seu contributo para a história da indústria, nos domínios dos tecidos, cerâmica, vidro, mobiliário, tipografia e metalurgia, se excetuarmos a referência encomiástica ao seu envolvimento na criação e realização do Museu Industrial e Comercial do Porto, de que foi conservador (Gomes, 1978: 164 e 168). O Museu proporcionou-lhe contactos com o mundo empresarial do Norte de Portugal, levando-o a participar no debate sobre a questão pautal, muito embora defendesse as *indústrias populares*. Bate-se pela «verdade histórica», contra o «excesso de patriotismo dos seus confrades, expressando um nacionalismo heterodoxo que confere sentido, coerência e unidade ao seu discurso historiográfico.

A atenção que Sousa Viterbo dedica à dimensão técnica dos fenómenos faz dele quase uma exceção no ambiente cultural de generalizada misotecnia. Visando uma completa compreensão dos fenómenos históricos, o seu olhar detém-se nos pormenores técnicos, analisa as características formais, técnicas e materiais dos artefactos, sejam edifícios, máquinas, armas ou utensílios, como atribui um valor testemunhal e patrimonial aos vestígios arqueológicos, contra a corrente que viria a fazer do documento escrito matéria exclusiva da construção historiográfica. Viterbo é um dos primeiros a usar a expressão Arqueologia Industrial, embora esta disciplina seja hoje diferente do que ele propunha em 1896. Mas esse aspeto distintivo da sua vastíssima obra (mais de 300 títulos) releva do mesmo fenómeno – o nacionalismo – que encontrou na arte e na história os meios da sua legitimação. Como homem da Geração de 70, alinhava com a tese de que o progresso material sem progresso moral era

uma perversão, pois «a vida não pode ser uma estúpida página de escrituração comercial» (Viterbo, 1912: 3).

Em Esteves Pereira a história das indústrias – especialmente as dos séculos XVIII e XIX – ocupa um lugar central, tendo chegado a ser professor de Economia Política e História da Indústria. Assim, este «apaixonado pelos estudos histórico-industriais do nosso país» estava atento a um vasto conjunto de fontes do seu presente que escaparam à atenção dos restantes historiadores. Essa diferença faz de Esteves Pereira um dos primeiros, se não mesmo o primeiro historiador das atividades industriais a dar um lugar central aos aspetos de natureza económica, a atribuir um protagonismo essencial aos grandes empresários, dando importância, então rara, à organização do trabalho das fábricas, às máquinas (incluindo informação sobre marcas e proveniência), à mão de obra especializada, às matéria-primas e aos custos e mercados dos produtos. A crítica de documentos dessa natureza exigia a existência de uma memória, de uma tradição historiográfica, de mecanismos institucionais, no domínio da investigação, que ainda não existiam.

### **A concluir**

Considerada na sua globalidade, a historiografia deste período é diversamente herdeira dos legados de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga. Com todas as insuficiências e erros que hoje possamos apontar-lhe, foi, em muitos domínios, inovadora. O facto de alguns caminhos trilhados ou sugeridos terem permanecido no olvido durante décadas constitui um problema de capital importância, para o qual importa encontrar respostas, no âmbito da história da produção, difusão e receção das ideias, em Portugal.

Ainda que o seu património concetual fosse escasso, essa historiografia encerra, surpreendentemente, um enorme desejo de compreensão do passado como condição de transformação do seu presente, de modo a fazer alinhar Portugal, descomplexadamente, com as demais nações da Europa industrializada. É evidente, na sua espantosa diversidade, não um «combate pela história», mas um combate por uma certa conceção de Estado e, como a restante historiografia, faz de Portugal o seu objeto de estudo, mesmo quando

inventaria fábricas ou aprecia decoração cerâmica. No entanto, esses textos contêm as perplexidades, as interrogações e as respostas que foi possível dar ou encontrar nos contextos sociais e culturais que modelou e em que foi moldada. Por isso, entendo que só um espírito positivista poderia olhá-los com um sorriso condescendente nos lábios, como se esses textos se situassem numa qualquer idade «teológica» ou «metafísica» do saber histórico. A este propósito, Georges Gusdorf (1988) adverte: «os *melhores livros* escondem os menos bons; a última história a ser feita anula as histórias precedentes, identificando-se com a própria verdade, provavelmente com uma versão definitiva, *ne varietur*, de que os sábios se aproximam pouco a pouco». Importa, isso sim, conhecê-los, olhá-los dialogicamente como rica e variada produção científica e cultural, e fazer, desse trabalho de Sísifo, uma reflexão sempre inacabada sobre as condições, as realizações e natureza da historiografia portuguesa no seu conjunto.

Foi copiosa e múltimoda a atividade desses investigadores, como foram múltiplas as áreas disciplinares cultivadas. No entanto, essa enorme diversidade de objetos de estudo cingia-se, grosso modo, aos séculos XV e XVI. De uma forma ou de outra, todos esses historiadores carregaram um ciclópico acervo documental para uma compreensão multifacetada dos Descobrimentos e da Expansão; abriram perspectivas para a compreensão de inúmeros enigmas, legando-nos, nessa tarefa, uma memória histórica sobre esse período que habita a historiografia atual e que devemos interrogar à luz das condicionantes e mundivivências do tempo da sua escrita. O predomínio dos estudos sobre a sociedade, as instituições, a economia e a arte dos nossos séculos XV e XVI, e sobre os Descobrimentos, constitui, pois, uma característica dominante da cultura portuguesa desde final de Oitocentos, especialmente depois da Geração de 70. Alfredo Pinheiro Marques (1991) afirma mesmo «que Herculano é exceção única na preocupação ultramarina da historiografia portuguesa».

A par da atração pelos séculos XV e XVI, e por razões diferentes, mas conexas, assiste-se a um interesse igualmente cúmplice pelo consulado pombalino. A historiografia da indústria – e de um modo geral toda a cultura portuguesa desde as duas últimas décadas do século XIX – tem uma atitude historicista perante o Marquês de Pombal. O ministro de D. José, idolatrado ou mal-amado, é mitificado por um processo tipicamente historicista, como o havia

sido Camões. É que o mito, que «é o nada que é tudo», no dizer de Pessoa, é uma forma de dizer o indizível. Assim, as estratégias políticas e culturais de finais de Oitocentos encontravam no poder pombalino a imagem legitimadora, a referência mítica e aglutinadora de vontades, geradora de consensos para fazer face ao meta-problema da regeneração do presente «decadente». Essa mitificação assenta, pois, em pressupostos de natureza ideológica. É uma determinada conceção de Estado que a memória de Pombal releva, pelo que poderia dizer que estamos, diversamente, perante uma história mais política do que económica, industrial ou artística. Se atentarmos na sua subordinação à narrativa, cronologia e periodização (por reinados e dinastias) da historiografia política coeva, concordaremos com a justeza da apreciação.

Podemos invocar elementos de índole económica e social, como muitos e variados fenómenos de natureza ideológica e política para a compreensão dessas opções temáticas e cronológicas, pela historiografia das atividades industriais. Como diz Fernando Catroga, «a história, à boa maneira do século XIX (ou melhor, um dado período dela) é convocada para legitimar o presente-futuro através de um trabalho assente na reativação do passado, o que lhe conferia características de uma reconstituição unilateral e seletiva, porque lida à luz dos interesses do presente». Compreende-se, deste modo, porque é que a esmagadora maioria desses trabalhos de história do setor secundário são, também, textos de tribuna social e política, discursos do poder, exigindo, para a sua compreensão, uma análise cuidada, integrada no conjunto da produção cultural desse período.

Não estamos perante uma história da indústria como hoje a entendemos, mas perante textos medularmente nacionalistas, exaltadores de uma qualquer *idade de ouro*, seja ela configurada pela mística, ética e étnica definição de *Povo* – abracadabra virginal –, ou pela fabulosa e fabulada memória das grandezas do *Império*, ou, ainda, pela intensa, polar, mas igualmente fugaz, ação governativa de um *grande homem*, como Ericeira ou Pombal.

Esta historiografia vive paredes-meias com a história da arte, a etnografia, a museologia e a exegese literária. Tal situação testemunha a aversão que esses investigadores tinham ao dinheiro e a toda a cultura que a sociedade capitalista engendrava, com tudo o que tinha de equívoco e verdadeiro aos seus olhos. Essa mesma razão explica, em parte, o predomínio de estudos sobre

certos setores, como a cerâmica decorativa, a porcelana, o vidro, o mobiliário, a tipografia, o papel, os tecidos, as rendas, a tapeçaria, a ourivesaria, e a quase ausência de trabalhos sobre minas, metalurgia, cutelaria, saboarias, curtumes, produtos químicos, etc., assim como a quase inexistência de um qualquer esboço de compreensão económica, social ou tecnológica dos setores estudados. É que os primeiros evocavam e invocavam a memória desses passados míticos, como configuravam o perfil das estratégias de diversos setores da intelectualidade para a sociedade portuguesa.

O binómio decadência/nacionalismo penetrava, como disse, todos os discursos historiográficos, conferindo-lhes unidade e sentido. Assim, é quase tautológico referir essa característica comum a toda a historiografia analisada. Contudo, é possível entrever uma evolução que importa sublinhar. Em finais de Oitocentos, apesar da «fúria patriótica» que Joaquim de Vasconcelos verberava, havia ainda uma grande abertura e disponibilidade para receber influências exteriores, os livros e as revistas circulavam; a nossa historiografia tinha construído, até então, uma memória que, de outro qualquer modo, lhe teria possibilitado a concretização de inúmeros projetos esboçados, enveredando por caminhos apontados ou questionando, até, o sentido dos percursos anteriores. Assim, se no final do século XIX era possível acompanhar as ideias da Europa culta, a partir do final da Grande Guerra, essa comunicação é crescentemente refreada; regista-se um enquistamento de cariz xenófobo. A um sistema eclético mas aberto, disponível para registar, recolher, estudar e propagandear, vai sobrepor-se um outro, mais fechado e académico. A bibliografia estrangeira citada sofre uma significativa redução. No domínio das fontes, verifica-se, igualmente, uma evolução no sentido da absolutização do documento escrito, especialmente do arquivístico, ou repetem-se os trabalhos publicados há muito.

Esta historiografia realiza uma permanente releitura da obra de Jacome Ratton, Acúrsio das Neves e Fradesso da Silveira, entre outros. Sem estes autores jamais se compreenderão os textos analisados. A par destes, Joaquim de Vasconcelos, Sousa Viterbo, Esteves Pereira e, mais tarde, José Queirós, tornam-se referência incontornável. Ficou claro que depois do «espírito da época», dos condicionalismos conjunturais, têm um papel decisivo os alinhamentos políticos e ideológicos do diversos autores. Essa historiografia

encontra-se, assim, marcada pelas convulsões sociais, políticas e económicas do final do século XIX, e das três primeiras décadas do século passado, pela reação antiurbana provocada pelo «excesso de civilização», expressão sugestiva de Moreira Nunes, mas sente-se diversa pela marca individual desse variadíssimo painel de estudiosos, pela sua militância política, pela sua formação e ocupação profissional, pela sua origem social, pela igualmente diversa geografia de ação.

Apesar do seu indisfarçado elitismo aristocrático, esta historiografia renovou a linguagem histórica, introduzindo novos vocábulos, novas perspectivas; explorou novas fontes e, de forma inédita e inovadora, soube ler muitas outras, até aí, desconhecidas; democratizou o aprisco dos dicionários e o objeto da história, ao patentear um inusitado interesse por industriais, técnicos e trabalhadores; foi capaz de evidenciar os limites de uma história-batalha, de cariz político palaciano, mostrando um surpreendente interesse pela festa, pelos costumes, pela mulher, pela criança, pelos indigentes. Contudo, a sua maior riqueza não reside tanto naquilo que a une mas em tudo que a distingue.

Os historiadores analisados são, em número escandalosamente significativo, quase desconhecidos, não obstante alguns desses cabouqueiros terem posto a descoberto, transcrito e publicado uma apreciável e importante mole de documentos sobre os Descobrimentos. Dos mais conhecidos, porém, é muito incompleto o conhecimento da sua obra que, em alguns casos, permanece esquecida no papel amarelecido e friável dos jornais. Torna-se, assim, urgente a realização de estudos biográficos sobre esses historiadores que se aperceberam, como ninguém, do fim do mundo da Oficina e do Artesão e da emergência do mundo da Fábrica e do Operário.



**HISTORIADORES DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 1881-1930**

DATAS	NOMES	NATURALIDADE	FORMAÇÃO	OBRAS PUBLICADAS EM:
1836-1908	Manuel de Melo Nunes Gerales	Covilhã?	Engenharia Mecânica na Suíça	1913
1841-1901	Avelino da Silva Guimarães	Guimarães	Direito	1887-1890
1845-1910	Francisco Marques Sousa Viterbo	Porto	Medicina	1883, 1887, 1892, 1892, 1896, 1896, 1901, 1902, 1902, 1903, 1912
1846-1912	Adelino António das Neves de Melo	Em viagem marítima	Direito	1886
1849-1936	Joaquim António da Fonseca Vasconcelos	Porto	Arte, Literatura e Música em Hamburgo	1881, 1883, 1884, 1985, 1891, 1901, 1902, 1908, 1983
1851-1927	Luís Augusto de Oliveira	Braga	Médico	1915, 1916, 1916, 1918, 1922
1853-1931	João Augusto Marques Gomes	Aveiro	Liceu?	1883, 1883, 1893, 1913, 1922, 1924
1856-1913	Aníbal Gomes Ferreira Cabido	Açores	Engenharia Civil	1911, 1911, 1911, 1911, 1917
1856-1920	José Queirós	Lisboa	—	1907
1857-1944	José Maria de Oliveira Simões	Leiria	Engenharia	1908
1861-1921	Joaquim Martins Teixeira de Carvalho	Coimbra?	Medicina	1921
1865-1939	D. José Maria da Silva de Pessanha	—	Pintura	1889, 1923, 1924, 1924
1863-1940	Joaquim dos Santos Barosa Sobrinho	Marinha Grande	Vidreiro autodidacta	1912
1870-1953	João Teodoro Ferreira Pinto Basto	—	Engenharia	1924
1872-1944	João Manuel Esteves Pereira	Lisboa	—	1897, 1897, 1900
1872-1944	Raul Sangreman Proença	Caldas da Rainha	Ciências Económicas e Financeiras	1921-22
1876-1925	Fernando Emídio da Silva	Lisboa	Direito	1905, 1911, 1912

HISTORIADORES DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 1881-1930 (continuação)

DATAS	NOMES	NATURALIDADE	FORMAÇÃO	OBRAS PUBLICADAS EM:
1880-1962	Gustavo de Matos Sequeira	Lisboa	Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, Escola Politécnica de Lisboa e Curso Superior de Letras	1929
1882-1944	Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro	Porto	Instituto Industrial e Comercial do Porto, Escola Politécnica do Porto e Escola Médico-Cirúrgica do Porto	1930
1885-1957	José Caetano de Lobo d'Ávila da Silva	—	Direito	1905
1887-1956	João Evangelista Campos Lima	Porto	Direito	1910
1887-1952	José Henrique de Azeredo Perdigão	Viseu	Direito	1918
	Pedro Protes da Fonseca	Lisboa?	Engenharia	[1908]
	Augusto Malheiro Dias	—	—	1899
	Manuel de Araújo	—	—	1923

**Bibliografia sobre a indústria**

ARAÚJO, Manuel, *Indústria de Braga. Notas de um jornalista*, Braga, Tipografia Pax, 1923.

BAROSA, Joaquim, *Memórias da Marinha Grande*, 3.<sup>a</sup> ed. ampliada [com] (introdução, notas, fixação e revisão do texto por José M. Amado Mendes), Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993.

BASTO, João Teodoro Ferreira Pinto, *A Vista Alegre. O livro do seu centenário. 1824-1924*, Lisboa, Fábrica da Vista Alegre, 1924.

CABIDO, Aníbal Ferreira, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

CABIDO, Aníbal Ferreira, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

- CABIDO, Aníbal Ferreira, «Chorographia industrial do concelho de Ilhavo. Monografia estatística elaborada na 2.<sup>a</sup> Circunscção dos Serviços Technicos da Industria», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 56, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- CABIDO, Aníbal Ferreira, «Chorographia industrial do concelho d Mealhada e Vagos», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 50, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- CABIDO, Aníbal Ferreira, «Corographia industrial do concelho de Espinho (distrito de Aveiro)», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 52, 1917
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de, *A cerâmica coimbrã no século XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- COSTA, João Faustino Nazoni da, *Industria de seda*, Lisboa, Biblioteca de Instrução e Educação Profissional, s. d.
- DIAS, Augusto Malheiro, «A industria nacional em 1891 e presentemente», *A Industria Portuguesa*, n.os 1 e 4, 1899.
- GERALDES, Manuel de Melo Nunes, *Monografia sôbre a indústria do linbo no distrito de Braga. Relatório de inquérito oficial à indústria do linbo no distrito de Braga. Relatório de Inquérito Oficial á Indústria do Linbo no Distrito de Braga*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.
- GOMES, João Augusto Marques e VASCONCELOS, Joaquim de, [Catálogo da] *Exposição districtal de Aveiro em 1882. Reliquias da arte nacional*, Aveiro, Grémio Moderno, 1883.
- GOMES, João Augusto Marques, *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*, Porto, Typ. Commercio e Industria, 1883.
- GOMES, João Augusto Marques, «A fabrica da Vista Alegre», *Campeão das Provincias*, n.º 5212, 28 de janeiro de 1893.
- GOMES, João Augusto Marques, «Museu Regional – Sala dos Barros», *A Portuguesa*, n.º 37, 18 de março de 1913.
- GOMES, João Augusto Marques, «Ceramica aveirense. 1487-1922», *Campeão das Provincias*, n.º 6795 (27 de maio de 1922) ao n.º 6800 (01 de julho de 1922).
- GOMES, João Augusto Marques, *A Vista Alegre. Memória histórica*, Aveiro, Typ. Minerva Central, 1924.
- GONÇALVES, António Augusto, «Breve noção sobre a história da indústria cerâmica», in Charles Lepierre, *Estudo chimico e tecnologico sobre a cerâmica moderna portuguesa*, Lisboa, [s.n.], 1898.
- GUIMARÃES, Avelino da Silva, «Subsidios para a historia das industrias vimaranenses», *Revista de Guimarães*, vol. 5 (1), 1885; vol. 4 (3-4), 1887; vol. 5 (1), 1888; vol. 6(2-3), 1889; vol. 7 (2), 1890; vol. 8 (2-4), 1891; vol. 9 (1), 1892; vol. 11 (1), 1894; 13 (2), 1896.
- GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira, «Tinturaria. Apontamentos para a história das indústrias vimaranenses», *Revista de Guimarães*, vol. 3 (1), 1886.
- LIMA, João Evangelista Campos, *O movimento operario em Portugal*, Lisboa, [s.n.], 1910.
- MELO, Adelino António das Neves, *Historia da ceramica em Coimbra* (com uma biografia do autor por J. Leite de Vasconcelos), 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Portugália Editora, s. d.
- MOURA, Bento Pereira de, «Apontamentos para a historia das saboarias em Portugal», *Revista Universal Lisbonense*, t. II, 1842-1843.
- OLIVEIRA, Luís Augusto de, *A extinta fábrica cerâmica de Viana*, sep. dos *Anais da Academia de Estudos Livres*, 3.<sup>a</sup> série, n.º 1, Lisboa, Imprensa Comercial, 1915.

- OLIVEIRA, Luís Augusto de, *Considerações sobre as primitivas faianças portuguesas (Faianças lisboenses dos séculos XVI e XVIII)*, sep. dos *Anais da Academia de Estudos Livres*, 3.ª série, n.º 2, Lisboa, Imprensa Comercial, 1916.
- OLIVEIRA, Luís Augusto de, *Subsídios para a história da cerâmica portuguesa*, Porto, Officina do *Commercio do Porto*, 1916.
- OLIVEIRA, Luís Augusto de, *Collecções de arte em Viana do Castelo. As extintas fabricas ceramicas fundadas em Coimbra e em Gaia, pelo Professor Vandelli*, sep. dos *Anais da Academia de Estudos Livres*, 3.ª série, n.º 3.º e 4.º, Lisboa, Imprensa Comercial, 1918.
- OLIVEIRA, Luís Augusto de, *A origem da faiança portugueza e as theorias dos snr. J. Martins Teixeira de Carvalho. Estudo de critica*, Porto, Officina do *Commercio do Porto*, 1922.
- ORTIGÃO, J. D. Ramalho, *A Fabrica das Caldas da Rainha*, Porto, Typ. Occidental, 1891.
- PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo, «A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III, 1916.
- PEREIRA, João Manuel Esteves, *Subsídios para a história da Indústria portuguesa*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1979.
- PESSANHA, D. José Maria da Silva de, *A historia das industrias artisticas em Portugal*, Lisboa, Typ. do jornal O Tempo, 1889.
- PESSANHA, D. José Maria da Silva de, *A porcelana em Portugal. A Fábrica da Vista Alegre* (Conferência realizada em 14-06-1924, no Museu Nacional de Arte Antiga), Lisboa, Aillaud Bertrand, 1924.
- PESSANHA, D. José Maria da Silva de, *A porcelana em Portugal. Primeiras tentativas*, Lisboa, Typ. Calçada do Cabra, 1924.
- PESSANHA, D. José Maria da Silva de, *O cális de ouro do Mosteiro de Alcobaça. A porcelana em Portugal (Primeiras tentativas)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
- PROENÇA, Raul e ANSELMO, António, «A matéria em que se regista o passado e em que se prepara o futuro», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. II (7) Julho-Outubro de 1921, p. 194-202; *Idem*, vol. I, (8) outubro -dezembro de 1921, p. 278-282; *Idem*, vol. III (10), Maio-Junho de 1922, p. 82-84.
- PROSTES, Pedro, *Industria ceramica*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, «Biblioteca de instrução profissional», [1908].
- QUEIRÓS, José, *Ceramica portugueza*, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial, 1907.
- TAVEIRA, H. P., «As indústrias em Portugal», *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, 1923, Lisboa, Empresa do *Diario de Noticias*, p. 27-38.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, [Introdução ao catálogo da CIP], *A indústria vidreira em Portugal*, Marinha Grande, 1929.
- SILVA, Fernando Emídio da, *O operariado português na questão social*, Lisboa, 1905.
- SILVA, Fernando Emídio da, *Seguros mutuos*, Lisboa, 1911.
- SILVA, Fernando Emídio da, *As greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.
- SIMÕES, José de Oliveira, «A evolução da industria portuguesa. Bosquejo historico», *Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imp. Nac., 1908.
- SIMÕES, José de Oliveira, *Assistencia social ás mulheres de trabalho*, Lisboa, Tip. Anuario Commercial, 1909.

- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *Historia da arte em Portugal. 1.º estudo. A pintura portueza nos seculos XV e XVI*, Porto, Typ. João E. Alves, 1881.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de e GOMES, João Augusto Marques, [Catálogo da] *Exposição districtal de Aveiro em 1882. Relíquias da arte nacional*, Aveiro, Grémio Moderno, 1883.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *Ceramica portueza*, Porto, Typ. Elzeveriana, col. «História da Arte em Portugal (Quarto estudo)», 1884.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *Historia da arte em Portugal. 6.º estudo. Da architectura manuelina*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *A fabrica de faianças das Caldas da Rainha*, Porto, Typ. Occidental, 1891.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *A industria nacional dos tecidos. Legislação do seculo XV (1476-1500)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *Guia do Museu Municipal do Porto*, Porto, Typ. Central, 1902.
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, «A ceramica portueza e a sua applicação decorativa» [Introdução a], Pedro Prostes, *Industria ceramica*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, «Biblioteca de instrucção profissional, [1908].
- VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de, *Indústrias portuezas* (org. e prefácio de Maria Teresa P. Viana), Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia, col. «Estudos e materiais», n.º 2, Lisboa, 1983.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *A exposição d'arte ornamental. Notas ao catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *A Suissa. Breves apontamentos de arqueologia militar*, Lisboa, 1887.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, «II Relojoaria», *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a historia das artes e industrias portuezas*, Lisboa, 1892.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a historia das artes e industrias portuezas*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1892.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Arqueologia industrial portueza. Os moinhos*, sep. do *Archeologo portuezo*, vol. II, nos 8 e 9, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *O fabrico da polvora em Portugal. Notas e documentos para a sua historia* (sep. da *Revista militar*, t. XLVIII), Lisboa, Imprensa Universal, 1896.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Notas de archeologia artistica. Artes e industrias metallicas em Portugal* (sep. de *O archeologo portuezo*, VI, nos 5-7), Imprensa Nacional, Lisboa, 1901.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Algumas achegas para a historia da tinturaria. Memoria apresentada á Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typ. da Academia das Siencias de Lisboa, 1902.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Inventores portuezes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, «O papel», *O Instituto. Revista Scientifica e Litteraria*, vol. 50, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1903, p. 555-563 e 631-633.
- VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Cem artigos de jornal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1912.
- VITORINO, Pedro, *Cerâmica portuense*, Gaia, Edições Apolino, 1930.

**Bibliografia geral**

- ANTERO, Adriano, *A história económica*, vol. III: *Edade Média*, Porto, Typ. A. J. da Silva Teixeira, Sucessora, 1907.
- CARR, E. H., *Que é a História?*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- CATROGA, Fernando, «Ética e sociocracia. O exemplo de Herculano na geração de 70», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, 4: *Aspectos da cultura portuguesa contemporânea*, Porto, 1982.
- CATROGA, Fernando, «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX», *Cultura, História e Filosofia*, vol. IV, 1985.
- CATROGA, Fernando, «Romantismo, literatura e história», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal, 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.
- FERREIRA, Alberto, *Perspectiva do romantismo português*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa-Porto, Litéxa, s. d.
- GOMES, Joaquim Ferreira, «Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX», *Publicações do Museu da Ciência e da Técnica*, n.º 8, Coimbra, 1978.
- GUSDORF, Georges, *Da história das ciências à história do pensamento*, Lisboa, Pensamento, 1988.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, vol. V, Lisboa, Bertrand Editora, 1886.
- LAINS, Pedro, «A indústria», in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol II: O século XIX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 259-281.
- MACEDO, Jorge Borges, «A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu autor», in Luís Rebelo da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1971, p. 9-130.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro, *A historiografia dos descobrimentos portugueses*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991.
- MENDES, José M. Amado, *A História como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*, Coimbra Editora, 1993.
- MONCADA, Luís Cabral, *Subsídios para a história da filosofia do direito em Portugal (1772-1911)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, «Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX)», *Análise Social*, vol. XIX (77-79), 1983.
- PESSOA, Fernando, «Os Castelos», *Mensagem*, in *Obra Poética*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 112.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, *A historiografia da indústria portuguesa, 1892-1931*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado), 1993.
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico.

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA  
COM A COORDENAÇÃO  
CIENTÍFICA



CEIS 3.º  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO FÁCULO DE  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



• U



C •

